

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

28 de setembro de 2019



O Complexo do Xuri, em Vila Velha, é uma das unidades com superlotação de presos no Estado

| SISTEMA CARCERÁRIO |

LIBERDADE PARA 3 MIL PRESOS JÁ DEVERIAM TER DEIXADO UNIDADES

Mutirão vai analisar oito mil processos para desafogar presídios

CAÍQUE VERLI
cvcousa@redgazeta.com.br

O primeiro mutirão carcerário eletrônico do país, lançado ontem, pode colocar 3 mil presos em liberdade no Espírito Santo. São, segundo estimativa da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), condenados que já teriam direito à liberdade ou, pelo menos, a uma progressão de regime.

Pelas próximas duas semanas, quase 70 defensores públicos, entre eles 55 de fora do Estado, vão analisar cerca de 8 mil processos para identificar em quais deles os presos já podem ganhar liberdade, mas continuam detidos por lentidão e burocracia da Justiça.

O mutirão busca reduzir a população carcerária do Estado, que tem dez mil presos a mais do que a capacidade dos presídios capixabas. O Espírito Santo tem 23,8 mil presos, mas as unidades prisionais deveriam receber, no máximo, 13,8 mil detentos.

70
DEFENSORES

É o número de profissionais que fará parte da força-tarefa que vai identificar quais presos já podem ser soltos, mas que continuam detidos por lentidão da Justiça

A ação faz parte do programa "Justiça Presente", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela terá a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério Público do Espírito Santo, Defensoria Pública Estadual, governo do Estado e Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

O Estado foi escolhido para ser o primeiro a receber esse mutirão eletrônico por ter implantado um sistema digital de execução unificado. Cerca de 35 mil processos de execução penal, que tramitavam em papel no Espírito Santo, foram informatizados.

O secretário estadual de Justiça, Luiz Carlos de Carvalho Cruz, explica

que essa digitalização ajudou o CNJ a filtrar os casos que podem ser reavaliados pela Justiça, deixando o mutirão mais rápido. "Com o filtro feito no sistema digital, você consegue ver os casos em que as pessoas teriam direito a liberdade. É um direito que elas têm, mas que não está sendo cumprido pelo Estado pela capacidade do Estado de julgar isso. Existe uma perspectiva de que pelo menos 3 mil presos possam ser colocados em liberdade", aponta.

Marcello Paiva de Melo, defensor que coordena a Defensoria sem Fronteiras no Espírito Santo, questiona essa estimativa do governo do Estado e diz que ainda

"É um direito à liberdade que essas pessoas presas têm, mas que não está sendo cumprido pelo Estado pelo fato de não conseguir julgar"

LUIZ CARLOS DE CARVALHO CRUZ
SECRETÁRIO ESTADUAL DE JUSTIÇA

não é possível afirmar quantos presos serão colocados em liberdade.

"São presos que teoricamente podem ter esse direito e é isso que vamos verificar. Por isso, não é

possível fazer uma estimativa de que 3 mil presos serão beneficiados. Acho que isso ainda é temerário falar", afirma.

Também como medida para reduzir a superlotação nos presídios do Espírito Santo, o Estado prevê a construção de mais 2 mil vagas nos próximos quatro anos em unidades que já existem e a ampliação do uso de tomazeira eletrônica para monitorar os presos que ainda não foram condenados pela Justiça. Além disso, o governo também prometeu construir centros de formação profissional nas unidades prisionais para capacitar presos e aumentar suas chances de reinserção no mercado de trabalho.

| SISTEMA CARCERÁRIO |

OITO EM CADA DEZ VOLTAM PARA A PRISÃO

Falta de ressocialização é o principal problema, aponta Sejus

▲ JOSÉ CARLOS SCHAEFFER
jchaeffer@redgazeta.com.br

Cerca de 80% dos presos que são colocados em liberdade voltam para o sistema prisional capixaba. O dado foi confirmado pelo secretário estadual de Justiça, Luiz Carlos Cruz, durante o anúncio do mutirão carcerário, que será realizado para libertar cerca de três mil presos que já deveriam ter deixado o sistema.

Diante desse percentual, um questionamento surge: se tantos presos voltam ao sistema após a liberdade, onde deveriam ser concentrados os esforços para diminuir esse índice?

Para o secretário a ressocialização é a resposta, mas a cultura do encarceramento no sistema prisional brasileiro faz com que a solução fique em segundo plano, opina Cruz.

“Identificamos que a reincidência é muito alta e o esforço da ressocialização não é uma prática brasileira. A maioria dos sistemas prisionais, quase que a totalidade, são voltados para o encarceramento.



A reincidência no mundo do crime é grande entre os internos que saem dos presídios do Espírito Santo

Para manter o preso encarcerado sob custódia até que venha ganhar a liberdade. Quando ele ganha a liberdade sem nenhum tipo de tratamento, volta a reincidir no crime. É uma coisa lógica, mas uma lógica perversa que vem perdurando no sistema prisional”, explicou.

POUCA OFERTA

O próprio sistema prisional capixaba é exemplo dessa prática. Somente 15% das unidades oferecem estudo ou trabalho aos custodiados. Com a superlotação, o número se torna ainda menos efetivo. O objetivo para os próximos quatro anos, se-

gundo o secretário, é dobrar a oferta de trabalho e educação nos presídios. Para isso, uma subsecretaria de ressocialização foi criada na pasta.

Luiz Carlos Cruz explica ainda que o Estado está trabalhando para viabilizar um financiamento de 100 milhões de dólares junto

ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos seriam aplicados em mais vagas para o sistema prisional e na construção de um centro de ressocialização.

“Temos uma carta consulta ao BID buscando financiamento para construção de mais duas uni-

15%

É o percentual de unidades prisionais capixabas que oferecem estudo ou trabalho aos internos

dades: uma de regime fechado de segurança média e um centro de reintegração social, que seria a outra ponta do sistema. É praticamente uma escola técnica onde o preso do semiaberto já teria as oficinas laborais. A formação profissional já conjugada com uma planta laboral, seja indústria de blocos de concretos, marcenaria, costura”, disse.

No cenário atual, os presos e egressos têm outras ferramentas como a Lei Progresso, que obriga empresas que tenham vínculo com o governo a contratarem um número mínimo de presos para a realização de serviços e o Escritório Social, que encaminha egressos para a qualificação profissional.

Situação hoje é pior do que a crise prisional

▲ A superlotação dos presídios capixabas já chega a mais de 70%. O Estado conta hoje com 23,8 mil presos, mas possui apenas 13,8 mil vagas, segundo dados da Secretaria de Justiça (Sejus), que administra o sistema prisional.

Um excesso que é superior aos limites de 2009, quando o Espírito Santo viveu a grave crise do sistema prisional e lançou mão até de celas metálicas – feitas em contêineres e que ficaram conhecidas como micro-ondas – para abrigar os presos e foi alvo até de um pedido de intervenção. Na ocasião, não havia vagas para 50% dos detentos.

A gravidade da superlo-

tação do sistema carcerário capixaba fez com que o Estado criasse uma força-tarefa em janeiro deste ano para pensar e propor soluções para o problema. Atualmente, há 10 mil detentos a mais do que o número de vagas nas prisões. Na ocasião, o governador Renato Casagrande disse que as prisões capixabas eram bombas-relógio que representam perigo para a sociedade.

O grupo de trabalho incluiu, além do Executivo estadual, o Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público do Espírito Santo, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil. O objetivo é propor alternativas novas e

coordenar os projetos já existentes para qualificar o sistema carcerário e reduzir a superlotação.

Entre as medidas que já estão sendo realizadas é a ampliação do uso de tornozeleiras eletrônicas. Em junho, mais de 200 detentos, entre homens e mulheres, já estavam usando o dispositivo. Outros 400 presos também poderiam ser beneficiados.

Os presos têm um perfil específico, determinado pelos órgãos do sistema de Justiça. São pessoas que cumprem a pena em regime semiaberto, trabalham fora do presídio há quatro meses e terminariam as penas em um ano ou menos.



Antigo presídio de Jardim América, em Cariacica, durante a crise de 2009

LARANJA DA TERRA

Deputado do ES nomeia filho de ex-prefeito condenado

Dary Pagung nomeou Elder Pagung para o cargo de assistente de gabinete

de VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

O deputado estadual Dary Pagung (PSB) nomeou o filho do ex-prefeito de Laranja da Terra, no Noroeste do Espírito Santo, Claudio Pagung, para o cargo de assistente de gabinete de representação parlamentar. Elder Pagung terá atuará junto à base eleitoral do deputado na região.

Claudio e Elder são pai e filho, respectivamente, mas não são parentes próximos de Dary, apesar do sobreno-

me em comum. Elder chegou a ser secretário municipal na gestão do pai.

Em março de 2018, Dary nomeou Claudio Pagung para a mesma função no gabinete. Contudo, pouco tempo depois veio à tona a condenação do ex-prefeito à prisão em processo de fraude em licitação de transporte escolar na prefeitura.

Alcançado pela Lei da Ficha Limpa, ele teve a nomeação tornada insubsistente pela Procuradoria da Assembleia, ainda naquele mês. Agora, ontem foi publicada a nomeação de Elder.

“Ele é liderança da região. É minha liderança da região de Laranja da Terra e

Afonso Cláudio. Faz meus contatos ali. A condenação do Claudio já foi superada. Ele foi absolvido na revisão criminal há alguns meses. O filho está doido querendo me ajudar lá politicamente”, explicou o deputado.

Na verdade, o Tribunal de Justiça do Estado apenas reconsiderou o tamanho da pena de prisão aplicada, de cerca de nove anos, e a diminuiu para menos de quatro.

Com isso, a Justiça reconheceu a prescrição dos crimes apontados. Segundo o advogado dele, Márcio Iino Camporese, não há qualquer medida contra o político. “Houve erros na dosimetria da pena”, disse.

Amor multiplicado por quatro

Antonio Silva e Camila Morosini pretendiam ter um filho adotivo, mas decidiram adotar quatro irmãos em um abrigo de Guarapari

Roberta Bourguignon

Após o casamento, o professor Antonio Silva Santos Filho, 39 anos, e a dona de casa Camila Morosini, 35, fizeram um acordo de adotar um filho. Porém, ao conhecerem quatro irmãos no abrigo de Guarapari, decidiram adotar todos de uma só vez.

Patrícia, 21 anos, Daniele, 20, Bruno, 16, e Breno, 15, foram adotados pelo casal de Guarapari. Os quatro irmãos foram parar no abrigo de Guarapari há oito anos. Eles vieram de um abrigo de Viana, por maus-tratos da família.

Na época, o abrigo identificou que em Guarapari havia um irmão deles, por isso foram enviados para o município. No entanto, a família que adotou um quinto irmão não tinha condições de adotar mais quatro, deixando-os no abrigo de Guarapari.

Camila e Antonio faziam trabalhos voluntários com pessoas em vulnerabilidade social e dependentes químicos. Em um desses trabalhos, tiveram os primeiros contatos com o abrigo, quando conheceram os quatro irmãos.

"Quando conhecemos os quatro, os meninos seriam separados das meninas pela idade delas, que não cabia mais no abrigo. Como havia uma dificuldade emocional muito grande entre elas, buscamos ajudá-los, até que resolvessem toda a situação, e o juiz da Vara da Infância da época permitiu a guarda provisória deles", explica a mãe



ANTONIO (de branco) e a mulher Camila (no colo) adotaram quatro irmãos: Daniele, Bruno, Breno e Patrícia. Os jovens viviam em um abrigo em Guarapari

Camila.

Apesar da adoção efetiva ter acontecido há três anos, a convivência entre eles existe há oito anos.

"Primeiramente ficamos com a guarda deles, porque não haviam sido destituídos ainda. Mas nosso intuito desde o início era a adoção deles. A Justiça aguardava a possibilidade de reinstalação na família. Como não houve essa possibilidade, porque já havia passado muito tempo, entramos com o pedido e conseguimos a adoção dos quatro", conta Camila.

Atualmente, o casal participa de um grupo de apoio, "Gerando com Coração", que ajuda famílias no desenvolvimento para a adoção. São dezenas de pais que já adotaram e outros que ainda estão na fila.

"O grupo surgiu depois que eu adotei meus dois filhos. Vi que eu passei por muitas dificuldades para adotá-los, e decidi que poderia ajudar as pessoas com o grupo de apoio. Foi aí que eu encontrei o Antonio, que é um dos diretores do grupo também", relata a presidente do grupo, Virgínia Silva.

"Melhores pais do mundo"

Os quatro irmãos adotados pelo casal Antonio Silva e Camila Morosini são muito tímidos. Patrícia e Daniele não gostam de lembrar o passado. Já Bruno e Breno contam que se sentem na melhor família do mundo.

"Me sinto muito feliz porque eles são os melhores pais do mundo. Foram os pais que nos tiraram de um buraco sem fundo. Não tínhamos uma família de verdade. Natal, por exemplo, não existia uma reunião entre pessoas. Eu agradeço todos os dias por isso existir", disse Bruno.

GRUPO

Atualmente, existem no Espírito Santo, mais de 1 mil famílias a espera de uma criança. Nos abrigos do Estado, 147 crianças estão disponíveis para adoção.

Os números foram repassados pela assistente social da Vara da Infância e Juventude de Guarapari, Elaine Simone Costa Silva, durante uma palestra a convite do grupo "Gerando com o Coração".

A presidente do grupo, Virgínia Silva, revela que a adoção tardia, de crianças acima de 7 anos, é mais difícil.

"Vemos que existe muitos nomes para adoção e muitas famílias que estão na fila. O problema, muitas das vezes, é que são crianças mais velhas, adolescentes. A adoção tardia não é vista com bons olhos", afirmou.

E completou: "Há situações como essa do Antonio e da Camila, que se trata de mais de um irmão. Quando são separados, a dor pode ser maior e, por isso, a assistente social insiste na adoção de irmãos".

CAMILA MOROSINI DONA DE CASA

"Somos muito abençoados"

O casal Camila e Antonio adotaram quatro irmãos que viviam em um abrigo de Guarapari. Eles poderiam ter filhos biológicos, mas priorizaram a adoção.

A TRIBUNA - Como conheceram os quatro?

CAMILA MOROSINI - Pretendíamos entrar na fila de adoção, mas acabamos conhecendo os irmãos antes. Quando conhecemos os quatro, os meninos seriam separados das meninas pela idade delas, que não cabiam mais no abrigo onde estavam.

Como havia uma dificuldade emocional muito grande entre elas, buscamos ajudá-los, até que resolvessem toda a situação, e o juiz da Vara da Infância, da época, permitiu que ficassem com a guarda provisória deles.

> Por que eles estavam no abrigo?

Por causa de maus-tratos em ca-

sa, os quatro irmãos foram levados para um abrigo de Viana. Nesse abrigo, descobriram que havia um quinto irmão que estava morando em Guarapari. Os irmãos foram transferidos para o abrigo de Guarapari, com o intuito de fazerem essa reinstalação com a mãe. O agressor era o pai.

> Foi uma luta longa até a adoção?

Sim. Conhecemos eles há oito anos. A Justiça aguardava a possibilidade de reinstalação na família. Eles chegaram a voltar ao con-

“ Escolher amar te faz amar de uma forma mais profunda. Nós damos muito amor para eles, e recebemos tudo isso de volta **”**

vívio da mãe, mas as agressões voltaram a acontecer e eles retornaram para o abrigo. O processo de adoção levou cinco anos para se concretizar. A Justiça tentou de todas as maneiras a volta deles para a família.

> Após esperar tantos anos, qual o sentimento hoje?

Somos muito abençoados. Somos gratos por não termos desistido, por termos ficado com eles. Nas dificuldades, eles passam junto com a gente. É um amor incondicional e inexplicável.

É muito fácil amar aquilo que é de nossa obrigação, mas escolher amar te faz amar de uma forma mais profunda.

Receber esse amor é algo gratificante demais. Nós damos muito amor para eles, e recebemos tudo isso de volta. Nem todo filho demonstra esse amor, independentemente de ser biológico ou adotivo.



GRUPO de apoio de Guarapari ajuda famílias no processo de adoção

Sucessão no TJES

A sucessão no Tribunal de Justiça do Espírito Santo - TJES já está passando pelos corredores da Justiça capixaba. Mas ainda não foi definido quem será o sucessor do presidente Sérgio Gama. Na próxima edição poderá estar aqui nesta coluna o nome de um dos prováveis sucessores. A eleição acontece no início de dezembro.

Qualificação para adolescentes



•• O Projeto Além da Medida, que visa garantir qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de São Mateus, foi lançado semana que passou, na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a presença do juiz substituto da Vara da Infância e da Juventude da Comarca, Antonio Moreira Fernandes, da procuradora do Ministério Público do Trabalho, Thais Borges da Silva, do gerente da Geovalti unidade Centro Integrado Senai, Carlos Eduardo de Jesus Moreiro, e dos adolescentes acompanhados de seus responsáveis. Também estiveram presentes: a secretária municipal de Assistência Social, Marinalva Boedel Machado, a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Carla Cardoso Ribeiro, o assessor jurídico do Creas, Lopes de Freitas, a coordenadora do programa Katia Quaresma Borges, o Comissário da Infância e Juventude de São Mateus, Jorge Barbosa Viana, e a diretora escolar Alessia de Almeida Toscano. A cerimônia aconteceu no último dia 26.

Secretário da Cultura de SP e ex-chefe da Ancine viram réus por acusar colegas

Manoella Smith

Afastado da presidência da Ancine desde sexta (30), Christian de Castro virou réu em uma ação movida pelo **Ministério Público Federal**, junto de mais sete pessoas. A denúncia foi aceita pela juíza Adriana Cruz, da 5ª **Vara Criminal** do Rio de Janeiro.

Entre outubro de 2017 e janeiro de 2018, o ex-dirigente, servidores e o atual secretário de Cultura e Economia Criativa do estado de São Paulo, Sérgio Sá Leitão, então ministro da Cultura, teriam se unido para manchar a imagem de outros diretores da Ancine, a Agência Nacional de Cinema.

Esses outros diretores que teriam sido prejudicados concorriam à vaga de presidente do órgão, abrindo margem para que Castro fosse eleito e que todos os envolvidos tivessem nomeações em cargos públicos comissionados.

Segundo as investigações, os denunciados elaboraram uma nota encaminhada à imprensa, além de uma denúncia anônima ao **Ministério Público**, ambas falsas, como parte do esquema para promoção dos interesses do grupo.

O MPF acusa o grupo dos crimes de denúncia caluniosa, prevaricação, violação de sigilo funcional e associação criminosa. O órgão também pediu a indisponibilidade de bens, o ressarcimento de danos causados à União e o afastamento deles de cargos públicos.

Na sexta-feira, além do afastamento de Castro, um outro decreto publicado na edição extra do Diário Oficial pelo ministro da Cidadania, Osmar Terra, afastou mais quatro servidores públicos -Magno de Aguiar Maranhão Júnior, Juliano César Alves Vianna, Marcos Tavorari e Ricardo César Pecorari. A decisão cumpria o pedido do MPF para não prejudicar colheitas de provas e influenciar depoimentos de funcionários.

Os outros réus são o ex-sócio de Castro, Ricardo Martins, o ex-ministro da Cultura e atual secretário estadual de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, Sérgio Sá Leitão, e sua assistente, Cláudia Pedrozo.

De acordo com o MPF, os denunciados tiveram um

aumento patrimonial de pelo menos R\$ 60 mil cada num período de dois anos.

Além da ação penal, os envolvidos também irão responder na esfera cível. O MPF moveu ação civil pública por improbidade administrativa.

Em carta aberta publicada nesta terça (3), Castro disse que, quando assumiu a diretoria do órgão em outubro de 2017, encontrou fortes indícios de irregularidades na gestão de recursos públicos por gestões passadas, o que teria levado a um desfalque de mais de R\$ 350 milhões do FSA, o Fundo Setorial do Audiovisual.

Segundo o ex-presidente, ele enviou um relatório de uma auditoria interna do órgão para o TCU (Tribunal de Contas da União), o MPF e a CGU (Controladoria-Geral da União), mas sua denúncia não foi sequer investigada a fundo.

A Ancine, contudo, foi alvo de mais exonerações. O novo diretor, Alex Braga Muniz, expediu um decreto, publicado nesta terça (3), exonerando Eduardo Luiz Perfeito Carneiro, Daniel Vidal Mattos, Maria Angélica Marquês Coutinho, Carlos Gustavo Ramos Silva, João Márcio Silva de Pinho, Alexandre Gianni Silva, Vinicius Azevedo Pereira e Marcial Renato de Campos.

Magno de Aguiar Maranhão, Juliano César Alves Vianna e Ricardo César Pecorari também estão na lista.

Este não foi o único imbróglio no qual Castro se envolveu nos últimos tempos.

Em março deste ano, uma sindicância conduzida pelo Tribunal das Contas da União suspendeu o repasse de recursos públicos para o audiovisual, exigindo que a Ancine revisse a forma como fiscaliza as contas dos projetos que aprova.

Em resposta, Castro publicou um despacho paralisando atividades na agência, incluindo a liberação de novos recursos para filmes e séries.

Em um encontro no Festival de Gramado que deixou indignada a plateia, formada por profissionais da indústria audiovisual, Castro chamou de convite ao

diálogo o cancelamento de um edital de séries cujas categorias incluíam diversidade sexual e sexualidade. A decisão fora uma ordem do ministro da Cidadania, Osmar Terra.

O afastamento acontece em um momento de atritos constantes entre o setor e o governo, que busca estabelecer mais controle sobre a Ancine. No mês passado, Bolsonaro afirmou que pretendia extinguir a agência caso não pudesse implantar um filtro de conteúdo -intenção encarada como censura por profissionais da área.

Leia a íntegra da carta de Christian de Castro:

Carta aberta

As razões por trás do meu afastamento da Ancine

Christian de Castro

1) Fui nomeado diretor da Ancine em outubro de 2017 e, em janeiro de 2018, assumi o cargo de Diretor-Presidente da Agência. Já nos primeiros meses do meu mandato, chegaram ao meu conhecimento fortes indícios de irregularidades na gestão de recursos públicos por gestões passadas, particularmente no mecanismo da isenção sobre remessas de lucros de programadoras estrangeiras ao exterior, um mecanismo conhecido como artigo 39/X da MP 2228/01.

2) Provocado por uma denúncia enviada ao Ministério da Cultura, já em fevereiro de 2018 foi feita na Ancine uma auditoria interna, que chegou a conclusões assustadoras: entre 2013 e 2017, o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) pode ter sido desfalcado em mais de R\$ 350 milhões. As suspeitas apontadas na auditoria indicavam mau uso de recursos públicos por parte de várias empresas.

3) O mesmo relatório da auditoria apontava irregularidades na captação de mais de R\$ 200 milhões para 64 projetos audiovisuais, além de possível evasão fiscal da ordem de R\$ 157 milhões.

4) A liberação indevida de recursos públicos foi feita no período de 2013 a 2017, contrariando reiteradamente análises técnicas de servidores da Ancine, que recomendavam negar os recursos.

5) Meu gabinete enviou o relatório da auditoria para três órgãos de controle: o TCU, a CGU e o Ministério Público Federal, bem como ao então Ministério da Cultura, para que fossem tomadas as providências cabíveis. No entanto, ao tomar conhecimento da acusação que pesa contra mim, hoje, pude constatar que não houve em momento

algum qualquer aprofundamento na análise do relatório de auditoria pelo MPF, não se investigando as irregularidades ali apontadas. Ainda, sequer se aguardou a conclusão das análises dos processos pelo TCU e CGU, ainda pendentes.

6) Desde que entrei na Ancine, instaurei diversas outras auditorias, além de aprimorar mecanismos de controle sobre o uso de recursos públicos. Basta lembrar o colossal passivo de análises de prestações de contas de projetos audiovisuais que encontrei ao assumir: juntamente com o TCU, a competente equipe técnica da agência, liderando as operações, elaborou um Plano de Ação para o saneamento desse passivo, que está sendo implementado, aumentando a transparência e o rigor na administração dos recursos públicos.

7) No que diz respeito à gestão, realizei uma profunda reestruturação nos cargos de liderança (74% do total, sendo 95% na alta gestão) e primei pela escolha de quadros técnicos, ou seja, priorizei servidores públicos concursados, principalmente aqueles do quadro efetivo da Ancine, em consonância ao disposto em Decreto proferido pelo atual Presidente da República. Na minha gestão não há servidor algum ocupante de cargo de gestão filiado a partido político.

8) Ainda no tocante à gestão, estamos na reta final de reformulação completa das unidades da Ancine, gerando eficiência e otimização orçamentária. Fiscalização centralizada, regulamentação renovada e fomento otimizado, além do fortalecimento do compliance da Agência, através da criação de uma Corregedoria e do Plano de integridade, bem como da reformulação da Comissão de Ética e dos critérios de transparência.

9) Infelizmente, antes de se finalizar (ou se aprofundar) as apurações quanto ao mau uso de recursos públicos por gestões anteriores, acima mencionadas, em dezembro de 2018, eu e mais quatro servidores da Ancine fomos surpreendidos por uma operação da Polícia Federal de busca e apreensão.

Não tenho dúvidas de que a autoridade que determinou tais medidas foi induzida a erro para se alcançar o objetivo final, materializado na última sexta-feira, quando fui afastado da Ancine. A pergunta que resta é: com meu afastamento, tais denúncias (quanto ao artigo 39/X da MP 2228/01) serão apuradas ou cairão no esquecimento?

E mais: hoje sou acusado de "denúncia caluniosa" justamente com base numa denúncia que não foi sequer investigada a fundo. Ou seja, se não

se esgotou a investigac,ã~o sobre o tema, como se pode concluir que a mesma na~o e´ verdadeira?

Coincidentemente, meu afastamento ocorre na iminência da entrada em vigor (26/09/2019) da lei 13.848/2019 que coloca na linha de sucessão para ocupação temporária da diretoria colegiada servidores em cargos de alta gestão, nomeados pelo diretor presidente. Isso significa dizer que a partir da data acima o meu substituto eventual na Ancine poderá nomear, por sua livre escolha e de forma imediata, servidores elegíveis à diretoria. Atualmente a agência está com uma posição vaga de diretoria e com previsão de abertura de outra vaga em 02 de outubro próximo.

Por fim, diante do absurdo da acusac,ã~o que pesa contra mim, irei prestar todos os esclarecimentos a's autoridades competentes, certo de que irei demonstrar minha inoce^ncia.

Atenciosamente,

Christian de Castro, diretor-presidente (afastado) da Ancine - Age^ncia Nacional do Cinema

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/ex-presidente-da-ancine-vira-reu-por-denunciar-colegas.shtml>

Passageira perde ação contra empresa de ônibus

Redação Tribuna Online, com informações de assessoria de imprensa

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Uma moradora de Linhares que alegava ter sido destratada por um cobrador de transporte público teve o pedido de indenização não atendido. Na ação, ela afirmou que o funcionário teria lhe cobrado o pagamento da passagem duas vezes. A decisão é do 1º **Juizado Especial Cível** de Linhares.

Segundo a passageira, que estava grávida na época do ocorrido, ela teria sentado na parte da frente do ônibus e entregue a quantia suficiente para pagamento da sua passagem. Pouco antes de descer, no entanto, ela teria sido cobrada novamente, mesmo informando ao cobrador que já havia realizado o pagamento.

Em contrapartida, a viação para qual o funcionário trabalha afirmou que não houve nenhuma discussão entre a passageira e o cobrador do ônibus. Assim, não havendo qualquer falha na prestação dos serviços, segundo a empresa.

Em análise do caso, o juiz observou que a mulher não comprovou a existência de fato que motivaria o seu direito de ser indenizada, razão pela qual o magistrado julgou improcedente o pedido indenizatório.

"A parte autora não comprovou o mínimo para ter seus pedidos acolhidos. [...] Nem mesmo as provas testemunhais requeridas tanto pela autora, bem como

a requerida, conseguiram comprovar a presença da demandante no veículo e no dia do evento assim como não é possível verificar se, de fato, houve qualquer tipo de falha cometida pelos funcionários da ré", explicou o juiz.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/passageira-perde-acao-contra-empresa-de-onibus>

Meu pai é legal: projeto incentiva reconhecimento de paternidade no ES

Por André Rodrigues e Mayara Melo, G1 ES e TV Gazeta

O projeto Meu Pai é Legal incentiva o reconhecimento voluntário de paternidade ou através da realização de exames de DNA gratuitos. Para isso, alunos de uma faculdade particular de Vitória, com respaldo **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, visitam escolas públicas para convidar os pais a reconhecerem seus filhos de forma voluntária. Cerca de 1.100 paternidades já foram reconhecidas desde o início do projeto.

Os voluntários do programa procuram instituições de ensino a fim de informar sobre a importância da criança ter o nome do pai no registro. Segundo o coordenador do trabalho, Flávio Barroca, a iniciativa iniciou-se em 2012, com os alunos da faculdade indo até as escolas, mas ele explica que as pessoas que sentirem necessidade também podem procurar o serviço.

O projeto acontece em etapas. No mês de outubro, nossos alunos vão até a algumas escolas municipais da rede pública de ensino de Vitória e consultam com a matrícula aquelas crianças que não têm o nome do pai no registro. Em um segundo momento, convidamos a pessoa responsável por essa criança, para que ela forneça os dados do suposto pai. Depois, em um terceiro momento, é feita uma espécie de entrevista com esse pai para sabermos se ele aceita fazer o reconhecimento. Se ele aceitar, é feita uma decisão judicial para acrescentar o nome do pai no registro. Se ele não aceitar por não saber se realmente é o pai, nós fazemos uma investigação de paternidade , pontuou o professor Flávio Barroca.

Ainda de acordo com o coordenador do programa, a ação da faculdade e do **TJES** busca diminuir o alto número de menores que não possuem o nome do pai no registro de nascimento.

Costumo dizer que é uma questão de identidade e tem um efeito grande na vida do cidadão. As crianças melhoram na escola e aumentam a própria auto-estima após serem reconhecidas pelo pai. Além disso, tratando-se de direito, essa criança passa a ter direito a herança, caso aconteça, ela passa a ter direito a pensão alimentícia e de toda estrutura que a criança precisa , frisou.

Flávio Barroca declarou ainda que adultos que tenham interesse em acrescentar no registro o nome do pai também podem procurar a instituição de ensino para pedir ajuda.

O maior desafio são as próprias famílias, inclusive as próprias mães. São mães atingidas por relacionamentos abusivos ou relacionamentos que não deram certo. Essas mães mantêm-se resistentes e às vezes querem até impedir esse registro do pai , concluiu.

Site: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/09/03/meu-pai-e-legal-projeto-incentiva-reconhecimento-de-paternidade-no-es.ghtml>

"Melhores pais do mundo", dizem filhos adotivos por casal de Guarapari

Roberta Bourguignon

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e **OUÇA AGORA.**

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Os quatro irmãos adotados pelo casal Antonio Silva e Camila Morosini são muito tímidos. Patrícia e Daniele não gostam de lembrar o passado. Já Bruno e Breno contam que se sentem na melhor família do mundo.

"Me sinto muito feliz porque eles são os melhores pais do mundo. Foram os pais que nos tiraram de um buraco sem fundo. Não tínhamos uma família de verdade. Natal, por exemplo, não existia uma reunião entre pessoas. Eu agradeço todos os dias por isso existir", disse Bruno.

Grupo

Atualmente, existem no Espírito Santo, mais de 1 mil famílias a espera de uma criança. Nos abrigos do Estado, 147 crianças estão disponíveis para adoção.

Os números foram repassados pela assistente social da **Vara da Infância e Juventude** de Guarapari, Elaine Simone Costa Silva, durante uma palestra a convite do grupo "Gerando com o Coração".

A presidente do grupo, Virginia Silva, revela que a adoção tardia, de crianças acima de 7 anos, é mais difícil. "Vemos que existe muitos nomes para adoção e muitas famílias que estão na fila. O problema, muitas das vezes, é que são crianças mais velhas, adolescentes. A adoção tardia não é vista com bons

olhos", afirmou.

E completou: "Há situações como essa do Antonio e da Camila, que se trata de mais de um irmão. Quando são separados, a dor pode ser maior e, por isso, a assistente social insiste na adoção de irmãos".

O casal Camila e Antonio adotaram quatro irmãos que viviam em um abrigo de Guarapari. Eles poderiam ter filhos biológicos, mas priorizaram a adoção.

Como conheceram os quatro?

Pretendíamos entrar na fila de adoção, mas acabamos conhecendo os irmãos antes. Quando conhecemos os quatro, os meninos seriam separados das meninas pela idade delas, que não cabiam mais no abrigo onde estavam.

Como havia uma dificuldade emocional muito grande entre elas, buscamos ajudá-los, até que resolvessem toda a situação, e o juiz da Vara da Infância, da época, permitiu que ficássemos com a guarda provisória deles.

Por que eles estavam no abrigo?

Por causa de maus-tratos em casa, os quatro irmãos foram levados para um abrigo de Viana. Nesse abrigo, descobriram que havia um quinto irmão que estava morando em Guarapari. Os irmãos foram transferidos para o abrigo de Guarapari, com o intuito de fazerem essa reinstalação com a mãe. O agressor era o pai.

Foi uma luta longa até a adoção?

Sim. Conhecemos eles há oito anos. A Justiça aguardava a possibilidade de reinstalação na família. Eles chegaram a voltar ao convívio da mãe, mas as agressões voltaram a acontecer e eles retornaram para o abrigo. O processo de adoção levou cinco anos para se concretizar. A Justiça tentou de todas as maneiras a volta deles para a família.

Após esperar tantos anos, qual o sentimento hoje?

Somos muito abençoados. Somos gratos por não termos desistido, por termos ficado com eles. Nas dificuldades, eles passam junto com a gente. É um amor incondicional e inexplicável.

É muito fácil amar aquilo que é de nossa obrigação, mas escolher amar te faz amar de uma forma mais profunda.

Receber esse amor é algo gratificante demais. Nós damos muito amor para eles, e recebemos tudo isso de volta. Nem todo filho demonstra esse amor, independentemente de ser biológico ou adotivo.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/melhores-pais-do-mundo-dizem-filhos-adotivos-por-casal-de-guarapari>

Mulher deve ser indenizada após perder dentes devido a tratamento odontológico

Um dentista foi condenado a pagar mais de R\$30 mil em indenizações a uma paciente que teve perda de dentes após realizar uma série de odontológicas. Na ação, a requerente alegou que o tratamento também teria ocasionado uma parestesia irreversível, que é caracterizada pela dormência ou formigamento de determinada parte da boca. A decisão é da 6ª Vara Cível de Vila Velha.

De acordo com a autora, ela foi diagnosticada com retração gengival e, por isso, procurou o dentista. Como forma de tratamento, ela se submeteu a uma série de procedimentos cirúrgicos com a promessa de que seu problema seria resolvido. Todavia, segundo a autora, em virtude do serviço mal prestado, acabou perdendo os dentes. Após procurar outro profissional, ela também descobriu que estava com parestesia irreversível, a qual era decorrente do tratamento.

Em virtude do ocorrido, ela pediu a condenação do dentista ao pagamento do valor do tratamento devidamente corrigido, bem como por danos morais.

Em contrapartida, o requerido alegou que não realizou nenhum procedimento cirúrgico ou de implante que possa ter causado maiores problemas de saúde à requerente. Ele também afirmou que os problemas que ela possui foram pelo abandono do tratamento, visto que não queria pagar outros valores e serviços.

Em decisão, a juíza destacou que a relação entre as partes é de consumo e ressaltou os documentos anexados aos autos. "Pelos documentos juntados [...] é possível subtrair que de fato a autora fora submetida a tratamento de odontologia junto ao requerido e este no recibo que emitiu faz esclarecer que realizou cirurgia de enxerto ósseo e mucoso, além de ter colocado próteses sobre implantes dentários, tendo recebido a importância de R\$10.500,00", afirmou.

Desta forma, a magistrada não acolheu os argumentos defendidos pelo requerido. "Segundo documentos juntados verifico que a autora fora submetida por muito tempo a um tratamento junto ao requerido, sem êxito. Pelo contrário, após o tratamento fora diagnosticada por parestesia irreversível e perdas de dentes, o que por si só gera dano à moral", justificou a juíza.

Assim, em sentença, a magistrada condenou o requerido ao pagamento de R\$20 mil em indenização

por danos morais e R\$10.500,00 a título de dano material. Ambos os valores devem ser corrigidos e acrescidos de juros.

Fonte: **TJES**

<http://www.tjes.jus.br/mulher-deve-ser-indenizada-apos-perder-dentes-devidoaoatratamento-odontologico/>

Site:

https://jhfrota.jusbrasil.com.br/noticias/751896327/mulher-deve-ser-indenizada-apos-perder-dentes-devido-a-tratamento-odontologico?ref=news_feed

TJES - Mulher que alegava ter sido destratada por cobrador tem pedido de indenização negado

Uma moradora de Linhares que alegava ter sido destratada por um cobrador de transporte público teve o pedido de indenização negado. Na ação, ela afirmou que o funcionário teria lhe cobrado o pagamento da passagem duas vezes. A decisão é do 1º **Juizado Especial Cível** de Linhares.

Segundo a autora, que estava grávida na época do ocorrido, ela teria sentado na parte da frente do ônibus e entregue a quantia suficiente para pagamento da sua passagem. Pouco antes de descer, no entanto, ela teria sido cobrada novamente, mesmo informando ao cobrador que já havia realizado o pagamento.

Em contrapartida, a viação afirmou que não houve nenhuma discussão entre a autora e o cobrador do ônibus, assim, não havendo qualquer falha na prestação dos serviços.

Em análise do caso, o juiz observou que a autora não comprovou a existência de fato que motivaria o seu direito de ser indenizada, razão pela qual o magistrado julgou improcedente o pedido indenizatório.

A parte autora não comprovou o mínimo para ter seus pedidos acolhidos. [?] Nem mesmo as provas testemunhais requeridas tanto pela autora, bem como a requerida, conseguiram comprovar a presença da demandante no veículo e no dia do evento assim como não é possível verificar se, de fato, houve qualquer tipo de falha cometida pelos funcionários da ré, explicou o juiz.

Processo nº 5002342-14.2017.8.08.0030

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=448904

Mulher que alegava ter sido destratada por cobrador tem pedido de indenização negado

Uma moradora de Linhares que alegava ter sido destratada por um cobrador de transporte público teve o pedido de indenização negado. Na ação, ela afirmou que o funcionário teria lhe cobrado o pagamento da passagem duas vezes. A decisão é do 1º **Juizado Especial Cível** de Linhares.

Segundo a autora, que estava grávida na época do ocorrido, ela teria sentado na parte da frente do ônibus e entregue a quantia suficiente para pagamento da sua passagem. Pouco antes de descer, no entanto, ela teria sido cobrada novamente, mesmo informando ao cobrador que já havia realizado o pagamento.

Em contrapartida, a viação afirmou que não houve nenhuma discussão entre a autora e o cobrador do ônibus, assim, não havendo qualquer falha na prestação dos serviços.

Em análise do caso, o juiz observou que a autora não comprovou a existência de fato que motivaria o seu direito de ser indenizada, razão pela qual o magistrado julgou improcedente o pedido indenizatório.

"A parte autora não comprovou o mínimo para ter seus pedidos acolhidos. [...] Nem mesmo as provas testemunhais requeridas tanto pela autora, bem como a requerida, conseguiram comprovar a presença da demandante no veículo e no dia do evento assim como não é possível verificar se, de fato, houve qualquer tipo de falha cometida pelos funcionários da ré", explicou o juiz.

Processo nº 5002342-14.2017.8.08.0030

Fonte: Site de Linhares

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/mulher-que-alegava-ter-sido-destratada-por-cobrador-tem-pedido-de-indenizacao-negado/>

Mulher que alegava ter sido destratada por cobrador tem pedido de indenização negado

Norte Notícia

Uma moradora de Linhares que alegava ter sido destratada por um cobrador de transporte público teve o pedido de indenização negado. Na ação, ela afirmou que o funcionário teria lhe cobrado o pagamento da passagem duas vezes. A decisão é do 1º **Juizado Especial Cível** de Linhares.

Segundo a autora, que estava grávida na época do ocorrido, ela teria sentado na parte da frente do ônibus e entregue a quantia suficiente para pagamento da sua passagem. Pouco antes de descer, no entanto, ela teria sido cobrada novamente, mesmo informando ao cobrador que já havia realizado o pagamento.

Em contrapartida, a viação afirmou que não houve nenhuma discussão entre a autora e o cobrador do ônibus, assim, não havendo qualquer falha na prestação dos serviços.

Em análise do caso, o juiz observou que a autora não comprovou a existência de fato que motivaria o seu direito de ser indenizada, razão pela qual o magistrado julgou improcedente o pedido indenizatório.

"A parte autora não comprovou o mínimo para ter seus pedidos acolhidos. [...] Nem mesmo as provas testemunhais requeridas tanto pela autora, bem como a requerida, conseguiram comprovar a presença da demandante no veículo e no dia do evento assim como não é possível verificar se, de fato, houve qualquer tipo de falha cometida pelos funcionários da ré", explicou o juiz.

Processo nº 5002342-14.2017.8.08.0030

Site: <https://nortenoticia.com.br/mulher-que-alegava-ter-sido-destratada-por-cobrador-tem-pedido-de-indenizacao-negado/>

Adolescentes que cumprem medida socioeducativa em São Mateus terão qualificação profissional

O Projeto Além da Medida, que visa garantir qualificação profissional para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no município de São Mateus, foi lançado esta semana, na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com a presença do juiz substituto da **Vara da Infância e da Juventude** da Comarca, Antônio Moreira Fernandes, da procuradora do **Ministério Público** do Trabalho, Thaís Borges da Silva, do gerente da unidade Centro Integrado Senai, Carlos Eduardo de Jesus Moreira, e dos adolescentes acompanhados de seus responsáveis.

Também estiveram presentes: a secretária municipal de Assistência Social, Marinalva Boedel Machado, a coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Carla Cardoso Ribeiro, o assessor jurídico do Creas, Geovalti Lopes de Freitas, a coordenadora do programa Katia Quaresma Borges, o Comissário da Infância e Juventude de São Mateus, Jorge Barbosa Viana, e a diretora escolar Alessia de Almeida Toscano. A cerimônia aconteceu no último dia 26.

O juiz substituto Antonio Moreira Fernandes, da **Vara da Infância e da Juventude** da Comarca, parabenizou a todos pela iniciativa e destacou a importância da decisão daqueles em aderir ao programa como forma de construção de um novo futuro, por meio de capacitação e auxílio a entrar no mercado de trabalho. Destacou, ainda, que este é o momento da mudança e que o primeiro passo já foi dado por aqueles que se dispuseram a participar do curso ofertado.

A procuradora do Trabalho, Thaís Borges da Silva, destacou que "a implementação do Projeto Além da Medida significa o cumprimento, pelo Estado, do seu dever de garantir aos adolescentes seu direito de profissionalização, providencia esta que pode servir como transformação de vida para esses adolescentes. 'O conhecimento é transformador!'. É esse então um projeto que visa dar um novo projeto de vida, uma nova perspectiva de futuro para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa."

As bolsas profissionalizantes são provenientes de

recursos da Procuradoria do Trabalho de São Mateus, assim como são todos os itens necessários para a realização do curso, como uniforme, material didático, insumos, lanches diários, equipamentos de proteção individual, material de consumo para utilização do curso e, para aqueles que tiverem frequência acima de 75%, bolsa de 20 reais por dia.

A primeira turma, formada por 20 adolescentes, realizará o curso técnico em eletricista de automóveis, com carga horária de 160 horas. Os estudantes serão submetidos aos conteúdos curriculares específicos sobre atividade da área automotiva. As aulas terão início no dia 16 de setembro, na sede do Senai, e os alunos serão acompanhados pelo instrutor Fábio César Magalhães.

Fonte: **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**

Site: <https://www.simnoticias.com.br/adolescentes-que-cumprem-medida-socioeducativa-em-sao-mateus-terao-qualificacao-profissional/>

Três mil detentos podem deixar a prisão no ES

FERNANDA BATISTA

TAGS: MUTIRÃO, LIBERDADE, DETENTOS, ESPÍRITO SANTO, MARCELLO PAIVA DE MELLO - DEFENSOR PÚBLICO, **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO**, GISELE SOUZA DE OLIVEIRA - COORDENADORA EXECUÇÕES PENAS **TJES**, SEJUS,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/03/TVVITRIARECORDES-07.38.42-07.42.21-1567513962.mp4>

Projeto incentiva reconhecimento da paternidade

TAG: PROJETO MEU PAI É LEGAL, PATERNIDADE,
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO,
FACULDADE PARTICULAR DE VITÓRIA,
RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE, FLÁVIO
BARROCA E GARCIA PROFESSOR, ESCOLAS,
AÇÃO JUDICIAL, PODER JUDICIÁRIO, CIDADE DE
VITÓRIA,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/09/03/TVGAZETAAGL>
OBOES-06.53.04-07.02.29-1567506045.mp4

LEONEL XIMENES



LXIMENES@REDEGAZETA.COM.BR | TEL.: 3321-8521

LEIA.AG/LEONELXIMENES

Ela merece!

O presidente do TJES, Sérgio Gama, inaugurou a sala de audiência “Desembargadora Catharina Maria Novaes, no Fórum de Cachoeiro. A falecida magistrada era cachoeirense e foi a primeira mulher a ocupar um assento no Tribunal de Justiça.

| RELATÓRIO DO CNJ |

Custo de magistrado ao Tribunal de Justiça é de R\$ 50 mil por mês

Gasto médio mensal, considerando salários e outras verbas, aumentou na comparação com 2017

▲ NATÁLIA DEVENS
nosta@redesg2.eta.com.br

Cada juiz ou desembargador da Justiça Estadual do Espírito Santo custou, em média, R\$ 50,1 mil por mês aos cofres públicos em 2018. O valor é 13,5% maior que o de 2017, quando a média foi de R\$ 44,1 mil. É o que aponta o relatório Justiça em Números, editado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e lançado ontem.

O montante é o 13º mais alto, comparado com dos tribunais de todos os Estados do país, e está acima na média nacional para os tribunais estaduais, que foi de R\$ 47,4 mil. De acordo com o levantamento, há 337 magistrados em atividade no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e 23,8% dos cargos existentes em sua estrutura estão vagos.

No cálculo estão computados os salários e também benefícios e despesas de caráter indenizatório, tais como diárias, passagens, auxílio-saúde, entre outros.

Só de salários, em si, um desembargador ganha hoje R\$ 35,4 mil e um juiz, R\$ 33,6 mil. Eles receberam reajuste de 16,38% nos subsídios em janeiro, após ter havido o aumento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que é o teto do



Tribunal de Justiça: desembargador ganha hoje R\$ 35,4 mil, mas há outros benefícios e indenizações

funcionalismo público.

A despesa com os magistrados estaduais também está acima do valor gasto com os magistrados federais que atuam no Espírito Santo. De acordo com o CNJ, o custo médio mensal dos magistrados que atuam na 2ª região da Justiça Federal, na qual o Estado se inclui, foi de R\$ 47,6 mil.

Já os juízes e desembargadores do Trabalho, ligados ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª região (TRT-ES) custaram mensalmente R\$ 48,7 mil cada um.

SERVIDORES

O Justiça em Números também levantou a média do custo dos servidores do

R\$ 15,4 MIL

Foi o custo médio mensal de cada servidor do Judiciário estadual em 2018, um aumento de 11,6%

13,5% DE ALTA

É o quanto subiu o custo médio mensal com magistrados da Justiça estadual no ano passado

Judiciário estadual. A despesa mensal por cada funcionário passou de R\$ 13,8 mil, em 2017, para R\$ 15,4 mil em 2018, aumento de 11,6%.

Havia, ao todo, 6.906 servidores no Poder Judiciário do Estado em 2018. Dentro da despesa com pessoal, 10,6% foram destinados a pagar os cargos e as funções comissionadas, que não passaram por concurso.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, a despesa total do TJES no ano ficou em R\$ 1,36 bilhão.

OUTRO LADO

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) foi procurado para comentar, mas informou que não te-

ve tempo hábil para uma análise mais aprofundada dos dados.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha, afirmou que embora não conheça a fórmula usada para chegar a esse valor, os dados estão próximos da média nacional, o que demonstra razoabilidade.

“É certo que a carência de magistrados no Estado pode acabar refletindo em um custo per capita maior, porque acaba gerando um maior pagamento de deslocamentos, por exemplo. Outra coisa que posso garantir é que nosso Estado tem bastante transparência ao revelar os dados”, comentou.

Estoque de processos aumenta 30% no país

▲ O estoque de processos aguardando julgamento em todo o país aumentou em 30% na última década. Em 2009, havia nos escaninhos dos tribunais um estoque de 60,7 milhões de ações. Em 2018, o número chegou a 78,7 milhões. Ainda assim, há esperança de ver essa demanda ser debelada. Pela primeira vez em dez anos, a quantidade de causas diminuiu de um ano para outro.

No fim de 2017, eram 79,6 milhões – o que representa queda de 1,2% em relação ao fim do ano passado. Os números são do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Outro fenômeno mostrado pelo relatório é que, nos últimos quatro anos, o número de processos encerrados tem sido maior do que a quantidade de causas novas. A diferença entre as duas categorias tem aumentado a cada ano.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, disse que os resultados são motivo de comemoração. “Apesar de ter, evidentemente, um longo caminho pela frente, é motivo de comemoração pois pela primeira vez baixamos do patamar de mais de 80 milhões de processos”. (Agência O Globo)

Quantidade de casos julgados no ES sobe

▲ Os juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) melhoraram em 26,3% o índice de processos judiciais concluídos no último ano em relação a 2017.

Segundo dados do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cada um dos 337 magistrados baixou 1.435 processos durante o ano. Quando um processo é baixado, significa que houve decisão transitada em julgado – ou seja, definitiva –, ou que o caso foi arqui-

vado ou remetido para outros órgãos ou instâncias.

Com este resultado do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Espírito Santo ficou em uma posição intermediária entre os tribunais de médio porte do país, na 5ª colocação. O resultado representa um avanço em relação a 2017, em que a Justiça estadual ficou na 8ª posição, com um índice de 1.136 processos por magistrado.

No entanto, aumentou a carga de trabalho por magistrado, que contabiliza

quantos foram os processos sob a responsabilidade de cada julgador, o que inclui os processos baixados e também os que ficaram pendentes. No 1º grau de jurisdição, cada juiz estadual teve uma carga de 4.671 processos em 2018, em média, ante a 4.113 em 2017. No Tribunal de Justiça, a carga de trabalho dos desembargadores diminuiu de 4.308 processos em 2017 para 2.803 em 2018.

Considerando todo o Tribunal de Justiça, foram 303.719 novos casos no

ano, e ficaram 932.333 casos pendentes, o que correspondeu a um Índice de Atendimento à Demanda de 153,5%. Neste indicador, o TJES teve o 2º melhor resultado entre os tribunais.

O presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha, acredita que as medidas implementadas pela administração do Tribunal para aumento da produtividade, como realização de mutirões e digitalização de processos, contribuíram para este resultado.



Pleno do TJES: produtividade de magistrados é maior

| IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA |

Luiz Paulo condenado por usar como caseiro funcionário da prefeitura

Hoje presidente do Instituto Jones, ele pode até perder o cargo no governo estadual

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@reddegazeta.com.br

Condenado em ação de improbidade administrativa por utilizar – de 1998 a 2004 –, os serviços de um caseiro que, na verdade, era funcionário terceirizado da Prefeitura de Vitória, o ex-prefeito da Capital Luiz Paulo Vellozo Lucas, hoje diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, pode perder o cargo.

A condenação foi confirmada pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), na última terça-feira. Luiz Paulo tem que ressarcir os cofres públicos – em valor a ser calculado –, teve os direitos políticos suspensos por oito anos e deve pagar multa de R\$ 50 mil.

A sentença de primeiro grau, de 2016, previa ainda perda da função pública. Essa punição, especificamente, foi excluída por decisão unânime da Câmara do TJES. Mas especialistas em Direito Administrativo e Eleitoral consultados por A GAZETA avaliam que o ex-prefeito poderia ser en-



Luiz Paulo pode ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa estadual por condenação

quadrado na Lei da Ficha Limpa estadual.

A lei nº 9.891 estabelece no art. 1º que “não será nomeado para ocupar cargo de provimento em comissão, contratado para assumir emprego público de confiança, designado para ocupar função de confiança ou indicado para integrar conselho, comissão, comitê ou órgão de deliberação coletiva no âmbito da administração pública direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo quem tenha praticado ato tipificado como causa de

inelegibilidade prevista na legislação eleitoral”.

FICHA LIMPA

Com a suspensão dos direitos políticos, Luiz Paulo fica impedido, por decisão colegiada (não de apenas um magistrado), de disputar eleições e, logo, também ficaria, pela Lei da Ficha Limpa estadual, proibido de integrar os quadros do governo do Estado.

A inelegibilidade é declarada pela Justiça Eleitoral na época do pleito, mas segundo um especialista em Direi-

to Eleitoral, o efeito da norma na administração estadual já poderia ser aplicado após a publicação da decisão do Tribunal de Justiça.

Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Governo informou a que “ainda não tem conhecimento desta decisão judicial e que assim que a conhecer, o caso será analisado e haverá uma avaliação sobre quais as providências”.

Um caso similar ocorreu em relação ao ex-prefeito de Muqui Frei Paulão (PSB). Inelegível após ser

condenado em ação de improbidade, ele chegou a ser nomeado, em janeiro, como subsecretário estadual de Agricultura, mas desistiu de tomar posse após A GAZETA mostrar que ele se enquadrava na Lei da Ficha Limpa estadual.

Advogado de Luiz Paulo, Henrique Herkenhoff disse que é preciso aguardar a publicação da decisão do tribunal, mas a priori, lembra que a defesa pode apresentar embargos de declaração à própria 2ª Câmara Cível. Os embargos existem para esclarecer pontos do que foi decidido pelos magistrados. E um deles pode ser justamente a suspensão dos direitos políticos do ex-prefeito. Se isso fosse derrubado, seria afastado o enquadramento na Ficha Limpa.

“Embora repugnante, o ato do então Prefeito da Capital não é suficiente para impor a ele a privação absoluta para compor os quadros da administração”, escreveu, no voto, o relator do caso, desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy, que manteve, no entanto, “intactos os demais termos da sentença (de primeiro grau)”. Ele foi seguido à unanimidade pelos demais.

“Se você admite que não tem empecilho para ocupar um cargo, não importa

se esse cargo é eletivo ou não. Vai caber à gente recorrer e pedir esclarecimento. Mas, em princípio, se extingue a perda do cargo extingue a suspensão dos direitos políticos, que tem a mesma fundamentação”, avalia Herkenhoff.

Luiz Paulo também foi procurado pela reportagem, mas informou que apenas o advogado falaria a respeito.

O CASEIRO

O desembargador relator ponderou quanto à questão da ocupação de função pública, sobre a utilização do funcionário pago pela prefeitura para serviços pessoais, ele foi direto: “Resta configurado o dolo (a intenção) daquele que se vale da qualidade de prefeito para, em benefício próprio e particular, contratar um funcionário para desempenhar a função de porteiro – e, outras tantas vezes, caseiro, limpador de piscina, cuidador de cachorro, lavador de carros etc”.

Já Herkenhoff diz que o funcionário trabalhava como segurança, regularmente contratado pela prefeitura para atuar na casa de Luiz Paulo. Depois o funcionário demitiu-se da empresa terceirizada e passou a ser pago pelo próprio prefeito.

QUINTA, 29 DE AGOSTO DE 2019

VITOR VOGAS

PRAÇA OITO

VVOGAS@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8319

LEIA.AG/VITORVOGAS

E agora, MPES?

A novela em torno dos “assessores externos” dos gabinetes dos deputados na Assembleia começou em março deste ano. Não é exagero dizer: começou por causa da coluna que publicamos no dia 22 de março. Na ocasião, informamos que a Promotoria Cível de Vitória, por meio de inquérito aberto em 2017, vinha cobrando da direção da Assembleia, sem nenhuma resposta efetiva, algo aparentemente singelo: a publicação, no Portal da Transparência do Legislativo, dos relatórios semanais de atividades que, em tese, pela resolução então vigente, esses assessores precisavam elaborar e apresentar aos respectivos chefes de gabinetes.

Os relatórios, quando feitos, não precisavam ser divulgados. A Promotoria entendia que a divulgação seria um modo simples e eficaz de favorecer a transparência e a fiscalização por parte não só do MPES, mas de toda a sociedade civil.

Os promotores tinham razão para agir assim. Em um passado recente, o MPES chegou a abrir investigações e oferecer denúncias contra vários deputados estaduais por supostamente manterem “funcionários fantasmas”. De 2017 em diante, a Promotoria mudou a estratégia: no lugar de investigações caso a caso e do oferecimento de denúncias no varejo à Justiça, passou a investir na conciliação com a Assembleia. Isso por um motivo simples e pragmático: mais resultado.

Provar que um servidor fantasma é mesmo fantasma não é fácil. Demanda um dispêndio enorme de tempo, pessoal, recursos, às vezes para comprovar um

caso isolado em meio a muitos prováveis. Não é sempre que um desses fantasmas “dá a bandeira” que deu, há poucos meses, um assessor lotado no gabinete de Zé Esmeraldo, que sumiu por semanas em viagem a Rondônia... Melhor que combater, concluiu o promotor à frente do inquérito, seria prevenir: publiquem-se, pois, os relatórios. A Assembleia não topou. Resistiu e enrolou até março. Até que a coluna foi publicada, em 22 de março.

Quatro dias depois, em uma blitzkrieg, os deputados, por iniciativa da Mesa Diretora, aprovaram o “projeto de supertransparência”, o qual não só estabelecia a publicação dos relatórios dos assessores externos no Portal da Transparência da Assembleia como impunha uma série de outras medidas de transparência aos outros Poderes, inclusive ao MPES. Após um princípio de crise institucional, o governador Renato Casagrande vetou o projeto da Mesa, e os deputados, antes tão entusiasmados em mostrar sua preocupação com a transparência nos atos dos Poderes, mantiveram o veto do governo.

Entre a aprovação do projeto e o seu engavetamento, o governo Casagrande montou uma mesa com representantes de todos os Poderes, mediada pelo secretário

—
O órgão ministerial, defensor do interesse público, não pode lavar as mãos, vendo a Assembleia não só ignorar a cobrança do próprio MPES por mais transparência como retroceder nessa matéria

estadual de Transparência, Edmar Camata (PSB), com o objetivo de chegarem a uma proposta alternativa que garantisse mais transparência sobre os atos dos servidores e membros não só da Assembleia, como do MPES e das demais instituições públicas. Não deu em absolutamente nada.

Aí, quando se achava que tudo continuaria na mesma, a Assembleia logrou a façanha de tornar ainda pior o que já era péssimo: no dia 16 de julho, os deputados extinguíram a necessidade dos relatórios de atividades. Em vez de evoluir, conseguiram regredir em matéria de transparência. Foi a prova definitiva de que o “projeto de supertransparência”, que inicialmente mereceu até editorial positivo de A GAZETA, nunca passou de um grande blefe da Assembleia e de uma retaliação contra o MPES, por causa daquela pressão da Promotoria Cível de Vitória em prol da publicação dos relatórios de atividades dos “assessores externos” no site da Casa.



No mesmo dia 16 de julho, a Assembleia também aprovou, às pressas, o projeto de autoria do procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, que criou 307 cargos comissionados na instituição. Voz isolada nesse debate, o deputado Majeski (PSB) falou em “troca de gentilezas”, sugerindo que as chefias do MPES e da Assembleia teriam feito um acordo: os deputados aprovariam prontamente o projeto da cúpula do MPES, enquanto este, em troca, passaria a aliviar na fiscalização sobre os assessores dos deputados.

Extraindo da fala de Majeski acusação de conluio sem provas, Pontes moveu interpeelação judicial contra o deputado do TJES, pedindo explicações. E o MPES encaminhou à Corregedoria da Assembleia a representação de um cidadão de nome oculto contra Majeski, por quebra de decoro parlamentar.

É neste pé que estamos. Mas, diante de todo o exposto, ficam algumas perguntas para o MPES: e agora, vai ficar assim? O órgão ministerial, defensor do interesse público, vai lavar as mãos, assistindo à Assembleia não só ignorar a cobrança do próprio MPES que deu origem a tudo isso como retroceder nessa matéria? E o inquérito que tramitava na Promotoria Cível de Vitória? E os reiterados pedidos à direção da Assembleia por mais transparência em relação aos “gabinetes externos”?

Com a palavra, o MPES:

“O MPES, por meio da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, informa que o inquérito civil referente ao caso citado segue em andamento.” Por ora, foi tudo o que recebemos como resposta, por meio de nota enviada pela assessoria de imprensa do órgão. Menos mal que o inquérito não tenha sido arquivado. Mas resta saber que providências o MPES tomará, ou não, daqui para a frente.

| VISITA AO ESTADO |

Convento fechado para receber Mourão

Carros não poderão subir ladeira por causa da presença do vice-presidente

MAÍRA MENDONÇA
mmendonca@redgazeta.com.br

Prestes a pisar em solo capixaba pela primeira vez desde a eleição, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), terá agenda cheia hoje. Sua primeira parada, pela manhã, deverá ser no Convento da Penha, em Vila Velha, onde o general, que costuma conhecer os sítios históricos dos lugares por onde passa, será recebido pelo Frei Alessandro Dias.

O governador Renato Casagrande (PSB) também acompanhará o passeio. O Convento, inclusive, informa que a subida de carros ficará proibida enquanto o vice-presidente estiver por lá. A última autorização antes disso será concedida para a missa das 9h30.

A visita de cerca de meia hora, entre as 10h e as 11h, começará pelo Campinho, passando pelo museu e pela sala dos milagres até chegar à capela. Neste período de uma hora, nenhum veículo poderá subir até o local.

Entre a manhã e a tarde de ontem, seguranças e



Mourão terá vários compromissos hoje no Estado

batedores estiveram no Convento para organizar a recepção de Mourão.

De Vila Velha, o vice-presidente seguirá para o cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória, onde dará início à sua agenda principal no Estado: o encontro com empresários no almoço de comemoração do aniversário de 27 anos do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex).

Mais de 400 pessoas foram convidadas para o evento, no qual Mourão será convidado de honra e também palestrante. Conforme já adiantou a

coluna Leonel Ximenes, na edição de ontem, o cardápio contará com filé ao molho funghi e ravióli de ricota com espinafre e nozes e, de sobremesa, mil-folhas com creme de banana.

Para fechar a tarde, Mourão também é esperado na apresentação do programa do governo Estado Presente, no Palácio da Fonte Grande. Para além do governador Renato Casagrande (PSB), representantes de outros Poderes, como o presidente do Tribunal de Justiça Estadual (TJES), desembargador Sérgio Gama, já confirmaram presença.

Ministro do STJ em Vix

O ministro do Superior Tribunal de Justiça **Marco Aurélio Gestaldi Buzzi** será um dos expositores do Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito, promovido pela Esmages e Amages, hoje e amanhã, no Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Inteligência artificial

Ele falará sobre “Inteligência artificial e a sua aplicação no mundo jurídico”, no dia 30, no quinto painel, que ainda contará com o desembargador do TJES Samuel Meira Brasil Jr, com o juiz do TJPE, **José Faustino Macedo de Souza Ferreira**, com o juiz do TJES, Gustavo Henrique Procópio Silva, e o juiz **Felippe Morgado Morgado Horta**.



GOVERNADOR Renato Casagrande com autoridades na teleaudiência experimental, no Palácio Anchieta

“Visitas virtuais” a presos pelo celular

Projeto está em fase de implantação. Familiar terá login e senha fornecidos pela Sejus e vai acessar uma rede de contato protegida

Kananda Natielly

Por um aplicativo para celular, centenas de famílias vão poder conversar e ver seus parentes presos em uma das 35 cadeias do Estado, sem sair de casa, em “visitas virtuais”.

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) vai disponibilizar a familiares de detentos uma rede especial com sistema de videoconferência.

A informação foi confirmada ontem pelo secretário da Justiça, Luiz Carlos Cruz, no Palácio Anchieta, durante apresentação de uma teleaudiência experimental.

De acordo com Cruz, o projeto está em fase de implantação. Quando ele estiver disponível, familiares dos presos poderão fazer cadastro junto à secretaria. Eles vão receber login e senha para o uso do sistema em uma conexão protegida.

“Essa rede poderá ser acessada por aplicativo para celulares. A pessoa vai digitar o login e a senha que recebeu da Sejus e, no horário determinado, vai poder entrar na rede e conversar com o interno”, explicou.

Durante a apresentação, o secretário destacou a importância das “visitas virtuais” para familiares que têm dificuldade de estarem presentes nas cadeias, principalmente, porque moram longe.

O contato pelo aplicativo faz parte do projeto de audiências virtuais, que interliga o sistema do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) com as unidades prisionais e também está em fase de testes.

Ele foi criado pelo governo do Estado, em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest).

O projeto de audiências virtuais foi apresentado na tarde de ontem, no gabinete do governador Renato Casagrande, com uma teleaudiência experimental.

A audiência aconteceu na 4ª Vara Criminal de Vitória e foi realizada pela juíza Gisele Souza de Oliveira. Já os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II), acompanhados por seus advogados.

O governador considerou a teleaudiência um sucesso e explicou como ela vai funcionar: “O preso fica no sistema prisional, em uma sala, acompanhado de seu advogado ou do defensor público. O juiz ou promotor pode estar no fórum ou em qualquer outro lugar. Há a audiência sem a presença da pessoa privada de liberdade”.

Gasto de R\$ 15 milhões por ano

O valor médio gasto pelo Estado com o deslocamento de presos para as audiências de custódia é de R\$ 15 milhões por ano.

Os custos desse transporte foram informados pelo secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, ontem, durante a transmissão de uma teleaudiência experimental, no gabinete do governador Renato Casagrande, no Palácio Anchieta, em Vitória.

A teleaudiência foi realizada pela juíza Gisele Souza de Oliveira, que estava na 4ª Vara Criminal de Vitória, e contou com participação dos réus, que permaneceram no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II), acompanhados



DETENTOS em aula no presídio

dos de seus advogados.

O secretário destacou que a adoção das teleaudiências trará agilidade aos processos e economia para o Estado. Ele disse que a medida também pode reduzir a superlotação do sistema prisional e, assim, resultar em economia ainda maior, uma vez que o custo médio de um detento hoje é de R\$ 1.600 por mês.

“O Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus e decidir quais penalidades aplicar, o que pode levar à redução do número de presos provisórios. A expectativa também é de reduzir as escoltas para condução de detentos a audiências presenciais, que geram gasto anual de R\$ 15 milhões.”

Justiça decreta prisão de ex-vereador

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) determinou ontem a prisão do ex-vereador de Mimoso do Sul José Jardel Astolpho, acusado de mandar matar o cunhado.

O empresário Sebastião Carlos de Oliveira Filho foi assassinado em uma emboscada em frente a sua residência, no centro da cidade, no dia 16 de julho de 2008.

Tião, como era conhecido, tinha 47 anos. Ele estava dentro do carro e seguiria para o trabalho, quando foi surpreendido pelos criminosos. O empresário foi morto com cinco tiros.

Jardel foi condenado, no dia 11 de maio do ano passado, a 18 anos e seis meses de prisão, porém recorreu. A defesa dele alegou irregularidades no processo e pediu a anulação da sentença, além de redução da pena. Os pedidos foram negados pelos desembargadores.

Segundo as investigações, Tião e Jardel seriam sócios em um posto de combustíveis. O ex-ve-

reador teria recebido R\$ 260 mil devidos pela prefeitura, mas não repassou metade do valor ao sócio, que começou a cobrá-lo.

“Foi um crime bárbaro. Meu irmão foi cobrá-lo duas ou três vezes e acabou morto”, disse o advogado Luiz Claudio Almeida de Oliveira, 60, que atua como assistente da acusação desde a época do crime.

Familiares e amigos de Tião aguardavam o julgamento ontem, em Vitória, e comemoraram a decisão. As filhas dele, Myrella Salvador Perciano de Oliveira, 21, e Mylena Costa de Oliveira, 26, fizeram uma oração, ao lado do avô Sebastião Carlos de Oliveira, 86, pai do empresário morto.

O delegado de Mimoso do Sul, Rômulo Carvalho Neto, contou que, assim que a polícia tomou conhecimento do mandato de prisão, fez diligências na casa do acusado, que não foi localizado. A reportagem não conseguiu falar com a defesa de Jardel.

FOTOS: DIVULGAÇÃO



FAMÍLIA da vítima aprovou decisão contra Jardel Astolpho (destaque)

Luiz Paulo tem de pagar multa de R\$ 50 mil

O ex-prefeito de Vitória Luiz Paulo Vellozo Lucas (Cidadania) terá de devolver R\$ 50 mil ao erário. Ele foi condenado por conta de manter caseiro sem carteira assinada para realização de serviços domésticos particulares com dinheiro público.

O caso teria acontecido no seu primeiro mandato na prefeitura, de 1997 a 2000. O Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES) decidiu, por unanimidade, na terça-feira, dar provimento parcial ao recurso que Luiz Paulo ajuizou na Corte.

A decisão significa que o pagamento do valor está mantido como na condenação na primeira instância da Justiça comum, mas sem a perda de seus direitos políticos, como havia sido decidido antes.

O relator, desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy, entendeu “que mostra-se exagerada a aplicação da perda da função pública, pois, embora repugnante, o

ato do então prefeito da capital não é suficiente para impor a ele a privação absoluta para compor os quadros da administração.

A defesa do ex-prefeito disse que vai recorrer do pagamento do valor determinado, mas entende que o Tribunal praticamente absolveu Luiz Paulo. Afirmou que a ação deixou de existir e que ele continuará elegível.

ANTÔNIO CARLOS SESSA - 17/09/2018



LUIZ PAULO vai recorrer de decisão

JUSTIÇA EM NÚMEROS

Tribunal capixaba é o 9º mais produtivo

É o que mostra relatório do CNJ, que reúne dados sobre número de processos, servidores e recursos na Justiça em 2018

Kleber Amorim

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) é 9º do País em produtividade e eficiência entre os 27 da federação, de acordo com o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus). A avaliação é feita em percentual, que aponta quanto mais próximo dos 100%, melhor está a avaliação. O TJ capixaba alcançou 85%.

O índice agrega informações sobre número de processos que tramitaram em 2018, dados sobre recursos humanos (magistrados, servidores efetivos, comissionados e ingressados por meio de requisição ou cessão) e sobre recursos financeiros, em relação à despesa total da Justiça.

O IPC-Jus é o mais importante do relatório "Justiça em Números", divulgado ontem, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele permite comparações entre tribunais, independente do seu porte, que é dividido em grande, médio e pequeno. O TJ-ES é considerado de médio porte e, entre os tribunais de sua categoria, ocupa a 4ª posição em produtividade.

A Justiça de 1º grau atingiu 89% de produtividade, enquanto que a de 2º grau alcançou metade disso, 43%. O Estado é ainda o 13º no percentual de casos pendentes de execução em relação ao estoque total de processos e 13º também na taxa de congestionamento total e líquida, por tribunal, 64,6% e 66,7%, respectivamente.

O presidente da Amages, Daniel Peçanha, disse que os dados de produtividade "demonstram o esforço da magistratura capixaba, que enfrenta momento de grande carência de juizes, não preenchidas por questões orçamentárias".

O custo médio mensal dos tribunais capixabas com cada magistrado, incluindo benefícios, encargos, previdência social, diárias, passagens, indenizações judiciais e demais indenizações eventuais e não eventuais, foi de R\$ 50.129 em 2018. Com cada servidor foi R\$ 15.478.

Morador tem de indenizar prefeito

Um morador da Grande Vitória terá de indenizar um prefeito em R\$ 2 mil por ofensas publicadas em vídeo em rede social.

O prefeito foi abordado por um pré-candidato ao cargo de vereador, que lhe chamou, entre outras coisas, de mentiroso.



FACHADA do Tribunal: 337 magistrados estão em atividade no Estado

A SITUAÇÃO DO TJ-ES

PRODUTIVIDADE: para se chegar a esse índice, são avaliados dados que incluem número de processos, recursos humanos e a despesa total da Justiça.

TRIBUNAL	PRODUTIVIDADE	
1º TJ-RS	100,00%	GRANDE PORTE
2º TJ-RJ	100,00%	
3º TJ-SP	98,00%	
4º TJ-MG	82,00%	
5º TJ-PR	82,00%	
6º TJ-DF	100,00%	MÉDIO PORTE
7º TJ-BA	100,00%	
8º TJ-MT	94,00%	
9º TJ-ES	85,00%	
10º TJ-GO	77,00%	
11º TJ-SC	59,00%	PEQUENO PORTE
12º TJ-CE	58,00%	
13º TJ-PA	55,00%	
14º TJ-PE	54,00%	
15º TJ-MA	52,00%	
16º TJ-SE	100,00%	
17º TJ-RR	100,00%	
18º TJ-RO	81,00%	
19º TJ-AP	80,00%	
20º TJ-MS	76,00%	
21º TJ-AC	75,00%	
22º TJ-TO	74,00%	
23º TJ-AL	69,00%	
24º TJ-AM	69,00%	
25º TJ-RN	58,00%	
26º TJ-PB	52,00%	
27º TJ-PI	49,00%	

Observação: em azul, estão os tribunais de Justiça de grande porte. Em verde, os tidos como os de médio porte e, em laranja, os que são vistos como de pequeno porte.

Fonte: Relatório Justiça em Números 2019, do Conselho Nacional de Justiça.

NÚMEROS DO TJ-ES

R\$ 50.129,00 POR MÊS

Foi quanto cada juiz ou desembargador custou aos cofres públicos em 2018

O VALOR É O 13º MAIS ALTO, comparado com os demais tribunais e está acima da média nacional, que foi de R\$ 47.426,00

HÁ 337 MAGISTRADOS (juizes e desembargadores) em atividade no Judiciário capixaba

TRF-2

O CUSTO MÉDIO MENSAL dos magistrados da 2ª Região da Justiça Federal, na qual o Estado está inserido, foi de R\$ 47.635

TRT-ES

JÁ OS JUÍZES E DESEMBARGADORES do Trabalho, ligados ao Tribunal do Trabalho da 17ª Região (TRT-ES), custaram mensalmente R\$ 48.742

O CUSTO MÉDIO dos servidores da Justiça estadual aumentou de R\$ 13.866, em 2017, para R\$ 15.478 (+11,6%), em 2018, por cada funcionário.

R\$ 1,36 BILHÃO

foi a despesa total do TJ-ES em 2018. Havia, ao todo, 6.906 funcionários.

PLENÁRIO

COM A COLABORAÇÃO DE LUIZ TREVISAN | plenário@redetribuna.com.br

Contorno muda uma cidade

Exatamente seis meses após a inauguração do contorno rodoviário de Iconha, depois de três anos de obras realizadas pela concessionária Eco101, o prefeito João Paganini (PDT) diz que a cidade só tem a comemorar. "A receita não caiu, o movimento no comércio se mantém, e nos livramos do trânsito intenso, dos acidentes, da poluição gerada", aponta.

Ele só lamenta que até agora o Dnit ainda não tenha transferido para a prefeitura o trecho da antiga rodovia que corta a cidade. Planeja realizar ali urbanismo e paisagismo, com intuito de transformar em área de lazer para a comunidade.

"Ganhamos em qualidade de vida, após inauguração do contorno, em 28 de fevereiro último", frisa. Sentimento oposto ao da primeira audiência pública sobre o projeto do contorno. Na época, temendo impacto nas vendas, comerciantes pressionaram lideranças e moradores, e a obra foi vetada.

* * *

Serra acima

Os novos dados do IBGE, apontando a Serra como maior cidade do Espírito Santo, com 517 mil habitantes, põe pilha nos pré-candidatos à prefeitura, em 2020. Vira uma espécie de cereja do bolo eleitoral.

E reforça necessidade do prefeito Audifax Barcelos (Rede) intensificar projetos estruturantes: em um ano, município ganhou 10 mil moradores.

Na sessão vazia, lição

Numa sessão esvaziada e sem projetos na pauta, ontem, deputados se revezaram nos discursos, na Assembleia. Sérgio Majeski (PSB), professor, falou duas vezes. E deplorou o descaso com a educação no País.

"Em Cingapura, dia do professor é feriado nacional. Na Finlândia, recuperação de aluno é feita por outro professor, com outro método", citou.

* * *



Café nosso para Bolsonaro

Em solenidade no Planalto, quando apresentou sugestões ao projeto de Abuso de Autoridade, Soraya Manato (PSL) apresentou Bolsonaro com café produzido em Forquilha, interior de Dorcas do Rio Preto. E fez mídia: "Com esse café, o Espírito Santo ganhou três concursos nacionais da Abic".

Tempos obscuros

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, Helder Salomão (PT-ES) falou sobre os 40 anos da lei da Anistia.

"Não era essa a lei que a sociedade queria, mas com um Congresso de senadores biônicos, foi o possível". Alertou que 40 anos depois "os tempos obscuros estão rondando a nossa democracia". Já na sessão da Assembleia Legislativa, ontem, a data passou batida.

* * *

Pesquisa mostra perfil da mulher na magistratura

A dificuldade para a mulher avançar na magistratura independe da região em que atua. É o que apontam números recentes do Departamento de Pesquisa do Conselho Nacional de Justiça. Dois exemplos: em Santa Catarina e Pará, as desembargadoras estão acima de 43% do efetivo. Já no Espírito Santo e Rio Grande do Sul, esse percentual é inferior a 16%. O diagnóstico revela ainda que a magistratura nacional tem hoje 38,8% de juízas em atividade.

GALERIA

AÇÕES AMBIENTAIS

Advogado Marcelo Abelha fala amanhã, 9h, no salão pleno do Tribunal de Justiça, sobre "As provas nas ações coletivas ambientais e os princípios da precaução e prevenção".

CAIXA-SECA

Deputado Luciano Machado (PV) defende o retorno do incentivo à caixa-seca, no interior, para captar e devolver a água da chuva ao lençol freático. "Sobrevoando nosso Estado, podemos constatar algumas regiões desertificadas", aponta.

SAUDADES DA MARINA?

Marina Silva reaparece. Vai falar sobre "Violência de gênero na política", no festival "Agora é que são elas", 21 de setembro, em São Paulo.

LABARETAS E DÓLARES

Senador Fabiano Contarato (Rede) anuncia nova ação contra a União. Para obrigar que sejam recebidos os US\$20 milhões anunciados pelo G-7 para a Amazônia.

AMAZÔNIA OU NÃO...

Governar é apagar incêndio!

O SENADOR Marcos do Val será um dos expositores do Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito, promovido pela Esmages e Amages, hoje e amanhã, no Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Ele falará sobre fake news no segundo painel de hoje, que terá ainda Antônio Silveira Neto, juiz do TJ-PB; Fernando Zardini Antônio, desembargador do TJ-ES; e Cláudia Araújo, juíza do TJ-ES.

TELEAUDIÊNCIA

O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, o governador Renato Casagrande, e o secretário de estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, acompanharam, ontem, direto do Palácio Anchieta, uma teleaudiência experimental realizada pela juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira. Esse é mais um passo importante para agilizar o andamento de processos com o uso da tecnologia!



TJ mantém condenação de ex-vereador de Mimoso condenado por mandar matar o cunhado

REDAÇÃO

DE MIMOSO DO SUL

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) negou, ontem, provimento à apelação ajuizada pelo ex-vereador de Mimoso do Sul, José Jardel Astolpho, condenado por ter mandado matar o seu cunhado, Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

O crime de homicídio duplamente qualificado aconteceu em julho de 2008. A condenação do ex-vereador aconteceu 10 anos depois, em 11 de maio de 2018.

O advogado que representou o ex-parlamentar alegou irregularidades no andamento processual, capazes de gerar a anulação da sentença proferida em 1º grau da Justiça. Foi suscitada uma preliminar de nulidade da condenação decidida no Júri.

Após sustentação, o relator do processo, desembargador Pedro Valls Feu Rosa, analisou a preliminar suscitada para a possibilidade de nulidade do Júri realizado, que foi rejeitada pela Câmara Criminal. “Não entendo que o pleito mereça prospe-

rar. Como se sabe, a declaração de nulidade depende de demonstração efetiva do prejuízo ao demandante, o que não ocorreu”, observou o magistrado, a partir das alegações apresentadas pelo apelante.

“Os advogados do réu foram ativos durante toda a realização do julgamento, questionando os atos que entendiam em desacordo com a lei processual pátria, o que foi prontamente observado pelo magistrado, mas não fizeram (advogados) qualquer menção à matéria aqui impugnada no momento adequado”, acrescentou.

No mérito da apelação, o desembargador Pedro Valls Feu Rosa destacou que o Tribunal de Justiça não deve julgar o fato que levou a questão discutida ao Judiciário, visto que se trata de crime doloso contra a vida, cuja responsabilidade de examinação é do Tribunal do Júri. “Não me é possível aqui dizer se o julgamento foi justo ou injusto, certo ou errado. Apenas devo agora julgar se o veredito foi absurdo ou não”, ressaltou o julgador.

A partir da análise das provas colhidas no processo,



o relator decidiu por negar provimento ao recurso interposto por José Jardel Astolpho, sendo acompanhado pelos demais integrantes do Colegiado.

À unanimidade, a 1ª Câmara Criminal manteve a sentença de 1º grau, que condenou o ex-parlamentar, a 18 anos e 6 meses de prisão, após o Júri Popular constatar a culpabilidade do acusado. Além disso, foi determinada a prisão do réu, que aguardou o julgamento dos recursos em liberdade.

• O CRIME

O crime, que teve ampla repercussão, teria sido supostamente motivado por uma dívida de aproximadamente R\$ 200 mil entre a Prefeitura e o posto de combustível no qual o ex-vereador e a vítima eram sócios.

Segundo o processo, o cunhado do ex-vereador teria realizado cobranças a fim de receber parte de um pagamento, disponibilizado pela Prefeitura em favor da empresa de sociedade das partes e não repassado por José Jardel.

Seger e Tribunal de Justiça do Espírito Santo celebram acordo para projetos inovadores



Estado – A secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Se-ger), Lenise Loureiro, assinou nesta terça-feira (27), juntamente com o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, um acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado e o Poder Judiciário para fomentar a adoção de práticas e projetos inovadores no Espírito Santo.

De acordo com o ter-

mo de cooperação técnica, o objetivo do convênio é promover mais eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e na prestação de serviços à sociedade. O documento foi assinado na sede do TJES, na Enseada do Suã, e teve a participação do Corregedor Geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior.

A cooperação entre os órgãos participantes consistirá em uma série de ações, como a promoção de estudos e ações de in-

teresse comum que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras, o compartilhamento de práticas, conhecimentos e experiências referentes à inovação no setor público.

Além disso, de acordo com o gerente de inovação na gestão da Seger, Pedro Henrique Trindade, também presente na assinatura, serão realizados eventos e ações de divulgação da temática. "A ideia é ofertar aos servidores dos poderes executivo e

judiciário a participação em eventos e ações de capacitação e desenvolvimento profissional. Essas ações serão planejadas e executadas de acordo com Plano de Trabalho, que deverá ser elaborado em até 30 dias após a assinatura", destacou.

Para a Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, o compartilhamento de informações é positivo para todos os envolvidos. "Nós queremos sempre fazer parceiros nas adminis-

trações, nos poderes, e compartilhar todas as soluções que tivermos. Recentemente, compartilhamos nosso sistema de Recursos Humanos com a presidência do Tribunal de Justiça. Penso que todas as possibilidades de avanço que tivermos, temos que compartilhar, seja de um lado ou de outro", ressaltou.

O Corregedor Geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, destacou a importância do acordo. "Temos apenas que agradecer essa oportunidade de celebrar esse acordo de cooperação. Ele vai permitir um trabalho conjunto entre as duas instituições. Vai permitir, inclusive, que possamos acompanhar parte dos projetos que a Seger está desenvolvendo e também o contrário, que nós possamos contribuir de alguma forma com o aprimoramento da atuação do Poder Judiciário, com reflexo no Poder Executivo e na população", declarou o Corregedor.

O presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, também agradeceu a parceria do governo do Estado.

Parcerias

O Tribunal de Justiça está participando do Pitch Gov.ES, iniciativa da Seger que prevê a participação de startups de todo o país na solução de desafios da administração pública, otimizando recursos e melhorando a vida do cidadão. De acordo com o projeto, as startups contribuirão com métodos, experiências e ferramentas tecnológicas.

Além disso, o governador Renato Casagrande, o presidente do TJES, desembargador Sérgio Gama, e a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, assinaram, no dia 01 de julho deste ano, o Termo de Cooperação Técnica, que estende a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes) ao Tribunal de Justiça.

O sistema é uma ferramenta consolidada na gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos do Poder Executivo do Estado, que integra os dois registros e facilita a obtenção de informações sobre o pessoal visando a tomada de decisões estratégicas.

Seger e Tribunal de Justiça do Espírito Santo celebram acordo para projetos inovadores



Seger e Tribunal de Justiça do Espírito Santo celebram acordo para projetos inovadores



Estado – A secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Se-ger), Lenise Loureiro, assinou nesta terça-feira (27), juntamente com o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, um acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado e o Poder Judiciário para fomentar a adoção de práticas e projetos inovadores no Espírito Santo.

De acordo com o ter-

mo de cooperação técnica, o objetivo do convênio é promover mais eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e na prestação de serviços à sociedade. O documento foi assinado na sede do TJES, na Enseada do Suã, e teve a participação do Corregedor Geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior.

A cooperação entre os órgãos participantes consistirá em uma série de ações, como a promoção de estudos e ações de in-

teresse comum que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras, o compartilhamento de práticas, conhecimentos e experiências referentes à inovação no setor público.

Além disso, de acordo com o gerente de inovação na gestão da Seger, Pedro Henrique Trindade, também presente na assinatura, serão realizados eventos e ações de divulgação da temática. "A ideia é ofertar aos servidores dos poderes executivo e

judiciário a participação em eventos e ações de capacitação e desenvolvimento profissional. Essas ações serão planejadas e executadas de acordo com Plano de Trabalho, que deverá ser elaborado em até 30 dias após a assinatura", destacou.

Para a Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, o compartilhamento de informações é positivo para todos os envolvidos. "Nós queremos sempre fazer parceiros nas adminis-

trações, nos poderes, e compartilhar todas as soluções que tivermos. Recentemente, compartilhamos nosso sistema de Recursos Humanos com a presidência do Tribunal de Justiça. Penso que todas as possibilidades de avanço que tivermos, temos que compartilhar, seja de um lado ou de outro", ressaltou.

O Corregedor Geral da Justiça, desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, destacou a importância do acordo. "Temos apenas que agradecer essa oportunidade de celebrar esse acordo de cooperação. Ele vai permitir um trabalho conjunto entre as duas instituições. Vai permitir, inclusive, que possamos acompanhar parte dos projetos que a Seger está desenvolvendo e também o contrário, que nós possamos contribuir de alguma forma com o aprimoramento da atuação do Poder Judiciário, com reflexo no Poder Executivo e na população", declarou o Corregedor.

O presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, também agradeceu a parceria do governo do Estado.

Parcerias

O Tribunal de Justiça está participando do Pitch Gov.Es, iniciativa da Seger que prevê a participação de startups de todo o país na solução de desafios da administração pública, otimizando recursos e melhorando a vida do cidadão. De acordo com o projeto, as startups contribuirão com métodos, experiências e ferramentas tecnológicas.

Além disso, o governador Renato Casagrande, o presidente do TJES, desembargador Sérgio Gama, e a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, assinaram, no dia 01 de julho deste ano, o Termo de Cooperação Técnica, que estende a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes) ao Tribunal de Justiça.

O sistema é uma ferramenta consolidada na gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos do Poder Executivo do Estado, que integra os dois registros e facilita a obtenção de informações sobre o pessoal visando a tomada de decisões estratégicas.

Com o objetivo de diminuir escoltas de detentos, Estado realiza audiência experimental por vídeo

Polícia Vitória

O governador Renato Casagrande acompanhou de seu gabinete, no Palácio Anchieta, uma teleaudiência experimental na tarde desta quarta-feira (28). Na audiência, enquanto a juíza Gisele Souza de Oliveira estava na 4ª Vara Criminal de Vitória, os réus estavam em uma sala montada no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

Acompanharam a transmissão da teleaudiência ao lado do Governador do Estado, o Secretário Geral da OAB/ES, Marcus Felipe Botelho Pereira, o Presidente Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Sérgio Luiz Teixeira Gama, o Coordenador de Execução Penal da Defensoria Pública por

Estado do Espírito Santo, Marcelo Paiva de Melo, o Secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, o Subsecretário para Assuntos do Sistema Penal da Sejus, Alessandro Ferreira de Souza, e o Gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Modernização

O modelo de teleaudiência experimental está em fase de testes pelo governo do estado e objetiva o aprimoramento da gestão do sistema prisional capixaba. Com isso, o estado tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais do Estado salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por

vídeo). Além da instalação do mesmo modelo em 15 fóruns do Estado.

O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final de outubro deste ano.

Casagrande afirmou que a teleaudiência é um marco histórico para o Espírito Santo. "A modernização do sistema prisional objetiva dar agilidade aos processos, diminuir as despesas com as escoltas e dar mais segurança para a população. Hoje estamos com 10 mil presos a mais em nosso sistema prisional. Além disso, só em 2018, o estado realizou mais de 39 mil escoltas. Essa ferra-



menta ajuda no combate as injustiças, através de uma maior agilidade nos julgamentos, e desonera os cofres públicos".

O secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, ressalta a importância do projeto, que trará mais segurança, agilidade e economia para o Estado. "Precisamos buscar a tecnologia como aliada para melhorar as

condições do sistema prisional. As teleaudiências darão mais agilidade nos julgamentos e mais facilidade para que o juiz ouça as partes envolvidas no processo para decidir, até mesmo, por penas alternativas. São medidas que podem reduzir a superlotação do sistema e gerar economia para o Estado, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$

1.600,00 por mês. Além disso, tornamos o procedimento mais seguro e reduzimos o número de escoltas realizadas para condução dos detentos para audiências presenciais", afirma.

Atualmente, o sistema prisional capixaba enfrenta superlotação e abriga cerca de 23.800 presos, com um número de vagas equivalente a 13.863.

Presidente do TJES diz que é a Justiça do futuro

Vitória – O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama, afirmou que as audiências por vídeo representam a Justiça do futuro. “A Justiça está utilizando da tecnologia para agilizar os julgamentos. Ninguém quer que ninguém cumpra mais tempo de prisão do que a lei determina. O projeto vai possibilitar uma economia enorme de combustível, mais segurança para quem transporta os presos e uma série de benefícios” – enfatizou o desembargador, conforme relata a assessoria do Governo do Estado.

“Com as salas de teleaudiências, o Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus nos processos e decidir quais penalidades aplicar para cada caso, como as penas alternativas. Estimamos que as audiências por vídeo gerem uma redução expressiva do número de escoltas para condução de detentos em audiências presenciais, ação que promove um gasto médio anual de R\$ 15 milhões para o Estado. A medida pode reduzir também a superlotação do sistema e permitir mais economia, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600 por mês” – explicou o secretário estadual da Justiça, Luiz Carlos Cruz.

A coordenadora das Varas Criminais e de Execuções Penais do TJES, a juíza Gisele Souza de Oliveira, que conduziu a teleaudiência, lembrou que a iniciativa faz parte de um esforço conjunto liderado pelo governador. “Todo esse esforço conseguiu harmonizar os interesses de todas as instituições que compõem o sistema de Justiça em torno das audiências por vídeo, que têm funcionado de forma eficiente em todos os testes realizados. A Sejus se envolveu integralmente neste projeto, assumindo o Poder Judiciário. Fico muito feliz de protagonizar esse momento que marca a modernização do nosso sistema de Justiça” – ressalta.

A 2ª Vara Criminal de Colatina e a Comarca de São Domingos do Norte também realizam audiências com a ferramenta de forma experimental. Mais de 300 teleaudiências já foram realizadas em formato de teste.

SISTEMA PRISIONAL

A Sejus é responsável pela gestão de 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos. A população carcerária atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

Sejus prepara salas em 35 prisões para teleaudiências

EM FASE DE TESTE, TECNOLOGIA PARA AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR VÍDEO FOI APRESENTADA ONTEM AO GOVERNADOR

Vitória – Do gabinete no Palácio Anchieta, o governador Renato Casagrande acompanhou uma teleaudiência experimental, realizada nesta quarta-feira (28) pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª Vara Criminal de Vitória. Os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com os respectivos advogados. “A Secretaria Estadual de Justiça (Sejus) tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). O projeto está em fase de teste e tem apresentado bons resultados. O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final deste ano” – relata a Assessoria do Governo do Estado.

A ação é realizada em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e interliga o sistema do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) com as unidades prisionais. As salas de teleaudiências também serão instaladas em 15 fóruns do Estado. O governador ressaltou que a audiência desta quarta representa um dia his-



O governador Renato Casagrande ressaltou que a audiência de ontem representa um dia histórico para o Estado do Espírito Santo.

tórico para o Estado do Espírito Santo.

“Assumimos uma situação no sistema carcerário de uma realidade que precisava de enfrentamento. Com o esforço de todos, com o apoio do Conselho Nacional de Justiça, as teleaudiências mudam a realidade e a forma que nos relacionamos na prestação do serviço. Queremos oferecer mais serviço com menos gasto e não queremos que o cidadão fique um dia a mais sequer no sistema sem necessidade. Não queremos injustiça e, às vezes, a pessoa priva-

da de liberdade fica mais tempo que o necessário por não conseguir realizar a audiência, que não acontece por vários motivos, seja por um problema no veículo ou o engarrafamento, por exemplo” – afirmou Casagrande.

O governador lembrou que as teleaudiências economizam tempo e dinheiro do Estado. “Queremos ser duros com quem comete o crime, mas precisamos ser justos com quem já cumpriu sua pena”, ressaltou.

Acompanhando a transmissão no gabinete do governador, tam-

bém estiveram presentes o presidente do TJES, desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, o secretário da Justiça Luiz Carlos Cruz; o coordenador de Execução Penal da Defensoria Pública Estadual Marcelo Paiva de Melo; o secretário geral da OAB-ES Marcus Felipe Botelho Pereira; a representante do Prodest Carla Leúcia Alves do Nascimento, além do subsecretário estadual para Assuntos do Sistema Penal Alessandro Ferreira de Souza e o gerente de Tecnologia da Informação da Sejus Jocymar Lyra.

Racha na Terceira Ponte: laudo aponta que piloto de moto usou maconha

O laudo cadavérico do motoboy Kelvin Gonçalves dos Santos, 23, e da namorada dele, Brunielli Oliveira, 17, revelou que o casal havia usado maconha. A substância foi encontrada no sangue e na urina das vítimas por meio de um exame toxicológico realizado pela Polícia Civil .

Kelvin e Brunielli estavam em uma moto quando foram atingidos por um carro que, segundo a polícia, disputava um racha na Terceira Ponte , em maio deste ano. O laudo da perícia realizado no Audi - veículo que atingiu a moto - apontou que o excesso de velocidade do motorista do carro foi determinante para a morte do casal.

A polícia afirma que o racha era disputado pelo advogado Ivomar Rodrigues Gomesm, que dirigia o Audi, com o universitário Oswaldo Venturini Neto, que conduzia um Ethios. De acordo com a perícia, o s dois motoristas estavam a 150 km/h na ponte e tinham ingerido bebidas alcoólicas . Eles estão presos.

O exame de toxicologia foi feito em Kelvin e Brunielli logo após as mortes. Apesar do laudo apontar a presença de THC, um dos componentes da maconha, não é possível dizer quando a substância foi usada pelo casal e em qual quantidade. No caso de Brunielli também foi constatado que ela ingeriu álcool, cerca 8,1 dg/L.

Para o advogado que representa a família do casal que morreu, Siderson Vitorino, não há relevância do exame toxicológico no processo, já que Kelvin e Brunielli foram vítimas de um acidente provocado por uma série de infrações e crimes.

Eu ainda não vi o laudo, mas isso não interfere em absolutamente nada na causa do acidente. A morte deles foi causada pela negligência de dois motoristas, que estavam alcoolizados e disputando um racha no meio da Terceira Ponte. Eles assumiram o risco de matar alguém. Aqui, pouco importa se eles tinham feito uso de maconha ou não , destacou.

O laudo foi entregue pela Polícia Civil a 1ª **Vara Criminal de Vitória** no dia 20 de agosto. De acordo com a PC, é procedimento padrão a requisição de laudos periciais de pessoas que tenham sofrido óbito violento.

Ainda não se sabe se o resultado do exame vai ser descartado durante o processo. Isso porque, no dia 19 de agosto, o juiz negou um pedido da defesa de Ivomar para confeccionar um exame toxicológico das vítimas. Contudo, não houve manifestação a respeito do laudo entregue pela Polícia Civil.

Indefiro o pedido de confecção de laudo toxicológico das vítimas, de requisição de mapa geodésico do local dos fatos e de requisição da planta baixa da ponte (fl. 719), uma vez que os requerimentos de produção de tais provas não foram devidamente justificados, não vislumbrando neste momento a sua pertinência para elucidação dos fatos , diz o juiz Felipe Bertrand Sardenberg, em decisão.

O QUE DIZ A DEFESA

Para o advogado de defesa de Ivomar, José Augusto Trivelin, a presença da droga no sangue das vítimas mostra que a culpa do acidente foi compartilhada.

O laudo demonstra que Kelvin estava dirigindo sob influência de droga, o que gera culpa também para ele. Se você ver o vídeo, vai perceber que o motorista tenta desviar o carro, mas que o Kelvin joga a moto para o mesmo lado , disse.

> Racha na Terceira Ponte: conta de boate mostra compra de bebida alcoólica

Já o advogado que representa Oswaldo, Ludgero Liberato, disse que só vai se manifestar sobre o laudo após ter acesso ao documento.

É comum que fatos novos surjam durante o processo e isso demonstra que não há necessidade de manter os suspeitos presos enquanto todos os fatos não forem esclarecidos , disse.

> Advogado e estudante são indiciados por mortes e racha na Terceira Ponte

EFEITOS DA MACONHA

Segundo o perito criminal e pesquisador do Departamento de Medicina Legal da Universidade de São Paulo (USP) , Júlio de Carvalho Ponce, não é possível determinar, por meio de exames, em que momento a maconha foi usada pelas vítimas.

Se a pessoa fuma um ou dois cigarros, a droga consegue ser detectada no sangue até 4 horas após o uso. No caso da urina, até 8 dias depois. Agora se é um uso maior, de 5 cigarros por exemplo, a substância fica na corrente sanguínea por 24 horas. E enquanto ela está no sangue, a pessoa está sob efeito da droga, porque está sendo transmitida ao cérebro , explicou.

>Vídeo mostra acusados deixando boate antes de racha na Terceira Ponte

Os efeitos, contudo, variam de acordo com a quantidade e frequência com que a droga é utilizada. Geralmente, no caso de motoristas, a maconha causa certa lentidão.

O efeito de um cigarro de maconha é similar ao de duas latas de cerveja. No trânsito, isso vai trazer uma diminuição na capacidade cognitiva. A diferença é que o álcool traz uma certa euforia, já a maconha torna a pessoa mais lenta , finalizou.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/08/racha-na-terceira-ponte-laudo-aponta-que-piloto-de-moto-usou-maconha-1014196425.html>

Caso Gabriela Chermont: júri popular é adiado pela quinta vez

O julgamento do acusado da morte da jovem Gabriela Regattieri Chermont, de 19 anos, foi adiado pela quinta vez. A motivação agora foi a apresentação de dois laudos médicos pela defesa de Luiz Claudio Ferreira Sardenberg. A jovem foi morta em 21 de setembro de 1996, quando caiu do décimo segundo andar de um apart hotel em Camburi, Vitória.

Durante esta quinta-feira (29), as redes sociais foram inundadas de protestos contra o adiamento do Júri popular, que estava agendado para o próximo dia 3 de setembro. Mas, segundo informações da Promotoria Criminal de Vitória, do **Ministério Público** Estadual (MPE), a inclusão de novos documentos no processo pode ocorrer até três dias antes do julgamento e é considerado um direito para as duas partes, acusação e defesa.

Neste caso, após a inclusão de dois laudos que haviam sido produzidos em 2018, pela defesa do acusado, o juiz teria que, em seguida, intimar a parte contrária a se manifestar sobre o novo documento. Assim, a Promotoria Criminal e, em seguida, a assistência da acusação, teriam que ter direito a analisar o documento. Como não havia tempo suficiente para isto até o dia 3, o julgamento foi adiado.

A Promotoria Criminal informou que uma nova data será agendada ainda este mês, e que um novo julgamento deve ocorrer até o início de outubro. Destacou que as ações ocorridas não representam que o julgamento está sendo protelado pelo Juízo da Primeira **Vara Criminal** ou mesmo pelo MPE.

OUTRO LADO

O acusado juntou documentos no tempo processual correto e nunca deu causa a qualquer adiamento. Todos os laudos periciais oficiais indicam que Gabriela suicidou-se, não existindo indícios de agressões, discussões ou lesões que sustentem a tese de homicídio", afirma Raphael Câmara, advogado de Sardenberg.

> Ex-PM acusado de matar esposa e colega na Serra é preso

RELEMBRE O CASO

A morte de Gabriela Chermont foi causada por queda

do décimo segundo andar do Apart Hotel La Residence, situado na Avenida Dante Micheline, no bairro Mata da Praia, em Vitória, na madrugada de 21 de setembro de 1996.

> Pastoras se unem para debater, nas igrejas, a violência contra mulher

Segundo consta dos arquivos processuais, a jovem e o empresário, Luiz Claudio, teriam rompido o relacionamento e, por indicação de colegas de faculdade, ela teria passado a conhecer um outro rapaz. Em uma das situações em que teriam saído juntos, para um bar na Praia da Costa, amigos do ex-namorado teriam visto e contado para ele. Nesta situação, o denunciado pelo crime passaria a manter telefonemas com Gabriela, até que teriam combinado um encontro na noite de 20 de setembro daquele ano.

Testemunhas nos autos do processo relatam que o ex-casal se dirigiu a um bar em Jardim da Penha e que depois se dirigiram ao Apart Hotel, onde ficaram hospedados no apartamento de número 1.204. Luiz Claudio, a partir daí, afirma que os dois mantiveram relações sexuais, enquanto a defesa alega que não e que, em vez disso, teriam ocorrido diversas agressões, causando inclusive quebras de dentes e escoriações na lombar, desencadeando, por fim, no arrastamento e projeção da vítima pela sacada.

Um exame toxicológico realizado à época do caso identificou que o comerciante teria feito uso de cocaína, ao contrário da alegação dele no sentido de ter tomado apenas cerveja.

> Crime contra idosa que deixou bilhete antes de morrer no ES segue impune

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/08/caso-gabriela-chermont-juri-popular-e-adiado-pela-quinta-vez-1014196349.html>

Funcionário pago por prefeitura trabalhou 6 anos na casa de Luiz Paulo

O funcionário de uma empresa terceirizada da Prefeitura de Vitória que trabalhou na casa do então prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas (PPS) entre 1998 e 2004 contou, em depoimento, que jamais atuou em outro local enquanto foi contratado pela companhia.

Luiz Paulo, hoje diretor-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, teve a condenação por improbidade administrativa confirmada pela 2ª Câmara Cível do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** na última terça-feira (29).

Oficialmente, o funcionário prestava serviços em uma área relativamente distante da Ilha do Boi, endereço do então prefeito. Embora conste do seu contracheque a informação de que prestava serviços no Parque Moscoso, verifica-se que ele nunca laborou neste local, registrou o desembargador relator do caso, **Fernando Estevam Bravin Ruy**.

> Morador da Serra tem que indenizar prefeito em R\$ 2 mil por vídeo no Facebook

Parte do depoimento do trabalhador foi transcrita no voto e revela as atividades diárias dele: que como era pessoa de confiança chegou a olhar as crianças assim como cuidar dos cachorros, dando ração, a pedido da esposa do senhor Luiz Paulo; que também limpava o jardim na parte da frente.

E, para isso, recebia pagamentos da empresa, que, por sua vez, contava com verbas dos cofres públicos. No contracheque do depoente recebia de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 pagos diretamente pela Servas através de contracheque; que não recebia nenhum valor diretamente do Sr. Luiz Paulo, consta, ainda, no depoimento. À empresa não foram imputados atos de improbidade.

> Câmara de Viana derruba veto e libera reajuste a vereadores e prefeito

O cargo de prefeito não confere ao seu ocupante a disponibilização de um porteiro para vigiar a entrada e saída de pessoas da sua residência, sobretudo quando este funcionário é contratado por uma empresa terceirizada que presta serviços para a municipalidade, escreveu o relator, no voto.

A condenação em primeira instância saiu em 2016.

Luiz Paulo deve pagar multa de R\$ 50 mil, ressarcir a prefeitura em valor ainda a ser calculado, e teve os direitos políticos suspensos por 8 anos.

Após um recurso da defesa do ex-prefeito, a 2ª Câmara Cível do **TJES** decidiu excluir apenas uma das punições definidas em 2016: a perda da função pública.

LEI DA FICHA LIMPA ESTADUAL

Mas especialistas em Direito Administrativo e Eleitoral consultados pelo Gazeta Online avaliam que, por estar inelegível (com a suspensão dos direitos políticos), o ex-prefeito poderia ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa estadual e, assim deveria ser exonerado pelo governo do Estado. O Instituto Jones é vinculado à secretaria de Estado de Planejamento.

> Após reportagem do Gazeta Online, ficha-suja desiste de cargo no governo

A Secretaria de Estado de Governo informou que ainda vai avaliar o caso: A Secretaria de Estado de Governo informa que ainda não tem conhecimento desta decisão judicial e que assim que a conhecer, o caso será analisado e haverá uma avaliação sobre quais as providências cabíveis.

SERVIÇOS REGULARES

Advogado de Luiz Paulo, Henrique Herkenhoff diz que o funcionário da empresa terceirizada prestou serviços regularmente na casa do então prefeito de Vitória como segurança.

O caso não tem nada de irregular. Optou-se por uma vigilância armada privada, por recomendação da assessoria da Polícia Militar. Tinha um adido da PM na prefeitura que recomendou que ele tivesse uma segurança. Se o Tribunal de Justiça entende que essa segurança não deveria ter sido feita, embora tenha sido de boa-fé, isso não é improbidade, afirmou.

Quando trabalhou como segurança estava protegendo o preito a serviço da prefeitura. Quando ele quis contratá-lo para serviços pessoais, ele deixou de ser custeado pela prefeitura e o contratou com carteira assinada, muito antes de qualquer processo ou denúncia, frisou.

MEU AMIGO

Nesta quinta-feira (29), Luiz Paulo publicou um texto no Facebook em que relata que contratou os serviços do funcionário como caseiro, mas que ele mesmo arcou com a remuneração:

Quando assumi a Prefeitura de Vitória, há 22 anos atrás, fui morar numa casa alugada na Ilha do Boi. Era casado e tinha três filhos de 4 a 14 anos de idade. Tinha dois policiais militares designados para a segurança. Durante o dia era sempre acompanhado por eles. Não queria policiais nem viatura policial na minha casa à noite. Pedi apenas um vigia noturno desarmado. A empresa terceirizada fazia a segurança patrimonial da prefeitura colocou um funcionário como vigia que chegava a noitinha saia pela manhã. Foi assim que conheci o Zé Carlos.

Minha família e eu, até nosso cachorro Guga, nos afeiçãoamos ao vigia Zé Carlos, um baiano boa praça, educado e prestativo. Não demorou muito até que ficou claro que Zé Carlos poderia ser muito mais importante para nossa família como caseiro do que como vigia.

Ele está comigo até hoje. É mais que um empregado é um amigo. Me ajuda a fazer caldo de feijão nas festas de aniversário e se especializou em fazer o melhor acarajé de Vitória que eu sirvo orgulhosamente aos amigos mais chegados. Ele está perto de se aposentar e já me disse que vai voltar pra Bahia pra curtir os netos.

Quando o conheci, Zé Carlos era só um vigia noturno. Hoje ele é um membro da minha família

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/funcionario-pago-por-prefeitura-trabalhou-6-anos-na-casa-de-luiz-paulo-1014196328.html>

Mourão ora sozinho, elogia Convento e diz que quer ir à Festa da Penha

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), que chegou na manhã desta quinta-feira (29) ao Espírito Santo, elogiou o Convento da Penha, em Vila Velha. Ele fez uma oração sozinho no local e fotografou na famosa janela que tem vista para a Terceira Ponte. O general veio ao Estado para participar de um encontro com empresários do comércio de importação e exportação.

ORAÇÃO E FOTOS

O Frei Alessandro contou que Mourão fez uma oração sozinho em frente a imagem de Nossa Senhora da Penha. Ele afirmou, ainda que pretende vir na próxima Festa da Penha.

Foi muito simples. Ele fez sua prece por todo o Brasil e pela missão que ele está desenvolvendo com o presidente Jair Bolsonaro. Depois, ele entrou para fazer a famosa fotografia na janela do Convento, sozinho e também com o governador Casagrande. Achei bacana. Ele destacou a importância da história e disse que quer participar da próxima Festa da Penha, em 2020, nos 450 anos do Convento, e vai estender o convite ao presidente da República, contou.

Além do Frei Alessandro Dias, o governador Renato Casagrande (PSB) também acompanhou a visita e o Convento informou que a subida de carros ficou proibida enquanto o vice-presidente esteve por lá. A visita de cerca de uma hora começou por volta das 10 horas, teve início pelo Campinho, passando pelo museu e pela sala dos milagres até chegar à capela.

A importância dessa visita é mostrar a nossa agenda ao presidente da República. (Mourão) É uma pessoa importante do Governo Federal e terei a oportunidade de conversar com ele sobre nossas prioridades. Vamos discutir as questões ligadas principalmente da infraestrutura e eficiência das ações. A questão da Força Nacional também estará entre os assuntos da reunião de hoje a tarde, afirmou Casagrande.

Na saída, Mourão agradeceu a receptividade do Frei Alessandro Dias e elogiou o passeio ao convento.

Excelente, maravilhosa a visita. O Convento é história pura. História é o que nos une, porque o passado é que faz o que nós somos hoje. É fundamental conhecer as raízes do Brasil. Além disso, o Espírito

Santo colocou um padrão de equilíbrio fiscal para o resto do país, afirmou Mourão.

BATEDORES

Entre a manhã e a tarde da última quarta-feira (28), seguranças e batedores estiveram no Convento para organizar a recepção de Mourão.

De Vila Velha, o vice-presidente seguirá para o cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória, onde dará início à sua agenda principal no Estado: o encontro com empresários no almoço de comemoração do aniversário de 27 anos do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex).

Mais de 400 pessoas foram convidadas para o evento, no qual Mourão será convidado de honra e também palestrante. Conforme já adiantou a coluna de Leonel Ximenes, o cardápio contará com filé ao molho funghi e ravióli de ricota com espinafre e nozes.

Para fechar a tarde, Mourão também é esperado na apresentação do programa do governo Estado Presente, no Palácio da Fonte Grande. Para além do governador Renato Casagrande (PSB), representantes de outros Poderes, como o presidente do Tribunal de Justiça Estadual (**TJES**), desembargador Sérgio Gama, já confirmaram presença.

CONFIRA A AGENDA DO VICE-PRESIDENTE NO ES

Chegada

O vice-presidente Hamilton Mourão deverá chegar em uma avião da Força Aérea Brasileira (FAB) por volta das 10h.

Primeira parada: Convento da Penha

- Entre 10h e 11h ele é esperado no Convento da Penha, em Vila Velha, para uma visita de cerca de meia hora.

- Mourão será recebido pelo Frei Alessandro Dias e visitará locais como o campinho, o museu, a sala dos milagres e a capela

- Atenção: enquanto o vice-presidente estiver no Convento, a subida de carros será proibida.

Sindiex

Do Convento, Hamilton Mourão seguirá para o almoço do Sindiex, cujo início será às 11h30, no cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória. Lá, ele se reunirá com empresários e também dará uma palestra.

Palácio da Fonte Grande

A partir das 14h30, o governador Renato Casagrande dará início à apresentação do programa governamental Estado Presente no Palácio da Fonte Grande, no Centro de Vitória. A expectativa é que Mourão também participe do evento antes de retornar a Brasília.

Volta

O horário de retorno do vice-presidente não foi confirmado por sua assessoria de imprensa.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/mourao-ora-sozinho-elogia-convento-e-diz-que-quer-ir-a-festa-da-penha-1014196308.html>

Mourão chega ao Espírito Santo e visita o Convento da Penha

Já está em solos capixabas, pela primeira vez desde a eleição, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB). Com agenda cheia para esta quinta-feira (29), a primeira parada do general, pela manhã, é no Convento da Penha, em Vila Velha, onde foi recebido pelo Frei Alessandro Dias. Pela tarde, Mourão irá participar de um encontro com empresários do comércio de importação e exportação.

O governador Renato Casagrande (PSB) também acompanha a visita e o Convento informou que a subida de carros ficará proibida enquanto o vice-presidente estiver por lá.

A visita de cerca de meia hora, que começou por volta das 10 horas, teve início pelo Campinho, passando pelo museu e deve passar pela sala dos milagres até chegar à capela. Neste período, nenhum veículo poderá subir até o local.

BATEDORES

Entre a manhã e a tarde da última quarta-feira (28), seguranças e batedores estiveram no Convento para organizar a recepção de Mourão.

De Vila Velha, o vice-presidente seguirá para o cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória, onde dará início à sua agenda principal no Estado: o encontro com empresários no almoço de comemoração do aniversário de 27 anos do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex).

Mais de 400 pessoas foram convidadas para o evento, no qual Mourão será convidado de honra e também palestrante. Conforme já adiantou a coluna de Leonel Ximenes, o cardápio contará com filé ao molho funghi e ravióli de ricota com espinafre e nozes.

Para fechar a tarde, Mourão também é esperado na apresentação do programa do governo Estado Presente, no Palácio da Fonte Grande. Para além do governador Renato Casagrande (PSB), representantes de outros Poderes, como o presidente do Tribunal de Justiça Estadual (**TJES**), desembargador Sérgio Gama, já confirmaram presença.

CONFIRA A AGENDA DO VICE-PRESIDENTE NO ES

Chegada

O vice-presidente Hamilton Mourão deverá chegar em uma avião da Força Aérea Brasileira (FAB) por volta das 10h.

Primeira parada: Convento da Penha

- Entre 10h e 11h ele é esperado no Convento da Penha, em Vila Velha, para uma visita de cerca de meia hora.

- Mourão será recebido pelo Frei Alessandro Dias e visitará locais como o campinho, o museu, a sala dos milagres e a capela

- Atenção: enquanto o vice-presidente estiver no Convento, a subida de carros será proibida.

Sindiex

Do Convento, Hamilton Mourão seguirá para o almoço do Sindiex, cujo início será às 11h30, no cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória. Lá, ele se reunirá com empresários e também dará uma palestra.

Palácio da Fonte Grande

A partir das 14h30, o governador Renato Casagrande dará início à apresentação do programa governamental Estado Presente no Palácio da Fonte Grande, no Centro de Vitória. A expectativa é que Mourão também participe do evento antes de retornar a Brasília.

Volta

O horário de retorno do vice-presidente não foi confirmado por sua assessoria de imprensa.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/mourao-chega-ao-espírito-santo-e-visita-o-convento-da-penha-1014196300.html>

Ela merece!

LEONEL XIMENES

O presidente do **TJES**, Sérgio Gama, inaugurou a sala de audiência "Desembargadora Catharina Maria Novaes, no Fórum de Cachoeiro. A falecida magistrada era cachoeirense e foi a primeira mulher a ocupar um assento no Tribunal de Justiça.

Site:

https://www.gazetaonline.com.br/opiniaocolunas/victor_hugo/2019/08/prefeitura-de-jeronimo-monteiro-banca-festa-com-verba-federal-1014196235.html

Ministro do STJ em Vix

RENATA RASSELI

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Gestaldi Buzzi, será um dos expositores do Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito, promovido pela Esmages e Amages, hoje e amanhã, no **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**.

Site:

blogs.gazetaonline.com.br/zigzag/2019/08/29/barbixas-encenam-improvavel-em-vitoria/

Inteligência artificial

RENATA RASSELI

Ele falará sobre "Inteligência Artificial e a sua aplicação no mundo jurídico", no dia 30, no quinto painel, que ainda contará com o desembargador do **TJES** Samuel Meira Brasil Jr, com o juiz do TJPE, José Faustino Macedo de Souza Ferreira, com o juiz do **TJES**, Gustavo Henrique Procópio Silva, e o juiz Felipe Morgado Morgado Horta.

Site:

<https://blogs.gazetaonline.com.br/zigzag/2019/08/29/barbixas-encenam-improvavel-em-vitoria/>

Ex-diretor do Metrô delata fraudes em licitações e propinas de empreiteiras para campanhas do PSDB em São Paulo

Luiz Vassallo, Pepita Ortega, Pedro Prata e Fausto Macedo

Em delação premiada, o ex-diretor do Metrô de São Paulo Sérgio Corrêa Brasil revelou supostos esquemas de propinas para abastecer as campanhas do alto escalão do PSDB ao governo estadual de São Paulo e também um suposto mensalão na Assembleia Legislativa para apoiar os interesses de governadores tucanos. Em uma série de depoimentos ao **Ministério Público Federal**, Brasil relata que as vantagens teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin e que acertos e repasses chegaram a ser realizados junto ao atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM).

O delator não diz que entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos de Serra e Alckmin. Mas afirma que o dinheiro seguia para as campanhas dos tucanos.

Confessa ter recebido propinas milionárias nas obras das Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja, cita candidaturas de Alckmin e Serra, 'apoio' de partidos e deputados da Assembleia Legislativa do Estado e rotina de entregas de dinheiro vivo em escritórios políticos, cafés, restaurantes e shoppings.

No âmbito da Justiça estadual, Brasil já está denunciado criminalmente por corrupção na 12.^a **Vara Criminal** da Capital. Na planilha de propinas da Odebrecht, ele era o 'Encostado' ou 'Brasileiro'.

Sérgio Brasil começou a negociar em junho de 2018 sua delação com a força tarefa da Lava Jato em São Paulo. Em outubro fez diversos depoimentos. A delação foi homologada agora pela **Justiça Federal**.

Ele narra um alentado esquema de corrupção no Metrô que teria se iniciado em 2003 e perdurado até, pelo menos, 2014.

A colaboração de Brasil com a força-tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo foi homologada pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

O delator descreve ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás, e 6 - Laranja. Ainda haveria supostos esquemas na Linha 4 - Amarela, mas ele diz que, neste caso, não chegaram a render propinas. Cita, ainda, em meio à rotina de ilícitos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Apontou o nome de um ex-conselheiro, Eduardo Bittencourt de Carvalho, já réu em ação por improbidade e enriquecimento ilícito.

Brasil diz ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo Fábio Gandolfo, da Odebrecht, para receber meio por cento dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003.

"Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos, para que eles dessem sustentação as propostas e aspirações do Governo na Assembleia Legislativa."

Entre os deputados estaduais supostamente abastecidos pelo 'mensalinho' estariam Edson Aparecido (PSDB) e Campos Machado (PTB). "Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de 'loteamento de arrecadação', de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL e ao PPS, enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB."

Ele diz ter feito repasses aos então deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Rodrigo Garcia (DEM). Brasil diz que Rodrigo Garcia foi seu 'padrinho' político.

"Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil e algumas vezes entreguei valores próximos a R\$ 100 mil", vai contando.

"Antes de fazer as entregas, eu ligava para Roxana ou Arnaldo Jardim, a fim de informá-los que iria lá. Por vezes, eu também era cobrado por eles para fazer os repasses políticos", diz Brasil.

O delator registra que, embora as entregas fossem no escritório de Jardim, à Rua Veneza, Jardins, manteve 'contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de São Paulo'. "Estimo que cerca de cinquenta por cento daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas."

Já em 2010, nas proximidades das campanhas eleitorais de Serra à Presidência e de Alckmin ao governo de São Paulo, ele relata ter recebido pedidos decorrentes de obras da Linha 5 - Lilás.

"Assim, eu era procurado rotineiramente por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas, quando as construtoras sagraram-se vencedoras no segundo edital. Aproveitando-me do clima de euforia, solicitei a Celso, da Construtora Norberto Odebrecht, e ao Anuar Caram, da Andrade Gutierrez, que realizassem uma gestão entre as construtoras parceiras para suprir as necessidades de campanha eleitoral dos políticos José Serra, Geraldo Alckmin, José Aníbal, e Edson Aparecido."

"Não sei se essas 'contribuições' eram feitas travestidas como doações oficiais de campanha ou 'por fora'. Em minha ótica, essas 'contribuições' estavam atreladas à obra da Linha 5, Lilás, Metrô-SP, especialmente porque só foram efetivadas em razão das empreiteiras terem se sagrado vencedoras da licitação da referida obra", segue.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu, Brasil diz que o então tesoureiro do ex-governador, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano junto a contratos do Metrô.

Ele afirma que Monteiro 'tinha como função acompanhar o processo licitatório com finalidade arrecadatória eleitoral, sem, contudo, ter qualquer vínculo institucional com o processo licitatório'.

"O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação em relação aos gastos públicos."

A reportagem pediu manifestação do ex-governador,

via assessoria do Diretório estadual do PSDB.

"Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça."

"O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos."

"Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**."

"O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça.

O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos."

"A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal** (MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia."

"A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno

esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente".

"O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade."

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem entrou em contato com a defesa de Luiz Frayze. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem entrou em contato com a Assessoria de Arnaldo Jardim. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem entrou em contato com a Assessoria de Imprensa da Camargo Corrêa. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem entrou em contato com a Assessoria de José Anibal. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem tenta contato com Fábio Gandolfo. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem tenta contato com Edson Aparecido. O espaço está aberto para manifestação.

A reportagem tenta contato com Campos Machado. O espaço está aberto para manifestação.

Site: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ex-diretor-do-metro-delata-fraudes-em-licitacoes-e-propinas-de-empiteiras-para-campanhas-do-psdb-em-sao-paulo/>

Ex-diretor do Metrô delata supostas propinas para campanhas do PSDB

Em delação premiada, o ex-diretor do Metrô de São Paulo Sérgio Corrêa Brasil revelou supostos esquemas de propinas para abastecer as campanhas do alto escalão do PSDB ao governo estadual de São Paulo e também um suposto mensalão na Assembleia Legislativa para apoiar os interesses de governadores tucanos. Em uma série de depoimentos ao **Ministério Público Federal**, Brasil relata que as vantagens teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin e que acertos e repasses chegaram a beneficiar o atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM). Estimo que cerca de cinquenta por cento (50%) daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas, afirma, em referência a Garcia e ao deputado Arnaldo Jardim (PPS).

O delator não diz que entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos de Serra e Alckmin. Mas afirma que o dinheiro seguia para as campanhas dos tucanos.

Confessa ter recebido propinas milionárias nas obras das Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja, cita candidaturas de Alckmin e Serra, apoio de partidos e deputados da Assembleia Legislativa do Estado e rotina de entregas de dinheiro vivo em escritórios políticos, cafés, restaurantes e shoppings.

No âmbito da Justiça estadual, Brasil já está denunciado criminalmente por corrupção na 12.^a **Vara Criminal** da Capital. Na planilha de propinas da Odebrecht, ele era o Encostado ou Brasileiro.

Sérgio Brasil começou a negociar em junho de 2018 sua delação com a força-tarefa da Lava Jato em São Paulo. Em outubro fez diversos depoimentos. A colaboração de Brasil com a força-tarefa foi homologada pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Ele narra um alentado esquema de corrupção no Metrô que teria se iniciado em 2003 e perdurado até, pelo menos, 2014.

O delator descreve ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás, e 6 - Laranja. Ainda haveria supostos esquemas na Linha 4 - Amarela, mas ele diz que, neste caso, não chegaram a render propinas. Cita, ainda, em meio à rotina de ilícitos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Apontou o nome de

um ex-conselheiro, Eduardo Bittencourt de Carvalho, já réu em ação por improbidade e enriquecimento ilícito.

Brasil diz ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo Fábio Gandolfo, da Odebrecht, para receber meio por cento dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003.

Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos, para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do Governo na Assembleia Legislativa.

Entre os deputados estaduais citados pelo ex-diretor do Metrô no anexo em que fala sobre o mensalinho estão Edson Aparecido (PSDB) e Campos Machado (PTB).

Sobre Campos Machado afirmou: Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de loteamento de arrecadação, de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL e ao PPS, enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB. Campos Machado seria a liderança do PTB na Assembleia Legislativa. Não tive contato direto com Campos Machado.

Ele diz ter feito repasses aos então deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Rodrigo Garcia (DEM). Brasil diz que Rodrigo Garcia foi seu padrinho político.

Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil e algumas vezes entreguei valores próximos a R\$ 100 mil, vai contando.

Antes de fazer as entregas, eu ligava para Roxana ou Arnaldo Jardim, a fim de informá-los que iria lá. Por vezes, eu também era cobrado por eles para fazer os repasses políticos, diz Brasil.

O delator registra que, embora as entregas fossem no escritório de Jardim, à Rua Veneza, Jardins, manteve contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de São Paulo . Estimo que cerca de cinquenta por cento daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas.

Já em 2010, nas proximidades das campanhas eleitorais de Serra à Presidência e de Alckmin ao governo de São Paulo, ele relata ter recebido pedidos decorrentes de obras da Linha 5 - Lilás.

Assim, eu era procurado rotineiramente por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas, quando as construtoras sagraram-se vencedoras no segundo edital. Aproveitando-me do clima de euforia, solicitei a Celso, da Construtora Norberto Odebrecht, e ao Anuar Caram, da Andrade Gutierrez, que realizassem uma gestão entre as construtoras parceiras para suprir as necessidades de campanha eleitoral dos políticos José Serra, Geraldo Alckmin, José Aníbal e Edson Aparecido.

Não sei se essas contribuições eram feitas travestidas como doações oficiais de campanha ou por fora . Em minha ótica, essas contribuições estavam atreladas à obra da Linha 5, Lilás, Metrô-SP, especialmente porque só foram efetivadas em razão das empreiteiras terem se sagrado vencedoras da licitação da referida obra , segue.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu, Brasil diz que o então tesoureiro do ex-governador, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano junto a contratos do Metrô.

Ele afirma que Monteiro tinha como função acompanhar o processo licitatório com finalidade arrecadatória eleitoral, sem, contudo, ter qualquer vínculo institucional com o processo licitatório .

Defesas

JOSÉ SERRA

O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação aos gastos públicos.

GERALDO ALCKMIN

Apesar de desconhecer o teor das declarações ora divulgadas, o ex-governador Geraldo Alckmin reitera que não houve qualquer contribuição ilegal às suas campanhas, muito menos qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo.

RODRIGO GARCIA

Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça.

METRÔ

O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos.

ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça. O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos.

ANDRADE GUTIERREZ

A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal** (MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia.

ODEBRECHT

A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente .

ADVOGADO GUILHERME CORONA, QUE DEFENDE MARCOS MONTEIRO

O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade.

PSDB

O PSDB de São Paulo desconhece os fatos narrados pelo delator/réu e reafirma que jamais recebeu recursos provenientes de desvios ou permitiu que os mesmos fossem negociados em seu nome. O PSDB reitera seu total apoio às investigações, sua confiança no ex-secretário Marcos Monteiro e a convicção de que, ao término das investigações, culpados serão punidos e a lisura do comportamento institucional será comprovada.

CAMARGO CORRÊA

A Construtora Camargo Corrêa teve papel determinante nas investigações de irregularidades envolvendo obras do metrô de São Paulo. A empresa informa que as denúncias ora investigadas são resultado direto do acordo de leniência e dos acordos de colaboração firmados, respectivamente, entre a companhia e ex-executivos com o **Ministério Público** do Estado de São Paulo e com o CADE.

PTB

O PTB nunca recebeu recursos ilegais ou indevidos e sempre teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Da mesma forma, o partido desconhece as afirmações de Sérgio Brasil.

ARNALDO JARDIM

Fui informado pela reportagem e nenhuma comunicação judicial recebi! De qualquer forma menciona fatos e procedimentos que desconheço e um comportamento que nunca tive! Lamento esta irresponsável divulgação sem fundamento e averiguação!

FÁBIO GANDOLFO

A informações trazidas agora pelo Sr. Sérgio Brasil apenas corroboram os fatos narrados anteriormente na colaboração de Fábio Gandolfo, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017, sendo importante consignar que Fabio apenas atuou nas obras da linha 02 do Metrô até janeiro de 2007, quando foi transferido para atuar no exterior, não tendo qualquer participação em obras das linhas 05 e 06.

JOSÉ ANIBAL

Desconheço totalmente o teor desta calúnia acolhida como delação . Mais um vazamento seletivo do **Ministério Público Federal**. Em 2013 fui vítima de um canalha delator que disse que nunca falou comigo e não me conhecia. Insisti com o **STF** que julgasse a farsa. Um ano e três meses depois, o Supremo julgou e arquivou o processo. Farei o mesmo agora. Chega de impunidade de bandidos delatores, de quem os emula e de quem divulga os seus crimes aleatoriamente.

CIDADANIA (ANTIGO PPS)

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

LUIZ FRAYZE

A reportagem entrou em contato com a defesa de Luiz Frayze. O espaço está aberto para manifestação.

EDSON APARECIDO

A reportagem tenta contato com Edson Aparecido. O espaço está aberto para manifestação.

CAMPOS MACHADO

A reportagem tenta contato com Campos Machado. O espaço está aberto para manifestação.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/08/29/ex-diretor-do-metro-delata-supostas-propinas-para-campanhas-do-psdb.htm>

Dupla é condenada a 20 anos por matar servidor público em VG

O Juízo da Quarta **Vara Criminal** de Várzea Grande condenou dois homens a 20 anos de prisão pelo latrocínio - roubo seguido de morte - do servidor público Charllles William Antônio dos Santos. O crime ocorreu em 17 de janeiro, nos fundos do Pronto-Socorro de Várzea Grande.

Leia também - Homem é encontrado morto em loteamento de VG

Leonardo Alexandre Borges Rodrigues de Araújo e Lucas Silveira do Espírito Santo foram denunciados pelo **Ministério Público** do Estado (MPE) e a sentença foi proferida pelo juiz Abel Balbino Guimarães terça-feira (27).

O MPE aponta que a vítima foi alvejada por dois disparos de arma de fogo e em seguida os criminosos fugiram levando o carro e pertences do servidor, um Gol G6 branco. A vítima foi socorrida, porém, morreu ao dar entrada no Pronto-Socorro. O caso teve muita repercussão na Grande Cuiabá.

"O crime praticado pelos réus é rotulado como hediondo, deixando a sociedade abalada e temerosa com a liberdade dos mesmos; foram condenados a pena de 20 de reclusão em regime inicial fechado e sendo portadores de outros registros criminais a serem somados a este fato, por certo que colocados em liberdade o instinto natural os guiam ruma à fuga", afirmou o magistrado em sua decisão.

A defesa dos réus pediu a desclassificação do crime de latrocínio consumado, para o crime de homicídio, tentando uma pena mais branda. Entretanto, o magistrado considerou que as provas colhidas identificam que o tipo penal praticado é caracterizado pelo crime de latrocínio.

A mesma pena foi aplicada aos dois réus, pois para o juiz não houve "participação de menor importância" alegada pela defesa de Leonardo, que estaria no local apenas para dirigir o veículo. "O réu estava em conjunto com Lucas praticando o núcleo 'subtrair', ainda que Leonardo só estivesse no local para dirigir o veículo a pedido de Lucas, estavam claramente em divisão de tarefas no transcurso do crime", considerou.

O juiz lembrou que os réus são primários, embora possuam outros registros criminais, e já se encontram

presos, portanto devem permanecer mantidos encarcerados, em regime fechado.

O Juízo da Quarta **Vara Criminal** de Várzea Grande condenou dois homens a 20 anos de prisão pelo latrocínio - roubo seguido de morte - do servidor público Charllles William Antônio dos Santos. O crime ocorreu em 17 de janeiro, nos fundos do Pronto-Socorro de Várzea Grande.

Leia também - Homem é encontrado morto em loteamento de VG

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/gazeta-digital/dupla-e-condenada-a-20-anos-por-matar-servidor-publico-em-vg-29082019>

Ex-diretor do Metrô delata supostas propinas para campanhas do PSDB

Estadão Conteúdo

Em delação premiada, o ex-diretor do Metrô de São Paulo Sérgio Corrêa Brasil revelou supostos esquemas de propinas para abastecer as campanhas do alto escalão do PSDB ao governo estadual de São Paulo e também um suposto mensalão na Assembleia Legislativa para apoiar os interesses de governadores tucanos. Em uma série de depoimentos ao **Ministério Público Federal**, Brasil relata que as vantagens teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin e que acertos e repasses chegaram a beneficiar o atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM). "Estimo que cerca de cinquenta por cento (50%) daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas", afirma, em referência a Garcia e ao deputado Arnaldo Jardim (PPS).

O delator não diz que entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos de Serra e Alckmin. Mas afirma que o dinheiro seguia para as campanhas dos tucanos.

Confessa ter recebido propinas milionárias nas obras das Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja, cita candidaturas de Alckmin e Serra, 'apoio' de partidos e deputados da Assembleia Legislativa do Estado e rotina de entregas de dinheiro vivo em escritórios políticos, cafés, restaurantes e shoppings.

No âmbito da Justiça estadual, Brasil já está denunciado criminalmente por corrupção na 12.^a **Vara Criminal** da Capital. Na planilha de propinas da Odebrecht, ele era o "Encostado" ou "Brasileiro".

Sérgio Brasil começou a negociar em junho de 2018 sua delação com a força-tarefa da Lava Jato em São Paulo. Em outubro fez diversos depoimentos. A colaboração de Brasil com a força-tarefa foi homologada pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Ele narra um alentado esquema de corrupção no Metrô que teria se iniciado em 2003 e perdurado até, pelo menos, 2014.

O delator descreve ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás, e 6 - Laranja. Ainda haveria supostos esquemas na Linha 4 - Amarela, mas ele diz que, neste caso, não chegaram a render propinas.

Cita, ainda, em meio à rotina de ilícitos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Apontou o nome de um ex-conselheiro, Eduardo Bittencourt de Carvalho, já réu em ação por improbidade e enriquecimento ilícito.

Brasil diz ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo Fábio Gandolfo, da Odebrecht, para receber meio por cento dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003.

"Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos, para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do Governo na Assembleia Legislativa."

Entre os deputados estaduais citados pelo ex-diretor do Metrô no anexo em que fala sobre o "mensalinho" estão Edson Aparecido (PSDB) e Campos Machado (PTB).

Sobre Campos Machado afirmou: "Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de 'loteamento de arrecadação', de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL e ao PPS, enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB. Campos Machado seria a liderança do PTB na Assembleia Legislativa. Não tive contato direto com Campos Machado."

Ele diz ter feito repasses aos então deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Rodrigo Garcia (DEM). Brasil diz que Rodrigo Garcia foi seu 'padrinho' político.

"Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil e algumas vezes entreguei valores próximos a R\$ 100 mil", vai contando.

"Antes de fazer as entregas, eu ligava para Roxana ou Arnaldo Jardim, a fim de informá-los que iria lá. Por

vezes, eu também era cobrado por eles para fazer os repasses políticos", diz Brasil.

O delator registra que, embora as entregas fossem no escritório de Jardim, à Rua Veneza, Jardins, manteve "contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de São Paulo". "Estimo que cerca de cinquenta por cento daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas."

Já em 2010, nas proximidades das campanhas eleitorais de Serra à Presidência e de Alckmin ao governo de São Paulo, ele relata ter recebido pedidos decorrentes de obras da Linha 5 - Lilás.

"Assim, eu era procurado rotineiramente por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas, quando as construtoras sagraram-se vencedoras no segundo edital. Aproveitando-me do clima de euforia, solicitei a Celso, da Construtora Norberto Odebrecht, e ao Anuar Caram, da Andrade Gutierrez, que realizassem uma gestão entre as construtoras parceiras para suprir as necessidades de campanha eleitoral dos políticos José Serra, Geraldo Alckmin, José Aníbal e Edson Aparecido."

"Não sei se essas 'contribuições' eram feitas travestidas como doações oficiais de campanha ou 'por fora'. Em minha ótica, essas 'contribuições' estavam atreladas à obra da Linha 5, Lilás, Metrô-SP, especialmente porque só foram efetivadas em razão das empreiteiras terem se sagrado vencedoras da licitação da referida obra", segue.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu, Brasil diz que o então tesoureiro do ex-governador, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano junto a contratos do Metrô.

Ele afirma que Monteiro "tinha como função acompanhar o processo licitatório com finalidade arrecadatória eleitoral, sem, contudo, ter qualquer vínculo institucional com o processo licitatório".

Defesas

JOSÉ SERRA

"O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação aos gastos públicos."

GERALDO ALCKMIN

"Apesar de desconhecer o teor das declarações ora divulgadas, o ex-governador Geraldo Alckmin reitera que não houve qualquer contribuição ilegal às suas campanhas, muito menos qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo."

RODRIGO GARCIA

"Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça."

METRÔ

"O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos."

ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

"Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**."

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

"O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça. O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos."

ANDRADE GUTIERREZ

"A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal**

(MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia."

ODEBRECHT

"A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente".

ADVOGADO GUILHERME CORONA, QUE DEFENDE MARCOS MONTEIRO

"O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade."

PSDB

"O PSDB de São Paulo desconhece os fatos narrados pelo delator/réu e reafirma que jamais recebeu recursos provenientes de desvios ou permitiu que os mesmos fossem negociados em seu nome. O PSDB reitera seu total apoio às investigações, sua confiança no ex-secretário Marcos Monteiro e a convicção de que, ao término das investigações, culpados serão punidos e a lisura do comportamento institucional será comprovada."

CAMARGO CORRÊA

"A Construtora Camargo Corrêa teve papel determinante nas investigações de irregularidades envolvendo obras do metrô de São Paulo. A empresa informa que as denúncias ora investigadas são resultado direto do acordo de leniência e dos acordos de colaboração firmados, respectivamente, entre a

companhia e ex-executivos com o **Ministério Público** do Estado de São Paulo e com o CADE."

PTB

"O PTB nunca recebeu recursos ilegais ou indevidos e sempre teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Da mesma forma, o partido desconhece as afirmações de Sérgio Brasil."

ARNALDO JARDIM

"Fui informado pela reportagem e nenhuma comunicação judicial recebi! De qualquer forma menciona fatos e procedimentos que desconheço e um comportamento que nunca tive! Lamento esta irresponsável divulgação sem fundamento e averiguação!"

FÁBIO GANDOLFO

"A informações trazidas agora pelo Sr. Sérgio Brasil apenas corroboram os fatos narrados anteriormente na colaboração de Fábio Gandolfo, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017, sendo importante consignar que Fabio apenas atuou nas obras da linha 02 do Metrô até janeiro de 2007, quando foi transferido para atuar no exterior, não tendo qualquer participação em obras das linhas 05 e 06."

JOSÉ ANIBAL

"Desconheço totalmente o teor desta calúnia acolhida como 'delação'. Mais um vazamento seletivo do **Ministério Público Federal**. Em 2013 fui vítima de um canalha delator que disse que nunca falou comigo e não me conhecia. Insisti com o **STF** que julgasse a farsa. Um ano e três meses depois, o Supremo julgou e arquivou o processo. Farei o mesmo agora. Chega de impunidade de bandidos delatores, de quem os emula e de quem divulga os seus crimes aleatoriamente."

CIDADANIA (ANTIGO PPS)

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

LUIZ FRAYZE

A reportagem entrou em contato com a defesa de Luiz Frayze. O espaço está aberto para manifestação.

EDSON APARECIDO

A reportagem tenta contato com Edson Aparecido. O espaço está aberto para manifestação.

CAMPOS MACHADO

A reportagem tenta contato com Campos Machado. O espaço está aberto para manifestação.

Site: <https://www.istoedinheiro.com.br/ex-diretor-do-metro-delata-supostas-propinas-para-campanhas-do-psdb/>

Ladrões são condenados a 20 anos de prisão por matar servidor público que reconheceu um dos suspeitos em MT

Por G1 MT

Charlie Willian Antônio dos Santos, de 36 anos, foi morto na quinta-feira (17) - Foto: Facebook/Reprodução

Dois homens foram condenados a 20 anos de prisão pelo latrocínio do servidor público Charlles William Antônio dos Santos, de 36 anos, em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá. Os dois réus foram condenados na terça-feira (27) pelo Juízo da Quarta **Vara Criminal**.

O crime ocorreu no início da tarde de 17 de janeiro deste ano, nos fundos do Pronto-Socorro de Várzea Grande.

Leonardo Alexandre Borges Rodrigues de Araújo e Lucas Silveira do Espírito Santo foram denunciados pelo **Ministério Público** do Estado (MPE) e a sentença foi proferida pelo juiz Abel Balbino Guimarães.

No dia do crime, Charles aguardava a mulher dentro do carro dele, momento em que foi abordado pelos dois assaltantes que anunciaram o roubo. Durante o assalto, a vítima foi rendida e em seguida atingida com dois tiros, um na coxa e outro na cabeça.

Lucas Silveira do Espírito Santo foi condenado por ter matado o servidor. - Foto: Polícia Civil MT/Assessoria

Na denúncia o MPE aponta que a vítima foi alvejada por dois disparos de arma de fogo e em seguida os criminosos fugiram levando o carro e pertences do servidor, um Gol. A vítima foi socorrida, porém, morreu ao dar entrada no Pronto-Socorro.

"O crime praticado pelos réus é rotulado como crime hediondo, deixando a sociedade abalada e temerosa com a liberdade dos mesmos; foram condenados a pena de 20 de reclusão em regime inicial fechado e sendo portadores de outros registros criminais a serem somados a este fato, por certo que colocados em liberdade o instinto natural os guiam rumo à fuga", afirmou o magistrado em sua decisão.

A defesa dos réus pediu a desclassificação do crime de latrocínio consumado para o crime de homicídio, tentando uma pena mais branda. Entretanto, o magistrado considerou que as provas colhidas identificam que o tipo penal praticado é caracterizado pelo crime de latrocínio.

A mesma pena foi aplicada aos dois réus, pois para o juiz não houve participação de menor importância alegada pela defesa de Leonardo, que estaria no local apenas para dirigir o veículo.

O juiz lembrou que os réus são primários, embora possuam outros registros criminais, e já se encontram presos, portanto devem permanecer mantidos em regime fechado.

Preso, Lucas confessou a autoria do crime e confirmou que atua como "ladrão de veículos". De acordo com ele, a intenção era roubar o carro, mas a vítima o reconheceu já que eles tiveram um desentendimento alguns meses antes na porta da creche em que o servidor trabalhava.

Site: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/08/29/ladros-sao-condenados-a-20-anos-de-prisao-por-matar-servidor-publico-que-reconheceu-um-dos-suspeitos-em-mt.ghtml>

Ex-diretor do Metrô delata supostas propinas para campanhas do PSDB

Em delação premiada, o ex-diretor do Metrô de São Paulo Sérgio Corrêa Brasil revelou supostos esquemas de propinas para abastecer as campanhas do alto escalão do PSDB ao governo estadual de São Paulo e também um suposto mensalão na Assembleia Legislativa para apoiar os interesses de governadores tucanos. Em uma série de depoimentos ao **Ministério Público Federal**, Brasil relata que as vantagens teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin e que acertos e repasses chegaram a beneficiar o atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM).

Estimo que cerca de cinquenta por cento (50%) daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas, afirma, em referência a Garcia e ao deputado Arnaldo Jardim (PPS).

O delator não diz que entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos de Serra e Alckmin. Mas afirma que o dinheiro seguia para as campanhas dos tucanos.

Confessa ter recebido propinas milionárias nas obras das Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja, cita candidaturas de Alckmin e Serra, apoio de partidos e deputados da Assembleia Legislativa do Estado e rotina de entregas de dinheiro vivo em escritórios políticos, cafés, restaurantes e shoppings.

No âmbito da Justiça estadual, Brasil já está denunciado criminalmente por corrupção na 12.^a **Vara Criminal** da Capital. Na planilha de propinas da Odebrecht, ele era o Encostado ou Brasileiro.

Sérgio Brasil começou a negociar em junho de 2018 sua delação com a força-tarefa da Lava Jato em São Paulo. Em outubro fez diversos depoimentos. A colaboração de Brasil com a força-tarefa foi homologada pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Ele narra um alentado esquema de corrupção no Metrô que teria se iniciado em 2003 e perdurado até, pelo menos, 2014.

O delator descreve ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás, e 6 - Laranja. Ainda haveria supostos esquemas na Linha 4 - Amarela, mas ele diz que, neste caso, não chegaram a render propinas.

Cita, ainda, em meio à rotina de ilícitos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Apontou o nome de um ex-conselheiro, Eduardo Bittencourt de Carvalho, já réu em ação por improbidade e enriquecimento ilícito.

Brasil diz ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo Fábio Gandolfo, da Odebrecht, para receber meio por cento dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003.

Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos, para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do Governo na Assembleia Legislativa.

Entre os deputados estaduais citados pelo ex-diretor do Metrô no anexo em que fala sobre o mensalinho estão Edson Aparecido (PSDB) e Campos Machado (PTB).

Sobre Campos Machado afirmou: Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de loteamento de arrecadação, de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL e ao PPS, enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB. Campos Machado seria a liderança do PTB na Assembleia Legislativa. Não tive contato direto com Campos Machado.

Ele diz ter feito repasses aos então deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Rodrigo Garcia (DEM). Brasil diz que Rodrigo Garcia foi seu padrinho político.

Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil e algumas vezes entreguei valores próximos a R\$ 100 mil, vai contando.

Antes de fazer as entregas, eu ligava para Roxana ou Arnaldo Jardim, a fim de informá-los que iria lá. Por

vezes, eu também era cobrado por eles para fazer os repasses políticos , diz Brasil.

O delator registra que, embora as entregas fossem no escritório de Jardim, à Rua Veneza, Jardins, manteve contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de São Paulo . Estimo que cerca de cinquenta por cento daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas.

Já em 2010, nas proximidades das campanhas eleitorais de Serra à Presidência e de Alckmin ao governo de São Paulo, ele relata ter recebido pedidos decorrentes de obras da Linha 5 - Lilás.

Assim, eu era procurado rotineiramente por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas, quando as construtoras sagraram-se vencedoras no segundo edital. Aproveitando-me do clima de euforia, solicitei a Celso, da Construtora Norberto Odebrecht, e ao Anuar Caram, da Andrade Gutierrez, que realizassem uma gestão entre as construtoras parceiras para suprir as necessidades de campanha eleitoral dos políticos José Serra, Geraldo Alckmin, José Aníbal e Edson Aparecido.

Não sei se essas contribuições eram feitas travestidas como doações oficiais de campanha ou por fora . Em minha ótica, essas contribuições estavam atreladas à obra da Linha 5, Lilás, Metrô-SP, especialmente porque só foram efetivadas em razão das empreiteiras terem se sagrado vencedoras da licitação da referida obra , segue.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu, Brasil diz que o então tesoureiro do ex-governador, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano junto a contratos do Metrô.

Ele afirma que Monteiro tinha como função acompanhar o processo licitatório com finalidade arrecadatória eleitoral, sem, contudo, ter qualquer vínculo institucional com o processo licitatório .

Defesas

JOSÉ SERRA

O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação aos gastos públicos.

GERALDO ALCKMIN

Apesar de desconhecer o teor das declarações ora divulgadas, o ex-governador Geraldo Alckmin reitera que não houve qualquer contribuição ilegal às suas campanhas, muito menos qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo.

RODRIGO GARCIA

Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça.

METRÔ

O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos.

ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça. O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos.

ANDRADE GUTIERREZ

A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal**

(MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia.

ODEBRECHT

A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente .

ADVOGADO GUILHERME CORONA, QUE DEFENDE MARCOS MONTEIRO

O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade.

PSDB

O PSDB de São Paulo desconhece os fatos narrados pelo delator/réu e reafirma que jamais recebeu recursos provenientes de desvios ou permitiu que os mesmos fossem negociados em seu nome. O PSDB reitera seu total apoio às investigações, sua confiança no ex-secretário Marcos Monteiro e a convicção de que, ao término das investigações, culpados serão punidos e a lisura do comportamento institucional será comprovada.

CAMARGO CORRÊA

A Construtora Camargo Corrêa teve papel determinante nas investigações de irregularidades envolvendo obras do metrô de São Paulo. A empresa informa que as denúncias ora investigadas são resultado direto do acordo de leniência e dos acordos de colaboração firmados, respectivamente, entre a

companhia e ex-executivos com o **Ministério Público** do Estado de São Paulo e com o CADE.

PTB

O PTB nunca recebeu recursos ilegais ou indevidos e sempre teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Da mesma forma, o partido desconhece as afirmações de Sérgio Brasil.

ARNALDO JARDIM

Fui informado pela reportagem e nenhuma comunicação judicial recebi! De qualquer forma menciona fatos e procedimentos que desconheço e um comportamento que nunca tive! Lamento esta irresponsável divulgação sem fundamento e averiguação!

FÁBIO GANDOLFO

A informações trazidas agora pelo Sr. Sérgio Brasil apenas corroboram os fatos narrados anteriormente na colaboração de Fábio Gandolfo, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017, sendo importante consignar que Fabio apenas atuou nas obras da linha 02 do Metrô até janeiro de 2007, quando foi transferido para atuar no exterior, não tendo qualquer participação em obras das linhas 05 e 06.

JOSÉ ANIBAL

Desconheço totalmente o teor desta calúnia acolhida como delação . Mais um vazamento seletivo do **Ministério Público Federal**. Em 2013 fui vítima de um canalha delator que disse que nunca falou comigo e não me conhecia. Insisti com o **STF** que julgasse a farsa. Um ano e três meses depois, o Supremo julgou e arquivou o processo. Farei o mesmo agora. Chega de impunidade de bandidos delatores, de quem os emula e de quem divulga os seus crimes aleatoriamente.

CIDADANIA (ANTIGO PPS)

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

LUIZ FRAYZE

A reportagem entrou em contato com a defesa de Luiz Frayze. O espaço está aberto para manifestação.

EDSON APARECIDO

A reportagem tenta contato com Edson Aparecido. O espaço está aberto para manifestação.

CAMPOS MACHADO

A reportagem tenta contato com Campos Machado. O espaço está aberto para manifestação.

Site:

<https://novo.folhavoria.com.br/politica/noticia/08/2019/ex-diretor-do-metro-delata-supostas-propinas-para-campanhas-do-psdb>

Temas de Direito

HÉLIO DOREA

Marco Aurelio Buzzi, ministro do Superior Tribunal de Justiça, será um dos expositores do Congresso de Magistrados Capixaba, sobre Temas Avançados de Direito, promovido pela Esmages e Amages. Tudo programado para acontecer hoje e amanhã. Participam também desse encontro, Samuel Meira Brasil, José Faustino de Souza Ferreira, Gustavo Procópio Silva e Felipe Morgado Horta, todos do mundo jurídico.

Site: folhavoria.com.br/social/helio-dorea/2019/08/29

MPES quer mais defensores públicos no ES (BlogBastidores)

Ação

O **Ministério Público** do Espírito Santo entrou com ação na Justiça contra o Governo do Estado, solicitando a ampliação no número de defensores e no orçamento da **Defensoria Pública** Estadual. Na ação, o MPES pede ainda à Justiça que o Estado reverta os gastos com advogados dativos à Defensoria.

Motivo

A ação, assinada pelo promotor Flávio de Souza Santos, da 15ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, foi motivada diante da falta de defensor público perante a 11ª **Vara Criminal de Vitória** para atuar em favor das **mulheres vítimas de violência**.

Gastos

O MPES diz que, de 2011 a 2017, mais de R\$ 32 milhões foram gastos com honorários de advogados dativos. O promotor quer que, em vez disso, o Estado tenha mais defensores e aumente o orçamento da Defensoria - atualmente, o orçamento é de R\$ 71,9 milhões.

Outros

Na comparação com outros órgãos, o orçamento da Defensoria é o menor. O do próprio MPES é de R\$ 411,9 milhões; o da Assembleia Legislativa, R\$ 380,6 milhões; e do Judiciário, R\$ 1,1 bilhão.

Concurso

Vale frisar que faltam cerca de quatro meses para o fim do prazo de validade do último concurso para Defensor Público, e ainda há cerca de 50 aprovados aguardando a nomeação.

Diárias

O deputado estadual Capitão Assumção (PSL) fez indicação ao Governo do Estado para reajustar em 10% o valor das diárias dos PM's que trabalham fora do município onde estão lotados. Assumção se baseia em lei que garante complementação de 20% sobre as diárias dos servidores que se deslocam para outros estados. O último reajuste das diárias dos PM's foi em 2013.

Absolvida

A 2ª Vara Federal Criminal do Espírito Santo absolveu a ex-deputada federal Sueli Vidigal da acusação de prática de "rachid", quando o parlamentar se apropria do salário do servidor. No entanto, a decisão do juiz, Américo Bedê Freire Júnior, que acatou recomendação do **Ministério Público Federal**, se deu sem julgamento do mérito.

Conjuntura

No dia 3 de setembro, o vereador de Vitória Roberto Martins (PTB), o deputado estadual Sergio Majeski (PSB) e o presidente da **OAB/ES**, José Carlos Risk, vão debater em Vitória a conjuntura política. O debate terá mediação do escritor Carlos Fonseca.

Isenção

O deputado estadual Hércules Silveira, o Doutor Hércules (MDB), apresentou projeto de indicação ao Governo do Estado para conceder isenção nas tarifas de transporte público para pessoas com HIV/Aids e em tratamento contra o câncer.

Foto da coluna: Divulgação MPES.

Site:

<http://www.folhavoria.com.br/politica/blogs/bastidores/2019/08/mpes-quer-mais-defensores-publicos-no-es/>

Ex-diretor do Metrô delata supostas propinas para campanhas do PSDB

Estadão Conteúdo

Em delação premiada, o ex-diretor do Metrô de São Paulo Sérgio Corrêa Brasil revelou supostos esquemas de propinas para abastecer as campanhas do alto escalão do PSDB ao governo estadual de São Paulo e também um suposto mensalão na Assembleia Legislativa para apoiar os interesses de governadores tucanos. Em uma série de depoimentos ao **Ministério Público Federal**, Brasil relata que as vantagens teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin e que acertos e repasses chegaram a beneficiar o atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM). Estimo que cerca de cinquenta por cento (50%) daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas, afirma, em referência a Garcia e ao deputado Arnaldo Jardim (PPS).

O delator não diz que entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos de Serra e Alckmin. Mas afirma que o dinheiro seguia para as campanhas dos tucanos.

Confessa ter recebido propinas milionárias nas obras das Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja, cita candidaturas de Alckmin e Serra, apoio de partidos e deputados da Assembleia Legislativa do Estado e rotina de entregas de dinheiro vivo em escritórios políticos, cafés, restaurantes e shoppings.

No âmbito da Justiça estadual, Brasil já está denunciado criminalmente por corrupção na 12.^a **Vara Criminal** da Capital. Na planilha de propinas da Odebrecht, ele era o Encostado ou Brasileiro.

Sérgio Brasil começou a negociar em junho de 2018 sua delação com a força-tarefa da Lava Jato em São Paulo. Em outubro fez diversos depoimentos. A colaboração de Brasil com a força-tarefa foi homologada pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Ele narra um alentado esquema de corrupção no Metrô que teria se iniciado em 2003 e perdurado até, pelo menos, 2014.

O delator descreve ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás, e 6 - Laranja. Ainda haveria supostos esquemas na Linha 4 - Amarela, mas ele diz que, neste caso, não chegaram a render propinas.

Cita, ainda, em meio à rotina de ilícitos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Apontou o nome de um ex-conselheiro, Eduardo Bittencourt de Carvalho, já réu em ação por improbidade e enriquecimento ilícito.

Brasil diz ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo Fábio Gandolfo, da Odebrecht, para receber meio por cento dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003.

Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos, para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do Governo na Assembleia Legislativa.

Entre os deputados estaduais citados pelo ex-diretor do Metrô no anexo em que fala sobre o mensalinho estão Edson Aparecido (PSDB) e Campos Machado (PTB).

Sobre Campos Machado afirmou: Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de loteamento de arrecadação, de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL e ao PPS, enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB. Campos Machado seria a liderança do PTB na Assembleia Legislativa. Não tive contato direto com Campos Machado.

Ele diz ter feito repasses aos então deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Rodrigo Garcia (DEM). Brasil diz que Rodrigo Garcia foi seu padrinho político.

Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil e algumas vezes entreguei valores próximos a R\$ 100 mil, vai contando.

Antes de fazer as entregas, eu ligava para Roxana ou Arnaldo Jardim, a fim de informá-los que iria lá. Por

vezes, eu também era cobrado por eles para fazer os repasses políticos , diz Brasil.

O delator registra que, embora as entregas fossem no escritório de Jardim, à Rua Veneza, Jardins, manteve contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de São Paulo . Estimo que cerca de cinquenta por cento daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas.

Já em 2010, nas proximidades das campanhas eleitorais de Serra à Presidência e de Alckmin ao governo de São Paulo, ele relata ter recebido pedidos decorrentes de obras da Linha 5 - Lilás.

Assim, eu era procurado rotineiramente por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas, quando as construtoras sagraram-se vencedoras no segundo edital. Aproveitando-me do clima de euforia, solicitei a Celso, da Construtora Norberto Odebrecht, e ao Anuar Caram, da Andrade Gutierrez, que realizassem uma gestão entre as construtoras parceiras para suprir as necessidades de campanha eleitoral dos políticos José Serra, Geraldo Alckmin, José Aníbal e Edson Aparecido.

Não sei se essas contribuições eram feitas travestidas como doações oficiais de campanha ou por fora . Em minha ótica, essas contribuições estavam atreladas à obra da Linha 5, Lilás, Metrô-SP, especialmente porque só foram efetivadas em razão das empreiteiras terem se sagrado vencedoras da licitação da referida obra , segue.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu, Brasil diz que o então tesoureiro do ex-governador, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano junto a contratos do Metrô.

Ele afirma que Monteiro tinha como função acompanhar o processo licitatório com finalidade arrecadatória eleitoral, sem, contudo, ter qualquer vínculo institucional com o processo licitatório .

Defesas

JOSÉ SERRA

O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação aos gastos públicos.

GERALDO ALCKMIN

Apesar de desconhecer o teor das declarações ora divulgadas, o ex-governador Geraldo Alckmin reitera que não houve qualquer contribuição ilegal às suas campanhas, muito menos qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo.

RODRIGO GARCIA

Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça.

METRÔ

O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos.

ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça. O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos.

ANDRADE GUTIERREZ

A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal**

(MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia.

ODEBRECHT

A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente .

ADVOGADO GUILHERME CORONA, QUE DEFENDE MARCOS MONTEIRO

O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade.

PSDB

O PSDB de São Paulo desconhece os fatos narrados pelo delator/réu e reafirma que jamais recebeu recursos provenientes de desvios ou permitiu que os mesmos fossem negociados em seu nome. O PSDB reitera seu total apoio às investigações, sua confiança no ex-secretário Marcos Monteiro e a convicção de que, ao término das investigações, culpados serão punidos e a lisura do comportamento institucional será comprovada.

CAMARGO CORRÊA

A Construtora Camargo Corrêa teve papel determinante nas investigações de irregularidades envolvendo obras do metrô de São Paulo. A empresa informa que as denúncias ora investigadas são resultado direto do acordo de leniência e dos acordos de colaboração firmados, respectivamente, entre a

companhia e ex-executivos com o **Ministério Público** do Estado de São Paulo e com o CADE.

PTB

O PTB nunca recebeu recursos ilegais ou indevidos e sempre teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Da mesma forma, o partido desconhece as afirmações de Sérgio Brasil.

ARNALDO JARDIM

Fui informado pela reportagem e nenhuma comunicação judicial recebi! De qualquer forma menciona fatos e procedimentos que desconheço e um comportamento que nunca tive! Lamento esta irresponsável divulgação sem fundamento e averiguação!

FÁBIO GANDOLFO

A informações trazidas agora pelo Sr. Sérgio Brasil apenas corroboram os fatos narrados anteriormente na colaboração de Fábio Gandolfo, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017, sendo importante consignar que Fabio apenas atuou nas obras da linha 02 do Metrô até janeiro de 2007, quando foi transferido para atuar no exterior, não tendo qualquer participação em obras das linhas 05 e 06.

JOSÉ ANIBAL

Desconheço totalmente o teor desta calúnia acolhida como delação . Mais um vazamento seletivo do **Ministério Público Federal**. Em 2013 fui vítima de um canalha delator que disse que nunca falou comigo e não me conhecia. Insisti com o **STF** que julgasse a farsa. Um ano e três meses depois, o Supremo julgou e arquivou o processo. Farei o mesmo agora. Chega de impunidade de bandidos delatores, de quem os emula e de quem divulga os seus crimes aleatoriamente.

CIDADANIA (ANTIGO PPS)

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

LUIZ FRAYZE

A reportagem entrou em contato com a defesa de Luiz Frayze. O espaço está aberto para manifestação.

EDSON APARECIDO

A reportagem tenta contato com Edson Aparecido. O espaço está aberto para manifestação.

CAMPOS MACHADO

A reportagem tenta contato com Campos Machado. O espaço está aberto para manifestação.

Site:

<https://www.vitorianews.com.br/politica/noticia/2019/08/ex-diretor-do-metro-delata-supostas-propinas-para-campanhas-do-psdb-343717.html>

Ex-diretor do Metrô delata supostas propinas para campanhas do PSDB

Em delação premiada, o ex-diretor do Metrô de São Paulo Sérgio Corrêa Brasil revelou supostos esquemas de propinas para abastecer as campanhas do alto escalão do PSDB ao governo estadual de São Paulo e também um suposto mensalão na Assembleia Legislativa para apoiar os interesses de governadores tucanos. Em uma série de depoimentos ao **Ministério Público Federal**, Brasil relata que as vantagens teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin e que acertos e repasses chegaram a beneficiar o atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM). "Estimo que cerca de cinquenta por cento (50%) daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas", afirma, em referência a Garcia e ao deputado Arnaldo Jardim (PPS).

O delator não diz que entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos de Serra e Alckmin. Mas afirma que o dinheiro seguia para as campanhas dos tucanos.

Confessa ter recebido propinas milionárias nas obras das Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja, cita candidaturas de Alckmin e Serra, 'apoio' de partidos e deputados da Assembleia Legislativa do Estado e rotina de entregas de dinheiro vivo em escritórios políticos, cafés, restaurantes e shoppings.

No âmbito da Justiça estadual, Brasil já está denunciado criminalmente por corrupção na 12.^a **Vara Criminal** da Capital. Na planilha de propinas da Odebrecht, ele era o "Encostado" ou "Brasileiro".

Sérgio Brasil começou a negociar em junho de 2018 sua delação com a força-tarefa da Lava Jato em São Paulo. Em outubro fez diversos depoimentos. A colaboração de Brasil com a força-tarefa foi homologada pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Ele narra um alentado esquema de corrupção no Metrô que teria se iniciado em 2003 e perdurado até, pelo menos, 2014.

O delator descreve ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás, e 6 - Laranja. Ainda haveria supostos esquemas na Linha 4 - Amarela, mas ele diz que, neste caso, não chegaram a render propinas. Cita, ainda, em meio à rotina de ilícitos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Apontou o nome de

um ex-conselheiro, Eduardo Bittencourt de Carvalho, já réu em ação por improbidade e enriquecimento ilícito.

Brasil diz ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo Fábio Gandolfo, da Odebrecht, para receber meio por cento dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003.

"Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos, para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do Governo na Assembleia Legislativa."

Entre os deputados estaduais citados pelo ex-diretor do Metrô no anexo em que fala sobre o "mensalinho" estão Edson Aparecido (PSDB) e Campos Machado (PTB).

Sobre Campos Machado afirmou: "Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de 'loteamento de arrecadação', de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL e ao PPS, enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB. Campos Machado seria a liderança do PTB na Assembleia Legislativa. Não tive contato direto com Campos Machado."

Ele diz ter feito repasses aos então deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Rodrigo Garcia (DEM). Brasil diz que Rodrigo Garcia foi seu 'padrinho' político.

"Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil e algumas vezes entreguei valores próximos a R\$ 100 mil", vai contando.

"Antes de fazer as entregas, eu ligava para Roxana ou Arnaldo Jardim, a fim de informá-los que iria lá. Por vezes, eu também era cobrado por eles para fazer os repasses políticos", diz Brasil.

O delator registra que, embora as entregas fossem no escritório de Jardim, à Rua Veneza, Jardins, manteve "contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de São Paulo". "Estimo que cerca de cinquenta por cento daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas."

Já em 2010, nas proximidades das campanhas eleitorais de Serra à Presidência e de Alckmin ao governo de São Paulo, ele relata ter recebido pedidos decorrentes de obras da Linha 5 - Lilás.

"Assim, eu era procurado rotineiramente por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas, quando as construtoras sagraram-se vencedoras no segundo edital. Aproveitando-me do clima de euforia, solicitei a Celso, da Construtora Norberto Odebrecht, e ao Anuar Caram, da Andrade Gutierrez, que realizassem uma gestão entre as construtoras parceiras para suprir as necessidades de campanha eleitoral dos políticos José Serra, Geraldo Alckmin, José Aníbal e Edson Aparecido."

"Não sei se essas 'contribuições' eram feitas travestidas como doações oficiais de campanha ou 'por fora'. Em minha ótica, essas 'contribuições' estavam atreladas à obra da Linha 5, Lilás, Metrô-SP, especialmente porque só foram efetivadas em razão das empreiteiras terem se sagrado vencedoras da licitação da referida obra", segue.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu, Brasil diz que o então tesoureiro do ex-governador, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano junto a contratos do Metrô.

Ele afirma que Monteiro "tinha como função acompanhar o processo licitatório com finalidade arrecadatória eleitoral, sem, contudo, ter qualquer vínculo institucional com o processo licitatório".

Defesas

JOSÉ SERRA

"O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou sua carreira política na lisura e austeridade em relação aos gastos públicos."

GERALDO ALCKMIN

"Apesar de desconhecer o teor das declarações ora divulgadas, o ex-governador Geraldo Alckmin reitera que não houve qualquer contribuição ilegal às suas campanhas, muito menos qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo."

RODRIGO GARCIA

"Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça."

METRÔ

"O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos."

ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

"Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**."

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

"O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça. O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos."

ANDRADE GUTIERREZ

"A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal** (MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia."

ODEBRECHT

"A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente".

ADVOGADO GUILHERME CORONA, QUE DEFENDE MARCOS MONTEIRO

"O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade."

PSDB

"O PSDB de São Paulo desconhece os fatos narrados pelo delator/réu e reafirma que jamais recebeu recursos provenientes de desvios ou permitiu que os mesmos fossem negociados em seu nome. O PSDB reitera seu total apoio às investigações, sua confiança no ex-secretário Marcos Monteiro e a convicção de que, ao término das investigações, culpados serão punidos e a lisura do comportamento institucional será comprovada."

CAMARGO CORRÊA

"A Construtora Camargo Corrêa teve papel determinante nas investigações de irregularidades envolvendo obras do metrô de São Paulo. A empresa informa que as denúncias ora investigadas são resultado direto do acordo de leniência e dos acordos de colaboração firmados, respectivamente, entre a companhia e ex-executivos com o **Ministério Público** do Estado de São Paulo e com o CADE."

PTB

"O PTB nunca recebeu recursos ilegais ou indevidos e sempre teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Da mesma forma, o partido desconhece as afirmações de Sérgio Brasil."

ARNALDO JARDIM

"Fui informado pela reportagem e nenhuma comunicação judicial recebi! De qualquer forma menciona fatos e procedimentos que desconheço e um comportamento que nunca tive! Lamento esta irresponsável divulgação sem fundamento e averiguação!"

FÁBIO GANDOLFO

"A informações trazidas agora pelo Sr. Sérgio Brasil apenas corroboram os fatos narrados anteriormente na colaboração de Fábio Gandolfo, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017, sendo importante consignar que Fabio apenas atuou nas obras da linha 02 do Metrô até janeiro de 2007, quando foi transferido para atuar no exterior, não tendo qualquer participação em obras das linhas 05 e 06."

JOSÉ ANIBAL

"Desconheço totalmente o teor desta calúnia acolhida como 'delação'. Mais um vazamento seletivo do **Ministério Público Federal**. Em 2013 fui vítima de um canalha delator que disse que nunca falou comigo e não me conhecia. Insisti com o **STF** que julgasse a farsa. Um ano e três meses depois, o Supremo julgou e arquivou o processo. Farei o mesmo agora. Chega de impunidade de bandidos delatores, de quem os emula e de quem divulga os seus crimes aleatoriamente."

CIDADANIA (ANTIGO PPS)

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

LUIZ FRAYZE

A reportagem entrou em contato com a defesa de Luiz Frayze. O espaço está aberto para manifestação.

EDSON APARECIDO

A reportagem tenta contato com Edson Aparecido. O espaço está aberto para manifestação.

CAMPOS MACHADO

A reportagem tenta contato com Campos Machado. O espaço está aberto para manifestação.

Luiz Vassallo, Pepita Ortega, Pedro Prata e Fausto Macedo

Estadao Conteudo

Copyright © 2019 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Site:

<https://www.aquinoicias.com/2019/08/20190830003404-ex-diretor-do-metro-delata-supostas-propinas-para-campanhas-do-psdb/>

Racha na Terceira Ponte: laudo aponta que piloto de moto usou maconha

Por: Iara Diniz

O laudo cadavérico do motoboy Kelvin Gonçalves dos Santos, 23, e da namorada dele, Brunielli Oliveira, 17, revelou que o casal havia usado maconha. A substância foi encontrada no sangue e na urina das vítimas por meio de um exame toxicológico realizado pela Polícia Civil.

Kelvin e Brunielli estavam em uma moto quando foram atingidos por um carro que, segundo a polícia, disputava um racha na Terceira Ponte, em maio deste ano. O laudo da perícia realizado no Audi - veículo que atingiu a moto - apontou que o excesso de velocidade do motorista do carro foi determinante para a morte do casal.

A polícia afirma que o racha era disputado pelo advogado Ivomar Rodrigues Gomes, que dirigia o Audi, com o universitário Oswaldo Venturini Neto, que conduzia um Ethios. De acordo com a perícia, os dois motoristas estavam a 150 km/h na ponte e tinham ingerido bebidas alcoólicas. Eles estão presos.

O exame de toxicologia foi feito em Kelvin e Brunielli logo após as mortes. Apesar do laudo apontar a presença de THC, um dos componentes da maconha, não é possível dizer quando a substância foi usada pelo casal e em qual quantidade. No caso de Brunielli também foi constatado que ela ingeriu álcool, cerca 8,1 dg/L.

Para o advogado que representa a família do casal que morreu, Siderson Vitorino, não há relevância do exame toxicológico no processo, já que Kelvin e Brunielli foram vítimas de um acidente provocado por uma série de infrações e crimes.

Eu ainda não vi o laudo, mas isso não interfere em absolutamente nada na causa do acidente. A morte deles foi causada pela negligência de dois motoristas, que estavam alcoolizados e disputando um racha no meio da Terceira Ponte. Eles assumiram o risco de matar alguém. Aqui, pouco importa se eles tinham feito uso de maconha ou não, destacou.

O laudo foi entregue pela Polícia Civil a 1ª **Vara Criminal de Vitória** no dia 20 de agosto. De acordo com a PC, é procedimento padrão a requisição de laudos periciais de pessoas que tenham sofrido óbito

violento.

Ainda não se sabe se o resultado do exame vai ser descartado durante o processo. Isso porque, no dia 19 de agosto, o juiz negou um pedido da defesa de Ivomar para confeccionar um exame toxicológico das vítimas. Contudo, não houve manifestação a respeito do laudo entregue pela Polícia Civil.

Indefiro o pedido de confecção de laudo toxicológico das vítimas, de requisição de mapa geodésico do local dos fatos e de requisição da planta baixa da ponte (fl. 719), uma vez que os requerimentos de produção de tais provas não foram devidamente justificados, não vislumbrando neste momento a sua pertinência para elucidação dos fatos, diz o juiz Felipe Bertrand Sardenberg, em decisão.

O QUE DIZ A DEFESA

Para o advogado de defesa de Ivomar, José Augusto Trivelin, a presença da droga no sangue das vítimas mostra que a culpa do acidente foi compartilhada.

O laudo demonstra que Kelvin estava dirigindo sob influência de droga, o que gera culpa também para ele. Se você ver o vídeo, vai perceber que o motorista tenta desviar o carro, mas que o Kelvin joga a moto para o mesmo lado, disse.

> Racha na Terceira Ponte: conta de boate mostra compra de bebida alcoólica

Já o advogado que representa Oswaldo, Ludgero Liberato, disse que só vai se manifestar sobre o laudo após ter acesso ao documento.

É comum que fatos novos surjam durante o processo e isso demonstra que não há necessidade de manter os suspeitos presos enquanto todos os fatos não forem esclarecidos, disse.

> Advogado e estudante são indiciados por mortes e racha na Terceira Ponte

EFEITOS DA MACONHA

Segundo o perito criminal e pesquisador do Departamento de Medicina Legal da Universidade de São Paulo (USP), Júlio de Carvalho Ponce, não é

possível determinar, por meio de exames, em que momento a maconha foi usada pelas vítimas.

Se a pessoa fuma um ou dois cigarros, a droga consegue ser detectada no sangue até 4 horas após o uso. No caso da urina, até 8 dias depois. Agora se é um uso maior, de 5 cigarros por exemplo, a substância fica na corrente sanguínea por 24 horas. E enquanto ela está no sangue, a pessoa está sob efeito da droga, porque está sendo transmitida ao cérebro , explicou.

>Vídeo mostra acusados deixando boate antes de racha na Terceira Ponte

Os efeitos, contudo, variam de acordo com a quantidade e frequência com que a droga é utilizada. Geralmente, no caso de motoristas, a maconha causa certa lentidão.

O efeito de um cigarro de maconha é similar ao de duas latas de cerveja. No trânsito, isso vai trazer uma diminuição na capacidade cognitiva. A diferença é que o álcool traz uma certa euforia, já a maconha torna a pessoa mais lenta , finalizou.

Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/policia/2019/08/racha-na-terceira-ponte-laudo-aponta-que-piloto-de-moto-usou-maconha-1014196425.html>

Guarda Municipal faz palestra sobre Botão do Pânico para jovens da Serra

O **Botão do Pânico**, projeto pioneiro na capital para o enfrentamento da **violência contra a mulher**, foi apresentado a jovens de um projeto social da Serra.

Rafael Almeida Barcelos, coordenador operacional de inspetoria da Guarda Civil Municipal, foi quem apresentou aos jovens como funciona a ferramenta.

Além de explicar sobre o **Botão do Pânico**, Barcelos também abordou temas como violência doméstica familiar contra a mulher, drogas, segurança pública e juventude.

Em sua palestra, ele destacou ainda a atuação da Guarda Municipal e do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Cramsiv), ligado à Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho (Semcid).

O **Botão do Pânico** é executado numa parceria da Prefeitura de Vitória com a 1ª Vara Especializada em **Violência Doméstica** e Familiar contra Mulher e o **Tribunal de Justiça do Estado**.

Desde 2013, mulheres em Vitória que se sentem ameaçadas por ex-maridos, namorados ou companheiros contam o **Botão do Pânico**. O objetivo é reduzir os índices de violência doméstica registrados na capital.

O equipamento foi distribuído para mulheres que estão sob medida protetiva na 11ª **Vara Criminal de Vitória** e pode ser acionado caso o agressor não mantenha a distância mínima garantida pela Lei Maria da Penha. Ele capta e grava a conversa num raio de até cinco metros.

O **Botão do Pânico** também dispara informações para a Central Integrada de Operações e Monitoramento (CIOM), com a localização exata da vítima, para que uma viatura da Guarda seja encaminhada ao local.

Para garantir agilidade no atendimento ao pedido de proteção, a administração municipal disponibiliza viaturas da Guarda 24 horas.

Site: <http://vitoria.es.gov.br/noticia/guarda-municipal-faz-palestra-sobre-botao-do-panico-para-jovens-da-serra-36954>

Academia Feminina Espírito-Santense de Letras homenageia vice-reitora Ethel Maciel (Notícias)

A vice-reitora da Ufes, Ethel Maciel, recebe nesta quinta-feira, 29, uma homenagem da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras (AFESL) em reconhecimento por sua luta em defesa da universidade pública e gratuita, e das mulheres pesquisadoras.

O evento integra as comemorações do aniversário de 70 anos da Academia, completados neste mês, e será realizado às 18h30, na Biblioteca Pública do Espírito Santo, localizada na Enseada do Suá, em Vitória.

A presidente da AFESL, Renata Bomfim, afirma que a instituição, na celebração de seus 70 anos, homenageará mulheres que têm feito a diferença no cenário cultural, político, jurídico e acadêmico do Espírito Santo.

"A homenagem à professora Ethel é uma forma de reconhecimento por sua luta em defesa da universidade pública e gratuita, e em defesa do espaço das mulheres pesquisadoras, além de uma retribuição pelo apoio que ela nos deu na realização da 6ª Feira Literária Capixaba (Flic-ES)", ressalta.

Na solenidade, também serão homenageadas a deputada estadual Janete de Sá; a juíza do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** Hermínia Azoury; e a diretora da Biblioteca Pública Estadual, Ana Maria Silva.

Ao longo do ano, outras atividades serão programadas, como exposições e saraus beneficentes. "Queremos divulgar tanto a história da Academia, como a literatura produzida por mulheres no Espírito Santo", pontua Renata Bomfim.

Perfil

A professora e pesquisadora Ethel Maciel é graduada em Enfermagem pela Ufes, com mestrado em Saúde Pública, doutorado em Saúde Coletiva/Epidemiologia e pós-doutorado em Epidemiologia pela Johns Hopkins University.

É presidente da Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose (Rede-TB), organização não

governamental que trabalha para o desenvolvimento de pesquisa e controle da tuberculose, e integra o comitê técnico da Organização Mundial de Saúde (OMS) que auxilia os países com elevados índices de tuberculose a combater a doença.

Texto: Thereza Marinho

Site: <http://www.ufes.br/conteudo/academia-feminina-espirito-santense-de-letras-homenageia-vice-reitora-ethel-maciel>

Tribunal nega recurso de ex-vereador que matou cunhado em Mimoso-ES

Por Redação

A 1ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** negou, nesta quarta-feira (28), provimento à apelação nº 0001691-08.2010.8.08.0032, ajuizada por José Jardel Astolpho, ex-vereador de Mimoso do Sul, condenado no **Tribunal do Júri** a 18 anos e 6 meses de prisão, em 11 de maio de 2018, sob a acusação de ter sido o mandante do crime de homicídio duplamente qualificado, cometido em face de seu cunhado e sócio, Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

O crime aconteceu em julho de 2008.

O advogado que representou o ex-parlamentar alegou irregularidades no andamento processual, capazes de gerar a anulação da sentença proferida em 1º grau da Justiça.

Foi suscitada uma preliminar de nulidade da condenação decidida no Júri.

Após sustentação, o relator do processo, desembargador **Pedro Valls Feu Rosa**, analisou a preliminar suscitada para a possibilidade de nulidade do Júri realizado, que foi rejeitada pela Câmara Criminal.

"Não entendo que o pleito mereça prosperar. Como se sabe, a declaração de nulidade depende de demonstração efetiva do prejuízo ao demandante, o que não ocorreu", observou o magistrado, a partir das alegações apresentadas pelo apelante.

"Os advogados do réu foram ativos durante toda a realização do julgamento, questionando os atos que entendiam em desacordo com a lei processual pátria, o que foi prontamente observado pelo magistrado, mas não fizeram (advogados) qualquer menção à matéria aqui impugnada no momento adequado", acrescentou.

No mérito da apelação, o desembargador **Pedro Valls Feu Rosa** destacou que o Tribunal de Justiça não deve julgar o fato que levou a questão discutida ao Judiciário, visto que se trata de crime doloso contra a vida, cuja responsabilidade de examinação é do **Tribunal do Júri**.

"Não me é possível aqui dizer se o julgamento foi justo ou injusto, certo ou errado. Apenas devo agora julgar se o veredito foi absurdo ou não", ressaltou o julgador.

A partir da análise das provas colhidas no processo, o relator decidiu por negar provimento ao recurso interposto por José Jardel Astolpho, sendo acompanhado pelos demais integrantes do Colegiado.

À unanimidade, a 1ª Câmara Criminal manteve a sentença de 1º grau, que condenou o ex-parlamentar, a 18 anos e 6 meses de prisão, após o Júri Popular constatar a culpabilidade do acusado. Além disso, foi determinada a prisão do réu, que aguardou o julgamento dos recursos em liberdade.

O crime, que teve ampla repercussão, teria sido supostamente motivado por uma dívida de, aproximadamente, R\$200 mil entre a Prefeitura e o posto de combustível no qual as partes do processo eram sócias.

Segundo os autos, o cunhado do réu teria realizado cobranças a fim de receber parte de um pagamento, disponibilizado pelo Prefeitura em favor da empresa de sociedade das partes.

O ex-vereador de Mimoso do Sul foi condenado no Júri em 2018 pelo crime de homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e sem chance de defesa por parte da vítima, Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

Processo nº 0001691-08.2010.8.08.0032

Fonte: Tribunal de Justiça do ES

Site:

<https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/54789/tribunal-nega-recurso-ex-vereador-que-matou-cunhado-mimoso-es>

"Visitas virtuais" a presos pelo celular

Kananda Natielly

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Por um aplicativo para celular, centenas de famílias vão poder conversar e ver seus parentes presos em uma das 35 cadeias do Estado, sem sair de casa, em "visitas virtuais".

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) vai disponibilizar a familiares de detentos uma rede especial com sistema de videoconferência.

A informação foi confirmada ontem pelo secretário da Justiça, Luiz Carlos Cruz, no Palácio Anchieta, durante apresentação de uma teleaudiência experimental.

De acordo com Cruz, o projeto está em fase de implantação. Quando ele estiver disponível, familiares dos presos poderão fazer cadastro junto à secretaria. Eles vão receber login e senha para o uso do sistema em uma conexão protegida.

"Essa rede poderá ser acessada por aplicativo para celulares. A pessoa vai digitar o login e a senha que recebeu da Sejus e, no horário determinado, vai poder entrar na rede e conversar com o interno", explicou.

Durante a apresentação, o secretário destacou a importância das "visitas virtuais" para familiares que têm dificuldade de estarem presentes nas cadeias, principalmente, porque moram longe.

O contato pelo aplicativo faz parte do projeto de audiências virtuais, que interliga o sistema do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)** com as unidades

prisoniais e também está em fase de testes.

Ele foi criado pelo governo do Estado, em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest).

O projeto de audiências virtuais foi apresentado na tarde de ontem, no gabinete do governador Renato Casagrande, com uma teleaudiência experimental.

A audiência aconteceu na 4ª **Vara Criminal de Vitória** e foi realizada pela juíza Gisele Souza de Oliveira. Já os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II), acompanhados por seus advogados.

O governador considerou a teleaudiência um sucesso e explicou como ela vai funcionar. "O preso fica no sistema prisional, em uma sala, acompanhado de seu advogado ou do defensor público. O juiz ou promotor pode estar no fórum ou em qualquer outro lugar. Há a audiência sem a presença da pessoa privada de liberdade".

Gasto de R\$ 15 milhões por ano

O valor médio gasto pelo Estado com o deslocamento de presos para as audiências de custódia é de R\$ 15 milhões por ano.

Os custos desse transporte foram informados pelo secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, ontem, durante a transmissão de uma teleaudiência experimental, no gabinete do governador Renato Casagrande, no Palácio Anchieta, em Vitória.

A teleaudiência foi realizada pela juíza Gisele Souza de Oliveira, que estava na 4ª **Vara Criminal de Vitória**, e contou com participação dos réus, que permaneceram no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II), acompanhados de seus advogados.

O secretário destacou que a adoção das teleaudiências trará agilidade aos processos e economia para o Estado. Ele disse que a medida também pode reduzir a superlotação do sistema prisional e, assim, resultar em economia ainda maior, uma vez que o custo médio de um detento hoje é de R\$ 1.600 por mês.

"O Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus e decidir quais penalidades aplicar, o que pode levar à

redução do número de presos provisórios. A expectativa também é de reduzir as escoltas para condução de detentos a audiências presenciais, que geram gasto anual de R\$ 15 milhões."

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/visitas-virtuais-a-presos-pelo-celular>

Caso Gabriela Chermont: júri popular é adiado pela quinta vez

Por: Vilmara Fernandes

O julgamento do acusado da morte da jovem Gabriela Regattieri Chermont, de 19 anos, foi adiado pela quinta vez. A motivação agora foi a apresentação de dois laudos médicos pela defesa de Luiz Claudio Ferreira Sardenberg. A jovem foi morta em 21 de setembro de 1996, quando caiu do décimo segundo andar de um apart hotel em Camburi, Vitória.

Durante esta quinta-feira (29), as redes sociais foram inundadas de protestos contra o adiamento do Júri popular, que estava agendado para o próximo dia 3 de setembro. Mas, segundo informações da Promotoria Criminal de Vitória, do **Ministério Público** Estadual (MPE), a inclusão de novos documentos no processo pode ocorrer até três dias antes do julgamento e é considerado um direito para as duas partes, acusação e defesa.

Neste caso, após a inclusão de dois laudos que haviam sido produzidos em 2018, pela defesa do acusado, o juiz teria que, em seguida, intimar a parte contrária a se manifestar sobre o novo documento. Assim, a Promotoria Criminal e, em seguida, a assistência da acusação, teriam que ter direito a analisar o documento. Como não havia tempo suficiente para isto até o dia 3, o julgamento foi adiado.

A Promotoria Criminal informou que uma nova data será agendada ainda este mês, e que um novo julgamento deve ocorrer até o início de outubro. Destacou que as ações ocorridas não representam que o julgamento está sendo protelado pelo Juízo da Primeira **Vara Criminal** ou mesmo pelo MPE.

OUTRO LADO

O acusado juntou documentos no tempo processual correto e nunca deu causa a qualquer adiamento. Todos os laudos periciais oficiais indicam que Gabriela suicidou-se, não existindo indícios de agressões, discussões ou lesões que sustentem a tese de homicídio", afirma Raphael Câmara, advogado de Sardenberg.

> Ex-PM acusado de matar esposa e colega na Serra é preso

RELEMBRE O CASO

A morte de Gabriela Chermont foi causada por queda do décimo segundo andar do Apart Hotel La Residence, situado na Avenida Dante Micheline, no bairro Mata da Praia, em Vitória, na madrugada de 21 de setembro de 1996.

> Pastoras se unem para debater, nas igrejas, a violência contra mulher

Segundo consta dos arquivos processuais, a jovem e o empresário, Luiz Claudio, teriam rompido o relacionamento e, por indicação de colegas de faculdade, ela teria passado a conhecer um outro rapaz. Em uma das situações em que teriam saído juntos, para um bar na Praia da Costa, amigos do ex-namorado teriam visto e contado para ele. Nesta situação, o denunciado pelo crime passaria a manter telefonemas com Gabriela, até que teriam combinado um encontro na noite de 20 de setembro daquele ano.

Testemunhas nos autos do processo relatam que o ex-casal se dirigiu a um bar em Jardim da Penha e que depois se dirigiram ao Apart Hotel, onde ficaram hospedados no apartamento de número 1.204. Luiz Claudio, a partir daí, afirma que os dois mantiveram relações sexuais, enquanto a defesa alega que não e que, em vez disso, teriam ocorrido diversas agressões, causando inclusive quebras de dentes e escoriações na lombar, desencadeando, por fim, no arrastamento e projeção da vítima pela sacada.

Um exame toxicológico realizado à época do caso identificou que o comerciante teria feito uso de cocaína, ao contrário da alegação dele no sentido de ter tomado apenas cerveja.

> Crime contra idosa que deixou bilhete antes de morrer no ES segue impune

Site:

<https://www.noticiaagora.com.br/policia/2019/08/caso-gabriela-chermont-juri-popular-e-adiado-pela-quinta-vez-1014196349.html>

Extrajudicial e adoção: destaques no 1º ano de gestão de Humberto Martins

Corregedoria Nacional de Justiça

Brasília 15 08 2019 - Lançamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Em destaque, o presidente do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e Supremo Tribunal Federal (**STF**), ministro Dias Toffoli, o corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins. FOTO: G.Dettmar/agência **CNJ**

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, completou, nessa quarta-feira (28/8), um ano de gestão à frente da Corregedoria Nacional de Justiça. Ao longo desse período, é possível verificar uma significativa atenção dada pelo corregedor do **Conselho Nacional de Justiça** ao serviço extrajudicial brasileiro.

Para Martins, a atividade registral e notarial brasileira "se apresenta como uma alternativa segura e eficiente para o crescimento do país, com a desburocratização implementada pela atividade". Segundo o corregedor nacional, ampliar as atribuições dos cartórios é desafogar o **Poder Judiciário**.

Pode-se citar, como exemplo dessa atuação, a publicação de 4 Recomendações, referentes ao serviço extrajudicial, das 13 publicadas nesse primeiro ano da atual gestão da corregedoria nacional. Esses atos normativos tratam sobre a vedação da averbação de divórcio impositivo; prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais; entre outros.

A fiscalização do serviço extrajudicial, prevista no artigo 236, parágrafo 1º, da Constituição Federal, é exercida por todas as corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, tendo como órgão central o **Conselho Nacional de Justiça**.

"A constante evolução da atividade extrajudicial brasileira impõe a necessidade permanente da corregedoria nacional de Justiça disciplinar os novos serviços colocados à disposição da população brasileira, garantindo celeridade e, principalmente, a segurança jurídica, finalidade primordial dos serviços registral e notarial", afirma o ministro.

Nesse primeiro ano de gestão do ministro Humberto Martins à frente da corregedoria nacional de Justiça,

foram publicados 11 Provimentos e 8 deles são relacionados ao serviço extrajudicial brasileiro, com temas como paternidade socioafetiva; designação de responsável interino pelo expediente; Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial, entre outros.

No Brasil, atualmente, existem 11.579 serventias de registro e notas, sendo 6.960 com titularidade e 4.619 vagas. Sobre o tema, a corregedoria nacional já julgou 447 processos e 395 estão em andamento.

A corregedoria nacional realizou também, na gestão do ministro Humberto Martins, a primeira reunião do Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação dos Serviços Extrajudiciais (Cogetise), criado pelo Provimento n. 74/2018, com o intuito de estabelecer os padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade por todas as serventias extrajudiciais do país.

Ainda entre os assuntos que estão em discussão e que deve ser regulamentado em breve é a inclusão de notários e registradores entre os entes obrigados a informar operações suspeitas à Unidade de Inteligência Financeira (UIF).

"A perspectiva com o provimento é a mais positiva possível, já que os órgãos de investigação e de controle, que atuam diretamente no combate à corrupção e à lavagem de capitais, passarão a receber informações preciosas de transações que envolvem a utilização de recursos financeiros suspeitos ou, ainda, com a utilização de pessoas interpostas como laranjas, prática comum nessas modalidades criminosas", diz o ministro.

Quando Humberto Martins assumiu a Corregedoria Nacional de Justiça, cabia ainda ao órgão o gerenciamento dos antigos cadastros nacionais de Adoção (CNA) e de Crianças Acolhidas (CNCA), hoje, Sistema Nacional de Adoção (SNA), gerenciado pelo Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais (CGCN).

Durante seu primeiro ano de gestão, Humberto Martins trabalhou no aprimoramento do cadastro e na atualização dos dados enviados pelas varas da infância e da juventude, com o objetivo de tornar o processo de adoção mais eficiente e célere.

Assim, a corregedoria nacional, em parceria com o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, idealizou o SNA, lançado oficialmente em 15 de agosto de 2019. Uma das principais funcionalidades do sistema é a automatização da busca de pretendentes para as crianças aptas para adoção. Todas as noites, o sistema fará a busca automática, com o objetivo de vincular uma criança ao primeiro pretendente encontrado, dentro da ordem de preferência prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O SNA também possibilita uma maior participação dos pretendentes, que podem realizar pré-cadastros online e acompanhar suas habilitações, em uma página exclusiva para pretendentes. O sistema também envia e-mails se houver qualquer necessidade de modificação no cadastro, como uma vinculação ou uma renovação.

Site:

<https://www.tudorondonia.com/noticias/extrajudicial-e-adocao-destaques-no-1-ano-de-gestao-de-humberto-martins,36276.shtml>

Extrajudicial e adoção: destaques no 1º ano de gestão de Humberto Martins

O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, completou, nessa quarta-feira (28/8), um ano de gestão à frente da Corregedoria Nacional de Justiça. Ao longo desse período, é possível verificar uma significativa atenção dada pelo corregedor do **Conselho Nacional de Justiça** ao serviço extrajudicial brasileiro.

Para Martins, a atividade registral e notarial brasileira "se apresenta como uma alternativa segura e eficiente para o crescimento do país, com a desburocratização implementada pela atividade". Segundo o corregedor nacional, ampliar as atribuições dos cartórios é desafogar o **Poder Judiciário**.

Pode-se citar, como exemplo dessa atuação, a publicação de 4 Recomendações, referentes ao serviço extrajudicial, das 13 publicadas nesse primeiro ano da atual gestão da corregedoria nacional. Esses atos normativos tratam sobre a vedação da averbação de divórcio impositivo; prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais; entre outros.

A fiscalização do serviço extrajudicial, prevista no artigo 236, parágrafo 1º, da Constituição Federal, é exercida por todas as corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, tendo como órgão central o **Conselho Nacional de Justiça**.

"A constante evolução da atividade extrajudicial brasileira impõe a necessidade permanente da corregedoria nacional de Justiça disciplinar os novos serviços colocados à disposição da população brasileira, garantindo celeridade e, principalmente, a segurança jurídica, finalidade primordial dos serviços registral e notarial", afirma o ministro.

Nesse primeiro ano de gestão do ministro Humberto Martins à frente da corregedoria nacional de Justiça, foram publicados 11 Provimentos e 8 deles são relacionados ao serviço extrajudicial brasileiro, com temas como paternidade socioafetiva; designação de responsável interino pelo expediente; Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial, entre outros.

No Brasil, atualmente, existem 11.579 serventias de registro e notas, sendo 6.960 com titularidade e 4.619 vagas. Sobre o tema, a corregedoria nacional já julgou

447 processos e 395 estão em andamento.

A corregedoria nacional realizou também, na gestão do ministro Humberto Martins, a primeira reunião do Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação dos Serviços Extrajudiciais (Cogetise), criado pelo Provimento n. 74/2018, com o intuito de estabelecer os padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade por todas as serventias extrajudiciais do país.

Ainda entre os assuntos que estão em discussão e que deve ser regulamentado em breve é a inclusão de notários e registradores entre os entes obrigados a informar operações suspeitas à Unidade de Inteligência Financeira (UIF).

"A perspectiva com o provimento é a mais positiva possível, já que os órgãos de investigação e de controle, que atuam diretamente no combate à corrupção e à lavagem de capitais, passarão a receber informações preciosas de transações que envolvem a utilização de recursos financeiros suspeitos ou, ainda, com a utilização de pessoas interpostas como laranjas, prática comum nessas modalidades criminosas", diz o ministro.

Quando Humberto Martins assumiu a Corregedoria Nacional de Justiça, cabia ainda ao órgão o gerenciamento dos antigos cadastros nacionais de Adoção (CNA) e de Crianças Acolhidas (CNCA), hoje, Sistema Nacional de Adoção (SNA), gerenciado pelo Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais (CGCN).

Durante seu primeiro ano de gestão, Humberto Martins trabalhou no aprimoramento do cadastro e na atualização dos dados enviados pelas varas da infância e da juventude, com o objetivo de tornar o processo de adoção mais eficiente e célere.

Assim, a corregedoria nacional, em parceria com o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, idealizou o SNA, lançado oficialmente em 15 de agosto de 2019. Uma das principais funcionalidades do sistema é a automatização da busca de pretendentes para as crianças aptas para adoção. Todas as noites, o sistema fará a busca automática, com o objetivo de vincular uma criança ao primeiro pretendente encontrado, dentro da ordem de

preferência prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O SNA também possibilita uma maior participação dos pretendentes, que podem realizar pré-cadastros online e acompanhar suas habilitações, em uma página exclusiva para pretendentes. O sistema também envia e-mails se houver qualquer necessidade de modificação no cadastro, como uma vinculação ou uma renovação.

Corregedoria Nacional de Justiça

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89470-extrajudicial-e-adocao-destaques-no-1-ano-de-gestao-de-humberto-martins>

Carreira de Luiz Paulo vira pó. Justiça condena ex-prefeito por improbidade

Por Jackson Rangel Vieira

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** julgou terça (27) que o ex-prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas cometeu ato de improbidade, enriqueceu-se ilicitamente, e praticou dano ao erário por uso de caseiro pago pela Prefeitura quando era gestor, sem desembolsar um centavo. O caseiro atuou por 6 anos na residência pessoal do ex-Chefe do Executivo da Capital e nunca pisou no seu local de trabalho como funcionário público.

As acusações foram feitas pelo **Ministério Público** do Espírito Santo denunciando o atual presidente do Instituto Jones Santos Neves por crimes previstos na Lei nº 8.429/92. E tudo só foi descoberto porque o caseiro processou Luiz Paulo na Justiça do Trabalho e ganhou o reconhecimento de vínculo empregatício privado. Com isso, o juiz do Trabalho verificou a improbidade e enviou ofício denunciando o fato ao **Ministério Público** do Espírito Santo.

A condenação foi aceita por todos os desembargadores, que acompanharam o relator Fernando Bravim.

No julgamento, houve registros vexatórios sobre as atividades do caseiro pago com dinheiro público na mansão de Luiz Paulo Vellozo Lucas, como cuidar dos animais, varrer varanda, lavar carros e limpar piscina.

A apropriação da estrutura pública para fins particulares que lembram os episódios de Sérgio Cabral e seus animais de estimação no Rio de Janeiro. Por isso, tanto no plano jurídico, quanto no plano ético, Luiz Paulo Vellozo Lucas tem sua carreira reduzida a pó. Passa é ficar enquadrado pela lei da ficha suja.

Pela gravidade dos fatos, o Tribunal de Justiça confirmou a sentença da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual. A decisão já condenatória já tinha passado em 1ª instância.

Agora, com a condenação de 2ª instância, Luiz Paulo passa a ficar inelegível e com direitos políticos suspensos por oito anos. É oficialmente ficha suja, nos termos da legislação nacional. O TJ só retirou a pena de perda do cargo público, o que permite que Luiz Paulo mantenha sua aposentadoria do BANDES. Ele

deve pagar multa com ressarcimento em valor superior a R\$ 1 milhão de reais (seis anos dos direitos do caseiro).

O julgamento ocorreu ontem, dia 27 de agosto de 2019. Portanto, ainda não foi publicado, mas já gera efeitos jurídicos. A Folha do ES recebeu áudios integrais do julgamento, que ocorreu de forma pública.

Em razão da condenação do **TJES**, Luiz Paulo Vellozo Lucas poderá ser exonerado do Instituto Jones Santos Neves por conta da lei Estadual 9.891, que estende os efeitos da Ficha Limpa para cargos estaduais (sancionada em 2012 durante o primeiro governo de Renato Casagrande).

O caso é idêntico ao de Frei Paulão, nomeado no início de 2019 como subsecretário da Secretaria de Agricultura do Governo Estadual e depois exonerado por conta da descoberta de sua condenação em 2ª instância por ato de improbidade administrativa. Na ocasião, a ONG Transparência Capixaba fez nota incisiva cobrando a exoneração de Frei Paulão e o cumprimento da lei.

Trechos da sentença do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, confirmada pelo **TJES**, condenando Luiz Paulo Vellozo Lucas (processo nº 0009411-84.2009.8.08.0024

Fonte: folhados.com

Site: <https://www.folhados.com/noticia/politica-espírito-santo/54762/carreira-luiz-paulo-vira-po-justica-condena-ex-prefeito-improbidade>

Carreira de Luiz Paulo vira pó. Justiça condena ex-prefeito por improbidade

Por Jackson Rangel Vieira

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo** julgou terça (27) que o ex-prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas cometeu ato de improbidade, enriqueceu-se ilicitamente, e praticou dano ao erário por uso de caseiro pago pela Prefeitura quando era gestor, sem desembolsar um centavo. O caseiro atuou por 6 anos na residência pessoal do ex-Chefe do Executivo da Capital e nunca pisou no seu local de trabalho como funcionário público.

As acusações foram feitas pelo **Ministério Público** do Espírito Santo denunciando o atual presidente do Instituto Jones Santos Neves por crimes previstos na Lei nº 8.429/92. E tudo só foi descoberto porque o caseiro processou Luiz Paulo na Justiça do Trabalho e ganhou o reconhecimento de vínculo empregatício privado. Com isso, o juiz do Trabalho verificou a improbidade e enviou ofício denunciando o fato ao **Ministério Público** do Espírito Santo.

A condenação foi aceita por todos os desembargadores, que acompanharam o relator Fernando Bravim.

No julgamento, houve registros vexatórios sobre as atividades do caseiro pago com dinheiro público na mansão de Luiz Paulo Vellozo Lucas, como cuidar dos animais, varrer varanda, lavar carros e limpar piscina.

A apropriação da estrutura pública para fins particulares que lembram os episódios de Sérgio Cabral e seus animais de estimação no Rio de Janeiro. Por isso, tanto no plano jurídico, quanto no plano ético, Luiz Paulo Vellozo Lucas tem sua carreira reduzida a pó. Passa é ficar enquadrado pela lei da ficha suja.

Pela gravidade dos fatos, o Tribunal de Justiça confirmou a sentença da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual. A decisão já condenatória já tinha passado em 1ª instância.

Agora, com a condenação de 2ª instância, Luiz Paulo passa a ficar inelegível e com direitos políticos suspensos por oito anos. É oficialmente ficha suja, nos termos da legislação nacional. O TJ só retirou a pena de perda do cargo público, o que permite que Luiz Paulo mantenha sua aposentadoria do BANDES. Ele

deve pagar multa com ressarcimento em valor superior a R\$ 1 milhão de reais (seis anos dos direitos do caseiro).

O julgamento ocorreu ontem, dia 27 de agosto de 2019. Portanto, ainda não foi publicado, mas já gera efeitos jurídicos. A Folha do ES recebeu áudios integrais do julgamento, que ocorreu de forma pública.

Em razão da condenação do **TJES**, Luiz Paulo Vellozo Lucas poderá ser exonerado do Instituto Jones Santos Neves por conta da lei Estadual 9.891, que estende os efeitos da Ficha Limpa para cargos estaduais (sancionada em 2012 durante o primeiro governo de Renato Casagrande).

O caso é idêntico ao de Frei Paulão, nomeado no início de 2019 como subsecretário da Secretaria de Agricultura do Governo Estadual e depois exonerado por conta da descoberta de sua condenação em 2ª instância por ato de improbidade administrativa. Na ocasião, a ONG Transparência Capixaba fez nota incisiva cobrando a exoneração de Frei Paulão e o cumprimento da lei.

Trechos da sentença do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, confirmada pelo **TJES**, condenando Luiz Paulo Vellozo Lucas (processo nº 0009411-84.2009.8.08.0024

Fonte: folhados.com

Site: <https://www.folhados.com/noticia/politica-espírito-santo/54762/carreira-luiz-paulo-vira-po-justica-condena-ex-prefeito-improbidade>

Presidente do TJES, governador e secretário de Justiça acompanham teleaudiência experimental (Cidades)

Nesta quarta-feira (28/08), o Presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, o Governador do Estado, Renato Casagrande, e o Secretário de Estado da Justiça Luiz Carlos Cruz, acompanharam, direto do Palácio Anchieta, uma teleaudiência experimental realizada pela juíza da 4ª **Vara Criminal de Vitória**, Gisele Souza de Oliveira.

Graças ao novo formato de audiência de instrução e julgamento, os réus, acusados de estelionato, não precisaram se deslocar para o Fórum Criminal e permaneceram no Centro de Detenção Provisória de Viana II, a todo momento, acompanhados por seus respectivos advogados.

"Essa é a Justiça do Futuro. Já estamos utilizando essa tecnologia para agilizar os julgamentos de pessoas privadas de liberdade em outras Comarcas. É um avanço considerável, que gera economia aos cofres públicos, segurança para a sociedade e permite ao magistrado dar celeridade ao processo dos réus presos", destacou o presidente do **TJES**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**.

O governador Renato Casagrande enfatizou que, somente no ano passado, o estado realizou 39 mil escoltas de custodiados, gastando em torno de 11 milhões de reais para a apresentação dos réus nos Fóruns. "Hoje é um dia histórico. Aprovamos uma ferramenta que dispensa a escolta de presos. Espero que a gente utilize cada vez mais a teleaudiência para termos uma boa gestão do Sistema Prisional e maior controle da violência no estado".

De acordo com o Secretário de Estado da Justiça, o projeto de modernização das audiências prevê o investimento de 7,5 milhões de reais. "Já estamos investindo na implantação de salas especializadas para teleaudiências nas 35 unidades prisionais do estado e em 15 fóruns do **Poder Judiciário**. A expectativa é de que o sistema esteja totalmente implantado até o final deste ano.

O Gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymary Lyra, destacou que a ação é realizada em parceria com o Prodest, Instituto de Tecnologia da

Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo. "Ele tem uma plataforma central que interliga os Fóruns do **TJES** às unidades prisionais. Então hoje temos um ambiente único capaz de fazer a comunicação de todos os envolvidos nas teleaudiências e armazenar os vídeos".

No Palácio Anchieta também estavam presentes o Secretário-Geral da **OAB-ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira, o Subsecretário para Assuntos do Sistema Penal da Serjus, Alessandro Ferreira e o Coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** Estadual, Marcelo Paiva de Melo.

Do Fórum Criminal, por meio da tela, a juíza registrou a satisfação de integrar o projeto-piloto das teleaudiências. "Fico feliz em protagonizar uma das mais importantes ações de modernização tanto do Sistema Prisional como da própria justiça criminal capixaba. Percebo que as instituições do Executivo e do Judiciário estão em harmonia de objetivos para consolidar essa iniciativa", ressaltou a juíza Gisele Souza de Oliveira.

E a Promotora de Justiça Juliana Pimenta, que também estava no Fórum, destacou um ponto considerado muito importante pelo **Ministério Público** Estadual: "Na teleaudiência o preso tem todas as garantias constitucionais preservadas. Ele tem a defesa dentro do presídio e tem a defesa dentro da sala de audiência, ou seja, o contato com os advogados é a todo momento. Então tenho certeza de que a ampla defesa e o contraditório são muito respeitados".

Site: <https://905fm.com.br/cidades/presidente-do-tjesgovernador-e-secretario-de-justica-acompanham-teleaudiencia-experimental/>

Com o objetivo de diminuir escoltas de detentos, Estado realiza audiência experimental por vídeo

O governador Renato Casagrande acompanhou de seu gabinete, no Palácio Anchieta, uma teleaudiência experimental na tarde desta quarta-feira (28). Na audiência, enquanto a juíza Gisele Souza de Oliveira estava na 4ª **Vara Criminal de Vitória**, os réus estavam em uma sala montada no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

Acompanharam a transmissão da teleaudiência ao lado do Governador do Estado, o Secretário Geral da **OAB/ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira, o Presidente **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, Sergio Luiz Teixeira Gama, o Coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** do Estado do Espírito Santo, Marcelo Paiva de Melo, o Secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, o Subsecretário para Assuntos do Sistema Penal da Sejus, Alessandro Ferreira de Souza, e o Gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Modernização

O modelo de teleaudiência experimental está em fase de testes pelo governo do estado e objetiva o aprimoramento da gestão do sistema prisional capixaba. Com isso, o estado tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais do Estado salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). Além da instalação do mesmo modelo em 15 fóruns do Estado.

O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final de outubro deste ano.

Casagrande afirmou que a teleaudiência é um marco histórico para o Espírito Santo. "A modernização do sistema prisional objetiva dar agilidade aos processos, diminuir as despesas com as escoltas e dar mais segurança para a população. Hoje estamos com 10 mil presos a mais em nosso sistema prisional. Além disso, só em 2018, o estado realizou mais de 39 mil escoltas. Essa ferramenta ajuda no combate as injustiças, através de uma maior agilidade nos julgamentos, e

desonera os cofres públicos".

O secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, ressalta a importância do projeto, que trará mais segurança, agilidade e economia para o Estado. "Precisamos buscar a tecnologia como aliada para melhorar as condições do sistema prisional. As teleaudiências darão mais agilidade nos julgamentos e mais facilidade para que o juiz ouça as partes envolvidas no processo para decidir, até mesmo, por penas alternativas. São medidas que podem reduzir a superlotação do sistema e gerar economia para o Estado, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês. Além disso, tornamos o procedimento mais seguro e reduzimos o número de escoltas realizadas para condução dos detentos para audiências presenciais", afirma.

Atualmente, o sistema prisional capixaba enfrenta superlotação e abriga cerca de 23.800 presos, com um número de vagas equivalente a 13.863.

Fonte: Folha Vitória

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/com-o-objetivo-de-diminuir-escoltas-de-detentos-estado-realiza-audiencia-experimental-por-video/>

Governador do Estado acompanha teleaudiência experimental (Notícias)

O governador do Estado, Renato Casagrande, acompanhou do seu gabinete, no Palácio Anchieta, em Vitória, uma teleaudiência experimental realizada nesta quarta-feira (28) pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª **Vara Criminal de Vitória**. Os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). O projeto está em fase de teste e tem apresentado bons resultados. O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final deste ano.

A ação é realizada em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e interliga o sistema do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)** com as unidades prisionais. As salas de teleaudiências também serão instaladas em 15 fóruns do Estado.

O governador Renato Casagrande ressaltou que a audiência desta terça representa um dia histórico para o Estado do Espírito Santo. "Assumimos uma situação no sistema carcerário de uma realidade que precisava de enfrentamento. Com o esforço de todos, com o apoio do **Conselho Nacional de Justiça**, as teleaudiências mudam a realidade e a forma que nos relacionamos na prestação do serviço. Queremos oferecer mais serviço com menos gasto e não queremos que o cidadão fique um dia a mais sequer no sistema sem necessidade. Não queremos injustiça e, às vezes, a pessoa privada de liberdade fica mais tempo que o necessário por não conseguir realizar a audiência, que não acontece por vários motivos, seja por um problema no veículo ou o engarrafamento, por exemplo", afirmou.

Casagrande lembrou que as teleaudiências economizam tempo e dinheiro do Estado. "Queremos ser duros com quem comete o crime, mas precisamos ser justos com quem já cumpriu sua pena", ressaltou o governador.

Acompanhando a transmissão no gabinete do

governador, também estiveram presentes o presidente do **TJES**, desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama; o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz; o coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** Estadual, Marcelo Paiva de Melo; o secretário geral da **OAB/ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira; a representante do Prodest, Carla Letícia Alves do Nascimento; além do subsecretário de Estado para Assuntos do Sistema Penal, Alessandro Ferreira de Souza; e o gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymary Lyra.

Durante o evento, o presidente do **TJES** observou que as audiências por vídeo representam a justiça do futuro. "A Justiça está utilizando da tecnologia para agilizar os julgamentos. Ninguém quer que ninguém cumpra mais tempo de prisão do que a lei determina. O projeto vai possibilitar uma economia enorme de combustível, mais segurança para quem transporta os presos e uma série de benefícios", enfatizou o desembargador.

A ação tem como objetivo aprimorar a gestão do sistema prisional capixaba, uma vez que o projeto trará mais segurança, agilidade e economia para o Estado. "Com as salas de teleaudiências, o Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus nos processos e decidir quais penalidades aplicar para cada caso, como as penas alternativas. Estimamos que as audiências por vídeo gerem uma redução expressiva do número de escoltas para condução de detentos em audiências presenciais, ação que promove um gasto médio anual de R\$ 15 milhões para o Estado. A medida pode reduzir também a superlotação do sistema e permitir mais economia, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês", explicou o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz.

A coordenadora das **Varas Criminais** e de Execuções Penais do **TJES**, a juíza Gisele Souza de Oliveira, que conduziu a teleaudiência, lembrou que a iniciativa faz parte de um esforço conjunto liderado pelo governador. "Todo esse esforço conseguiu harmonizar os interesses de todas as instituições que compõem o sistema de Justiça em torno das audiências por vídeo, que têm funcionado de forma eficiente em todos os testes realizados. A Sejus se envolveu integralmente neste projeto, assim como o **Poder Judiciário**. Fico muito feliz de protagonizar esse momento que marca a

modernização do nosso sistema de Justiça", ressalta.

A 2ª **Vara Criminal** de Colatina e a comarca de São Domingos do Norte também realizam audiências com a ferramenta de forma experimental. Mais de 300 teleaudiências já foram realizadas em formato de teste.

Sistema prisional

A Sejus é responsável pela gestão de 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos. A população carcerária atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

Site: <https://correio9.com.br/governador-do-estado-acompanha-teleaudiencia-experimental/>

Ex-diretor do Metrô delata supostas propinas para campanhas do PSDB

Redação Multimídia ESHOJE

Curta, comente e compartilhe!

Em delação premiada, o ex-diretor do Metrô de São Paulo Sérgio Corrêa Brasil revelou supostos esquemas de propinas para abastecer as campanhas do alto escalão do PSDB ao governo estadual de São Paulo e também um suposto mensalão na Assembleia Legislativa para apoiar os interesses de governadores tucanos. Em uma série de depoimentos ao **Ministério Público Federal**, Brasil relata que as vantagens teriam beneficiado candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin e que acertos e repasses chegaram a beneficiar o atual vice-governador paulista, Rodrigo Garcia (DEM). "Estimo que cerca de cinquenta por cento (50%) daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas", afirma, em referência a Garcia e ao deputado Arnaldo Jardim (PPS).

O delator não diz que entregou ou mandou entregar valores ilícitos em mãos de Serra e Alckmin. Mas afirma que o dinheiro seguia para as campanhas dos tucanos.

Confessa ter recebido propinas milionárias nas obras das Linhas 2-Verde, 5-Lilás e 6-Laranja, cita candidaturas de Alckmin e Serra, 'apoio' de partidos e deputados da Assembleia Legislativa do Estado e rotina de entregas de dinheiro vivo em escritórios políticos, cafés, restaurantes e shoppings.

No âmbito da Justiça estadual, Brasil já está denunciado criminalmente por corrupção na 12.^a **Vara Criminal** da Capital. Na planilha de propinas da Odebrecht, ele era o "Encostado" ou "Brasileiro".

Sérgio Brasil começou a negociar em junho de 2018 sua delação com a força-tarefa da Lava Jato em São Paulo. Em outubro fez diversos depoimentos. A colaboração de Brasil com a força-tarefa foi homologada pelo juiz João Batista Gonçalves, da 6.^a **Vara Criminal** Federal.

Ele narra um alentado esquema de corrupção no Metrô que teria se iniciado em 2003 e perdurado até, pelo menos, 2014.

O delator descreve ilícitos relativos às obras das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás, e 6 - Laranja. Ainda haveria

supostos esquemas na Linha 4 - Amarela, mas ele diz que, neste caso, não chegaram a render propinas. Cita, ainda, em meio à rotina de ilícitos o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Apontou o nome de um ex-conselheiro, Eduardo Bittencourt de Carvalho, já réu em ação por improbidade e enriquecimento ilícito.

Brasil diz ter sido procurado, inicialmente, pelo executivo Fábio Gandolfo, da Odebrecht, para receber meio por cento dos contratos da Linha 2 - Verde, ainda em 2003.

"Fábio narrou que havia um sistema implantado de financiamento político-partidário em favor dos partidos de sustentação do governador Geraldo Alckmin (PSDB), quais sejam, PPS, PSDB, PFL e PTB. Era pago um valor mensal a cada um dos partidos, para que eles dessem sustentação às propostas e aspirações do Governo na Assembleia Legislativa."

Entre os deputados estaduais citados pelo ex-diretor do Metrô no anexo em que fala sobre o "mensalinho" estão Edson Aparecido (PSDB) e Campos Machado (PTB).

Sobre Campos Machado afirmou: "Tive conhecimento, por intermédio de Fábio Gandolfo, que havia internamente nos partidos políticos PTB, PFL, PSDB e PPS uma espécie de 'loteamento de arrecadação', de modo que os valores advindos do Metrô-SP seriam destinados ao PFL e ao PPS, enquanto os valores advindos da CPTM/EMTU seriam destinados ao PSDB e ao PTB. Campos Machado seria a liderança do PTB na Assembleia Legislativa. Não tive contato direto com Campos Machado."

Ele diz ter feito repasses aos então deputados estaduais Arnaldo Jardim (PPS) e Rodrigo Garcia (DEM). Brasil diz que Rodrigo Garcia foi seu 'padrinho' político.

"Por vezes, entreguei tais valores para a assessora de Arnaldo Jardim, a qual se chamava Roxana. Acredito que, ao todo, fiz cerca de 15 ou 20 entregas de valores indevidos no escritório político de Arnaldo Jardim, sendo que os valores entregues variavam de R\$ 40 mil a R\$ 60 mil e algumas vezes entreguei valores próximos a R\$ 100 mil", vai contando.

"Antes de fazer as entregas, eu ligava para Roxana ou Arnaldo Jardim, a fim de informá-los que iria lá. Por vezes, eu também era cobrado por eles para fazer os repasses políticos", diz Brasil.

O delator registra que, embora as entregas fossem no escritório de Jardim, à Rua Veneza, Jardins, manteve "contato durante o período com Rodrigo Garcia, especialmente porque fazia visitas a ele em seu gabinete, na Assembleia Legislativa de São Paulo". "Estimo que cerca de cinquenta por cento daquilo que recebi foi destinado a tais pessoas."

Já em 2010, nas proximidades das campanhas eleitorais de Serra à Presidência e de Alckmin ao governo de São Paulo, ele relata ter recebido pedidos decorrentes de obras da Linha 5 - Lilás.

"Assim, eu era procurado rotineiramente por Silvio Ranciaro, Carlos Alberto Balotta Barros de Oliveira e João Câmara, todos do PSDB, a fim de que pudesse colaborar com a arrecadação de valores para as campanhas políticas, quando as construtoras sagraram-se vencedoras no segundo edital. Aproveitando-me do clima de euforia, solicitei a Celso, da Construtora Norberto Odebrecht, e ao Anuar Caram, da Andrade Gutierrez, que realizassem uma gestão entre as construtoras parceiras para suprir as necessidades de campanha eleitoral dos políticos José Serra, Geraldo Alckmin, José Aníbal e Edson Aparecido."

"Não sei se essas 'contribuições' eram feitas travestidas como doações oficiais de campanha ou 'por fora'. Em minha ótica, essas 'contribuições' estavam atreladas à obra da Linha 5, Lilás, Metrô-SP, especialmente porque só foram efetivadas em razão das empreiteiras terem se sagrado vencedoras da licitação da referida obra", segue.

Já na campanha de 2014, quando Alckmin se reelegeu, Brasil diz que o então tesoureiro do ex-governador, o ex-secretário Marcos Monteiro, era o arrecadador da campanha do tucano junto a contratos do Metrô.

Ele afirma que Monteiro "tinha como função acompanhar o processo licitatório com finalidade arrecadatória eleitoral, sem, contudo, ter qualquer vínculo institucional com o processo licitatório".

Defesas

JOSÉ SERRA

"O senador José Serra não é citado como beneficiário na delação e reafirma que jamais recebeu vantagens indevidas em 40 anos de vida pública e sempre pautou

sua carreira política na lisura e austeridade em relação aos gastos públicos."

GERALDO ALCKMIN

"Apesar de desconhecer o teor das declarações ora divulgadas, o ex-governador Geraldo Alckmin reitera que não houve qualquer contribuição ilegal às suas campanhas, muito menos qualquer vinculação entre doações eleitorais alegadamente efetuadas e atos ou contratos administrativos cumpridos durante o seu governo."

RODRIGO GARCIA

"Trata-se de uma acusação sem fundamento. Rodrigo Garcia já foi inocentado no **STF** por falsas acusações referentes ao metrô de São Paulo e lutará novamente contra essa injustiça."

METRÔ

"O Metrô é o maior interessado na apuração de todos os fatos e, se comprovada qualquer irregularidade, apoia a punição dos envolvidos e o ressarcimento dos eventuais prejuízos dos cofres públicos."

ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

"Sérgio Brasil é colaborador da Justiça e está cumprindo com as obrigações que assumiu quando da assinatura de seu acordo com a Força Tarefa da Operação Lava Jato em São Paulo, acordo esse, inclusive, já homologado pela **Justiça Federal** de São Paulo. Nesta linha, aguarda a apuração dos fatos pela Justiça e se coloca à disposição do **Poder Judiciário**."

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

"O senhor Eduardo Bittencourt está desligado do Tribunal de Contas desde 1 de abril de 2012, portanto não possui mais vínculos com o órgão. Todas as questões acerca de supostos atos praticados estão sendo conduzidas pelo **Ministério Público** de São Paulo e pela Justiça. O Tribunal de Contas desconhece o teor das supostas delações e permanece à disposição para prestar eventuais esclarecimentos."

ANDRADE GUTIERREZ

"A Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. A companhia assumiu esse compromisso público em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as

investigações em curso dentro dos acordos de leniência firmados com o **Ministério Público Federal** (MPF), com a Controladoria Geral da União (CGU), com a Advocacia Geral da União (AGU) e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Cabe ressaltar que a empresa tem total interesse em esclarecer os fatos que abrangem as obras do metrô e já se coloca à disposição das autoridades competentes para uma colaboração ampla e irrestrita das informações de que tem conhecimento.

A Andrade Gutierrez reforça ainda que incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia."

ODEBRECHT

"A Odebrecht tem colaborado de forma permanente e eficaz com as autoridades, em busca do pleno esclarecimento de fatos do passado. Hoje, a Odebrecht está inteiramente transformada. Usa as mais recomendadas normas de conformidade em seus processos internos e segue comprometida com uma atuação ética, íntegra e transparente".

ADVOGADO GUILHERME CORONA, QUE DEFENDE MARCOS MONTEIRO

"O advogado Guilherme Corona, responsável pela defesa de Marcos Monteiro, informa que não teve conhecimento do teor das declarações prestadas e nem do seu contexto de modo que não irá comentá-las. Reitera que seu cliente sempre pautou sua vida pública dentro da legalidade."

PSDB

"O PSDB de São Paulo desconhece os fatos narrados pelo delator/réu e reafirma que jamais recebeu recursos provenientes de desvios ou permitiu que os mesmos fossem negociados em seu nome. O PSDB reitera seu total apoio às investigações, sua confiança no ex-secretário Marcos Monteiro e a convicção de que, ao término das investigações, culpados serão punidos e a lisura do comportamento institucional será comprovada."

CAMARGO CORRÊA

"A Construtora Camargo Corrêa teve papel determinante nas investigações de irregularidades envolvendo obras do metrô de São Paulo. A empresa informa que as denúncias ora investigadas são

resultado direto do acordo de leniência e dos acordos de colaboração firmados, respectivamente, entre a companhia e ex-executivos com o **Ministério Público** do Estado de São Paulo e com o CADE."

PTB

"O PTB nunca recebeu recursos ilegais ou indevidos e sempre teve suas contas aprovadas pela Justiça Eleitoral. Da mesma forma, o partido desconhece as afirmações de Sérgio Brasil."

ARNALDO JARDIM

"Fui informado pela reportagem e nenhuma comunicação judicial recebi! De qualquer forma menciona fatos e procedimentos que desconheço e um comportamento que nunca tive! Lamento esta irresponsável divulgação sem fundamento e averiguação!"

FÁBIO GANDOLFO

"A informações trazidas agora pelo Sr. Sérgio Brasil apenas corroboram os fatos narrados anteriormente na colaboração de Fábio Gandolfo, homologada pela Justiça em fevereiro de 2017, sendo importante consignar que Fabio apenas atuou nas obras da linha 02 do Metrô até janeiro de 2007, quando foi transferido para atuar no exterior, não tendo qualquer participação em obras das linhas 05 e 06."

JOSÉ ANIBAL

"Desconheço totalmente o teor desta calúnia acolhida como 'delação'. Mais um vazamento seletivo do **Ministério Público Federal**. Em 2013 fui vítima de um canalha delator que disse que nunca falou comigo e não me conhecia. Insisti com o **STF** que julgasse a farsa. Um ano e três meses depois, o Supremo julgou e arquivou o processo. Farei o mesmo agora. Chega de impunidade de bandidos delatores, de quem os emula e de quem divulga os seus crimes aleatoriamente."

CIDADANIA (ANTIGO PPS)

A reportagem entrou em contato com o Partido. O espaço está aberto para manifestação.

LUIZ FRAYZE

A reportagem entrou em contato com a defesa de Luiz Frayze. O espaço está aberto para manifestação.

EDSON APARECIDO

A reportagem tenta contato com Edson Aparecido. O

espaço está aberto para manifestação.

CAMPOS MACHADO

A reportagem tenta contato com Campos Machado. O espaço está aberto para manifestação.

Luiz Vassallo, Pepita Ortega, Pedro Prata e Fausto Macedo

Estadao Conteudo

Copyright © 2019 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Site: <http://eshoje.com.br/ex-diretor-do-metro-delata-supostas-propinas-para-campanhas-do-psdb/>

Governador do Estado acompanha teleaudiência experimental (Últimas)

O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado

O governador do Estado, Renato Casagrande, acompanhou do seu gabinete, no Palácio Anchieta, em Vitória, uma teleaudiência experimental realizada nesta quarta-feira (28) pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª **Vara Criminal de Vitória**. Os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

Leia também >> Integração ES-Linhares vai promover a aproximação das secretarias estaduais com a população linharenses

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). O projeto está em fase de teste e tem apresentado bons resultados. O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final deste ano.

A ação é realizada em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e interliga o sistema do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)** com as unidades prisionais. As salas de teleaudiências também serão instaladas em 15 fóruns do Estado.

O governador Renato Casagrande ressaltou que a audiência desta terça representa um dia histórico para o Estado do Espírito Santo.

"Assumimos uma situação no sistema carcerário de uma realidade que precisava de enfrentamento. Com o esforço de todos, com o apoio do **Conselho Nacional de Justiça**, as teleaudiências mudam a realidade e a forma que nos relacionamos na prestação do serviço. Queremos oferecer mais serviço com menos gasto e não queremos que o cidadão fique um dia a mais sequer no sistema sem necessidade. Não queremos injustiça e, às vezes, a pessoa privada de liberdade fica mais tempo que o necessário por não conseguir realizar a audiência, que não acontece por vários motivos, seja por um problema no veículo ou o engarrafamento, por exemplo", afirmou.

Leia também >> Governador recebe diretoria de empresa de café que será instalada em Linhares

Casagrande lembrou que as teleaudiências economizam tempo e dinheiro do Estado. Queremos ser duros com quem comete o crime, mas precisamos ser justos com quem já cumpriu sua pena", ressaltou o governador.

Acompanhando a transmissão no gabinete do governador, também estiveram presentes o presidente do **TJES**, desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama; o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz; o coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** Estadual, Marcelo Paiva de Melo; o secretário geral da **OAB/ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira; a representante do Prodest, Carla Letícia Alves do Nascimento; além do subsecretário de Estado para Assuntos do Sistema Penal, Alessandro Ferreira de Souza; e o gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Durante o evento, o presidente do **TJES** observou que as audiências por vídeo representam a justiça do futuro. "A Justiça está utilizando da tecnologia para agilizar os julgamentos. Ninguém quer que ninguém cumpra mais tempo de prisão do que a lei determina. O projeto vai possibilitar uma economia enorme de combustível, mais segurança para quem transporta os presos e uma série de benefícios", enfatizou o desembargador.

Leia também >> Governador participa da abertura do Salão Internacional de Avicultura e Suinocultura

A ação tem como objetivo aprimorar a gestão do sistema prisional capixaba, uma vez que o projeto trará mais segurança, agilidade e economia para o Estado.

"Com as salas de teleaudiências, o Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus nos processos e decidir quais penalidades aplicar para cada caso, como as penas alternativas. Estimamos que as audiências por vídeo gerem uma redução expressiva do número de escoltas para condução de detentos em audiências presenciais, ação que promove um gasto médio anual de R\$ 15 milhões para o Estado. A medida pode reduzir também a superlotação do sistema e permitir

mais economia, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês", explicou o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz.

A coordenadora das **Varas Criminais** e de Execuções Penais do **TJES**, a juíza Gisele Souza de Oliveira, que conduziu a teleaudiência, lembrou que a iniciativa faz parte de um esforço conjunto liderado pelo governador.

"Todo esse esforço conseguiu harmonizar os interesses de todas as instituições que compõem o sistema de Justiça em torno das audiências por vídeo, que têm funcionado de forma eficiente em todos os testes realizados. A Sejus se envolveu integralmente neste projeto, assim como o **Poder Judiciário**. Fico muito feliz de protagonizar esse momento que marca a modernização do nosso sistema de Justiça", ressalta.

Leia também >> Inquérito da PF acusa Maia de corrupção e lavagem de dinheiro

A 2ª **Vara Criminal** de Colatina e a comarca de São Domingos do Norte também realizam audiências com a ferramenta de forma experimental. Mais de 300 teleaudiências já foram realizadas em formato de teste.

Sistema prisional

A Sejus é responsável pela gestão de 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos. A população carcerária atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

Redação Portal Linhares Em Dia

SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site.

Se achar algo que viole os TERMOS DE USO , denuncie. Leia as PERGUNTAS MAIS FREQUENTES para saber o que é impróprio ou ilegal.

Siga-nos no Facebook , Twitter e YouTube .

Convidamos você a fazer parte dos nossos canais nas redes sociais e navegar pelo nosso Portal de notícias Linhares Em Dia .

Site: <http://linharsemdia.com.br/noticias/politica/31902-governador-do-estado-acompanha-teleaudiencia-experimental.html>

Homem é condenado a indenizar Audifax Barcelos em R\$ 2 mil (Notícias)

Redação

Um morador da Serra terá de indenizar o prefeito da cidade, Audifax Barcelos (Rede), em R\$ 2 mil. Segundo Audifax, que é o autor da ação, ele foi convidado para participar de um programa de jornal na TV, aonde comentaria sobre uma obra na cidade. Durante os preparativos para a transmissão, foi abordado pelo morador, na época pré-candidato a vereador, que lhe dirigiu ofensas, chamando-o de mentiroso em frente ao público. O prefeito disse ainda que, na intenção de se autopromover, o homem publicou um vídeo do ocorrido em uma rede social.

Ao analisar o caso, o juiz observou que todos os indivíduos têm direito de liberdade de expressão, entretanto, este não é absoluto, já que pode restringir outros direitos igualmente protegidos constitucionalmente, como os relacionados à intimidade, vida privada, honra e imagem.

"Os ocupantes de cargos políticos estão naturalmente sujeitos a críticas e reclamações por parte de seus governados, porém, como mencionado acima, existem limites legais e morais a serem observados. No vertente caso, ao se referir ao autor como "mentiroso" o réu não tinha o intuito de informar os moradores do bairro e os usuários de sua rede social sobre o andamento de obras naquela comunidade, mas, sim, criticar o desempenho do autor enquanto gestor público, dirigindo-lhe ofensa pessoal, com adjetivos inescrupulosos", diz a sentença.

O magistrado ainda levou em consideração que o ocorrido aconteceu entre o prefeito e um pré-candidato ao cargo de vereador do mesmo município, cerca de quatro meses antes das eleições municipais. "Dessa forma, evidente que a atitude do réu extrapola os limites da liberdade de manifestação do pensamento, configurando o abuso no exercício do direito à liberdade de expressão, e viola os direitos inerentes à personalidade da parte autora (honra e imagem)", enfatizou o magistrado na decisão.

O advogado do prefeito, Kayo Ribeiro, disse que a decisão foi acertada e que a pessoa em questão partiu para a ofensa contra Audifax. "Manifestação do pensamento é válida e legítima, mas esse caso passou do que é considerado liberdade de expressão", pontuou.

O morador da Serra informou que não chamou o prefeito de mentiroso, mas que perguntou ao público o que elas achavam e elas responderam que achavam que ele estava mentindo. Ressaltou, ainda, que removeu o vídeo no prazo de 4h estipulado pela Justiça em outra decisão, e que vai recorrer da sentença.

Com informações do **TJES** e Gazetaonline

Site: <https://hojees.com.br/2019/08/29/homem-e-condenado-a-indenizar-audifax-barcelos-em-r-2-mil/>

Com o objetivo de diminuir escoltas de detentos, Estado realiza audiência experimental por vídeo (Notícias)

O governador Renato Casagrande acompanhou de seu gabinete, no Palácio Anchieta, uma teleaudiência experimental na tarde desta quarta-feira (28). Na audiência, enquanto a juíza Gisele Souza de Oliveira estava na 4ª **Vara Criminal de Vitória**, os réus estavam em uma sala montada no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

Acompanharam a transmissão da teleaudiência ao lado do Governador do Estado, o Secretário Geral da **OAB/ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira, o Presidente **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, Sergio Luiz Teixeira Gama, o Coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** do Estado do Espírito Santo, Marcello Paiva de Mello, o Secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, o Subsecretário para Assuntos do Sistema Penal da Sejus, Alessandro Ferreira de Souza, e o Gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Modernização

O modelo de teleaudiência experimental está em fase de testes pelo governo do estado e objetiva o aprimoramento da gestão do sistema prisional capixaba. Com isso, o estado tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais do Estado salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). Além da instalação do mesmo modelo em 15 fóruns do Estado.

O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final de outubro deste ano.

Casagrande afirmou que a teleaudiência é um marco histórico para o Espírito Santo. "A modernização do sistema prisional objetiva dar agilidade aos processos, diminuir as despesas com as escoltas e dar mais segurança para a população. Hoje estamos com 10 mil presos a mais em nosso sistema prisional. Além disso, só em 2018, o estado realizou mais de 39 mil escoltas. Essa ferramenta ajuda no combate as injustiças, através de uma maior agilidade nos julgamentos, e

desonera os cofres públicos".

O secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, ressalta a importância do projeto, que trará mais segurança, agilidade e economia para o Estado. "Precisamos buscar a tecnologia como aliada para melhorar as condições do sistema prisional. As teleaudiências darão mais agilidade nos julgamentos e mais facilidade para que o juiz ouça as partes envolvidas no processo para decidir, até mesmo, por penas alternativas. São medidas que podem reduzir a superlotação do sistema e gerar economia para o Estado, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês. Além disso, tornamos o procedimento mais seguro e reduzimos o número de escoltas realizadas para condução dos detentos para audiências presenciais", afirma.

Atualmente, o sistema prisional capixaba enfrenta superlotação e abriga cerca de 23.800 presos, com um número de vagas equivalente a 13.863.

Site: <https://jornalentrevista.com.br/v4/com-o-objetivo-de-diminuir-escoltas-de-detentos-estado-realiza-audiencia-experimental-por-video/>

Governador do Estado acompanha teleaudiência experimental (Política)

O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado

O governador do Estado, Renato Casagrande, acompanhou do seu gabinete, no Palácio Anchieta, em Vitória, uma teleaudiência experimental realizada nesta quarta-feira (28) pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª **Vara Criminal de Vitória**. Os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

Leia também >> Integração ES-Linhares vai promover a aproximação das secretarias estaduais com a população linharenses

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). O projeto está em fase de teste e tem apresentado bons resultados. O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final deste ano.

A ação é realizada em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e interliga o sistema do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)** com as unidades prisionais. As salas de teleaudiências também serão instaladas em 15 fóruns do Estado.

O governador Renato Casagrande ressaltou que a audiência desta terça representa um dia histórico para o Estado do Espírito Santo.

"Assumimos uma situação no sistema carcerário de uma realidade que precisava de enfrentamento. Com o esforço de todos, com o apoio do **Conselho Nacional de Justiça**, as teleaudiências mudam a realidade e a forma que nos relacionamos na prestação do serviço. Queremos oferecer mais serviço com menos gasto e não queremos que o cidadão fique um dia a mais sequer no sistema sem necessidade. Não queremos injustiça e, às vezes, a pessoa privada de liberdade fica mais tempo que o necessário por não conseguir realizar a audiência, que não acontece por vários motivos, seja por um problema no veículo ou o engarrafamento, por exemplo", afirmou.

Leia também >> Governador recebe diretoria de empresa de café que será instalada em Linhares

Casagrande lembrou que as teleaudiências economizam tempo e dinheiro do Estado. Queremos ser duros com quem comete o crime, mas precisamos ser justos com quem já cumpriu sua pena", ressaltou o governador.

Acompanhando a transmissão no gabinete do governador, também estiveram presentes o presidente do **TJES**, desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama; o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz; o coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** Estadual, Marcelo Paiva de Melo; o secretário geral da **OAB/ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira; a representante do Prodest, Carla Letícia Alves do Nascimento; além do subsecretário de Estado para Assuntos do Sistema Penal, Alessandro Ferreira de Souza; e o gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Durante o evento, o presidente do **TJES** observou que as audiências por vídeo representam a justiça do futuro. "A Justiça está utilizando da tecnologia para agilizar os julgamentos. Ninguém quer que ninguém cumpra mais tempo de prisão do que a lei determina. O projeto vai possibilitar uma economia enorme de combustível, mais segurança para quem transporta os presos e uma série de benefícios", enfatizou o desembargador.

Leia também >> Governador participa da abertura do Salão Internacional de Avicultura e Suinocultura

A ação tem como objetivo aprimorar a gestão do sistema prisional capixaba, uma vez que o projeto trará mais segurança, agilidade e economia para o Estado.

"Com as salas de teleaudiências, o Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus nos processos e decidir quais penalidades aplicar para cada caso, como as penas alternativas. Estimamos que as audiências por vídeo gerem uma redução expressiva do número de escoltas para condução de detentos em audiências presenciais, ação que promove um gasto médio anual de R\$ 15 milhões para o Estado. A medida pode reduzir também a superlotação do sistema e permitir

mais economia, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês", explicou o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz.

A coordenadora das **Varas Criminais** e de Execuções Penais do **TJES**, a juíza Gisele Souza de Oliveira, que conduziu a teleaudiência, lembrou que a iniciativa faz parte de um esforço conjunto liderado pelo governador.

"Todo esse esforço conseguiu harmonizar os interesses de todas as instituições que compõem o sistema de Justiça em torno das audiências por vídeo, que têm funcionado de forma eficiente em todos os testes realizados. A Sejus se envolveu integralmente neste projeto, assim como o **Poder Judiciário**. Fico muito feliz de protagonizar esse momento que marca a modernização do nosso sistema de Justiça", ressalta.

Leia também >> Inquérito da PF acusa Maia de corrupção e lavagem de dinheiro

A 2ª **Vara Criminal** de Colatina e a comarca de São Domingos do Norte também realizam audiências com a ferramenta de forma experimental. Mais de 300 teleaudiências já foram realizadas em formato de teste.

Sistema prisional

A Sejus é responsável pela gestão de 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos. A população carcerária atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

Redação Portal Linhares Em Dia

SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site.

Se achar algo que viole os TERMOS DE USO , denuncie. Leia as PERGUNTAS MAIS FREQUENTES para saber o que é impróprio ou ilegal.

Siga-nos no Facebook , Twitter e YouTube .

Convidamos você a fazer parte dos nossos canais nas redes sociais e navegar pelo nosso Portal de notícias Linhares Em Dia .

Site: <http://linharsemdia.com.br/noticias/politica/31902-governador-do-estado-acompanha-teleaudiencia-experimental.html>

Ex-prefeito de Vitória Luiz Paulo pode ser exonerado a qualquer momento pelo Governador Casagrande (Notícias)

JACKSON RANGEL VIEIRA

O Tribunal

de Justiça do Espírito Santo julgou nesta terça (27) que o ex-prefeito de

Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas cometeu ato de improbidade, enriquecimento ilícito,

e praticou dano ao erário por uso de caseiro pago pela Prefeitura quando era

gestor, sem desembolsar um centavo.

O

caseiro atuou por 6 anos na residência pessoal do ex-Chefe do Executivo da

Capital e nunca pisou no seu local de trabalho como funcionário público.

As

acusações foram feitas pelo **Ministério Público** do Espírito Santo denunciando o

atual presidente do Instituto Jones Santos Neves por crimes previstos na Lei nº

8.429/92.

E

tudo só foi descoberto porque o caseiro processou Luiz Paulo na Justiça do

Trabalho e ganhou o reconhecimento de vínculo empregatício privado. Com isso, o

juiz do Trabalho verificou a improbidade e enviou ofício denunciando o fato ao

Ministério Público do Espírito Santo.

A

condenação foi aceita por todos os desembargadores, que acompanharam o relator

Fernando Bravim.

No

julgamento, houve registros vexatórios sobre as atividades do caseiro pago com

dinheiro público na mansão de Luiz Paulo Velloso Lucas, como cuidar dos

animais, varrer varanda, lavar carros e limpar piscina.

Pela

gravidade dos fatos, o Tribunal de Justiça confirmou a sentença da 3ª Vara da

Fazenda Pública Estadual. A decisão já condenatória já tinha passado em 1ª

instância.

Agora,

com a condenação de 2ª instância, Luiz Paulo passa a ficar inelegível e com

direitos políticos suspensos por oito anos. É oficialmente ficha suja, nos

termos da legislação nacional.

O TJ

só retirou a pena de perda do cargo público, o que permite que Luiz Paulo

mantenha sua aposentadoria do BANDES. Ele deve pagar multa com ressarcimento em

valor superior a R\$ 1 milhão de reais (seis anos dos direitos do caseiro).

O julgamento ocorreu na última terça-feira dia 27. Portanto, ainda não foi

publicado, mas já gera efeitos jurídicos imediatos.

A

Folha do ES recebeu áudios integrais do julgamento, que ocorreu de forma

pública.

Em

razão da condenação do **TJES**, Luiz Paulo Velloso Lucas poderá ser exonerado do

Instituto Jones Santos Neves por conta da lei Estadual 9.891, que estende os

efeitos da Ficha Limpa para cargos estaduais (sancionada em 2012 durante o

primeiro governo de Renato Casagrande).

O

caso é idêntico ao de Frei Paulão, nomeado no início de 2019 como subsecretário

da Secretaria de Agricultura do Governo Estadual e depois exonerado por conta

da descoberta de sua condenação em 2ª instância por ato de improbidade

administrativa.

Na

ocasião, a ONG Transparência Capixaba fez nota incisiva cobrando a exoneração

de Frei Paulão e o cumprimento da lei.

Trechos

da sentença do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, confirmada pelo

TJES, condenando Luiz Paulo Velloso Lucas (processo nº

0009411-84.2009.8.08.0024)

Fonte: folhados.com

Site: http://www.radarcapixaba.com.br/noticia/5410/Ex-prefeito_de_Vitria_Luiz_Paulo_pode_ser_exonerado_a_qualquer_momento_pelo_Governador_Casagrande_.html

Espírito Santo está entre os seis estados com menores índices de desembargadoras

Do total dos 28 desembargadores que compõem o **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, apenas três são mulheres, ou seja, um percentual de 10,71%. Na Justiça estadual esse é um exemplo da ainda inexpressiva participação de mulheres no cargo de desembargadora. O Estado, de acordo com estudo do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, tem um dos menores índices do País, estando abaixo dos 16% juntamente com Acre, na região Norte; Goiás e Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste; Alagoas, no Nordeste; e Rio Grande do Sul, na Região Sul.

De acordo com a pesquisa, a presença feminina nos cargos mais importantes do Judiciário brasileiro, assim como o avanço na carreira, não possui relação direta com a região geográfica do País onde a magistrada atua. O levantamento revela, por exemplo, que estados como Santa Catarina, no Sul; Pará (PA) e Roraima (RR), no Norte; Mato Grosso, no Centro-Oeste; e Pernambuco, Nordeste; apresentam percentuais superiores a 43% de desembargadoras nos quadros de seus respectivos tribunais.

O diagnóstico avaliou ainda a situação da representatividade feminina no ingresso da carreira de magistratura por estados, apontando que no Nordeste, Sergipe e Paraíba se incluem entre os cinco estados com mais de 47% dos cargos de juíza substituta ocupados por mulheres. Já o Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas (AL) estão entre os seis estados com os piores percentuais, abaixo de 23%. São Paulo e Espírito Santo, no Sudeste, e o Distrito Federal, no Centro-Oeste, integram o grupo de estados com índices inferiores de juízas substitutas nos quadros de servidores.

A primeira versão do levantamento chamado de "Diagnóstico da Participação Feminina no **Poder Judiciário**" mostrou, de fato, que a magistratura brasileira é composta predominantemente por homens e possui apenas 38,8% de juízas em atividade. O estudo revelou ainda que o desequilíbrio fica mais evidente quando se considera que, nos últimos 10 anos, a participação feminina aumentou apenas 1,2 ponto percentual, quando registrava 37,6% de magistradas nas diferentes cortes do país.

De acordo com o estudo do **CNJ**, considerando o cargo de juíza titular por unidade da federação, a

distribuição do percentual de representatividade feminina aponta que somente os estados do Pará, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraíba e Sergipe têm mais de 41% desses postos ocupados por mulheres. Outros seis estados - Amazonas, Amapá, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro - têm menos de 17% de mulheres como juízas titulares.

Na versão atualizada do diagnóstico, o DPJ/**CNJ** comparou o ingresso na magistratura entre homens e mulheres no período compreendido entre 1988 e 2017. Ao longo dos 29 anos analisados, observa-se a predominância do ingresso de homens na carreira. O número de mulheres aprovadas em concursos supera o de homens apenas nos anos de 1995, 2001 e 2005, fato que contribui para a prevalência masculina nas carreiras do **Poder Judiciário**.

Site:

<https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/espírito-santo-esta-entre-os-seis-estados-com-menores-indices-de-desembargadoras>

Jornada Científica do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do TJES começou nesta quinta (Últimas Notícias)

A 3ª edição da Jornada Científica do Fórum dos Assistentes Sociais e Psicólogos do **Poder Judiciário do Espírito Santo** (FASP) teve início nesta quinta-feira (29), no auditório Manuel Vereza, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com a palestra de abertura intitulada "Judicialização da Vida".

O tema foi apresentado pelo professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, que é graduado em Psicologia (UFF), especialista em Psicologia Jurídica (UERJ), mestre e doutor em Psicologia (UFRJ).

A psicóloga e servidora da Justiça Estadual, Fernanda Pinheiro de Oliveira Rubim, que recebeu a honrosa tarefa de mediar a palestra, contou que o doutor Pedro convidou os participantes a pensarem sobre a construção da subjetividade, sobre os processos de valorização e desvalorização de alguns modos de vida, o que incide nos processos de criminalização de algumas populações, e na conseqüente judicialização dessas questões.

O convidado ainda sinalizou algumas estratégias para lidar com essas questões vivenciadas na atualidade, como o resgate da dimensão política da psicologia e do serviço social, que está relacionada à premissa ética das profissões, ancorada nos Direitos Humanos. Além da necessidade de mudar algumas lógicas, ou seja, mudar a lente do que o profissional é convocado a olhar e a dizer.

A Jornada também abriu espaço para apresentações orais de artigos científicos elaborados por servidores e outros agentes públicos, cujos trabalhos são transversais às temáticas presentes no campo sociojurídico. Além de mesas-redondas com profissionais cuja trajetória de ensino, pesquisa e extensão estão ligadas à prática profissional dos atores do Sistema de Justiça Estadual.

Durante o evento acontece, ainda, a divulgação dos artigos selecionados para publicação na Revista Científica do evento, que será disponibilizada em breve. Os trabalhos foram selecionados no mês de maio deste ano e organizados pelos eixos: "Gestão do Trabalho", "Família", "Sistema Penal", "Criança e

Adolescente" e "Gênero, Geração e Etnia".

Na manhã desta quinta-feira (29), além da palestra de abertura, também foi realizada uma mesa sobre o eixo família, mediada pela servidora do **TJES** e doutora em Psicologia, Cláudia Paresqui Rosêiro, onde foram tratados os temas: "A atuação de psicólogos (os) com pais e mães em processo judicial de separação conjugal", por Yara Nascimento de Aguiar e Luiz Magno Campos; "Ressignificando a guarda compartilhada", por Bruna Lyra Duque e Danilo Ribeiro Silva dos Santos; e "Sintomas de Estresse em Crianças e Adolescentes no contexto de divórcio parental: caracterização de uma amostra capixaba", pela própria mediadora e por Kely Maria Pereira de Paula.

À tarde, foi a vez do eixo "Gênero, Geração e Etnia", com os temas:

- "Reflexões sobre o protagonismo da mulher na entrega voluntária de recém-nascidos/as: uma experiência de atividade educativa", por Cristiane de Mesquita Silva, Emilly Marques Tenório, Filipe dos Santos Xavier, Laís de Almeida Souza, Mayara Paratella de Almeida, Vanessa Pessanha Menezes Gomes e Victor Hugo da Silva;

E, em seguida, foram apresentados os artigos do eixo "Gestão do Trabalho":

A Jornada Científica, que continua nesta sexta-feira (30), é promovida pelo Fórum dos Assistentes Sociais e Psicólogos do **Poder Judiciário do Espírito Santo**, com o apoio da Escola da Magistratura do Espírito Santo (Emes), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região e do Conselho Regional de Serviço Social da 17ª Região, da Ajudes, Sicoob Servidores e **Sindijudiciário**.

Vitória, 29 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Elza Silva (com informações da Comissão Organizadora) | elcrsilva@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/jornada-cientifica-do-forum-de-assistentes-sociais-e-psicologos-do-tjes-comecou-nesta-quinta-feira-29/>

Consumidora que encontrou inseto em pacote de doce tem pedido de indenização negado (Últimas Notícias)

A 4ª Vara Cível de Vitória negou um pedido de indenização proposto por uma mulher que encontrou um inseto no interior de um pacote de balas adquirido em um estabelecimento comercial.

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/consumidora-que-encontrou-inseto-em-pacote-de-doce-tem-pedido-de-indenizacao-negado/>

A autora alega ter comprado a mercadoria, contudo, ao perceber que o produto estava impróprio para consumo, requereu explicações da empresa fornecedora, 1ª ré, ocasião em que foi informada "que ali não resolveria nada e que se quisesse, que procurasse o fabricante". No entanto, a consumidora também não obteve maiores esclarecimentos quando procurou o fabricante, ora 2ª parte ré.

Em defesa, a empresa fornecedora sustentou que não houve comprovação do dano alegado. A fabricante não apresentou contestação.

Na examinação do processo, o juiz concluiu por julgar a ação como improcedente. Segundo o magistrado, a requerente não produziu nenhuma prova que indicasse a existência do fato causador do prejuízo alegado. "Importa salientar que a parte requerente poderia ter produzido prova documental, trazendo à baila fotografia do objeto, ou ainda, se inexistisse tal registro, ter feito prova testemunhal sobre o ocorrido, porém deixou de proceder de tal maneira", afirmou o julgador.

Processo nº 0039623-88.2009.8.08.0024
(024.09.039623-5)

Vitória, 29 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do
TJES

Texto: Isabella de Paula | ihpaula@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

Presidente do TJES acompanha apresentação do Programa Estado Presente feita pelo Governador ao Vice-presidente da República (Últimas Notícias)

Nesta quinta-feira, (29/08), o presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, acompanhou a apresentação do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, feita pelo governador Renato Casagrande ao vice-presidente da República, General Hamilton Mourão, no Palácio da Fonte Grande. O programa é considerado referência para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta do Governo Federal e foi apontado pelo Vice-presidente como exemplo para o Brasil.

Na explanação sobre o Estado Presente, o governador esclareceu sobre as diretrizes e os objetivos do programa e apresentou um gráfico dos homicídios no estado, mostrando que os índices de criminalidade reduziram em todo o território capixaba, e hoje são os melhores dos últimos 23 anos.

"O nosso programa Estado Presente é referência nacional. Iniciamos em nosso primeiro mandato e obtivemos uma redução no número de crimes contra a vida. Retomamos o programa neste ano e estamos conquistando os menores números da série histórica. É o trabalho bem feito tanto na atuação policial quanto na social", apontou o Governador.

O governador ainda destacou que a integração entre o Poder Executivo e o **Poder Judiciário** é indispensável para o combate à criminalidade no estado. "O desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama** é um grande parceiro nos projetos de Segurança Pública", disse Renato Casagrande.

Graças aos bons resultados do Estado Presente, Cariacica é uma das cinco cidades do País que fazem parte do "Em Frente Brasil", o projeto-piloto de Enfrentamento à Criminalidade Violenta. A Força Nacional de Segurança pública, que já chegou ao município, atuará de forma integrada com as Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar, dentro de estratégias específicas de policiamento ostensivo, inteligência, investigação criminal e operações integradas. Além de Cariacica, o projeto também está

sendo implantado em Ananindeua (PA), Goiânia (GO), Paulista (PE) e São José dos Pinhais (PR).

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, elogiou o programa Estado Presente e deixou claro que a metodologia pode ser utilizada como modelo para todo o País. "É um trabalho de integração de todos os entes ligados à segurança pública, numa simbiose e no uso correto das ferramentas de inteligência para que se faça um mapeamento de onde são cometidos os crimes, as ilegalidades, e a partir daí o combate a esse flagelo que atinge o nosso país seja feito de forma organizada. O Espírito Santo, pela forma como vem conduzindo isso, é mais uma vez exemplo para o restante da federação", elogiou o Vice-presidente, afirmando que o programa pode se tornar um exemplo para todo o País.

O encontro no Palácio da Fonte Grande também contou com a presença da juíza Gisele Souza de Oliveira, coordenadora das **Varas Criminais** e de Execuções Penais do **TJES**, de representantes de outros Poderes e do Sistema de Segurança Pública Estadual.

Vitória, 29 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Tais Valle (com informações da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado) | tvalle@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

foto: Hélio Filho/Secom - Governo do Espírito Santo

Site: <http://www.tjes.jus.br/presidente-do-tjes-acompanha-apresentacao-do-programa-estado-presente-feita-pelo-governador-ao-vice-presidente-da-republica/>

Magistrados do Espírito Santo participam de Congresso Estadual no Salão Pleno do TJES (Últimas Notícias)

Magistrados de todo o Estado se reúnem nesta quinta (29) e sexta-feira (30) no Salão Pleno do Tribunal de Justiça, para o Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito.

A Diretora da Escola Superior da Magistratura do Estado (Esmages) e Supervisora do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (**Nupemec**), desembargadora **Janete Vargas Simões** fez a abertura do evento, juntamente com o presidente da Associação de Magistrados do Espírito Santo (Amages), Daniel Peçanha Moreira. O vice-corregedor Geral da Justiça, desembargador **Carlos Simões Fonseca**, representou o presidente do **TJES**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**.

O Ministro do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**), Antonio Saldanha Palheiro participou da abertura, que contou ainda com a presença do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jaime Martins de Oliveira Neto, do Procurador-Geral da Justiça Éder Pontes, do representante da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Hércules da Silveira, do procurador do Estado Jasson Ibner Amaral, representando a Procuradoria Geral do Estado.

Participaram ainda os desembargadores do **TJES** Adalto Dias Tristão, **José Paulo Calmon Nogueira da Gama**, **Namy Carlos de Souza Filho**, Fábio Clem de Oliveira, **Eliana Junqueira Munhós Ferreira**, **Elisabeth Lordes**, **Fernando Zardini Antonio**, **Arthur José Neiva de Almeida** e o desembargador substituto Raimundo Siqueira.

O juiz de direito Carlos Magno Moulin Lima tocou o hino nacional durante a abertura.

No início dos trabalhos, a desembargadora **Janete Vargas Simões** agradeceu a presença do Ministro Antonio Saldanha Palheiro e cumprimentou autoridades, magistrados e alunos da Esmages e deu as boas vindas a todos: "É um prazer tê-los aqui. Aproveitem o evento porque foi tudo pensado com muito carinho para todos vocês", destacou a magistrada.

O presidente da AMB, Jaime Martins de Oliveira Neto

cumprimentou a todos e agradeceu o apoio recebido durante a sua gestão à frente da AMB, que chega ao fim neste ano de 2019: "Cumprimento todos os magistrados do Estado, na pessoa do presidente da Amages, Daniel Peçanha Moreira e de público agradeço a ele e a toda a magistratura do Estado pelo apoio que me deram durante esses dois anos e meio."

O presidente da Amages, juiz Daniel Peçanha Moreira cumprimentou e agradeceu a presença dos integrantes da mesa e justificou a ausência de muitas autoridades, em especial a do presidente do **TJES**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, em virtude da presença do vice-presidente da república no Estado e agradeceu a todos que participaram da organização do evento.

O magistrado também destacou o trabalho que vem sendo realizado pelos juízes do Estado.

"A magistratura do Estado do Espírito Santo é composta por verdadeiros heróis porque temos nos desdobrado diante da falta de material humano e muitas vezes de recursos materiais, mas que se encontra dentro do limite das nossas possibilidades orçamentárias".

E agradeceu a colaboração dos envolvidos com a organização do congresso: "Minha palavra hoje é de agradecimento. Todos formamos um elo e temos que marchar juntos por uma justiça melhor. Esse evento veio para nos qualificar para trazer coisas novas para o nosso Estado, através dos nossos palestrantes, que vão nos trazer novos conhecimentos para o nosso Estado", concluiu o presidente da Amages.

Representando o presidente do **TJES** no evento, o vice-corregedor Geral da Justiça, desembargador **Carlos Simões Fonseca** deu as boas vindas a todos os presentes: "É uma alegria muito grande recebê-los aqui! Certamente seremos brindados com palestras do mais alto quilate. Quero dizer que é um prazer recebê-los aqui e desejo que o Congresso seja de pleno êxito!"

O 1º Painel do Congresso coube ao Ministro do **STJ**, Antonio Saldanha Palheiro e ao desembargador do

Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Joaquim Domingos de Almeida Neto, que fizeram uma exposição sobre o tema. O painel teve como presidente de mesa o desembargador do **TJES** Adalto Dias Tristão e como debatedor o juiz de direito do **TJES** Carlos Ribeiro Lemos.

Ao abrir o primeiro painel, o desembargador Adalto Dias Tristão apresentou o currículo dos expositores.

Em sua palestra, o ministro do **STJ** destacou o perfil dos juizes brasileiros citando duas pesquisas realizadas pela AMB, em 1999 e vinte anos depois. O ministro abordou, ainda, temas como judicialização, ativismo judicial, segurança jurídica, incerteza jurídica e precedentes judiciais: "sou um defensor incansável dos precedentes. Temos que normatizar e estabelecer um index dos precedentes", destacou o magistrado, concluindo sua fala com um texto sobre Segurança Jurídica: "Ainda que haja controvérsia em torno da melhor resposta jurídica para a sociedade, é preciso aceitar que não há como prescindir de um conjunto de regras previamente estabelecidas para criar o mínimo de ordem em nome da segurança e da previsibilidade, sob pena de o próprio caos se tornar a maior injustiça. É a confiança de que as leis serão cumpridas, inclusive pelo próprio Estado".

Em seguida, o desembargador Joaquim de Almeida Neto (TJRJ) falou sobre projetos de lei que tratam das normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições.

O juiz capixaba Carlos Eduardo Ribeiro Lemos deu início aos debates sobre os temas apresentados.

Em seguida, os juizes de direito Antônio Silveira neto e Jaime de Oliveira fizeram a segunda exposição do dia, sobre "fake news". O debatedor do 2º Painel foi o desembargador **Fernando Zardini Antonio** e a presidência dos trabalhos coube à juíza do **TJES**, Cláudia de Oliveira Araújo.

Programação do 2º dia de Congresso

O último dia do evento terá palestra do ministro do **STJ**

No segundo dia do evento, o advogado Marcelo Abelha Rodrigues e o professor da UFAL Valmir de Albuquerque Pedrosa apresentam o 3º Painel do Congresso: "A prova nas ações coletivas ambientais e os princípios da precaução e prevenção", que será debatido pelo juiz de direito Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon (**TJES**), sob a presidência do desembargador do **TJES** Fabio Clem de Oliveira.

O ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, do Superior

Tribunal de Justiça, o desembargador **Samuel Meira Brasil Júnior**, do **TJES** e o apresentam o painel "Inteligência Artificial e a sua aplicação no mundo jurídico". O debatedor será o juiz de direito do **TJES** Gustavo Henrique Procópio Silva e a presidência da mesa caberá ao juiz de direito Felipe Monteiro Morgado Horta.

O 6º painel do Congresso: "Direito Processual Civil à luz da Constituição e Precedentes Judiciais (IN) Segurança Jurídica" terá como expositores o desembargador do TJSP Ricardo Cunha Chimenti e o desembargador aposentado do TJSP, Professor e Advogado José Roberto dos Santos Bedaque. O promotor de justiça Hermes Zaneti Júnior debate o tema, sob a presidência do juiz de direito Augusto Passamani Bufulin.

Palestra de encerramento será com o navegador Amir Klink

O economista, administrador de empresas, navegador e escritor Amyr Klink fará a palestra de encerramento do Congresso Capixaba de Magistrados, nesta sexta-feira. A palestra tem previsão para ser iniciada às 17h, com encerramento às 18h20m.

Vitória, 29 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Maira Ferreira | mpferreira@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/magistrados-do-espírito-santo-participam-de-congresso-estadual-no-salao-pleno-do-tjes/>

Teleaudiência para economizar com deslocamento de presos

Laércio Campos

TELEAUDIÊNCIA, JUSTIÇA, AUDIÊNCIA, **TJES**,
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TJES, RENATO
CASAGRANDE, GOVERNADOR, PROMOTOR,
JULGAMENTO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/29/TVVITRIARECOR>
DES-07.48.40-07.52.03-1567091729.mp4

TJES confirma condenação de ex-vereador

**TJES, TRIBUNAL DE JUSTIÇA, RECURSO,
CONDENAÇÃO, ASSASSINATO, JUSTIÇA,
PROCESSO, SEJUS, MPES, MINISTÉRIO PÚBLICO,**

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/29/TVVITRIARECOR>

DES-06.49.06-06.52.04-1567081103.mp4

Morador da Grande Vitória deve indenizar Prefeito da Serra

MORADOR, GRANDE VITÓRIA, INDENIZAÇÃO,
PREFEITO DA SERRA, AUDIFAX BARCELOS, TJES,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOESPRITOS>

ANTOAM1160ES-12.21.15-12.24.22-1567099279.mp3

SEGER assina com o Presidente do TJES acordo de cooperação técnica entre o Governo do Espírito Santo e o Poder Judiciário

SEGER, DENISE LOUREIRO, PRESIDENTE, **TJES**,
COOPERAÇÃO TÉCNICA, GOVERNO, ESPÍRITO
SANTO, PODER JUDICIÁRIO,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOESPRITOS
ANTOAM1160ES-11.01.30-11.02.19-1567097917.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOESPRITOS
ANTOAM1160ES-11.01.30-11.02.19-1567097917.mp3)**

Juiz do ES custa R\$ 50 mil por mês, aponta relatório do CNJ

TAG: JUÍZES, COFRES PÚBLICOS, ESPÍRITO SANTO, DESEMBARGADORES, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOCBNVITRIA925FMES-09.43.56-09.44.12-1567106296.mp3>

Governador Renato Casagrande acompanhou do Palácio Anchieta um teleaudiência experimental

TAG: GISELE SOUZA DE OLIVEIRA JUÍZA, TELEAUDIÊNCIA, SISTEMA PRISIONAL, VÍDEO CONFERÊNCIA, SEJUS, TRIBUNAL, FÓRUM CRIMINAL DE VITÓRIA, SEGURANÇA, ECONOMIA, GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, ADIANTAMENTO DE AUDIÊNCIA, PODER EXECUTIVO, PODER JUDICIÁRIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOESPITOSANTOAM1160ES-08.55.37-08.56.14-1567093542.mp3>

Morador deve ser indenizado após seu cavalo ser eletrocutado em Alegre (ES)

TAGS: TJ-ES, PODER JUDICIÁRIO, DANOS MATERIAIS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOJUSTIAFM1>

047DF-07.48.33-07.49.35-1567099248.mp3

Prefeitura de Vitória deve indenizar morador que teve veículo atingido por árvore

TAGS: PREFEITURA DE VITÓRIA, INDENIZAÇÃO,
TJ-ES, VIA PÚBLICA, DANOS MATERIAIS,
ACIDENTE, ARVORE, JUIZ, CONSTITUIÇÃO
FEDERAL,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOJUSTIAFM1>

[047DF-07.47.14-07.48.32-1567099223.mp3](#)

Governo do Estado realiza teleaudiência

Geiza Andrade

JUSTIÇA, GOVERNO DO ESTADO,
TELEAUDIÊNCIA, TJES, TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
TJES, RENATO CÁSAGRANDE, GOVERNADOR,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOBANDNEW
SFM901ES-06.38.41-06.41.02-1567096366.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOBANDNEW
SFM901ES-06.38.41-06.41.02-1567096366.mp3)**

Prefeitura acusa peritos judiciais de falta de ética

ARTHUR LEAL E GUSTAVO GOULART

Secretaria de Infraestrutura e Habitação alega que parecer contra reabertura da Avenida Niemeyer foi elaborado sem avaliação de nota técnica de especialistas do município. Corregedoria arquivou investigação contra juíza que determinou interdição da via

A prefeitura acusou ontem peritos da Justiça do Rio de extrapolarem a ética profissional ao não recomendarem, em um laudo, a reabertura da Avenida Niemeyer, interditada há três meses. Em uma nota, a Secretaria municipal de Infraestrutura e Habitação alegou que eles emitiram o parecer antes de ler e avaliar a nota técnica elaborada por engenheiros e geólogos do município, "demonstrando precipitação e descumprimento dos trâmites legais".

"O laudo pericial demonstra preciosismo que extrapola qualquer limite do bom senso e da ética profissional, além de falta de conhecimento e experiência na questão geotécnica", diz um trecho da nota. Além disso, a secretaria reafirmou que "a Avenida Niemeyer tem todas as condições de segurança necessárias para reabrir".

A secretaria também assegurou que todas as casas que poderiam contribuir para instabilidade da encosta do Morro do Vidigal às margens da avenida foram demolidas, e acrescentou que construiu canaletas para evitar que água das chuvas volte a castigar o local.

Os peritos que indicaram a necessidade de se manter a interdição da Niemeyer apontaram cinco pontos em que viram riscos de deslizamentos. Vinte e seis casas foram interditadas e demolidas pela prefeitura no topo da encosta, mas os especialistas convocados pela Justiça consideraram que outras 13 também devem ser derrubadas. A prefeitura alega que essa medida não é necessária.

Procurado para comentar a acusação da prefeitura contra os peritos, o Tribunal de Justiça destacou, por meio de um comunicado, que não se manifesta "em relação a opiniões pessoais ou posicionamentos sobre decisões judiciais". Por sua vez, a Corregedoria-Geral de Justiça do Rio resolveu arquivar um procedimento de investigação contra a juíza Mirela Erbisti, da 3ª

Vara de Fazenda Pública da Capital, que determinou, em maio, o fechamento da avenida.

O município havia apresentado uma denúncia contra a magistrada ao **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, alegando que ela havia cometido abuso de autoridade por estipular uma multa de R\$ 120 mil ao prefeito Marcelo Crivella em caso de descumprimento da ordem de fechamento da Niemeyer.

Responsável pelo arquivamento, o desembargador Bernardo Moreira Garcez concluiu que as alegações para a abertura do procedimento de investigação revelam uma insatisfação da prefeitura quanto à tutela de urgência definida pela juíza.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

PRODUTIVIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS É LÍDER EM EFICIÊNCIA NO BRASIL

No relatório do CNJ, divulgado ontem, órgão do Estado foi comparado a estruturas semelhantes de RJ, SP, PR e MG.

| 13

INFORME ESPECIAL



TULIO MILMAN

informe.especial@zerohora.com.br
@tulio.milman

Com Letícia Paludo | leticia.paludo@zerohora.com.br | 3218-4797

Um sopro de esperança

Prevaleceu o bom senso. A Justiça gaúcha decidiu pela possibilidade de multa aos motoristas que se recusarem a fazer o teste do bafômetro. É uma discussão antiga, baseada em um argumento torto: ninguém é obrigado a produzir provas contra si. É o que diz a lei.

Existem sempre vários jeitos de olhar um fato. O mais razoável, sempre, é colocar, acima de tudo, o viés da preservação da vida. No caso de um motorista que assume o risco de beber e se sentar ao volante, a produção de prova não se dá pelo

exame na blitz, mas sim pela decisão original, a de ingerir álcool. Logo, a recusa ao bafômetro não é produção de prova, mas admissão de culpa – a não ser que haja algum fator relevante e comprovável para a negativa. Por exemplo, a urgência de levar alguém, de carro, ao hospital.

Fora isso, negar-se a fazer o exame nada mais é do que malandragem de quem acha que pode usar a lei para atropelar a lei. O cidadão ainda pode se recusar a soprar, mas é justo que sofra os efeitos dessa manobra arriscada.

Merrêcá

Nada contra os US 20 milhões ofertados pelos países do G-7 para combater incêndios na Amazônia.

Mas esse é o preço de alguns apartamentos de luxo em Paris. É muito barulho por muito pouco.

De ponta

Relatório divulgado ontem pelo Conselho Nacional de Justiça aponta, pelo 11º ano consecutivo, a liderança do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no quesito eficiência. "O desempenho

reflete o trabalho árduo, sério e dedicado dos magistrados e servidores gaúchos, a quem cumprimento em nome da administração", comemorou o presidente do TJ, Carlos Eduardo Zietlow Duro.

Espanha

Turista à pomodoro.



Boi de selfie

Expointer



Azeite

Agora é lei. A Rota das Oliveiras será oficializada hoje, às 17h30min, em cerimônia a ser realizada na Casa da Secretaria da Agricultura da Expointer.

Padrinhos

A partir de hoje, às 17h30min, um grupo de seis empresas do ramo da alimentação assume o patrocínio das festas de aniversário na Fundação Pão dos Pobres, que abriga 120 crianças e adolescentes.

O evento será sempre na última quinta-feira do mês, nas seis casas de acolhimento da instituição. No menu, produtos da Pizza Hut POA, Outback, Mr. Pretzels, Restaurante Chimí, Confeitaria Maranghello e Beigaleto DiPaolo.

O projeto tem duração indeterminada. A ideia é angariar novos parceiros para dar continuidade à ação:

"Pequenas ações, ao nosso alcance, já ajudam muito. A ideia é que empresas de diversos segmentos tornem-se parceiros também" diz Dana Chmelnitsky, idealizadora do projeto Fazer Acontecer.

Ideais

A metodologia utilizada em campanhas e nos mandatos de políticos liberais será compartilhada em um curso inédito em Porto Alegre, que já está com as vagas esgotadas. Vereadores e coordenadores do partido Novo Paesstram no evento, que ocorre no sábado e no domingo.

Bolim

O campeonato municipal de bocha de Porto Alegre terá as suas semifinais no sábado – séries Ouro e Prata da categoria Principal Sintética. Abaixo, a tabela dos jogos:

SÉRIE OURO

- Riograndense x Barão do Cahí – Av. Cavalhada, 2.206.
- Chácara das Pedras A x Soeral – Av. Teixeira Mendes, 831, Chácara das Pedras

SÉRIE PRATA

- Ararigboia x ASSTBM – rua Saicã, 6, Jardim Botânico.
- Piratini x Chácara das Pedras B – Praça Piratini, Santana.

GAUCHAZH

Leia outras colunas em
gauchazh.com/tulioimilman

Judiciário: Pela primeira vez em 10 anos, balanço de 2018 mostra redução de processos pendentes

Pela primeira vez na última década, o Judiciário registrou uma diminuição no estoque de processos pendentes: se em 2017 o número batia a marca de 80 milhões de casos sem solução, em 2018 houve a redução de 1,2%, totalizando 78 milhões.

É o que mostra o relatório do **CNJ** "Justiça em Números", publicado nesta quarta-feira, 28.

Estoque processual

Segundo o relatório, o estoque processual diminuiu em mais de um milhão de processos nos últimos dois anos (-1,4%). Esse resultado mostra um balanço positivo, pois, até 2016, o aumento do acervo era recorrente. Em 2017 houve estabilização do estoque, culminando com a queda verificada em 2018. Os dados são reflexo do aumento no total de processos baixados, que atingiu o maior valor da série histórica no ano de 2018, além da redução dos casos novos.

O documento aponta que, durante o ano de 2018, ingressaram 28,1 milhões processos e foram finalizados 31,9 milhões, ou seja, 13,7% a mais que os casos novos. Foi a primeira vez, na última década, que todos os segmentos de Justiça conseguiram obter um Índice de Atendimento à Demanda maior que 100%, ou seja, com mais processos baixados que ingressados.

Neste relatório se verificou o maior IPM - Índice de Produtividade dos Magistrados - de toda a série histórica de mensuração do índice, iniciada em 2009. É dizer, em 2018, os magistrados brasileiros apresentaram sua melhor produtividade nos últimos dez anos.

Demandas

O relatório também mostra as demandas mais recorrentes segundo as classes e os assuntos. A figura abaixo indica que, a Justiça Estadual, com aproximadamente 70% do total de processos ingressados no Judiciário, reúne grande diversidade de assuntos. O tema Direito Civil aparece entre os cinco assuntos com os maiores quantitativos de processos em todas as instâncias da Justiça Estadual.

Despesas

As despesas totais do Judiciário somaram R\$ 93,7 bilhões, o que representou decréscimo de 0,4% em relação ao último ano. Esse decréscimo foi ocasionado, especialmente, em razão da variação na rubrica das despesas com capital (-8,8%). As despesas com recursos humanos permaneceram próximas às do ano anterior.

Já a política do **CNJ** de incentivo à virtualização dos processos judiciais registrou avanços na informatização dos tribunais a cada ano. A resolução **CNJ** 185/13, que instituiu o PJe - Sistema **Processo Judicial Eletrônico** como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais, impactou significativamente o percentual de processos autuados eletronicamente, que passou de 30,4% em 2013 para 83,8% em 2018.

Relatório

É a primeira vez que o **CNJ** reúne uma década completa de dados estatísticos, com uso de metodologia de coleta de dados padronizada, consolidada e uniforme em todos os 90 tribunais. Ao apresentar, o presidente do **CNJ** Dias Toffoli destacou:

Site:

<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI309918,51045->

Judiciario+Pela+primeira+vez+em+10+anos+balanco+de+2018+mostra

CMN aprova balanço do Banco Central no primeiro semestre de 2019

Estadão Conteúdo

Acesse sua conta

Banco Central: instituição teve balanço aprovado pelo CMN (Gil Ferreira/ Agência [CNJ](#)/Reprodução)

O CMN aprovou, em reunião ordinária, o balanço do Banco Central no primeiro semestre de 2019. No período, o BC apresentou resultado positivo de R\$ 21,1 bilhões. Conforme previsto pela legislação em vigor, o resultado do primeiro semestre será transferido ao Tesouro Nacional no prazo de até dez dias úteis, a partir desta quinta.

O BC também registrou, no primeiro semestre, resultado cambial negativo de R\$ 7,6 bilhões (equalização das reservas internacionais e swaps cambiais). Neste caso, o resultado será coberto pelo Tesouro Nacional até o décimo dia útil de 2020.

O chefe do Departamento de Contabilidade do Banco Central, Arthur Andrade, lembrou, durante coletiva de imprensa, que a lei que estabelece a nova relação entre o BC e o Tesouro Nacional foi aprovada no primeiro semestre, com efeitos a partir do segundo semestre deste ano. É por isso que, no caso do resultado deste primeiro semestre, ainda haverá transferências entre os dois órgãos.

A Lei nº 13.820, sancionada no primeiro semestre, prevê o funcionamento da chamada "reserva de resultado cambial". Por meio dela, a cada seis meses o BC fará o ajuste de sua relação com o Tesouro. Sempre que o BC obtiver lucro na conta cambial, estes recursos serão transferidos para a reserva de resultado. A parcela do lucro do BC não ligada ao câmbio seguiria sendo transferida normalmente para o Tesouro. Por sua vez, em momentos de prejuízo do BC com o câmbio, a reserva de resultado serviria para cobrir o rombo, sem que o Tesouro precisasse emitir títulos públicos para o BC, como ocorre atualmente. A expectativa é de que esta nova dinâmica, também adotada por outros países, favoreça o controle da dívida pública.

As concessionárias de serviços públicos como água, energia ou telefonia terão maior flexibilidade para firmar convênios com instituições financeiras para o recebimento dos pagamentos de seus usuários. Na

prática, elas poderão escolher com maior liberdade em quais canais aceitarão os pagamentos: eletrônico, guichê do caixa ou correspondentes bancários.

Norma do CMN decidiu nesta quinta que as empresas e órgãos públicos poderão contratar individualmente a forma de pagamento que lhe for mais conveniente.

Hoje as empresas só tem duas opções: meio eletrônico ou um conjunto que inclui guichê de caixa e correspondentes. Agora, será possível fazer combinações ou até contratar uma das formas de pagamento individualmente.

Segundo o chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central, João André Pereira, a norma era pouco flexível. "Agora damos mais flexibilidade à contratação. São três opções, e o conveniado pode definir como quer compor", afirmou. Segundo ele, para conveniados menores, a contratação conjunta começou a ficar cara e pesar para essas empresas, daí a necessidade de adaptação da norma.

O CMN definiu também que, no atendimento presencial realizado pelos bancos, fica vedada a imposição de restrições quanto à quantidade de documentos, de transações ou de operações por pessoa. Também não poderá haver definição de montante mínimo ou máximo a ser pago, nem diferença para atendimento de clientes e não clientes.

O Conselho também aprovou resolução que altera regra de limite máximo de exposição por cliente para credenciadoras de cartão de crédito dos segmentos 3, 4 e 5 (S3, S4 e S5). Estes segmentos reúnem as instituições financeiras de menor porte no Brasil.

O chefe do Departamento de Regulação Prudencial e Cambial do Banco Central, Ricardo Franco Moura, explicou, durante coletiva de imprensa, que uma regra criada anteriormente, alinhada aos padrões internacionais, determina que as instituições do S3, S4 e S5 passem a obedecer ao limite de 25% do Nível 1 do Patrimônio de Referência (PR) no caso de exposição a um cliente. Esta regra começaria a valer em 1º de janeiro de 2020. No caso das instituições do S1 e do S2, estes limites já são respeitados.

Por conta de especificidades do mercado brasileiro, no

entanto, credenciadoras que estão no S3, S4 e S5 teriam dificuldades para cumprir o limite. "Por conta de características do mercado brasileiro (prazo de 28 dias para pagamento ao lojista e parcelamento na loja), a exposição das credenciadoras do S3, do S4 e do S5 aos bancos emissores poderia extrapolar o limite de 25% do Nível I do Patrimônio de Referência (PR), o que poderia inviabilizar esse tipo de operação", registrou o BC por meio de nota.

De acordo com Moura, a resolução mantém a exigência para instituições do S1 e do S2, mas adia a entrada do S3, do S4 e do S5. A nova data, no entanto, ainda não foi estabelecida.

"Com a decisão, exposições decorrentes da atividade de credenciamento perante emissores de cartões de crédito, que não são consideradas para fins dos limites segundo as regras atuais, continuarão isentas pelas novas regras dos limites de exposição por cliente (LEC) que passam a vigorar em janeiro de 2020", disse o BC por meio de nota. "Já para as instituições financeiras de grande porte (segmentos S1 e S2), tais exposições são consideradas no cálculo do LEC desde janeiro de 2019."

O BC registrou ainda, por meio de nota, que "o crescimento do uso de cartões como instrumento de pagamento atraiu novos entrantes no mercado de credenciamento, inclusive instituições financeiras de pequeno porte, que encontraram nas atividades ligadas aos arranjos de pagamento um novo nicho de crescimento". De acordo com o BC, "o aumento da competição acarretou redução nos custos dos lojistas, tanto na utilização de leitoras das informações do cartão quanto nas taxas cobradas por operação".

Site: <https://exame.abril.com.br/economia/cmn-aprova-balanco-do-banco-central-no-primeiro-semester-de-2019/>

PeríciaBR tem cursos Ead inovadores de Perícia Judicial

periciabr.com.br

A perícia judicial e extrajudicial é uma atividade profissional em franca expansão no Brasil. Dados do **CNJ**, apontam para a existência de 100 milhões de processos judiciais no país. Esta atividade, auxilia o poder judiciário a encontrar soluções embasadas em aspectos técnicos-científicos que ajudam na solução de conflitos.

O mercado de trabalho para perito judicial, é reservado a quem tem curso superior e não necessita de concurso público, de um escritório fixo, de um amplo portfólio de serviços ou mesmo abandonar a atividade atual. Como é um mercado sem muitas barreiras de entrada, somente profissionais com formação e estudo intensivo, conseguem permanecer no mercado, que exige aperfeiçoamento e atualização

A PeríciaBR apresenta cursos com conteúdo programático completos, elaborados por profissionais qualificados e com ampla experiência profissional na área da perícia judicial. Nosso conteúdo são todas em vídeo-aulas, seguidas de exercícios de fixação. Todos os vídeos estão hospedados no Vimeo, que garante velocidade sem travamentos, e você pode assistir as vídeo-aulas quantas vezes quiser e tudo isso sem nenhuma publicidade.

Nossos cursos tem um conteúdo abrangente, atualizado e objetivo, que garante uma abordagem por níveis, de acordo com a experiência do usuário.

Garantimos a certificação para os alunos que concluírem nosso curso.

Oferecemos um teste de preparação para os principais cursos de proficiência em Perícia, com mais de 500 questões de revisão.

Nosso material didático tem um conteúdo inovador, baseado nas mais significativas metodologias de EAD (Seis Pilares da Educação a Distância):

- Adaptativo : acompanha individualmente o aluno de acordo com o nível de aprendizagem
- Gamificação : Engajamento do aluno através de recompensas que vai conseguindo à partir de seu desempenho Grade curricular

- Responsivo : Se adapta a cada dispositivo utilizado pelo aluno

- Híbrido : Interação do aluno com o professor

- Micro conteúdos: Apresenta apenas um conteúdo/assunto por aula. Após a vídeo-aula o aluno faz exercícios de fixação

- Mobile : Pode acessar o conteúdo por qualquer dispositivo

Confira nossos curso e venha ser perito judicial.

periciabr.com.br

Site:

https://alcidesmario10.jusbrasil.com.br/noticias/750127937/periciabr-tem-cursos-ead-inovadores-de-pericia-judicial?ref=news_feed

Governo monta comissão apenas com juízes para debater legislação trabalhista

Com o objetivo de fazer avaliações ao mercado de trabalho brasileiro, o secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, enviou um ofício ao ministro Dias Toffoli, presidente do **Conselho Nacional de Justiça**, informando sobre a criação de um grupo de estudos sobre direito do trabalho e concluir o trabalho de modernização da legislação trabalhista.

De acordo com o ofício, o grupo terá a coordenação de Ives Gandra Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho. O grupo vai avaliar o...

Site: https://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/750118272/governo-monta-comissao-apenas-com-juizes-para-debater-legislacao-trabalhista?ref=news_feed

Justiça do Trabalho é a mais célere na solução de conflitos

Uma reclamação trabalhista é julgada, em média, em nove meses. Esse é um dos menores prazos registrados no Judiciário brasileiro, que apresenta média de 1 ano e 10 meses nas varas federais e de 2 anos e 4 meses nas varas estaduais. A conclusão está no relatório Justiça em Números 2019 , do **Conselho Nacional de Justiça**.

A Justiça do Trabalho também é, mais uma vez, soluciona litígios por meio de acordo entre as partes. Em 2018, cerca de 39% dos processos em fase de conhecimento foram resolvidos po...

Site: https://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/750061579/justica-do-trabalho-e-a-mais-celere-na-solucao-de-conflitos?ref=news_feed

Notícias Relacionadas

Na semana em que a Lei de Alienação Parental completa nove anos, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** comemora a marca de 11.436 pessoas formadas na Oficina de Pais e Mães, uma iniciativa para ensinar formas mais saudáveis de abordar a experiência da separação e evitar que o episódio não resulte em novos litígios judiciais. Os tribunais brasileiros registraram 3,8 mil processos de alienação parental no ano passado. Desde o advento da lei, em 2010, a Justiça pode aplicar sanções para pais ou mães que dificultarem o contato entre filhos e o outro genitor.

Condutas como desqualificar sistematicamente "a conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade" ou se mudar para um local distante "sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós" são passíveis de punições como multa, inversão da guarda e até a "suspensão da autoridade parental", de acordo com a Lei 12.318 .

Para evitar que esses conflitos sejam judicializados, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Judiciário (Ceajud) lançou em outubro de 2015 uma capacitação em que o processo de separação é abordado das perspectivas de pais e filhos. O curso à distância lança mão de materiais interativos, vídeos, textos, um fórum de discussão entre alunos e questionários avaliativos. Tratamento de disputas

De acordo com a idealizadora do programa, a juíza da 2ª **Vara de Família** e Sucessões de São Vicente/SP, Vanessa Aufiero, o curso trata de sentimentos mas também reduz a desinformação a respeito do tema da alienação parental. Muitos casais em disputa não sabem que uma rotina de acusações pode ser substituída por um convívio mais pacífico, por meio do instituto da guarda compartilhada. Na Comarca de São Vicente, cerca de 86% dos participantes do curso, na modalidade presencial, abandonam o conflito e, encaminhados a audiências de mediação e conciliação, firmam acordos.

"Muitas pessoas não sabem o que é guarda compartilhada. Confundem com guarda alternada, que é algo que não existe no nosso ordenamento jurídico. Graças a novelas ou à TV, têm a interpretação de que vão ficar 15 dias com a criança e entregá-la aos cuidados do ex-companheiro pelos outros 15 dias seguintes. Alguns pensam que guarda compartilhada significa não mais pagar pensão alimentícia", afirma.

Eficácia da lei

A importância da lei, segundo a magistrada, depende da eficácia na sua aplicação. "Eficácia na aplicação da lei é conjugar dispositivos legais para satisfazer a lei do pertencimento, pois é preciso entender que a família é uma relação de circularidade e interdependência entre pessoas, o que um faz afeta o outro. O foco é na visão sistêmica, na interação daquele sistema familiar. Não é possível ver uma pessoa isolada. Uma interpretação da lei pode gerar polarização e uma escalada do conflito. Qualquer lei pode ser desvirtuada se desconectada do valor ao qual está a serviço", afirmou. Contribuição

Além de ampliar o entendimento da sociedade sobre o tema, o curso tem alcançado importantes resultados em termos quantitativos. Dos 11 mil cidadãos que concluíram a versão à distância do curso, 99,15% dos participantes informaram que o curso os ajudou a importância de não envolver os filhos nos conflitos dos pais. Percentual semelhante - 94,23% - avaliaram que o curso os ajudou a cuidar melhor dos filhos. Transição

De acordo com a juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-conselheira do **CNJ**, Deborah Ciocci, a lei ajudou a conceituar uma prática que existia há muito tempo, quando família era um modelo tradicional e convencional de convívio. "De 2010 para cá, tivemos uma mudança social, notamos um maior compromisso parental. O afeto está mais presente nas relações familiares, e não só aquele determinado pelo biológico. A sociedade mudou muito. Hoje temos novas configurações de família, como mulheres mães de produção independente e casais homoafetivos", disse.

Atuante na área do direito da família desde 2008, a juíza avalia que a aplicação da lei ainda sofre com a falta de profissionais capacitados nos quadros da Justiça para atuar em casos mais difíceis de alienação parental. "Faltam profissionais, em quantidade, não em qualificação. Com nossa estrutura atual, não há como fazer visita assistida como deveria ser, por exemplo. Não há como mandar uma equipe com assistente social e psicólogo à casa de um pai acusado de manter um ambiente sem segurança, sem rede na janela ou com muita sujeira, para confirmar a acusação", disse a magistrada.

Presidente da Associação Brasileira pela Convivência Equilibrada e Combate à Alienação Parental, Leandro Nagliate, diz trabalhar pela divulgação da lei, cuja

redação sofre questionamentos no Congresso Nacional. "A lei é extremamente importante para garantir convívio entre crianças, pais e mães. Em muitos casos, uma pessoa inventa mentiras contra a outra e conta com a impunidade. Talvez uma mudança necessária seja criminalizar a conduta de AP ou a falsa acusação", disse Nagliate.

Manuel Carlos Montenegro

Agência **CNJ** de Notícias

Site:

https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/750007502/noticias-relacionadas?ref=news_feed

Curso forma 11,4 mil para prevenir casos de alienação parental

Na semana em que a Lei de Alienação Parental completa nove anos, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** comemora a marca de 11.436 pessoas formadas na Oficina de Pais e Mães, uma iniciativa para ensinar formas mais saudáveis de abordar a experiência da separação e evitar que o episódio não resulte em novos litígios judiciais. Os tribunais brasileiros registraram 3,8 mil processos de alienação parental no ano passado. Desde o advento da lei, em 2010, a Justiça pode aplicar sanções para pais ou mães que dificultarem o contato entre filhos e o outro genitor.

Conduas como desqualificar sistematicamente "a conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade" ou se mudar para um local distante "sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós" são passíveis de punições como multa, inversão da guarda e até a "suspensão da autoridade parental", de acordo com a Lei 12.318.

Para evitar que esses conflitos sejam judicializados, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Judiciário (Ceajud) lançou em outubro de 2015 uma capacitação em que o processo de separação é abordado das perspectivas de pais e filhos. O curso à distância lança mão de materiais interativos, vídeos, textos, um fórum de discussão entre alunos e questionários avaliativos.

De acordo com a idealizadora do programa, a juíza da 2ª **Vara de Família** e Sucessões de São Vicente/SP, Vanessa Aufiero, o curso trata de sentimentos mas também reduz a desinformação a respeito do tema da alienação parental. Muitos casais em disputa não sabem que uma rotina de acusações pode ser substituída por um convívio mais pacífico, por meio do instituto da guarda compartilhada. Na Comarca de São Vicente, cerca de 86% dos participantes do curso, na modalidade presencial, abandonam o conflito e, encaminhados a audiências de mediação e conciliação, firmam acordos.

"Muitas pessoas não sabem o que é guarda compartilhada. Confundem com guarda alternada, que é algo que não existe no nosso ordenamento jurídico. Graças a novelas ou à TV, têm a interpretação de que vão ficar 15 dias com a criança e entregá-la aos

cuidados do ex-companheiro pelos outros 15 dias seguintes. Alguns pensam que guarda compartilhada significa não mais pagar pensão alimentícia", afirma.

A importância da lei, segundo a magistrada, depende da eficácia na sua aplicação. "Eficácia na aplicação da lei é conjugar dispositivos legais para satisfazer a lei do pertencimento, pois é preciso entender que a família é uma relação de circularidade e interdependência entre pessoas, o que um faz afeta o outro. O foco é na visão sistêmica, na interação daquele sistema familiar. Não é possível ver uma pessoa isolada. Uma interpretação da lei pode gerar polarização e uma escalada do conflito. Qualquer lei pode ser desvirtuada se desconectada do valor ao qual está a serviço", afirmou.

Além de ampliar o entendimento da sociedade sobre o tema, o curso tem alcançado importantes resultados em termos quantitativos. Dos 11 mil cidadãos que concluíram a versão à distância do curso, 99,15% dos participantes informaram que o curso os ajudou a importância de não envolver os filhos nos conflitos dos pais. Percentual semelhante - 94,23% - avaliaram que o curso os ajudou a cuidar melhor dos filhos.

De acordo com a juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-conselheira do **CNJ**, Deborah Ciocci, a lei ajudou a conceituar uma prática que existia há muito tempo, quando família era um modelo tradicional e convencional de convívio. "De 2010 para cá, tivemos uma mudança social, notamos um maior compromisso parental. O afeto está mais presente nas relações familiares, e não só aquele determinado pelo biológico. A sociedade mudou muito. Hoje temos novas configurações de família, como mulheres mães de produção independente e casais homoafetivos", disse.

Atuante na área do direito da família desde 2008, a juíza avalia que a aplicação da lei ainda sofre com a falta de profissionais capacitados nos quadros da Justiça para atuar em casos mais difíceis de alienação parental. "Faltam profissionais, em quantidade, não em qualificação. Com nossa estrutura atual, não há como fazer visita assistida como deveria ser, por exemplo. Não há como mandar uma equipe com assistente social e psicólogo à casa de um pai acusado de manter um ambiente sem segurança, sem rede na janela ou com muita sujeira, para confirmar a acusação", disse a magistrada.

Presidente da Associação Brasileira pela Convivência Equilibrada e Combate à Alienação Parental, Leandro Nagliate, diz trabalhar pela divulgação da lei, cuja redação sofre questionamentos no Congresso Nacional. "A lei é extremamente importante para garantir convívio entre crianças, pais e mães. Em muitos casos, uma pessoa inventa mentiras contra a outra e conta com a impunidade. Talvez uma mudança necessária seja criminalizar a conduta de AP ou a falsa acusação", disse Nagliate.

Manuel Carlos Montenegro

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89469-curso-forma-11-4-mil-para-prevenir-casos-de-alienacao-parental>

Processos que aguardam soluções

Tags: Processos, CNJ, processo pendentes

Multimídia:

[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/29/TVBANDNEWSN](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/29/TVBANDNEWSNACIONAL-01.07.39-01.08.32-1567077548.mp4)

ACIONAL-01.07.39-01.08.32-1567077548.mp4

Brasil tem 78,7 milhões de processos pendentes

-
TAGS: Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho.

Ivar Hartmann - professor de direito da FGV-RIO.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/29/GLOBONEWS-00.49.12-00.51.46-1567086283.mp4>

Processos que aguardam soluções

Tags: Processos, CNJ, processo pendentes

Multimídia:

[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/29/TVBANDNEWSN](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/29/TVBANDNEWSNACIONAL-00.07.38-00.08.30-1567075640.mp4)

ACIONAL-00.07.38-00.08.30-1567075640.mp4

Audiências de custódia mantem 99% dos réus em prisão preventiva

-

TAG

Instituto de Defesa do Direito de Defesa

CNJ

Casos de tortura

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/29/RDIOCBNSOPAU>

LOFM905SP-10.02.24-10.02.54-1567102599.mp3

AGAZETA
QUINTA, 29 DE AGOSTO DE 2019

CIDADES | 7



Lideranças femininas e a vice-governadora Jaqueline Moraes vão lançar projeto hoje

FELIPE VENTURA/DIVULGAÇÃO

Grupo vai combater, nas igrejas, a violência contra as mulheres

Pastoras e lideranças femininas querem sensibilizar líderes de denominações

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

Um grupo de pastoras e líderes de grupos femininos se uniu para levar para o meio evangélico o debate e ações sobre o combate à violência contra as mulheres. O projeto, que vem sendo elaborado há quase seis meses, quer promover desde a sensibilização dos líderes das igrejas para o problema até a capacitação das vítimas, para que tenham independência financeira.

De acordo com Andreia Bolzan, da Igreja Batista Evangélica de Vitória do Espírito Santo (IBEV-ES), o grupo é composto por 20 mulheres pertencentes a mais de 15 denominações. "São mulheres corajosas que se levantaram para di-

zer que existe sim o problema da violência contra a mulher no meio cristão".

Não há informações sobre pesquisas que quantifiquem, no Estado, as vítimas deste tipo de violência que são evangélicas. O levantamento sobre o assunto que ganhou maior repercussão no país foi realizado em São Paulo, em um espaço chamado Casa Sofia.

Os dados desta pesquisa revelaram que 40% das mulheres entrevistadas e que foram vítimas de violência, declararam serem evangélicas. Autora da pesquisa, Valéria Cristina Vilhena, doutora em Educação, História e Cultura, mestre em Ciências da Religião, relata que já obteve depoimentos de mulheres que buscam o aconselhamento espiritual e que são orientadas a permanecerem no casamento, mesmo sendo alvos das mais variadas formas de violência,

"Temos mulheres evangélicas trabalhando uma teologia feminista. Estamos trabalhando em duas dimensões: a espiritual, dentro das comunidades, e a pública"

VALÉRIA CRISTINA VILHENA
PESQUISADORA



inclusive a física.

No Estado, até julho deste ano um total de 21 mulheres foram registradas nos últimos sete meses: 42 por dia. - que é o assassinato praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher ou em decorrência de violência doméstica. O número de boletins de ocorrência referentes a qualquer

tipo de violência praticada contra a mulheres que foram registradas nos últimos sete meses: 42 por dia.

As próprias lideranças consideram o projeto desafiador, pois vão tentar renovar a estrutura de poder das igrejas baseada em alguns conceitos, como o casamento indissolúvel - quando não

se aceita o divórcio.

Iara Rocha, coordenadora de base do Ministério Bál-samo Gileade, em Campo Grande, Cariacica, assinala que o projeto retoma um papel que é da própria igreja. "A igreja tem o papel de olhar, de cuidar do indivíduo".

O projeto desenvolvido pelas pastoras e líderes de igrejas teve início no dia 8 de março deste ano, dia internacional da mulher, em uma reunião com a vice-governadora Jaqueline Moraes, que também é evangélica há quase 30 anos.

Até o final deste ano a proposta é desenvolver um projeto piloto, em uma igreja pequena. Lá as ações vão ser avaliadas e posteriormente implantadas nas demais unidades no Estado, já a partir do próximo ano.

Na prática o grupo quer promover, nas igrejas, alguns tipos de ações, tais como: sensibilizar os pastores

e líderes a se comprometerem com o projeto; criar um selo "Viver em Paz", para as igrejas que adotarem o projeto; oferecer atendimento para as vítimas; criar uma campanha de incentivo à denúncia, por vizinhos e familiares, além das vítimas.

A pesquisa apresentada ao grupo é a Valéria Vilhena. O trabalho, de 2009, resultou na publicação do livro, "Uma igreja sem voz". Após o trabalho ela fundou um grupo, o "Evangélicas pela igualdade de gênero". Trata-se de um coletivo de mulheres, de várias denominações, que discutem o tema. Valéria costuma denominar o grupo de "fé-ministas".

O projeto das pastoras faz parte do Programa Agenda Mulher, que será lançado hoje, no Palácio Anchieta, a partir das 14h. A proposta é impactar cerca de 15 mil mulheres em quatro anos.

Pai salva filha de ser morta a facadas pelo ex-marido

Casal terminou relação há uma semana e, de acordo com a vítima, o ex não aceitou. Crime aconteceu no bairro Itacibá, em Cariacica

Júlia Afonso

Um jovem de 26 anos invadiu a casa do pai da ex-mulher, uma vendedora de 27 anos, e deu três facadas nela. O crime aconteceu no bairro Itacibá, em Cariacica. A vendedora foi salva pelo pai, que imobilizou o agressor e impediu que ele atingisse a vítima com mais golpes.

Segundo a família, a invasão ocorreu às 17 horas de terça-feira e o ex-marido não aceita o fim do relacionamento, que durou 10 anos e chegou ao fim há uma semana. O casal tem dois filhos, de 8 e 6 anos.

Apesar de o nome do acusado ter sido informado pela polícia, ele não está sendo divulgado para não identificar a vítima.

De acordo com a ocorrência, o suspeito ficou de toacaia, esperando a vendedora chegar do trabalho, para atacá-la.

“Desde que eles terminaram e minha filha trouxe as malas para a minha casa, ele vinha fazendo ameaças. Vizinhos me contaram que ele estava rondando a casa e que já tinha tentado pular o muro”, disse o pai da vendedora, um segurança de 51 anos, que também não será identificado para preservar a identidade da vítima.

Em depoimento à polícia, o suspeito contou que tinha usado cocaína antes do crime. Ele pulou o muro da casa, que dá acesso ao corredor de entrada, já com a faca em punho e caiu em cima da ex-mulher.

A vendedora foi esfaqueada na cabeça, no abdômen e nas costas. Ela foi socorrida e levada a um hospital particular na Serra, onde passou por cirurgia.

Em depoimento à polícia, a vítima contou que vivia um relacionamento conturbado e que já tinha sofrido agressões físicas e verbais, mas não denunciava o ex-marido



ACUSADO colocado no cofre da viatura da Polícia Civil, para ser levado ao presídio em Viana, na manhã de ontem

por vergonha.

O pai dela fez um alerta a outras vítimas de violência doméstica e familiares.

“Pais, não deixem a coisa acontecer. Vão lá, tirem as filhas de vocês de dentro da situação. Porque, depois que matar, já era. Temos que denunciar. As mulheres têm que tomar essa posição. Tem que partir delas dizer que não aguentam mais.”

O acusado foi levado ao Plantão Especializado da Mulher (PEM), em Vitória. Ele foi autuado em flagrante por tentativa de feminicídio e encaminhado ao Centro de Triagem de Viana (CTV).



SEGURANÇA imobilizou agressor

SEGURANÇA PAI DA VÍTIMA

“Ele veio para matar a minha filha”

O pai da vendedora de 27 anos esfaqueada pelo ex-marido em Cariacica, aguardava a filha entrar em casa quando ouviu o barulho que o ex-genro fez ao pular o muro e cair em cima da vítima, já com a faca em punho.

O segurança de 51 anos, que não será identificado para preservar a identidade da jovem, conversou com **A Tribuna** e contou como conseguiu salvar a filha.

A TRIBUNA - Como tudo começou?

SEGURANÇA - Depois das 16 horas, ele esteve aqui procurando por documentos dele. Eu disse que os documentos não estavam aqui e desconfiei, percebi que ele queria fazer algo. Então liguei para a minha filha e avisei que ele estava rondando.

> E você foi esperar por ela?

Isso. Fiquei sentado na escada. Quando minha filha chegou ao corredor, ele pulou, de cima do

muro, em cima dela, já a esfaqueando.

> Você foi para cima dele?

Sim. Ele conseguiu dar três facadas na minha filha antes de eu o segurar. Ele também chegou a dar um soco nas costas da minha mulher. Arrastei ele e o levei para fora de casa. Entramos em luta corporal, ele caiu da escada e eu o imobilizei até a polícia chegar.

Quero que ele apodreça na cadeia. Eu o segurei e chamei a polícia porque quero que a justiça seja feita.

> O que o senhor pensou nesse momento?

Foi uma sensação terrível, de perda. Eu estava vendo que minha filha ia morrer. Não tem pai que reagiria de maneira diferente.

Ele veio para matar a minha filha. E, se eu não estivesse aqui, ele conseguiria.

> Ele já tinha agredido a sua fi-

Casa vigiada e amigos de vendedora ameaçados

O jovem de 26 anos que esfaqueou a ex-mulher em Itacibá, Cariacica, na tarde de terça-feira, estava rondando a casa do pai dela, um segurança de 51 anos.

De acordo com o pai da vítima, uma vendedora de 27 anos, o suspeito era visto por vizinhos há pelo menos 5 dias. Após o fim do casamento, há cerca de uma semana, ele também passou a ameaçar amigos de trabalho da ex-mulher.

“Ele mandava mensagens dizendo que as meninas (amigas) tinham acabado com o relacionamento deles e também que ia pegar elas”, revelou o segurança, que não será identificado para preservar a identidade da vítima.

O pai da vendedora também contou que, há alguns dias, o suspeito chegou a ir até a casa dele, onde a jovem está morando, para ameaçá-la de morte. Após o episódio, o segurança passou a levar e buscar a filha no ponto de ônibus, na ida e no retorno do trabalho.

“Eles já não viviam bem há anos. Eu sempre alertei ela, porque via como ele a tratava. Eu dizia para ela se separar, mas ela falava que ia ‘esperar mais’, e deu no que deu”, desabafou o pai.

“De quatro anos para cá, ele sempre a ameaçou. Já o vi até dando chute nas costelas dela. Ela dizia que não chamava a polícia por consideração à sogra”

lha antes?

De quatro anos para cá, ele sempre a ameaçou e também bateu nela. Nem tudo ela me contava, mas eu já o vi até dando chute nas costelas dela. Ela dizia que não chamava a polícia por consideração à sogra.

> Ele falou algo quando o senhor o imobilizou?

Ele dizia para eu o matar. E continuava fazendo ameaças. Ele não parava de dizer que, se saísse da cadeia, iria perseguir a minha filha.

Lançamento do Programa Agenda Mulher e da revisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres

Assessoria

O Governo do Estado, por meio da Vice-Governadoria e da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), lança, nesta quinta-feira (29), o programa Agenda Mulher e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo

(PEPMES) – Revisão 2019. A cerimônia acontece no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, em Vitória. A programação tem início a partir das 14h. O programa tem meta de beneficiar cerca de 25 mil mulheres em quatro anos.

O Agenda Mulher é um programa para empoderar e

dar visibilidade às mulheres, através do empreendedorismo, oferecendo e customizando cursos, desde formações e qualificações diversificadas até o empreendedorismo emocional. Englobando temas transversais, o programa reflete o compromisso do Governo em investir na inovação e em ações que propor-

cionem igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

O PEPMES, juntamente com o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, serão os dois principais documentos norteadores da promoção de políticas públicas para as mulheres no Espírito Santo.

Nova Venécia sedia II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres

Evento acontece amanhã e sexta, no Lions Clube

A Câmara Municipal de Nova Venécia e o Lions Clube promovem o II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres. O evento acontece amanhã e sexta-feira, a partir das 18h30, no Lions Clube da cidade.

Com duração de dois dias, o fórum terá uma programação variada com palestras, exposição fotográfica e teatro. O objetivo é discutir temas de interesse das mulheres, como direitos humanos e proteção contra a violência doméstica.

A vereadora Gleyciana Bergamin (DEM), idealizadora e coordenadora do fórum e única representante feminina do Legislativo veneciano, fala da importância do evento: "Diariamente somos bombardeados com notícias trágicas que envolvem o assassinato de mulheres pelos seus companheiros. A violência doméstica atinge mulheres de todas as classes sociais e de escolaridade. O que torna a violência doméstica ainda pior é que ela é gerada e nutrida dentro do ambiente familiar, em que agressor e vítima possuem vínculos, o que dificulta ainda mais a saída da mulher desse ambiente tóxico. A característica peculiar do feminicídio é a morte das mulheres por serem mulheres, algo diferente dos homens, que são assassinados por outros motivos, como tráfico, roubo, vingança e outras circunstâncias", destaca.

Os dados da violência contra a mulher no município demonstram a importância da realização

do fórum. De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), de janeiro a julho deste ano foram registradas 368 ocorrências de violência contra a mulher em Nova Venécia, seja aquela de origem doméstica ou aleatória. Em ambas as situações a mulher sofre violência por ser mulher. O número de boletins de ocorrência registrados chega a 218 e o de medidas protetivas de urgência a 113 casos. Foram contabilizados também 29 autos de prisão em flagrante delito, seis mandados de prisão cumpridos e dois de busca e apreensão.

A primeira edição do fórum aconteceu ano passado no auditório da Câmara Municipal e reuniu estudantes e moradores da cidade com a participação de palestrantes locais. A proposta do II Fórum é ampliar ainda mais os debates sobre os direitos das mulheres, com uma participação popular mais abrangente e a presença de especialistas de diversas áreas da cidade e de Vitória. Na abertura do evento, o público também poderá assistir a apresentação do grupo teatral "Trupe Paralela", que faz apresentações artísticas na cidade. O mês escolhido para a realização dos fóruns faz uma alusão à Lei Maria da Penha, que foi sancionada em 07 de agosto de 2006.

O II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres é uma realização da Câmara Municipal de Nova Venécia e Lions Club, com o apoio do Hospital São Marcos, Cibox Informática, Prefeitura de Nova Venécia, Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo (Ascames-Mulher), Faculdade Multivix e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Venécia e Vila Pavão (STRAF). O evento conta com o patrocínio da empresa Help Consult e São Marcos Diagnóstico por Imagem, Rede Startv e Posto Dois Irmãos.

Confira a programação do evento

29 de agosto

18h30 – Recepção e credenciamento.
19h00 – Abertura oficial do evento.
19h10 – Esquete "No Limite": Grupo Teatral Trupe Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeci de Oliveira.
19h20 – Tema: Direitos Humanos e a Proteção Integral às Mulheres. Palestrante – Drª Cláudia R. Santos Albuquerque Garcia, Mestra em Segurança Pública; Secretária Nacional da Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar – COPEVID, Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo desde 2005.
20h – Tema: Em Defesa Delas – Defensoras e Defensores Públicos pela Garantia dos Direitos das Mulheres. Palestrante: Mariana Andrade Sobral, Defensora Pública do Estado do Espírito Santo, Presidenta da Associação de Defensores Públicos do Estado.
20h40 – Tema: Constelação Familiar no Judiciário. Palestrante: Laura Cavalcanti, Formada em Constelação Sistêmica pelo Instituto Desenvolvimento Sistêmico para a Vida (IDESV), Formada em Neurociência do Comportamento pela Universidade Internacional de Ciência do Espírito – UNIESPIRITO (na UFF).
21h20 – Coffee Break.
21h40 – Encerramento.

30 de agosto

18h30 – Recepção e Credenciamento.
19h – Abertura.
19h10 – Esquete: "No Limite" – Grupo Teatral Trupe Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeci de Oliveira.
19h20 – Tema: Organização e Conquistas das Políticas Públicas para as Mulheres Trabalhadoras Rurais. Palestrante: Maria Augusto Buffolo, Agricultura Familiar, diretora da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo – FETAES.
20h – Tema: Políticas Públicas para as Mulheres e Controle Social. Palestrante: Edna Calabrez Martins, Assessora sindical, Conselheira do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CEDIMES, tendo sido presidenta de abril de 2017 a julho de 2019.
20h40 – Tema: "Tem Mulher que Gosta de Apanhar": O Ciclo da Autossabotagem e como Romper a Violência. Palestrante: Natache Friel, Coach, psicanalista e sexóloga, Psicanalista formada pela Sociedade Brasileira de Sexanalise.
21h20 – Coffee Break.
21h40 – Encerramento.

Propostas de financiamentos a prefeituras capixabas chegam a R\$138 mi

Totalizando R\$ 138 milhões em pedidos de financiamentos, o Programa Bandes de Investimento nos Municípios do Espírito Santo (Procidades) recebeu a inscrição de 22 prefeituras interessadas na contratação de recursos até a última sexta-feira (23), data limite estipulada no edital. Próxima etapa do cronograma prevê a análise das propostas pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) para habilitação das solicitações, até o dia 23 de setembro.

O diretor-presidente do Bandes, Maurício César Duque, destaca que o programa faz parte da nova carteira de produtos desenhados pelo banco para atender à gestão pública. "Com dotação inicial de R\$ 50 milhões, ultrapassamos as expectativas devido à grande procura. Vamos prorrogar o edital, para que ainda mais municípios possam se habilitar até o final desta semana", destaca.

Prorrogação das inscrições

Devido à grande procura, o Bandes deverá prorrogar o prazo para que as prefeituras se habilitem até sexta-feira (30). A manifestação de interesse consiste no preenchimento de uma carta simplificada, disponível no site do banco. Após o envio do documento de manifesta-

ção de interesse pelas prefeituras, o Bandes dá início à etapa de habilitação da proposta. Nesta etapa, o banco faz uma consulta prévia dos relatórios contábeis dos municípios e do histórico de operações, caso o município já tenha feito algum financiamento com o Bandes. Também é feita uma análise da capacidade de endividamento da Prefeitura e a verificação do enquadramento do objeto do financiamento.

O orçamento total disponível pelo Procidades é de R\$ 200 milhões e o limite para contratação pelas prefeituras é para projetos de até R\$ 25 milhões. O Programa é uma alternativa para as prefeituras manterem sua capacidade de investimento em serviços prestados à população. O Procidades faz parte da estratégia do Governo do Espírito Santo, de garantir a manutenção da capacidade de investimentos dos municípios.

As linhas disponíveis poderão financiar projetos de construção, reforma e ampliação de edificações municipais, mobilidade e drenagem urbana, eficiência energética, aquisição de máquinas rodoviárias, caminhões e equipamentos para pavimentação, tratamento de água, esgoto e de resíduos sólidos.

Nova Venécia sedia II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres



EVENTO será realizado na sede do Lions Clube de Nova Venécia.

A Câmara Municipal de Nova Venécia e o Lions Clube promovem o II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres. O evento acontece nos dias 29 e 30 de agosto, a partir das 18h30, no Lions Clube da cidade.

Com duração de dois dias, o fórum terá uma programação variada com palestras, exposição fotográfica e teatro. O objetivo é discutir temas de interesse das mulheres, como direitos humanos e proteção contra a violência doméstica.

A vereadora Gleycyria Bergamim (DEM), idealizadora e coordenadora do fórum e única representante feminina do Legislativo veneciano, fala da importância do evento: "Diariamente somos bombardeados com notícias trágicas que envolvem o assassinato de mulheres pelos seus companheiros. A violência doméstica atinge mulheres de todas as classes sociais e de escolaridade. O que torna a violência doméstica ainda pior é que ela é gerada e nutrida dentro do ambiente familiar, em que agressor e vítima possuem vínculos, o que dificulta ainda mais a saída da

mulher desse ambiente tóxico. A característica peculiar do feminicídio é a morte das mulheres por serem mulheres, algo diferente dos homens, que são assassinados por outros motivos, como tráfico, roubo, vingança e outras circunstâncias", destaca.

Os dados da violência contra a mulher no município demonstram a importância da realização do fórum. De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), de janeiro a julho deste ano foram registradas 368 ocorrências de violência contra a mulher em Nova Venécia, seja aquela de origem doméstica ou aleatória. Em ambas as situações a mulher sofre violência por ser mulher. O número de boletins de ocorrência registrados chega a 218 e o de medidas protetivas de urgência a 113 casos. Foram contabilizados também 29 autos de prisão em flagrante delito, seis mandados de prisão cumpridos e dois de busca e apreensão.

A primeira edição do fórum aconteceu ano passado no auditório da Câmara Municipal e reuniu estudantes e moradores da cidade com a participação de palestrantes locais. A proposta do II Fórum

é ampliar ainda mais os debates sobre os direitos das mulheres, com uma participação popular mais abrangente e a presença de especialistas de diversas áreas da cidade e de Vitória. Na abertura do evento, o público também poderá assistir a apresentação do grupo teatral "Trupe Paralela", que faz apresentações artísticas na cidade. O mês escolhido para a realização dos fóruns faz uma alusão à Lei Maria da Penha, que foi sancionada em 07 de agosto de 2006.

O II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres é uma realização da Câmara Municipal de Nova Venécia e Lions Club, com o apoio do Hospital São Marcos, Cibox Informática, Prefeitura de Nova Venécia, Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo (Ascames - Mulher), Faculdade Multivix e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Venécia e Vila Pavão (STRAF). O evento conta com o patrocínio da empresa Help Consult e São Marcos Diagnóstico por Imagem, Rede Startv e Posto Dois Irmãos.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO:

29 de agosto:

18h30 - Recepção e credenciamento.

19h00 - Abertura oficial do evento.

19h10 - Esquete "No Limite": Grupo Teatral Trupe Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeí de Oliveira.

19h20 - Tema: Direitos Humanos e a Proteção Integral às Mulheres.

Palestrante - Dr^a Cláudia R. Santos Albuquerque Garcia. Mestre em Segurança Pública; Secretária Nacional da Comissão Permanente de Violência Doméstica e Familiar - COPEVID; Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo desde 2005.

20h00 - Tema: Em Defesa Delas - Defensoras e Defensores Públicos pela Garantia dos Direitos das Mulheres.

Palestrante: Mariana Andrade Sobral. Defensora Pública do Estado do Espírito Santo; Presidenta da Associação de Defensores Públicos do Estado.

20h40: Tema - Constelação Familiar no Judiciário. Palestrante: Laura Cavalcanti.

Formada em Constelação Sistêmica pelo Instituto Desenvolvimento Sistêmico para a Vida (IDESV); Formada em Neurociência do Comportamento pela Universidade Internacional de Ciência do Espírito - UNIESPIRITO (na UFF).

21h20 - Coffee Break

21h40 - Encerramento.

30 de agosto:

18h30 - Recepção e Credenciamento.

19h00 - Abertura

19h10 - Esquete: "No Limite" - Grupo Teatral Trupe Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeí de Oliveira.

19h20 - Tema: Organização e Conquistas das Políticas Públicas para as Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Palestrante: Maria Augusto Buffolo. Agricultura Familiar; diretora da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo - FETAES.

20h00: Tema - Políticas Públicas para as Mulheres e Controle Social.

Palestrante: Edna Calabrez Martins. Assessora sindical; Conselheira do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CEDIMES, tendo sido presidenta de abril de 2017 a julho de 2019.

20h40: Tema - "Tem Mulher que Gosta de Apanhar": O Ciclo da Autossabotagem e como Romper a Violência.

Palestrante: Natache Fiel. Coach, psicanalista e sexóloga; Psicanalista formada pela Sociedade Brasileira de Psicanálise.

21h20 - Coffee Break

21h40 - Encerramento.

Força Nacional vai combater feminicídio e roubo em Cariacica

Depois de pouco mais de dois meses de planejamento, a Força Nacional estará nas ruas de Cariacica a partir desta sexta-feira (30). Com foco de atuação em homicídios, os 100 integrantes da tropa vão ainda ampliar as ações de combate a feminicídios e roubos no município até o final do ano. Os indicadores de violência foram usados como um dos critérios para a cidade receber o apoio dos agentes no enfrentamento da criminalidade em um projeto-piloto do governo federal.

De janeiro a julho deste ano, houve 88 assassinatos em Cariacica, e nada menos do que 679 boletins foram registrados por casos de **violência contra a mulher**, ou seja, mais de três agressões por dia.

Temos o grande indicador que é o homicídio, mas também vamos trabalhar na investigação de feminicídios e roubos, pontua Guilherme Pacífico, subsecretário de Integração Institucional da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

>Além da Força Nacional, Cariacica terá R\$ 200 milhões em investimento

Para o prefeito de Cariacica, Geraldo Luzia de Oliveira Junior, o Juninho, é importante que a **violência contra a mulher** também seja combatida, assim como os assassinatos, para que o município deixe de ser referência em função da criminalidade.

PATRULHAMENTO

A Força Nacional, que vai marcar presença em 28 bairros de Cariacica, chegou na última semana ao Estado e é composta por 80 militares para patrulhamento das ruas, e outros 20 da polícia judiciária serão responsáveis pelo trabalho de investigação e perícia.

Cada agente receberá um fuzil calibre .556 e uma pistola .40 para realizar suas atividades. Formado por policiais militares, civis e bombeiros de outros Estados, o grupamento conta ainda com profissionais habilitados como atiradores de elite (snipers).

O programa federal de Enfrentamento à Criminalidade Violenta foi lançada nesta quinta (29), em Brasília, onde, além de Cariacica, outros quatro municípios do país foram contemplados com ações e recursos do

governo. Após o evento, o secretário estadual da Segurança, Roberto Sá, gravou um vídeo ressaltando o trabalho policial do Estado.

>Força Nacional em Cariacica conta com atiradores de elite

Houve um grande esforço dos nossos policiais para levar os indicadores de Cariacica, em 2019, a patamar menor do que o ano passado. Mas recebemos de braços abertos o apoio do governo federal para juntos provermos mais segurança à população. Vale ressaltar que o programa nacional tem como referência o Estado Presente, frisa o secretário, numa alusão ao programa capixaba de prevenção à violência.

Os indicadores avaliados para a seleção das cidades não foram apenas os de criminalidade. Dados de desenvolvimento econômico e social, assim como localização, também foram considerados no processo. Por esse motivo, além do suporte da Força Nacional, haverá ainda investimentos em ações de educação, assistência e capacitação profissional.

FORÇA NACIONAL EM CARIACICA

Quantidade: 100 agentes

Duração: 4 meses

Locais: 28 bairros

Equipamentos: 20 viaturas, 100 fuzis e 100 pistolas

Organização: Dos 100 agentes, 80 ficarão em alojamentos da PM e atuarão no patrulhamento ostensivo. 20 vão atuar na parte investigativa, e ficarão em alojamentos da Polícia Civil

16 bairros escolhidos no primeiro planejamento: Flexal I, Flexal II, Graúna, Padre Gabriel, Alzira Ramos, Castelo Branco, Jardim Botânico, Jardim de Alah, Rio Marinho, Nova Esperança, Nova Rosa da Penha, Bandeirantes, Bela Aurora, Maracanã, Vista Mar e Vila Isabel

12 novos bairros incluídos: Cariacica Sede, Prolar, Aparecida, Porto de Santana, Porto Novo, Itacibá, Nova Brasília, Nova Valverde, Mucuri, Campo Grande e Vila Capixaba.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/forca-nacional-vai-combater-feminicidio-e-roubo-em-cariacica-1014196383.html>

Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: insegurança é realidade no ES

Dia 29 de agosto é reconhecido como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. A data foi criada em 1996, durante o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), realizado no Rio de Janeiro, para lembrar as lutas das mulheres lésbicas contra a violência sofrida por elas, e as pautas reivindicadas pelo movimento, que ainda sofre muito preconceito.

> Mineirão faz ação com a bandeira LGBT lembrando dados de violência

Mas todo o mês de agosto é dedicado para a visibilidade lésbica, pois também no dia 19 é celebrado o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, em referência a primeira grande manifestação de mulheres lésbicas no Brasil, ocorrida em 1983, em São Paulo. Neste dia, daquele ano, ativistas lésbicas protestaram e ocuparam o Ferro s Bar em São Paulo, em resposta a agressões lesbofóbicas ocorridas semanas antes no local.

PORQUE É IMPORTANTE FALAR SOBRE A VISIBILIDADE LÉSBICA?

Carolina Maria, jornalista e integrante do coletivo Santa Sapataria - coletivo de mulheres lésbicas atuante em Vitória -, afirma que até mesmo dentro do movimento LGBTI+ , os homens ainda conseguem ter mais 'voz' do que as mulheres.

Carolina explica ainda que o primeiro movimento LGBT nasce com uma ideia de que era somente formado por homens gays. Por conta disso, ocorreram mudanças até mesmo na nomenclatura, que antes era GLS, depois passou para GLBT, e, logo em seguida, para LGBT, trazendo o L, de lésbicas, para frente, a fim de tirá-lo da invisibilidade. "Foi uma adequação simbólica, mas muito importante para a discussão desse assunto", afirma a jornalista.

> Megan Rapinoe: a estrela da Copa do Mundo que desafiou Donald Trump

A INVISIBILIDADE

As mulheres lésbicas ainda têm suas relações apagadas em diversos âmbitos da sociedade, principalmente por conta de que, muitas vezes, essas relações ainda são fetichizadas e ligadas aos desejos masculinos.

Vale ressaltar que, no caso de mulheres negras e periféricas, essa violência e apagamento é ainda maior. "Sobre elas recai uma carga muito maior de preconceito, pois os processos são: se reconhecer como negra em uma sociedade preconceituosa, e se perceber mulher e lésbica", afirma a jornalista. Que complementa: "É um acúmulo de vulnerabilidades, pois quanto mais à margem da sociedade você está, mais esses preconceitos se acumulam".

Buscando mudar um pouco essa realidade no âmbito virtual, e após protestos do movimento LGBTI+, em 19 de junho deste ano, o Google modificou o seu algoritmo da palavra lésbica, a fim de que ela não fosse mais sinônimo de pornografia nas buscas. Ou seja, quando pesquisada a palavra "lésbica", a partir de agora, outros resultados, diferentes daqueles relacionados com a pornografia, é que irão aparecer.

> Criminalização da homofobia é aprovada; há exceção para templos religiosos

OS RELACIONAMENTOS

A psicóloga Gabriela Boldrini pontua que, muitas vezes, a primeira unidade de preconceito ocorre na família. Sendo assim, a criança ou o adolescente ficam sem suporte. "E essas pessoas as vezes acabam ficando na invisibilidade como uma forma de proteção. É como um recurso que utilizam ou são submetidas", completa ela.

Dessa forma, muitas mulheres não assumem os seus relacionamentos. "A sociedade vê a mulher lésbica como alguém que nega todos os aspectos impostos pela feminilidade, acham que elas não querem ser mães, em entre outras coisas, e sabemos que não é assim. Por esse viés é que ocorre o apagamento das relações afetivas", avalia Gabriela, que complementa: "Duas mulheres lésbicas podem passar a vida toda juntas como 'amigas' para a sociedade, por exemplo. E é por isso que se faz tão importante o discurso sobre a visibilidade".

A LESBOFOBIA

Lesbofobia é a discriminação sofrida por mulheres lésbicas, e se caracteriza assim, pois além do preconceito sofrido em razão da orientação sexual,

essas mulheres também são vítimas do machismo. "A lésbica vai lutar com as duas forças, uma contra o machismo e a outra contra a homofobia", ressalta Carolina.

Entre as violências sofridas, além da fetichização dos relacionamentos entre mulheres, está o estupro corretivo, termo que se refere ao estupro que tenta corrigir a sexualidade da mulher lésbica .

O LESBOCÍDIO

De acordo com o dossiê do lesbocídio no Brasil , criado pelo Núcleo de Inclusão Social (NIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que conduziu a pesquisa, lesbocídio é "a morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica". E dados desse documento mostram que ao menos 126 mulheres lésbicas foram assassinadas no país entre 2014 a 2017. E dos casos, 71% dos crimes aconteceram em espaços públicos, sendo que 43% dos assassinatos eram desconhecidos das vítimas, e 83% das mortes foram causadas por homens.

E segundo dados do Atlas da Violência , lançado este ano, entre os anos de 2015 e 2016, 51,4% das vítimas de violência contra LGBT eram mulheres lésbicas.

Apesar dos números, Carolina Maria explicita que os dados ainda são poucos, pois muitas vezes a **violência contra a mulher** lésbica passa despercebida pelos órgãos responsáveis e acaba sendo classificada como feminicídio. "Quanto mais específico o recorte, maior o retrato da realidade podemos ter. Mas isso sempre requer muito esforço daqueles gestores, que sejam treinados e entendam esse problema", complementa ela.

INSEGURANÇA AINDA É REALIDADE NO ESPÍRITO SANTO

No ES, a realidade, apontada pela jornalista Carolina Maria, ainda é de insegurança, seja para andar de mãos dadas com a parceira na rua, até

frequentar bares e casas noturnas. "Inúmeras vezes já passamos por situações de pessoas em bar pedindo para nos retirarmos ou homens falando coisas como 'dá um beijo aí pra eu ver se são namoradas mesmo'", conta a jornalista. "A sensação é de que temos sempre que estar pedindo licença para 'existir', e ficar em estado de alerta", finaliza Carolina.

COMO MUDAR ESSA REALIDADE?

A psicóloga Gabriela Boldrini diz ainda que existem meios para mudar essa realidade, porém isso deve ser

parte de um movimento de mudança social como um todo, que supere o modelo de sociedade patriarcal e machista, que atribui às mulheres diferentes fatores que as colocam à margem da sociedade. "Outro ponto importante também é repensar esse modelo de heterossexualidade compulsória, ou seja, parar de impor para as meninas, desde cedo, que elas devem brincar de boneca ou 'casinha', pois é aquilo que vão fazer na vida adulta", complementa Gabriela.

Ela avalia também que é preciso investir em políticas sociais de um modo geral: "É preciso priorizar as pessoas, o ser humano, antes de pensar na economia, em mercadorias", finaliza a psicóloga.

Site:

https://www.gazetaonline.com.br/bem_estar_e_saude/revista_ag/2019/08/dia-nacional-da-visibilidade-lesbica-inseguranca-e-realidade-no-es-1014196307.html

AÇÕES DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER MARCAM O AGOSTO LILÁS EM CONCEIÇÃO DA BARRA (Notícias)

Por Redação São Mateus News

A Prefeitura de Conceição da Barra, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, intensificou as ações de combate à **violência contra a mulher**, ao longo deste mês. Esse reforço no acompanhamento e orientação às mulheres barrenses, sobre os diversos tipos de violência aos quais a população feminina costuma ser exposta, integra a mobilização do Agosto Lilás, movimento que busca a sensibilização, diálogo e alerta da sociedade acerca dos direitos da mulher em situação de violência.

Em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município a campanha tem tido grande destaque e participação da população. No CRAS da Sede, cerca de 70 pessoas acompanhou a palestra ministrada pela Secretária de Assistência Social, Fernanda Braumer, realizada no último dia 23 de agosto.

Já no dia 28 de agosto, foi a vez da Assistente Social Estelina Barreira, levar uma palestra com a mesma temática ao público do CRAS Quilombola, em Santana.

Em sua palestra, Fernanda relatou a experiência adquirida no combate à violência doméstica contra a mulher capixaba, através da elaboração e execução do Projeto Patrulha Maria da Penha. O programa é de âmbito estadual e já realizou mais de 17 mil atendimentos em todo o Espírito Santo.

A secretária afirmou que "a violência doméstica é a mais democrática, pois atinge todas as classes sociais. Por isso é tão importante dar visibilidade a essa temática, para que a mulher consiga romper o ciclo da violência".

Além da violência física, a mulher também pode ser vitimada pela violência psicológica, sexual, patrimonial e moral. Isso prova que a violência doméstica é um fenômeno complexo e a mulher pode até não se identificar como vítima, tendo em vista o ciclo em que

está envolvida.

Fernanda destacou ainda que "um dos maiores desafios do enfrentamento à **violência contra a mulher**, seja ela física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral é mudar os comportamentos que culturalmente discriminam e menosprezam a condição da mulher".

Por isso é importante denunciar a **violência contra a mulher** nos canais como o disque 181, 180 e o 190. A equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do CREAS, também é competente para receber denúncias sobre violência doméstica e acompanhar o caso visando à proteção e os direitos da mulher.

Esta notícia já foi lida 3 vezes

Site: <https://saomateusnews.com.br/cidades/acoes-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher-marcam-o-agosto-lilas-em-conceicao-da-barra/>

Seminário discute violência contra a mulher nesta quinta-feira (29) na Câmara de Guarapari (Eventos)

Sara de Oliveira

A reunião pública será o encerramento da campanha Agosto Lilás, e receberá a Delegada Francini Moresch, titular da delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Guarapari.

Nesta quinta-feira (29), uma reunião pública será realizada, às 18h, na Câmara de Guarapari para discutir sobre a **violência contra a mulher**. O seminário "Agosto Lilás", que tem como proponente a vereadora Fernanda Mazzelli (PSD), contará com a presença da Delegada Francini Moresch, titular da delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Guarapari.

De acordo com a vereadora Fernanda Mazzelli, o seminário será o encerramento da campanha Agosto Lilás, quando o combate à **violência contra a mulher** é enfatizado. "Teremos a presença da delegada Francini para falar sobre o tema, além de uma mulher que já foi vítima de agressão", adiantou.

A parlamentar destacou a importância do debate do assunto como forma de combater aos índices de violência. "Será um momento para termos conhecimento sobre os casos sofridos por essas mulheres. Porque isso é uma coisa que pode acontecer com qualquer uma, seja rica ou pobre. Então, é importante conscientizar e encorajar essas cidadãs para que elas não fiquem caladas", declarou.

Lei Maria da Penha

Este mês, a Lei Maria da Penha completou 13 anos de existência. A legislação, que é um marco no combate à **violência contra a mulher**, tem beneficiado inúmeras brasileiras vítimas de agressão. Em uma entrevista dada ao Folha Online, a delegada Francini Moresch, informou que, entre janeiro e julho deste ano, 561 boletins de ocorrência relacionados à Lei Maria da Penha foram registrados e 62 prisões realizadas em Guarapari.

Serviço

Seminário Agosto Lilás

Local: Câmara de Guarapari

Horário: 18h

Site: <https://www.folhaonline.es/seminario-discute-violencia-contra-a-mulher-nesta-quinta-feira-29-na-camara-de-guarapari/>

Dia Nacional da Visibilidade Lésbica: insegurança é realidade no ES

Por: Ana Luíza Dias de Oliveira

Dia 29 de agosto é reconhecido como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. A data foi criada em 1996, durante o 1º Seminário Nacional de Lésbicas (Senale), realizado no Rio de Janeiro, para lembrar as lutas das mulheres lésbicas contra a violência sofrida por elas, e as pautas reivindicadas pelo movimento, que ainda sofre muito preconceito.

> Mineirão faz ação com a bandeira LGBT lembrando dados de violência

Mas todo o mês de agosto é dedicado para a visibilidade lésbica, pois também no dia 19 é celebrado o Dia Nacional do Orgulho Lésbico, em referência a primeira grande manifestação de mulheres lésbicas no Brasil, ocorrida em 1983, em São Paulo. Neste dia, daquele ano, ativistas lésbicas protestaram e ocuparam o Ferro s Bar em São Paulo, em resposta a agressões lesbofóbicas ocorridas semanas antes no local.

PORQUE É IMPORTANTE FALAR SOBRE A VISIBILIDADE LÉSBICA?

Carolina Maria, jornalista e integrante do coletivo Santa Sapataria - coletivo de mulheres lésbicas atuante em Vitória -, afirma que até mesmo dentro do movimento LGBTI+ , os homens ainda conseguem ter mais 'voz' do que as mulheres.

Carolina explica ainda que o primeiro movimento LGBT nasce com uma ideia de que era somente formado por homens gays. Por conta disso, ocorreram mudanças até mesmo na nomenclatura, que antes era GLS, depois passou para GLBT, e, logo em seguida, para LGBT, trazendo o L, de lésbicas, para frente, a fim de tirá-lo da invisibilidade. "Foi uma adequação simbólica, mas muito importante para a discussão desse assunto", afirma a jornalista.

> Megan Rapinoe: a estrela da Copa do Mundo que desafiou Donald Trump

A INVISIBILIDADE

As mulheres lésbicas ainda têm suas relações apagadas em diversos âmbitos da sociedade, principalmente por conta de que, muitas vezes, essas

relações ainda são fetichizadas e ligadas aos desejos masculinos.

Vale ressaltar que, no caso de mulheres negras e periféricas, essa violência e apagamento é ainda maior. "Sobre elas recai uma carga muito maior de preconceito, pois os processos são: se reconhecer como negra em uma sociedade preconceituosa, e se perceber mulher e lésbica", afirma a jornalista. Que complementa: "É um acúmulo de vulnerabilidades, pois quanto mais à margem da sociedade você está, mais esses preconceitos se acumulam".

Buscando mudar um pouco essa realidade no âmbito virtual, e após protestos do movimento LGBTI+, em 19 de junho deste ano, o Google modificou o seu algoritmo da palavra lésbica, a fim de que ela não fosse mais sinônimo de pornografia nas buscas. Ou seja, quando pesquisada a palavra "lésbica", a partir de agora, outros resultados, diferentes daqueles relacionados com a pornografia, é que irão aparecer.

> Criminalização da homofobia é aprovada; há exceção para templos religiosos

OS RELACIONAMENTOS

A psicóloga Gabriela Boldrini pontua que, muitas vezes, a primeira unidade de preconceito ocorre na família. Sendo assim, a criança ou o adolescente ficam sem suporte. "E essas pessoas as vezes acabam ficando na invisibilidade como uma forma de proteção. É como um recurso que utilizam ou são submetidas", completa ela.

Dessa forma, muitas mulheres não assumem os seus relacionamentos. "A sociedade vê a mulher lésbica como alguém que nega todos os aspectos impostos pela feminilidade, acham que elas não querem ser mães, em entre outras coisas, e sabemos que não é assim. Por esse viés é que ocorre o apagamento das relações afetivas", avalia Gabriela, que complementa: "Duas mulheres lésbicas podem passar a vida toda juntas como 'amigas' para a sociedade, por exemplo. E é por isso que se faz tão importante o discurso sobre a visibilidade".

A LESBOFOBIA

Lesbofobia é a discriminação sofrida por mulheres

lésbicas, e se caracteriza assim, pois além do preconceito sofrido em razão da orientação sexual, essas mulheres também são vítimas do machismo. "A lésbica vai lutar com as duas forças, uma contra o machismo e a outra contra a homofobia", ressalta Carolina.

Entre as violências sofridas, além da fetichização dos relacionamentos entre mulheres, está o estupro corretivo, termo que se refere ao estupro que tenta corrigir a sexualidade da mulher lésbica .

O LESBOCÍDIO

De acordo com o dossiê do lesbocídio no Brasil , criado pelo Núcleo de Inclusão Social (NIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que conduziu a pesquisa, lesbocídio é "a morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica". E dados desse documento mostram que ao menos 126 mulheres lésbicas foram assassinadas no país entre 2014 a 2017. E dos casos, 71% dos crimes aconteceram em espaços públicos, sendo que 43% dos assassinatos eram desconhecidos das vítimas, e 83% das mortes foram causadas por homens.

E segundo dados do Atlas da Violência , lançado este ano, entre os anos de 2015 e 2016, 51,4% das vítimas de violência contra LGBT eram mulheres lésbicas.

Apesar dos números, Carolina Maria explicita que os dados ainda são poucos, pois muitas vezes a **violência contra a mulher** lésbica passa despercebida pelos órgãos responsáveis e acaba sendo classificada como feminicídio. "Quanto mais específico o recorte, maior o retrato da realidade podemos ter. Mas isso sempre requer muito esforço daqueles gestores, que sejam treinados e entendam esse problema", complementa ela.

INSEGURANÇA AINDA É REALIDADE NO ESPÍRITO SANTO

No ES, a realidade, apontada pela jornalista Carolina Maria, ainda é de insegurança, seja para andar de mãos dadas com a parceira na rua, até

frequentar bares e casas noturnas. "Inúmeras vezes já passamos por situações de pessoas em bar pedindo para nos retirarmos ou homens falando coisas como 'dá um beijo aí pra eu ver se são namoradas mesmo'", conta a jornalista. "A sensação é de que temos sempre que estar pedindo licença para 'existir', e ficar em estado de alerta", finaliza Carolina.

COMO MUDAR ESSA REALIDADE?

A psicóloga Gabriela Boldrini diz ainda que existem meios para mudar essa realidade, porém isso deve ser parte de um movimento de mudança social como um todo, que supere o modelo de sociedade patriarcal e machista, que atribui às mulheres diferentes fatores que as colocam à margem da sociedade. "Outro ponto importante também é repensar esse modelo de heterossexualidade compulsória, ou seja, parar de impor para as meninas, desde cedo, que elas devem brincar de boneca ou 'casinha', pois é aquilo que vão fazer na vida adulta", complementa Gabriela.

Ela avalia também que é preciso investir em políticas sociais de um modo geral: "É preciso priorizar as pessoas, o ser humano, antes de pensar na economia, em mercadorias", finaliza a psicóloga.

Site: <https://www.noticiaagora.com.br/vida/2019/08/dia-nacional-da-visibilidade-lesbica-inseguranca-e-realidade-no-es-1014196307.html>

Polícia de Barra de São Francisco emite nota sobre disparo de arma de fogo no bairro Colina

A polícia militar de Barra de São Francisco emitiu nota de esclarecimento sobre um disparo de arma de fogo no bairro Colina. Uma mulher foi atingida na perna pelo disparo.

Dias após a publicação da matéria, uma outra mulher usou as redes sociais e afirmou que "A bala não foi perdida e sim disparada na direção da moça".

Veja abaixo a nota do 11º BPM

O Comando do 11º BPM vem a público esclarecer os fatos referentes ao disparo de arma de fogo que ocorreu no Bairro Colina no dia 21.08.2019 (quarta-feira). Os militares da 1ª Cia do 11º BPM foram acionados para atender uma ocorrência de **Violência Doméstica** com enquadramento legal na Lei Maria da Penha - nº 11.340/06.

Foram empenhadas 02 viaturas e 04 militares, visto que havia a informação que o agressor estava armado, até então sem a especificação exata do tipo de armamento. Durante o deslocamento que antecedeu a abordagem ocorreu um disparo de arma de fogo que veio a atingir uma transeunte que não tinha envolvimento com a ocorrência. Foi constatado que o disparo partiu da arma de um militar envolvido no atendimento da ocorrência.

É temerário e precipitado afirmar que o disparo tenha sido proposital. As condições que o disparo foi efetuado serão objeto de apuração e a responsabilidade objetiva da ação será submetida ao procedimento cabível.

Informo que a PMES recentemente vem substituindo o armamento por um mais moderno e testado internacionalmente.

Fonte: Site Barra

Continua depois da Publicidade:

Site: <https://bananalonline.com.br/policia-de-barra-de-sao-francisco-emite-nota-sobre-disparo-de-arma-de-fogo-no-bairro-colina/>

Lançamento do Programa Agenda Mulher e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (Notícias)

O Governo do Estado, por meio da Vice-Governadoria e da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), lançou, nesta quinta-feira (29), o programa Agenda Mulher e a atualização do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) - Revisão 2019. A cerimônia aconteceu no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, em Vitória. A programação teve início às 14h. O programa tem meta de beneficiar cerca de 25 mil mulheres em quatro anos.

O Agenda Mulher é um programa para empoderar e dar visibilidade às mulheres, através do empreendedorismo, oferecendo e customizando cursos, desde formações e qualificações diversificadas até o empreendedorismo emocional. Englobando temas transversais, o programa reflete o compromisso do Governo em investir na inovação e em ações que proporcionem igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Na ocasião, a professora veneziana, Penha Cimadon foi convidada pela vice-governadora, Jaqueline de Moraes, para fazer a apresentação e entrega da cartilha "Nem Escrava Nem Rainha, Simplesmente Mulher".

O PEPMES, juntamente com o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, serão os dois principais documentos norteadores da promoção de políticas públicas para as mulheres no Espírito Santo.

Site: <https://correio9.com.br/lancamento-do-programa-agenda-mulher-e-o-plano-estadual-de-politicas-para-as-mulheres/>

Deputado propõe lei que autoriza sorteios com premiações no Estado

Regulamentar e permitir a realização de sorteios com premiações em dinheiro ou prêmios por entidades sem fins lucrativos e, assim, acabar com o clima de clandestinidade que cerca essas festas, geralmente, realizadas no interior do Estado. Este é o propósito do projeto de lei que o deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD) protocolou na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Regulamentar e permitir a realização de sorteios com premiações em dinheiro ou prêmios por entidades sem fins lucrativos e, assim, acabar com o clima de clandestinidade que cerca essas festas, geralmente, realizadas no interior do Estado. Este é o propósito do projeto de lei que o deputado estadual Enivaldo dos Anjos (PSD) protocolou na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

"Esses eventos são muito comuns no Estado, especialmente no interior, e são formas de incentivar a participação comunitária para arrecadar recursos com fins específicos de subvencionar o trabalho dessas entidades. Só que, como não há nenhuma legislação específica, é comum também que em meio às festas chegue uma autoridade policial e baixe proibição dos sorteios", disse Enivaldo.

"Esses eventos são muito comuns no Estado, especialmente no interior, e são formas de incentivar a participação comunitária para arrecadar recursos com fins específicos de subvencionar o trabalho dessas entidades. Só que, como não há nenhuma legislação específica, é comum também que em meio às festas chegue uma autoridade policial e baixe proibição dos sorteios", disse Enivaldo.

Se a lei for aprovada pelos demais deputados, ficará permitido, no âmbito do Estado do Espírito Santo, a realização de sorteios com premiações e operações assemelhadas por parte de entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, para efeito de arrecadação de recursos que serão investidos exclusivamente em ações de interesse público, em benefício da sociedade capixaba.

Se a lei for aprovada pelos demais deputados, ficará permitido, no âmbito do Estado do Espírito Santo, a realização de sorteios com premiações e operações assemelhadas por parte de entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, para efeito de

arrecadação de recursos que serão investidos exclusivamente em ações de interesse público, em benefício da sociedade capixaba.

O projeto, porém, limita essas premiações a valores que não podem ultrapassar 10 salários mínimos (aproximadamente, R\$ 10 mil). Com isso, o deputado acredita ser possível evitar que empresas e grupos se aproveitem das entidades para promoverem sorteios que visam à obtenção de lucros com fins particulares. "O objetivo é que as entidades tenham como arrecadar dinheiro da comunidade para atingir seus fins específicos de interesse público", salientou.

O projeto, porém, limita essas premiações a valores que não podem ultrapassar 10 salários mínimos (aproximadamente, R\$ 10 mil). Com isso, o deputado acredita ser possível evitar que empresas e grupos se aproveitem das entidades para promoverem sorteios que visam à obtenção de lucros com fins particulares. "O objetivo é que as entidades tenham como arrecadar dinheiro da comunidade para atingir seus fins específicos de interesse público", salientou.

Nada poderá, entretanto, ser feito de forma aleatória. O artigo 2º do Projeto de Lei prevê que, no início dos eventos autorizados pela lei, deverá ser apresentada prestação de contas detalhada dos recursos arrecadados no sorteio ou operação assemelhada anterior, "com a comprovação das ações de interesse público realizadas em benefício da sociedade capixaba, de modo a facilitar a fiscalização por parte da população e dos órgãos públicos competentes".

Nada poderá, entretanto, ser feito de forma aleatória. O artigo 2º do Projeto de Lei prevê que, no início dos eventos autorizados pela lei, deverá ser apresentada prestação de contas detalhada dos recursos arrecadados no sorteio ou operação assemelhada anterior, "com a comprovação das ações de interesse público realizadas em benefício da sociedade capixaba, de modo a facilitar a fiscalização por parte da população e dos órgãos públicos competentes".

A prestação de contas deverá ser encaminhada, no prazo máximo de cinco dias a contar de sua apresentação, para a Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, objetivando a fiscalização do

que prevê a lei.

A prestação de contas deverá ser encaminhada, no prazo máximo de cinco dias a contar de sua apresentação, para a Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, objetivando a fiscalização do que prevê a lei.

"Por meio da aprovação do projeto, será estabelecida no Estado mais uma forma de parceria entre o Poder Público e o Terceiro Setor, tendo em vista que entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão contribuir com a sociedade capixaba, especialmente em relação à população mais carente, através da realização de atividades educacionais, esportivas, festividades culturais, dentre outras, fato que se torna ainda mais importante diante da crise econômica presente em todo o País", justificou Enivaldo dos Anjos.

"Por meio da aprovação do projeto, será estabelecida no Estado mais uma forma de parceria entre o Poder Público e o Terceiro Setor, tendo em vista que entidades sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão contribuir com a sociedade capixaba, especialmente em relação à população mais carente, através da realização de atividades educacionais, esportivas, festividades culturais, dentre outras, fato que se torna ainda mais importante diante da crise econômica presente em todo o País", justificou Enivaldo dos Anjos.

Um homem, de 35 anos, foi preso após agredir a própria mulher, de 36, com um fio de carregador, em Vargem Alta.

O caso aconteceu na residência do casal, que fica no Centro, na noite desta terça (27). A vítima contou que o marido chegou em casa embriagado e muito agressivo. Ela passou a ser agredida com um fio de carregador e para se defender, arremessou uma pedra nas pernas do homem na tentativa de fugir das agressões.

O caso aconteceu na residência do casal, que fica no Centro, na noite desta terça (27). A vítima contou que o marido chegou em casa embriagado e muito agressivo. Ela passou a ser agredida com um fio de carregador e para se defender, arremessou uma pedra nas pernas do homem na tentativa de fugir das agressões.

Populares acionaram a PM, que esteve no local e encaminhou o homem para a Delegacia Regional de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi autuado em flagrante pela Lei Maria da Penha.

Populares acionaram a PM, que esteve no local e encaminhou o homem para a Delegacia Regional de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi autuado em flagrante pela Lei Maria da Penha.

(*Aqui Noticias)

(*Aqui Noticias)

Site: <https://fanoticias.com.br/deputado-propoe-lei-que-autoriza-sorteios-com-premiacoes-no-estado/>

Governo ES apresenta Programa Agenda Mulher e Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres (Notícias)

O Governo do Estado do Espírito Santo, através da Vice-Governadoria e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), lançou o programa Agenda Mulher e institucionalizou o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) em cerimônia no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, nessa quinta-feira (29).

O governador do Estado, Renato Casagrande, esteve presente no evento. "Nós temos um plano, que agora foi institucionalizado pelo decreto assinado aqui. Esse caminhar é importante para as mulheres que estão conquistando espaços e hoje foi dado mais um passo com a institucionalização. O Plano tem eixos que focam a autonomia financeira das mulheres, pois ter essa independência é fundamental para que ela consiga denunciar caso seja agredida. Nosso desejo é dar mais passos adiante para buscar equidade neste Estado. Não temos pretensão de resolver tudo, mas nosso governo tem que ter um desenvolvimento de ações para apontarmos a direção par aonde o nosso País precisa seguir em termos de sociedade", afirmou.

Agenda Mulher

O Agenda Mulher é um programa para empoderar e dar visibilidade às mulheres através do empreendedorismo, oferecendo e customizando cursos, desde formações e qualificações diversificadas, até o empreendedorismo emocional, que se dá pelo processo de autoconhecimento. O programa também aborda temas transversais e reflete o compromisso do Governo do Estado do Espírito Santo em investir na inovação e em ações que proporcionem igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Na ocasião, a vice-governadora do Estado, Jaqueline Moraes, reafirmou que seu propósito na gestão é trabalhar para que as mulheres sejam representadas com igualdade na economia. "É privado para muitas mulheres o acesso a conteúdo, cursos, palestras e outros serviços que venham realmente ao encontro de suas necessidades. É justamente nesta falta de um conhecimento mais profundo que queremos atuar, com ações decisivas para o sucesso dessas mulheres", declarou.

Já são várias as ações desenvolvidas, antes mesmo do lançamento do Programa, com mais de 500 mulheres capacitadas: Capacitação de 26 entidades sociais no Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil (MIROSC, Lei 13019/14), e lideranças Comunitárias; Capacitação de 30 servidores da Vice, SEP, Aderes e SEDH na ferramenta Design Thinking; Capacitação de 262 mulheres no Workshop Ela Pode; Capacitação de 91 mulheres no módulo 16h do Programa Ela Pode e mais cinco Escolas Estaduais atendidas pelo Projeto do Ifes, Corte de Lovelace.

Marco nas políticas públicas busca por equidade de gênero

O Plano Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) foi apresentado e institucionalizado durante a cerimônia de lançamento do Programa Agenda Mulher. O PEPME e o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher serão os dois principais documentos norteadores para a promoção de políticas públicas em busca por equidade de gênero no Estado.

O histórico processo de mobilização para a construção de políticas na perspectiva da equidade de gênero para mulheres e por mulheres alcançou um importante marco no Espírito Santo em 2014. Naquele ano, o plano foi elaborado com o objetivo principal de reduzir as desigualdades sociais.

O Plano lista 247 ações e está dividido em seis eixos estratégicos, construídos na perspectiva da igualdade de gênero, autonomia, empoderamento e o efetivo exercício da cidadania das mulheres. São eles:

1. Enfrentamento a feminização da pobreza e a garantia da autonomia econômica das mulheres com trabalho decente com cinco prioridades e 38 ações;
2. Educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica e não transfóbica com cinco prioridades e 24 ações;
3. Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos com cinco prioridades e 73 ações;

4. Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres com cinco prioridades e 77 ações;
5. Enfrentamento ao racismo, ao sexismo, a lesbofobia e a transfobia com cinco prioridades e 22 ações;
6. Gestão e monitoramento do PEPMES com cinco prioridades e 13 ações.

Fonte: Assessoria Governo ES

Site: <http://www.realidadecapixaba.com/governo-es-apresenta-programa-agenda-mulher-e-plano-estadual-de-politicas-publicas-para-mulheres/>

Deputadas Capixabas destacam a importância da Lei Maria da Penha

Durante o mês da celebração dos 13 anos da Lei Maria da Penha (11.346/2006), foram abordados pelas deputadas capixabas Janete de Sá (PMN) e Iriny Lopes (PT) os avanços e os desafios do combate à **violência contra a mulher**, além dos futuros projetos contra a violência doméstica no estado.

Segundo a deputada Janete de Sá a norma estabeleceu poderosos mecanismos de proteção à mulher agredida, com punições severas, além de trabalhar preventivamente, com campanhas educativas e medidas protetivas.

"Hoje, 13 anos depois, é preciso fazer uma reflexão que vai além da comemoração da existência da Lei e de suas inegáveis contribuições, pois as mulheres querem e merecem mais do que apenas sobreviver", afirmou.

Segundo ela, embora as mulheres estejam mais dispostas a denunciarem as ameaças e agressões, ainda há homens dispostos a agredir. Segundo dados relatados por Janete, a Região Sudeste registrou 6.396 solicitações de medidas protetivas por mulheres em 2018; 1.100 a mais que em 2017.

Em 2019, mais de 50 homens foram presos pela Polícia Civil capixaba por algum tipo de agressão às suas companheiras, o que mostra que as mulheres estão mais confiantes devido ao amparo da Lei Maria da Penha.

Para a deputada, é necessário avançar mais em políticas de prevenção que envolvam toda a sociedade, além de promover mais mecanismos de proteção e acolhimento às vítimas e às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Para a deputada Iriny Lopes, a diminuição desse tipo de violência passa por ações que levem autonomia e resgate da autoestima da mulher. A deputada relatou a necessidade de promover a independência financeira feminina por meio de sua inserção no mercado de trabalho.

Iriny, que protocolou o Projeto de Lei nº 624/2019, obrigando as empresas prestadoras de serviço ao Estado a reservarem 5% das vagas para as mulheres que já sofreram algum tipo de violência doméstica, informou que em fevereiro de 2019, segundo o

instituto de pesquisa Datafolha, 42% das mulheres ouvidas disseram já ter sofrido agressão, principalmente de cônjuges e namorados.

Ela relatou que em 2018, segundo dados da Polícia Civil, em todas as Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs) do Estado foram registradas 14.991 ocorrências desse tipo; 596 a mais do que no ano anterior.

"Uma mulher que provê o próprio sustento é mais segura. Precisamos garantir a inserção das mulheres no mercado de trabalho para que elas estejam cada vez menos à mercê de companheiros que se acham no direito de agredi-las", afirmou.

Com informações da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

Site: <https://www.simnoticias.com.br/deputadas-capixabas-destacam-a-importancia-da-lei-maria-da-penha/>

Homem é preso após agredir mulher com fio de carregador no ES

Um homem, de 35 anos, foi preso após agredir a própria mulher, de 36, com um fio de carregador, em Vargem Alta.

O caso aconteceu na residência do casal, que fica no Centro, na noite desta terça (27). A vítima contou que o marido chegou em casa embriagado e muito agressivo. Ela passou a ser agredida com um fio de carregador e para se defender, arremessou uma pedra nas pernas do homem na tentativa de fugir das agressões.

O caso aconteceu na residência do casal, que fica no Centro, na noite desta terça (27). A vítima contou que o marido chegou em casa embriagado e muito agressivo. Ela passou a ser agredida com um fio de carregador e para se defender, arremessou uma pedra nas pernas do homem na tentativa de fugir das agressões.

Populares acionaram a PM, que esteve no local e encaminhou o homem para a Delegacia Regional de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi autuado em flagrante pela Lei Maria da Penha.

Populares acionaram a PM, que esteve no local e encaminhou o homem para a Delegacia Regional de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi autuado em flagrante pela Lei Maria da Penha.

(*Aqui Noticias)

(*Aqui Noticias)

A vítima foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada para um hospital

A vítima foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada para um hospital

Uma mulher, grávida de três meses, foi espancada pelo marido na manhã desta quarta-feira (28) em Cariacica.

Uma mulher, grávida de três meses, foi espancada pelo marido na manhã desta quarta-feira (28) em Cariacica.

De acordo com a Polícia Militar, que foi acionada por vizinhos, a vítima relatou não ter interesse em

representar contra o agressor.

De acordo com a Polícia Militar, que foi acionada por vizinhos, a vítima relatou não ter interesse em representar contra o agressor.

O homem não foi localizado e a mulher foi socorrida por uma ambulância do Corpo de Bombeiros.

O homem não foi localizado e a mulher foi socorrida por uma ambulância do Corpo de Bombeiros.

Não há informações sobre o estado de saúde da vítima e do bebê.

Não há informações sobre o estado de saúde da vítima e do bebê.

(*G1)

(*G1)

Site: <https://fanoticias.com.br/homem-e-preso-apos-agredir-mulher-com-fio-de-carregador-no-es/>

Grávida de três meses é espancada pelo marido no ES

A vítima foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada para um hospital

A vítima foi socorrida pelo Corpo de Bombeiros e levada para um hospital

Uma mulher, grávida de três meses, foi espancada pelo marido na manhã desta quarta-feira (28) em Cariacica.

Uma mulher, grávida de três meses, foi espancada pelo marido na manhã desta quarta-feira (28) em Cariacica.

De acordo com a Polícia Militar, que foi acionada por vizinhos, a vítima relatou não ter interesse em representar contra o agressor.

De acordo com a Polícia Militar, que foi acionada por vizinhos, a vítima relatou não ter interesse em representar contra o agressor.

O homem não foi localizado e a mulher foi socorrida por uma ambulância do Corpo de Bombeiros.

O homem não foi localizado e a mulher foi socorrida por uma ambulância do Corpo de Bombeiros.

Não há informações sobre o estado de saúde da vítima e do bebê.

Não há informações sobre o estado de saúde da vítima e do bebê.

(*G1)

(*G1)

Um homem, de 35 anos, foi preso após agredir a própria mulher, de 36, com um fio de carregador, em Vargem Alta.

O caso aconteceu na residência do casal, que fica no Centro, na noite desta terça (27). A vítima contou que o marido chegou em casa embriagado e muito agressivo. Ela passou a ser agredida com um fio de carregador e para se defender, arremessou uma pedra nas pernas do homem na tentativa de fugir das agressões.

O caso aconteceu na residência do casal, que fica no Centro, na noite desta terça (27). A vítima contou que o marido chegou em casa embriagado e muito agressivo. Ela passou a ser agredida com um fio de carregador e para se defender, arremessou uma pedra nas pernas do homem na tentativa de fugir das agressões.

Populares acionaram a PM, que esteve no local e encaminhou o homem para a Delegacia Regional de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi autuado em flagrante pela Lei Maria da Penha.

Populares acionaram a PM, que esteve no local e encaminhou o homem para a Delegacia Regional de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi autuado em flagrante pela Lei Maria da Penha.

(*Aqui Noticias)

(*Aqui Noticias)

Site: <https://fanoticias.com.br/gravida-de-tres-meses-e-espancada-pelo-marido-no-es/>

Mulher esfaqueada pelo ex dentro de casa continua internada

TAG: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, MULHER
ESFAQUEADA, TENTATIVA DE FEMINICÍDIO, EX
MARIDO, AGRESSOR PRESO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/29/TVVITRIARECOR>

DES-13.02.11-13.06.54-1567100718.mp4

Moda presídio

LEONEL XIMENES

Uma mulher aparentando 30 anos de idade circulava de shortinho e tornozeleira eletrônica nos corredores de um shopping de Vitória ontem à tarde.

Saindo de fininho

À certa altura, ela desabafou com a sua acompanhante: "Vamos embora porque não aguento mais ficar aqui com gente me vigiando".

Site:

gazetaonline.com.br/opiniaocolunas/victor_hugo/2019/08/prefeitura-de-jeronimo-monteiro-banca-festa-com-verba-federal-1014196235.html

Justiça liberta assassino do menino João Hélio

Redação Folha Vitória

A Justiça determinou a libertação de Carlos Roberto da Silva, um dos responsáveis pela morte do menino João Hélio. A criança foi morta em 2007, após ser arrastada, presa ao cinto de segurança do carro onde estava. O caso chocou a opinião pública na época e quatro dos assaltantes responsáveis pela morte acabaram presos e condenados no ano seguinte.

A decisão de conceder a progressão da pena de Carlos Roberto para o regime aberto foi da **Vara de Execuções Penais** do Rio. Ele vai cumprir o restante da pena em casa. Deverá ficar na residência em tempo integral nos dias de folga, sábados, domingos e feriados. Não poderá sair de casa das 22h às 6h. Também terá que usar tornozeleira eletrônica.

Carlos Roberto, conhecido como Sem Pescoço, foi condenado a 39 anos de prisão. As penas dos demais comparsas chegaram a 45 anos de reclusão.

Relembre o caso

No dia 7 fevereiro de 2007, o carro que transportava João Hélio estava parado em um semáforo da Zona Norte do Rio quando quatro homens anunciaram o assalto. A mãe e a irmã conseguiram sair do veículo, mas João Hélio, de apenas 6 anos, ficou preso ao cinto de segurança. Os bandidos levaram o carro, arrastando o menino por quase sete quilômetros. Apesar de avisos de quem passava pelas ruas, os criminosos recusaram-se a parar o veículo.

Em janeiro de 2008, a juíza Marcela Assad, da 1ª **Vara Criminal** de Madureira, no Rio de Janeiro, condenou os quatro envolvidos na morte de João Hélio Fernandes pelo crime de lesão corporal grave resultante em morte. Diego Nascimento da Silva, Carlos Eduardo Toledo Lima, Carlos Roberto da Silva, e Tiago Abreu Matos receberam sentenças de prisão diferenciadas, que vão de 39 a 45 anos de reclusão em regime fechado.

Site:

<https://novo.folhavoria.com.br/policia/noticia/08/2019/ju-stica-liberta-assassino-do-menino-joao-helio>

Condenado pela morte de menino João Hélio vai cumprir pena em casa

Redação Tribuna Online

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Justiça concede prisão domiciliar para um dos quatro suspeitos de participação no homicídio do menino João Hélio, ocorrido em 2007. Carlos Roberto da Silva, conhecido como Carlinhos sem pescoço, deixou nesta quinta-feira (29) o Complexo de Gericinó, na zona oeste do Rio de Janeiro, onde cumpria pena desde 2008.

Carlinhos foi condenado a 39 anos de prisão em regime fechado pela participação no crime de grande repercussão. Ele e outros três suspeitos teriam arrastado João Hélio, de 6 anos na época, por sete quilômetros na Zona Norte da capital carioca após roubar o carro que a mãe do menino dirigia. As informações são do jornal Extra.

De acordo com a sentença da **Vara de Execuções Penais** (VEP), o acusado será monitorado com o uso de tornozeleira eletrônica. Além disso, deve permanecer em casa de segunda a sexta-feira das 22h às 6h e durante o dia inteiro aos fins de semana e feriados.

Carlos também terá que comunicar mudanças de endereços e pedir permissão judicial para deixar o Estado do Rio de Janeiro.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário

e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/condenado-pela-morte-de-menino-joao-helio-vai-cumprir-pena-em-casa>

Laranja de ex-executivo da Odebrecht depõe à PF e admite R\$ 78 milhões da Braskem

Estadão Conteúdo

O advogado Nilton Serson, preso na Operação Carbonara Chimica, fase 63 da Lava Jato, admitiu à Polícia Federal (PF) que recebeu R\$ 78 milhões da Braskem por meio de 18 contratos de serviços para o braço petroquímico da Odebrecht. Apontado pelos investigadores como laranja do ex-vice-Jurídico da empreiteira Maurício Ferro, o advogado disse: eu fazia o que o Maurício pedia.

Serson e Ferro foram presos por ordem do juiz Luiz Antonio Bonat, da 13ª **Vara Criminal** Federal de Curitiba, no âmbito da investigação sobre supostos pagamentos de propinas milionárias aos ex-ministros Antônio Palocci e Guido Mantega, dos Governos Lula e Dilma. A delação de Palocci à PF embasou a operação.

A Lava Jato pediu a prisão de Mantega, sob suspeita de ter recebido R\$ 50 milhões do esquema, mas o juiz negou e mandou colocar tornozeleira eletrônica no ex-ministro. Essa medida foi derrubada nesta quarta-feira, 28, pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo. Mantega nega recebimento de valores ilícitos.

A Operação Carbonara Chimica foi deflagrada no dia 21. Bernardo Gradin, ex-presidente da Braskem, foi alvo de buscas. Serson reside em São Francisco, nos EUA, e se entregou à PF dias depois.

Questionado pelo delegado Thiago Splettstoser Giavarotti, da PF em Curitiba, nesta quarta, Serson contou que acredita que tenha figurado como procurador na abertura de uma conta de Ferro no Banco Kramer, na Suíça. Era a conta Caju. O banco sabia que a conta era de Maurício Ferro e aberta para o recebimento de um bônus.

A Lava Jato suspeita que Serson participou do esquema de operações simuladas de prestação de serviços jurídicos por meio de seu antigo escritório em São Paulo para lavar dinheiro destinado a viabilizar repasses ilícitos a Palocci e a Mantega.

Ele disse que pode ter sido beneficiário ou procurador de outras contas no exterior. Serson afirmou que atuou como consultor de Ferro na área jurídica da Braskem. Os contratos sob investigação foram firmados por Serson com a Braskem entre 2005 e 2013, totalizando

R\$ 78.197.344,98. Acredito que esse valor seja próximo do real, declarou o advogado.

A PF indagou de Serson sobre a que se referiam tais contratos. Participei de seis ou sete fusões e incorporações no valor total de R\$ 15 bilhões, aproximadamente.

Confrontado com informações do funcionário do Setor Jurídico da Braskem Maurício Bezerra, segundo o qual nunca recebeu qualquer parecer elaborado por Nilton Serson, o advogado disse que não conhece tal pessoa.

Perguntado se fez ou mandou fazer transferências de valores para o exterior a pedido de Ferro, o advogado declarou. Gostaria de deixar claro que devolvia 30% dos valores que recebia da Braskem para Maurício Ferro, em uma prática que no mundo corporativo é chamada de finders fee.

Ele afirmou que repassava esses valores a Maurício, por meio da conta da offshore Neitech Limited, sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, para outras contas de Ferro por ele indicadas.

Defesas

Quando a fase 63 da Lava Jato foi deflagrada, a Braskem enviou a seguinte nota: A Braskem afirma que tem colaborado e fornecido informações às autoridades competentes como parte do acordo global assinado em dezembro de 2016, que engloba todos os temas relacionados à Operação Lava Jato. A empresa vem fortalecendo seu sistema de conformidade e reitera seu compromisso com a atuação ética, íntegra e transparente.

Site:

<https://www.vitorianews.com.br/politica/noticia/2019/08/laranja-de-ex-executivo-da-odebrecht-depoe-a-pf-e-admite-r-78-milhoes-da-braskem-343626.html>

Laranja de ex-executivo da Odebrecht depõe à PF e admite R\$ 78 milhões da Braskem

O advogado Nilton Serson, preso na Operação Carbonara Chimica, fase 63 da Lava Jato, admitiu à Polícia Federal (PF) que recebeu R\$ 78 milhões da Braskem por meio de 18 contratos de serviços para o braço petroquímico da Odebrecht. Apontado pelos investigadores como laranja do ex-vice-Jurídico da empreiteira Maurício Ferro, o advogado disse: "eu fazia o que o Maurício pedia."

Serson e Ferro foram presos por ordem do juiz Luiz Antonio Bonat, da 13ª **Vara Criminal** Federal de Curitiba, no âmbito da investigação sobre supostos pagamentos de propinas milionárias aos ex-ministros Antônio Palocci e Guido Mantega, dos Governos Lula e Dilma. A delação de Palocci à PF embasou a operação.

A Lava Jato pediu a prisão de Mantega, sob suspeita de ter recebido R\$ 50 milhões do esquema, mas o juiz negou e mandou colocar tornozeleira eletrônica no ex-ministro. Essa medida foi derrubada nesta quarta-feira, 28, pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo. Mantega nega recebimento de valores ilícitos.

A Operação Carbonara Chimica foi deflagrada no dia 21. Bernardo Gradin, ex-presidente da Braskem, foi alvo de buscas. Serson reside em São Francisco, nos EUA, e se entregou à PF dias depois.

Questionado pelo delegado Thiago Splettstoser Giavarotti, da PF em Curitiba, nesta quarta, Serson contou que "acredita que tenha figurado como procurador" na abertura de uma conta de Ferro no Banco Kramer, na Suíça. Era a conta "Caju". "O banco sabia que a conta era de Maurício Ferro e aberta para o recebimento de um bônus."

A Lava Jato suspeita que Serson participou do esquema de operações simuladas de prestação de serviços jurídicos por meio de seu antigo escritório em São Paulo para lavar dinheiro destinado a viabilizar repasses ilícitos a Palocci e a Mantega.

Ele disse que "pode ter sido" beneficiário ou procurador de outras contas no exterior. Serson afirmou que atuou como "consultor" de Ferro na área jurídica da Braskem. Os contratos sob investigação foram firmados por Serson com a Braskem entre 2005 e 2013, totalizando R\$ 78.197.344,98. "Acredito que esse valor seja próximo do real", declarou o advogado.

A PF indagou de Serson sobre "a que se referiam tais contratos". "Participei de seis ou sete fusões e incorporações no valor total de R\$ 15 bilhões, aproximadamente."

Confrontado com informações do funcionário do Setor Jurídico da Braskem Maurício Bezerra, segundo o qual "nunca recebeu qualquer parecer elaborado por Nilton Serson", o advogado disse que "não conhece tal pessoa".

Perguntado se fez ou mandou fazer transferências de valores para o exterior a pedido de Ferro, o advogado declarou. "Gostaria de deixar claro que devolvia 30% dos valores que recebia da Braskem para Maurício Ferro, em uma prática que no mundo corporativo é chamada de 'finders fee'."

Ele afirmou que "repassava esses valores a Maurício", por meio da conta da offshore Neitech Limited, sediada nas Ilhas Virgens Britânicas, para outras contas de Ferro "por ele indicadas".

Defesas

Quando a fase 63 da Lava Jato foi deflagrada, a Braskem enviou a seguinte nota: "A Braskem afirma que tem colaborado e fornecido informações às autoridades competentes como parte do acordo global assinado em dezembro de 2016, que engloba todos os temas relacionados à Operação Lava Jato. A empresa vem fortalecendo seu sistema de conformidade e reitera seu compromisso com a atuação ética, íntegra e transparente."

Pepita Ortega, Luiz Vassallo e Ricardo Brandt

Estado Conteúdo

Copyright © 2019 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Site:

<https://www.aquinoicias.com/2019/08/20190829153404-laranja-de-ex-executivo-da-odebrecht-depoe-a-pf-e-admite-r-78-milhoes-da-braskem/>



O Kia Soul irá a leilão com lance mínimo de R\$ 10 mil. Já o Golf Highline está no lote de veículos da Vara Criminal de Viana, com lance inicial de R\$ 12 mil

Veículos de luxo de traficantes vão ser leiloados pela Justiça

O valor arrecadado será revertido para o trabalho de repressão ao uso de drogas

ALINE NUNES
anunes@redgazeta.com.br

Pelo menos 14 veículos, a maioria de traficantes, serão leiloados no início de setembro pela Justiça. Carros, motos e caminhões apreendidos em operações policiais, estarão disponíveis a quem se habilitar pa-

ra dar um lance. O valor mínimo de cada um varia de R\$ 50 a R\$ 25 mil.

Entre os veículos que vão a leilão há um Golf Highline, 13/14, avaliado em R\$ 24 mil e que pode ser arrematado por R\$ 12 mil; e um Kia Soul EX 1.6, 11/11, estimado em R\$ 20 mil, mas que também sai pela metade do valor.

Da Vara Criminal de Viana serão nove lotes, embora dois deles possam ser lei-

loados juntos: um Renault Logan e um caminhão baú, totalizando R\$ 31 mil para lance inicial. O leilão será realizado no próximo dia 2, a partir das 13 horas.

Já da Vara Criminal de Vila Velha serão cinco lotes com veículos em condições precárias. Um moto, de 40 anos, tem lance de R\$ 50. O leilão será no dia 9, também a partir das 13h.

Para participar, os interessados devem se cadas-

trar no site www.hdleiloes.com.br, no qual devem ser inseridas informações pessoais e apresentados documentos, tais como identidade, CPF, certidão de casamento e comprovante de residência. Os lances podem ser presenciais ou online.

Alguns podem ter o valor parcelado, com entrada de 25% e o restante em até 10 vezes. Mas a preferência será dada aos que

fizerem lances à vista de valor igual ou maior daquele que se propuser a pagar em prestações.

Os veículos de Viana que estiverem na Polícia Federal, em São Torquato, Vila Velha, poderão ser visitados na quinta e sexta-feiras, das 14 às 17 horas. Os de Vila Velha estarão disponíveis nos dias 5 e 6, no mesmo horário.

Chefe do Departamento Especializado de Narcóti-

cos (Denarc), o delegado Fabrício Dutra disse que por ano, somente na Grande Vitória, são apreendidos em torno de 40 veículos de traficantes, sem contar armas, munição e as drogas.

Quanto ao valor arrecadado com os leilões, Fabrício Dutra defende que, ao final do processo, o dinheiro seja revertido para o trabalho policial de repressão, e também para ações preventivas ao uso de drogas.

| EVENTO PARTIDÁRIO |

Réu por estupro, Durão participa de ato do PDT

Processo que tem ex-deputado como alvo está pronto para sentença da Justiça

▄ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Réu em processo de estupro contra uma adolescente de 17 anos, o ex-deputado estadual Luiz Durão (PDT) marcou presença em evento partidário na segunda-feira (26), na Câmara de Cariacica. Vice-presidente estadual da sigla, ele ocupou lugar à mesa no evento de filiação do vice-prefeito da cidade, Nilton Basilio (ex-PSDB), após longo período afastado de compromissos públicos.

Durão está prestes a conhecer a sentença neste processo. Os autos estão prontos para receber decisão desde 24 de julho, quando apareceram no andamento processual como conclusos para a decisão da juíza Letícia Maia Saúde, da 2ª Vara Criminal da Serra. Logo, o ex-deputado pode, a qualquer momento, ser condenado ou absolvido.

Enquanto isso, ele continua com o mesmo status no PDT estadual, o de vice-presidente do partido. A Comissão de Ética da agremiação diz que só poderá tomar alguma providência caso exis-



Luiz Durão (de jaqueta preta) compareceu a evento

ta alguma decisão judicial desfavorável ao político.

“Estamos aguardando a decisão. Só a partir dela a Comissão de Ética vai avaliar os caminhos. Não tem nada de impedimento contra ele. Ele continua vice-presidente. Tem um tempo que Durão estava afastado de tudo isso. Nem nas reuniões da Executiva estava indo”, contou o presidente da comissão, Júnior Fialho (PDT).

No evento, Nilton Basilio assinou a ficha de filiação e encaminhou a entrada no

partido. Ele disse que não convidou o ex-deputado para a cerimônia. Durão sentou ao lado do presidente do PDT, o deputado federal Sérgio Vidigal, em mesa também ocupada pelo secretário estadual de Esportes, Júnior Abreu (PDT).

“Eu nem o conhecia pessoalmente, mas ele é da Executiva. Ele veio como membro da Executiva. Não foi um convite pessoal meu, até porque não tenho contato com Luiz Durão. Meu contato até então era com Sérgio

Vidigal e com Júnior Abreu. Creio que foi a convite de Vidigal”, disse o vice-prefeito.

Sérgio Vidigal, por meio da assessoria, informou que o evento foi do PDT de Cariacica e os convites foram formulados pela executiva do partido local, através do presidente municipal, vereador Itamar Freire.

O CASO

Luiz Durão chegou a ficar preso por cerca de 40 dias após ser flagrado deixando um motel, na Serra. A prisão ocorreu no dia 4 de janeiro. Por ser advogado e ter direito a cela especial, o ex-deputado ficou preso no Quartel do Corpo de Bombeiros.

No primeiro depoimento que prestou na delegacia, Durão, que na época estava no exercício do mandato, chegou a dizer que entrou no motel após sentir um desconforto intestinal. Para o Ministério Público Estadual (MPES), contudo, ele levou a menina para ter relação sexual com ela.

Na denúncia criminal, o MPES acusa o político de ter praticado o crime de estupro de forma premeditada. O órgão também considerou agravante o fato de o político ter “convivência no âmbito da família” da menina.

Homem chama político de verme e é condenado

Um morador do Estado foi condenado a pagar indenização de R\$ 1 mil a um político após tê-lo insultado pelas redes sociais.

Na publicação, o homem se refere aos políticos como “vermes e endemoniados”.

Além da indenização, ele foi condenado a cinco meses e dez dias de detenção, em regime aberto. O TJ-ES não informou em que cidade o fato ocorreu.

Ministros do STJ e velejador em congresso de magistrados

Os ministros Antonio Saldanha Palheiro e Marco Aurélio Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), junto com o velejador Amyr Klink serão alguns dos palestrantes do Congresso de Magistrados Capixabas, que acontece amanhã e na sexta, no Salão Pleno do Tribunal de Justiça do Estado.

Antônio Saldanha, que é da 6ª turma do STJ, participou de julgamentos como o do médium João de Deus e do ex-presidente Michel Temer. Já Buzzi preside a 4ª turma do tribunal. Klink ficou famoso por suas expedições marítimas.

OS MINISTROS do Superior Tribunal de Justiça Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e Antonio Saldanha são alguns dos expositores do Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito, que acontece amanhã e sexta-feira, no Tribunal de Justiça do Estado Espírito Santo (TJ-ES).

* * *

ES recebe mutirão carcerário eletrônico em setembro

Onze anos depois do primeiro mutirão carcerário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se prepara para lançar novo mutirão com metodologia que deve resultar em fluxos e impactos otimizados. Entre 2 e 13 de setembro, o Espírito Santo sediará a experiência piloto do novo mutirão carcerário eletrônico, que como o nome diz, atuará em processos informatizados.

A metodologia foi desenvolvida com o apoio do programa Justiça Presente, parceria inédita entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com recursos repassados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, para enfrentar problemas estruturais do sistema penal brasileiro. Além de investir em tecnologia, o novo mutirão inova ao envolver parceiros que trabalharão na execução e sustentabilidade da ação na ponta e ao realizar ações de atenção aos

egressos.

A principal inovação tecnológica que permitiu o novo formato de mutirão foi a adoção do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU) como política nacional judiciária pelo CNJ em 2016. O sistema oferecido gratuitamente aos tribunais pelo CNJ facilita a filtragem de processos que serão analisados, além de permitir o trabalho com metas e performance. Atualmente, o SEEU está em 23 tribunais e possui mais de 950 mil processos cadastrados.

Outra novidade é a parceria entre CNJ e Defensoria Pública por meio do programa Defensoria Sem Fronteiras, iniciativa do Colégio Nacional de Defensores Públicos (Condege) com a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP). Além dos Defensores Públicos do Espírito Santo, a experiência envolverá defensores públicos de todo o país que irão ao estado

para conhecer a nova metodologia e para contribuir com a análise e petição aos magistrados a partir de processos pré-selecionados no SEEU.

A terceira inovação do mutirão é a conexão entre a revisão de processos e o atendimento qualificado a egressos. Por meio da colaboração entre o Justiça Presente e o Programa de Voluntários das Nações Unidas, uma equipe de voluntários foi mobilizada para atuar no encaminhamento dos egressos ao Escritório Social, onde uma equipe multidisciplinar estará pronta para auxiliar em ações de apoio na volta ao convívio em sociedade.

OPERAÇÃO

Antes do início das atividades em setembro, a nova metodologia foi discutida em missão preparatória no final de julho envolvendo atores locais e profissionais do CNJ e do Justiça Presente. A finalidade foi garantir o envolvi-

mento do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, do Ministério Público e das Secretarias de Estado de Justiça, de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social e de Economia e Planejamento, assim como outros órgãos do Executivo, para o sucesso da iniciativa.

A partir do início do mutirão eletrônico, as varas de execução penal do estado funcionarão em regime especial até 30 de setembro, inclusive sob a modalidade de audiências concentradas. Já o Executivo local terá o apoio de equipes psicossociais da ONU para apoio e fortalecimento do Escritório Social, com a criação de um roteiro para atendimento e fluxos com os estabelecimentos prisionais. O mutirão também atuará pela qualificação da monitoração eletrônica no estado, com identificação de fluxos e rotinas da Central de Monitoração.

Para o coordenador do Depar-

tamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas do CNJ (DMF/CNJ), Luis Geraldo Lanfredi, o mutirão carcerário eletrônico ampara-se na qualificação do diálogo interinstitucional que se compromete a encontrar soluções comuns para uma gestão mais eficiente da execução penal. “O intuito é potencializar a cidadania e a reintegração social daquelas pessoas que já vão deixar naturalmente o sistema prisional”, afirmou, durante a missão preparatória do mutirão.

Coordenadora-geral do Justiça Presente, Valdirene Daufembach afirma que a nova metodologia vem reforçar o legado do CNJ pela garantia de Justiça e do devido processo legal. “Busca-se o saneamento dos processos e melhoria dos fluxos de execução penal na fase anterior à saída da prisão e também no acompanhamento após o livramento”, explicou.

Juízes do ES aumentaram produtividade no último ano, mostra CNJ

Os juízes e desembargadores do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** melhoraram em 26,3% o índice de processos judiciais concluídos, no último ano em relação a 2017. Segundo dados do relatório Justiça em Números, do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, cada um dos 337 magistrados baixaram 1.435 processos durante o ano. Quando um processo é baixado, significa que houve decisão transitada em julgado - ou seja, definitiva -, ou que o caso foi arquivado ou remetido para outros órgãos ou instâncias.

Com este resultado do Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), o Espírito Santo ficou em uma posição intermediária entre os tribunais de médio porte do país, na 5ª colocação. O resultado representa um avanço em relação a 2017, em que a Justiça Estadual ficou na 8ª posição, com um índice de 1.136 processos por magistrado.

> Leia também: Juiz do ES custa R\$ 50 mil por mês, aponta relatório do **CNJ**

No entanto, aumentou a carga de trabalho por magistrado, que contabiliza quantos foram os processos sob a responsabilidade de cada julgador, o que inclui os processos baixados e também os que ficaram pendentes. No 1º grau de jurisdição, cada juiz estadual teve uma carga de 4.671 processos em 2018, em média, ante a 4.113 em 2017. No Tribunal de Justiça, a carga de trabalho dos desembargadores diminuiu de 4.308 processos em 2017 para 2.803 em 2018.

Considerando todo o Tribunal de Justiça, houve 303.719 novos casos no ano, e ficaram 932.333 casos pendentes, o que correspondeu a um Índice de Atendimento à Demanda de 153,5%. Neste indicador, o **TJES** teve o 2º melhor resultado entre os tribunais estaduais do país. Ele mostra se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos.

O presidente da

Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages)

, Daniel Peçanha, acredita que as medidas implementadas pela administração do Tribunal para

aumento da produtividade, como realização de mutirões e digitalização de processos, contribuíram para este resultado, além do próprio trabalho desempenhado pelos magistrados.

Certamente que o aumento de produtividade deve ser primeiramente creditado ao esforço individual de cada magistrado capixaba, que vem se desdobrando para atender a sempre crescente demanda. Poderia haver um aumento no número de assessores, que em boa parte dos Estados da Federação é superior ao nosso, vez que os juízes de primeiro grau contam apenas com um assessor, defendeu.

CONGESTIONADOS

Com o encerramento do ano de 2018, 67% dos processos da 1ª instância da Justiça Estadual permaneceram sem solução, comparados a tudo que tramitou. De acordo com o **CNJ**, no **TJES** o tempo médio do início do processo até a primeira decisão judicial, ou seja, até a sentença, foi de três anos e dois meses. No 2º grau, a taxa de congestionamento foi de 52% e o tempo até a decisão foi de seis meses.

O **CNJ** fez a ressalva, no entanto, de que nem todos os processos poderiam ser baixados no mesmo ano, por conta de alguns prazos legais a serem observados.

Foram divulgados, pela primeira vez, dados específicos sobre a taxa de congestionamento das varas exclusivas de violência doméstica e familiar contra a mulher. No Espírito Santo, foi de 64,5% dos processos, ficando na 5ª posição entre os tribunais de médio porte. Nas varas cíveis, a taxa foi de 76,8% e nas criminais, de 75,4%.

O **TJES** foi procurado, mas respondeu que não teve tempo hábil para uma análise mais aprofundada dos dados.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/juizes-do-es-aumentaram-produtividade-no-ultimo-ano-mostra-cnj-1014196246.html>

Ex-promotor do ES é eleito para assumir diretoria na Petrobras

O ex-promotor de Justiça do Espírito Santo Marcelo Zenkner foi eleito para ser diretor executivo de governança e conformidade da Petrobras. A escolha foi feita pelo Conselho de Administração da empresa, nesta quarta-feira (28).

Zenkner pediu demissão no dia 31 de janeiro para integrar o Comitê de Medidas Disciplinares da Petrobras, órgão que tem como missão prevenir práticas de corrupção na gigante do petróleo, como divulgado pela coluna Leonel Ximenes.

O objetivo da diretoria de governança e conformidade é orientar e avaliar atividades incluindo a investigação e redução de riscos de fraude e de corrupção, reportando à administração as ações e os resultados.

Como promotor de Justiça membro do **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES), Zenkner atuou no período de 1997 a janeiro de 2019, onde ocupou várias funções no combate à corrupção e ao crime organizado. De janeiro de 2015 a abril de 2016, ocupou o cargo de Secretário de Estado de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo.

O diretor de governança e conformidade da Petrobras anterior, Rafael Mendes Gomes, renunciou ao cargo alegando razões pessoais, em julho deste ano.

SAÍDA DO MPES

A saída do MPES aconteceu após desentendimentos com o comando da instituição. Em 2017, foi impedido de se licenciar da 26ª Promotoria Cível de Vitória para atuar, por um ano, na vice-presidência de Integridade do Banco Mundial em Washington (EUA).

Depois desse episódio, ele pediu remoção para a 8ª **Vara de Órfãos e Sucessões** de Vitória, onde não exerceu sua especialidade, que é o combate à corrupção.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2019/08/ex-promotor-do-es-e-eleito-para-assumir-diretoria-na-petrobras-1014196243.html>

Videoconferências vão reduzir gastos com escolta de presos no ES

Com o objetivo de dar agilidade a processos envolvendo presos e gerar economia aos cofres públicos, a Secretaria Estadual da Justiça, em parceria com o **Poder Judiciário**, vai adquirir equipamentos para a realização de audiências de instrução e julgamento por meio de videoconferência.

Réus presos e seus advogados passarão pelas audiências dentro do presídio, sendo ouvidos pelos magistrados - sediados nos fóruns - através de imagens captadas por câmeras e transmitidas nesses locais. O investimento para a aquisição dos equipamentos, que serão instalados em todas as 35 unidades do sistema prisional e em 15 fóruns do Estado, será de R\$ 7,5 milhões.

Segundo a Secretaria Estadual de Justiça o recurso para a compra dos equipamentos já está garantido, dependendo apenas de uma autorização do Governo Federal para a realização da compra. Em outubro a ferramenta já deverá estar institucionalizada.

Nesta quarta-feira, o governador Renato Casagrande, participou de uma audiência experimental, ao entrar em videoconferência com a coordenadora das **Varas Criminais do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, juíza Gisele Souza de Oliveira, que conduzia uma videoconferência com detentos custodiados no Centro de Detenção Provisória de Viana II.

Na demonstração, que também teve a presença do presidente do **TJES**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, o governador destacou os benefícios da nova ferramenta, como a celeridade dos processos e a economia no transporte dos presos.

"A audiência acontece sem a necessidade de fazer o deslocamento do custodiado, da pessoa que está privada da sua liberdade. Isso gera economia para o estado e dá segurança para sociedade", disse.

O sistema prisional capixaba está com a capacidade excedida em cerca de 10 mil presos. São 23.869 detentos para uma capacidade de 13.863 vagas. Segundo dados da Secretaria Estadual de Justiça, somente em 2018 foram realizadas 39 mil escoltas de custodiados, sendo a grande maioria para audiências externas. Após a implantação, a pasta estima economizar R\$ 15 milhões de reais por ano.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, classificou a modernização como "avanço considerável".

Direitos mantidos, diz **OAB**

Também presente na audiência experimental, o secretário-geral da **OAB**, Marcos Felipe, afirmou que a Comissão de Advocacia Criminal já constatou que os direitos previstos em lei são respeitados nestes procedimentos.

"Nesse caso específico, da videoconferência diretamente no presídio, a preocupação da **OAB** é se está garantido o exercício do direito de defesa. Mas, a nossa Comissão de Advocacia Criminal constatou que não há violação ou prejuízos ao exercício dessa defesa do preso", disse.

> Quatro detentos fogem de cadeia em Vila Velha

Segundo o secretário estadual de Justiça, Luiz Carlos Cruz, cerca de 300 audiências experimentais já foram realizadas desde maio, com o uso de equipamentos emprestados pela empresa a qual o governo fará a aquisição. Após a prova de conceito, as partes envolvidas - **Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB** - devem formalizar um protocolo de execução do procedimento.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/videoconferencias-va-o-reduzir-gastos-com-escolta-de-presos-no-es-1014196228.html>

Convento da Penha fechado para carros para visita de Mourão

Prestes a pisar em solo capixaba pela primeira vez desde a eleição, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), tem agenda cheia para esta quinta-feira (29). E sua primeira parada, pela manhã, deverá ser no Convento da Penha, em Vila Velha, onde o general, que costuma conhecer os sítios históricos dos lugares por onde passa, será recebido pelo Frei Alessandro Dias.

O Convento, inclusive, informa que a subida de carros ficará proibida enquanto o vice-presidente estiver por lá. A última autorização antes disso será concedida para a missa das 9h30.

> Michelle Bolsonaro e Mourão ganham homenagens de deputados do ES

A visita de cerca de meia hora, entre as 10h e as 11h, começará pelo Campinho, passando pelo museu e pela sala dos milagres até chegar à capela. Neste período de uma hora, nenhum veículo poderá subir até o local.

BATEDORES

Entre a manhã e a tarde desta quarta-feira (28), seguranças e batedores estiveram no Convento para organizar a recepção de Mourão.

De Vila Velha, o vice-presidente seguirá para o cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória, onde dará início à sua agenda principal no Estado: o encontro com empresários no almoço de comemoração do aniversário de 27 anos do Sindicato do Comércio de Exportação e Importação do Espírito Santo (Sindiex).

Mais de 400 pessoas foram convidadas para o evento, no qual Mourão será convidado de honra e também palestrante. Conforme já adiantou a coluna de Leonel Ximenes, o cardápio contará com filé ao molho funghi e ravióli de ricota com espinafre e nozes.

Para fechar a tarde, Mourão também é esperado no lançamento do programa do governo Estado Presente, no Palácio da Fonte Grande. Para além do governador Renato Casagrande (PSB), representantes de outros Poderes, como o presidente do Tribunal de Justiça Estadual (**TJES**), desembargador Sérgio Gama, já confirmaram presença.

CONFIRA A AGENDA DO VICE-PRESIDENTE NO ES

Chegada

O vice-presidente Hamilton Mourão deverá chegar em uma avião das Forças Armadas Brasileiras (FAB) por volta das 10h.

Primeira parada: Convento da Penha

- Entre 10h e 11h ele é esperado no Convento da Penha, em Vila Velha, para uma visita de cerca de meia hora.

- Mourão será recebido pelo Frei Alessandro Dias e visitará locais como o campinho, o museu, a sala dos milagres e a capela

- Atenção: enquanto o vice-presidente estiver no Convento, a subida de carros será proibida.

Sindiex

Do Convento, Hamilton Mourão seguirá para o almoço do Sindiex, cujo início será às 11h30, no cerimonial Itamaraty Hall, em Vitória. Lá, ele se reunirá com empresários e também dará uma palestra.

Palácio da Fonte Grande

A partir das 14h30, o governador Renato Casagrande dará início ao lançamento do programa governamental Estado Presente no Palácio da Fonte Grande, no Centro de Vitória. A expectativa é que Mourão também participe do evento antes de retornar à Brasília.

Volta

O horário de retorno do vice-presidente não foi confirmado por sua assessoria de imprensa.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/convento-da-penha-fechado-para-carros-para-visita-de-mourao-1014196206.html>

Juiz do ES custa R\$ 50 mil por mês, aponta relatório do CNJ

Cada juiz ou desembargador da Justiça Estadual do Espírito Santo custou, em média, R\$ 50.129,00 por mês aos cofres públicos em 2018. O valor é o 13º mais alto, comparado com dos tribunais de todos os Estados do país, e está acima na média nacional para os tribunais estaduais, que foi de R\$ 47.426,00.

É o que aponta o relatório Justiça em Números, editado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** e lançado nesta quarta-feira (28). De acordo com o levantamento, há 337 magistrados em atividade no **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** e 23,8% dos cargos existentes em sua estrutura estão vagos.

O custo dos magistrados do Estado aumentou em relação ao ano anterior. Em 2017, foi de R\$ 44.170,00. O crescimento, portanto, foi de 13,5%. No cálculo estão computados os salários e também benefícios e despesas de caráter indenizatório, tais como diárias, passagens, auxílio-saúde, entre outros.

Só de salários, em si, um desembargador ganha hoje R\$ 35,4 mil e um juiz, R\$ 33,6 mil. Eles receberam reajuste de 16,38% nos subsídios em janeiro, após ter havido o aumento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (**STF**), que é o teto do funcionalismo público.

> Apesar da crise, sobram milhões no caixa dos Poderes no Espírito Santo

A despesa com os magistrados estaduais também está acima do valor gasto com os magistrados federais que atuam no Espírito Santo. De acordo com o **CNJ**, o custo médio mensal dos magistrados que atuam na 2ª região da **Justiça Federal**, na qual o Estado se inclui, foi de R\$ 47.635,00.

> Um robô vai te julgar? Inteligência artificial chega ao Judiciário

Já os juízes e desembargadores do Trabalho, ligados ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª região (**TRT-ES**) custaram mensalmente R\$ 48.742,00 cada um.

SERVIDORES

O Justiça em Números também levantou a média do custo dos servidores do Judiciário estadual. A despesa mensal passou de R\$ 13.866,00, em 2017, para R\$

15.478,00 em 2018 (+11,6%), por cada funcionário.

Havia, ao todo, 6.906 servidores em 2018. Dentro da despesa com pessoal, 10,6% foram destinados a pagar os cargos e as funções comissionadas, que não passaram por concurso.

De acordo com o **CNJ**, a despesa total do **TJES** no ano ficou em R\$ 1,36 bilhão.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/08/juiz-do-es-custa-r-50-mil-por-mes-aponta-relatorio-do-cnj-1014196194.html>

Justiça do ES vai leiloar carros de traficantes pela metade do preço

Pelo menos 14 veículos, a maioria de traficantes, serão leiloados no início de setembro pela Justiça. Carros, motos e caminhões apreendidos em operações policiais, estarão disponíveis a quem se habilitar para dar um lance. O valor mínimo de cada um varia de R\$ 50 a R\$ 25 mil.

Entre os veículos que vão a leilão há um Golf Highline, 13/14, avaliado em R\$ 24 mil e que pode ser arrematado por R\$ 12 mil; e um Kia Soul EX 1.6, 11/11, estimado em R\$ 20 mil, mas que também sai pela metade do valor.

> Mansão na Ilha do Boi, pousada e apartamentos vão a leilão no ES

Da **Vara Criminal** de Viana serão nove lotes, embora dois deles possam ser leiloados juntos: um Renault Logan e um caminhão baú, totalizando R\$ 31 mil para lance inicial. O leilão será realizado no próximo dia 2, a partir das 13 horas.

Já da **Vara Criminal** de Vila Velha serão cinco lotes com veículos em condições precárias. Uma moto, de 40 anos, tem lance de R\$ 50. O leilão será no dia 9, também a partir das 13h.

Para participar, os interessados devem se cadastrar no site www.hdleiloes.com.br, no qual devem ser inseridas informações pessoais e apresentados documentos, tais como identidade, CPF, certidão de casamento e comprovante de residência. Os lances podem ser presenciais ou online.

Alguns podem ter o valor parcelado, com entrada de 25% e o restante em até 10 vezes. Mas a preferência será dada aos que fizerem lances à vista de valor igual ou maior daquele que se propuser a pagar em prestações.

Os veículos de Viana que estiverem na Polícia Federal, em São Torquato, Vila Velha, poderão ser visitados na quinta e sexta-feiras, das 14 às 17 horas. Os de Vila Velha estarão disponíveis nos dias 5 e 6, no mesmo horário.

AUTORIZAÇÃO

Os leilões de veículos apreendidos em operações policiais foram autorizados pelo Tribunal de Justiça em

julho do ano passado, entre outras razões porque nem Judiciário, tampouco a polícia, tem espaço suficiente para guardar os bens. Foram estabelecidas normas para levar os veículos a leilão e prazos para **Ministério Público** e defesa se manifestarem no processo.

Com a tramitação, que não chega a três meses a partir da comunicação da apreensão, o veículo pode ser leiloado e o valor líquido apurado é depositado em uma conta judicial até a conclusão da ação. Assim, também evita-se que o veículo fique em um estado de maior depreciação.

Chefe do Departamento Especializado de Narcóticos (Denarc), o delegado Fabrício Dutra disse que por ano, somente na Grande Vitória, são apreendidos em torno de 40 veículos de traficantes, sem contar armas, munição e as drogas.

Há veículos de todo tipo: para transporte da droga, para escoltar quem faz o transporte ou para uso pessoal. Já houve casos de apreender Porsche, lanchas e motos aquáticas, relaciona.

Quanto ao valor arrecadado com os leilões, Fabrício Dutra defende que, ao final do processo, o dinheiro seja revertido para o trabalho policial de repressão, e também para ações preventivas ao uso de drogas.

PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

É preciso se cadastrar no site www.hdleiloes.com.br

Também devem ser apresentados os seguintes documentos:

Para Pessoa Física

- RG e CPF ou documento equivalente;
- Comprovante de residência em nome do interessado;
- (Se casado) Certidão de casamento, RG e CPF ou documento equivalente do cônjuge

Para Pessoa Jurídica

- CNPJ;

- Última alteração do contrato social ou declaração de firma individual;
- RG e CPF ou documento equivalente dos sócios ou administrador da empresa;
- Comprovante de endereço da empresa.

Impedidos de participar

- De acordo com o Código de Processo Civil, todos que estiverem na livre administração de seus bens podem dar lances, com exceção:

- dos tutores, dos curadores, dos testamenteiros, dos administradores ou dos liquidantes,

quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade;

- dos mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam

encarregados;

- do juiz, do membro do **Ministério Público** e da **Defensoria Pública**, do escrivão, do

chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e

- direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender a sua autoridade;

- dos servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a

que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta;

- dos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados;

dos advogados de qualquer das partes.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/justica-do-es-vai-leiloar-carros-de-trafficantes-pela-metade-do-preco-1014196069.html>

Promotoria de São Paulo diz que ex-diretor do Metrô fechou 'sobreacordo Frankenstein' para se livrar de condenação

Pepita Ortega e Luiz Vassallo

O **Ministério Público** de São Paulo quer assumir a competência total sobre ações penais contra o ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil, o 'Encostado', ou 'Brasileiro', como era rotulado nas planilhas de propinas da Odebrecht. Por meio de conflito positivo de competência, a Promotoria estadual afirma que Brasil fechou um 'sobreacordo Frankenstein' com a Procuradoria da República, homologado pela 3.^a **Vara Criminal** da **Justiça Federal**, para se livrar de uma eventual condenação na Justiça de São Paulo - perante a qual ele já é réu desde março, na 12.^a **Vara Criminal** da Capital, com base na delação de executivos ligados à Odebrecht por supostamente ter recebido R\$ 392,87 mil, entre 2012 e 2013, para 'ajustar' o edital de licitação das obras da Linha 5-Lilás.

O conflito positivo de competência é subscrito pelo promotor de Justiça Marcelo Batlouni Mendroni, do Grupo de Atuação Especial de Repressão à formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos Financeiros, braço do **Ministério Público** do Estado.

O advogado Daniel Casagrande, que defende Sérgio Brasil, afirma ter 'convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**'. "O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual"

Mendroni pede que o Superior Tribunal de Justiça decida pela competência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital 'para julgar ambas as ações interpostas, remetendo-se aqueles outros autos, da **Justiça Federal** para esta Justiça Estadual'.

O promotor formalizou denúncia contra Brasil 'Encostado' em dezembro de 2018, a partir de Acordo de Leniência em que a empreiteira se comprometeu a

fornecer detalhes 'sobre os fatos criminosos de seus funcionários', em relação à concorrência 41428212, Proposta Comercial de Linha 5-Lilás.

Além do ex-chefe do Metrô, são acusados executivos ligados à Odebrecht, Celso da Fonseca Rodrigues, Carlos Armando Guedes Paschoal, o 'CAP', e Luiz Antonio Bueno Júnior - estes todos por corrupção ativa.

No início de agosto, a juíza Flávia Serizawa e Silva, da 3.^a **Vara Criminal** Federal de São Paulo, homologou acordo de delação premiada de Brasil com o **Ministério Público Federal**, por meio do qual ele confessou ter recebido R\$ 4 milhões em propinas das maiores empreiteiras do País - Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão - e delatou políticos e agentes públicos.

Os valores teriam chegado a contas de Sérgio Brasil 'Encostado' entre 2004 e 2014, durante as gestões Geraldo Alckmin (PSDB), Claudio Lembo (PFL), José Serra (PSDB) e Alberto Goldman (PSDB) - nenhum ex-governador é citado no processo.

Após a homologação, o ex-diretor do Metrô apressou-se em pedir à **Justiça Federal** cumprimento antecipado da pena estipulada no acordo. Os primeiros três anos da pena em 'regime fechado diferenciado', ou seja, prisão domiciliar com tornozeleira e limitação de visitas. Dois anos em semiaberto e mais dois anos no regime aberto. A juíza Flávia ainda vai decidir, mas a ação poderá ficar emperrada se vingar a estratégia do promotor Mendroni.

"Diante desta situação de delatado, Sérgio Correa Brasil arditosamente procurou o **Ministério Público Federal** em São Paulo buscando uma espécie de 'colaboração premiada sobre aquela colaboração premiada anterior', ataca Mendroni, no âmbito de exceção de incompetência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital suscitada pela defesa de 'Encostado'.

Segundo ele, 'o **Ministério Público Federal** em São Paulo, por sua vez, ignorou o acordo anterior do **Ministério Público** do Estado com a empresa

Camargo Correa, ignorou também a denúncia e as imputações oferecidas pelo **Ministério Público** do Estado/Gedec e, por fim, novamente ignorou a atuação deste Juízo da 12.^a **Vara Criminal** do Estado de São Paulo'.

"Passou por cima de tudo isso como se a situação jurídica estadual não existisse, e, meses após, através de dez procuradores, decidiu firmar um 'sobrecordo' de colaboração premiada com o mesmo acusado Sérgio Corrêa Brasil, concedendo-lhe benefícios legais e penais que não vieram em nenhum momento ao conhecimento do **Ministério Público** do Estado", sustenta Mendroni.

Na avaliação do promotor do Gedec, 'colocaram-se, ou pretenderam se situar como uma espécie de **Justiça Federal** acima da Justiça Estadual'.

"Criaram, assim, um inacreditável imbróglio processual penal de difícil equacionamento, relegando, agora, ao Superior Tribunal de Justiça a difícil missão de dirimi-lo", alerta. "Importa enfatizar, desde logo, que, se aceita pelo **STJ** a justiça federal como a competente, se criar uma figura 'de Direito Processual', não de 'Direito Penal', supralegal de extinção de punibilidade, não prevista na legislação."

Mendroni chama o ex-diretor do Metrô de 'agente delatado-delator'.

Ainda de acordo com seus argumentos, 'Encostado' receberá uma hipótese de extinção de punibilidade na justiça estadual - o processo deixará de existir - 'em decorrência da elaboração sorrateira do acordo e de benefícios concedidos pelo **Ministério Público Federal** e homologados pela **Justiça Federal** por ter se valido de um Sobrecordo Frankenstein' de colaboração premiada na **Justiça Federal** justamente para escapar da possível ou provável punição da Justiça Estadual'.

O promotor paulista anota que a juíza da 3.^a Vara Federal aceitou a competência da **Justiça Federal** por considerar que as obras das Linhas 2, 5 e 6 do Metrô contaram com financiamentos obtidos perante o BID, o BIRD e o JBIC, cujas operações foram habilitadas com a garantia da União, conforme ofício e planilhas fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

"O fato de uma licitação estadual envolver recursos repassados ao Estado-Membro pelo BNDES por meio de empréstimo bancário, chamado de mútuo feneratício, não atrai a competência da **Justiça Federal** para processar e julgar crimes relacionados a suposto superfaturamento na licitação", crava Mendroni.

Segundo ele, 'tampouco houve qualquer habilitação do **Ministério Público Federal** em relação ao caso Autos da Ação Penal nº 0096897- 91.2010.8.26.0050'.

"Não houve prejuízo por parte do BNDES nem a outros bancos financiadores dos quais a União foi mera garantidora, e, portanto, se tratou de financiamento por parte do ente governo do Estado de São Paulo que, este sim, sofreu prejuízo em decorrência do cartel, da fraude, e conseqüentemente do superfaturamento", segue o promotor.

"Foram o ente Estado de São Paulo e o Metrô/SP, não a União, que tiveram que pagar valores superfaturados ao BNDES, ao BID ou ao BIRD."

"Em 2000, o governo do Estado de São Paulo adquiriu capacidade de financiamento para tocar as obras da Linha 2 - Verde. Mas somente no ano de 2003 o governo de São Paulo, de fato, reuniu condições financeiras plenas, viabilizando economicamente a execução desses contratos, a partir da obtenção de financiamentos federais e internacionais, como do BNDES, BIRD e BID", destaca o promotor estadual.

"Restou evidente que o Estado de São Paulo assumiu o empréstimo do financiamento com os Bancos e depois sofreu o prejuízo decorrente do cartel, da fraude, da corrupção e conseqüentemente do superfaturamento", afirma o promotor. "A 3.^a Vara Federal de São Paulo deveria ter recusado a homologação do Acordo de Colaboração Premiada (de 'Encostado'), verificando, no caso concreto, a sua 'irregularidade'."

Mendroni diz que 'se o acordo firmado entre Sérgio Corrêa Brasil e o **Ministério Público Federal** em São Paulo não é ilegal, é irregular porque ele claramente pretende se furtar da ação penal contra ele anteriormente proposta na jurisdição estadual'.

"Todavia, ninguém pode se beneficiar pela própria torpeza, e foi ele próprio que deu causa ao presente 'Imbróglio Processual'."

O promotor pede que o Superior Tribunal de Justiça 'dirima o conflito de competência, julgando-o pela competência desta 12.^a **Vara Criminal** da Justiça do Estado para julgar ambas as ações interpostas'.

Ele sugere que os autos da 3.^a Vara da **Justiça Federal** sejam deslocados para a competência da Vara estadual.

"Sérgio Corrêa Brasil deve ser excluído do polo passivo da ação na **Justiça Federal**, prosseguindo aquela ação, todavia, em relação aos demais

acusados e prosseguindo-se a ação penal contra ele e demais réus no âmbito da Justiça Estadual de São Paulo, para tanto, anulando-se os efeitos de quaisquer benefícios processuais e penais concedidos a Sérgio Corrêa Brasil firmados com o **Ministério Público Federal/SP** e homologados pela 3.^a Vara da **Justiça Federal**, mas mantendo todo o teor da colaboração e aproveitamento de eventuais provas de qualquer espécie e documentos por ele entregues para que sejam admitidos como provas na Justiça estadual."

COM A PALAVRA, O ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

A defesa de Sérgio Brasil tem convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual. Tanto o MP como o **Poder Judiciário** são instituições unas, cuja divisão em Federal e Estadual existe, apenas, para organização dos trabalhos. Negar a aplicação de um acordo homologado judicialmente é desabonar um instituto que tem contribuído enormemente para passar o Brasil a limpo.

Site: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotoria-de-sao-paulo-diz-que-ex-diretor-do-metro-fechou-sobreacordo-frankenstein-para-se-livrar-de-condenacao/>

MP-SP diz que ex-diretor do Metrô fechou acordo para se livrar de condenação

O **Ministério Público** de São Paulo quer assumir a competência total sobre ações penais contra o ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil, o Encostado, ou Brasileiro, como era rotulado nas planilhas de propinas da Odebrecht. Por meio de conflito positivo de competência, a Promotoria estadual afirma que Brasil fechou um sobreacordo Frankenstein com a Procuradoria da República, homologado pela 3.^a **Vara Criminal** da **Justiça Federal**, para se livrar de uma eventual condenação na Justiça de São Paulo - perante a qual ele já é réu desde março, na 12.^a **Vara Criminal** da Capital, com base na delação de executivos ligados à Odebrecht por supostamente ter recebido R\$ 392,87 mil, entre 2012 e 2013, para ajustar o edital de licitação das obras da Linha 5-lilás.

O conflito positivo de competência é subscrito pelo promotor de Justiça Marcelo Batlouni Mendroni, do Grupo de Atuação Especial de Repressão à formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos Financeiros, braço do **Ministério Público** do Estado.

O advogado Daniel Casagrande, que defende Sérgio Brasil, afirma ter convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual

Mendroni pede que o Superior Tribunal de Justiça decida pela competência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital para julgar ambas as ações interpostas, remetendo-se aqueles outros autos, da **Justiça Federal** para esta Justiça Estadual.

O promotor formalizou denúncia contra Brasil Encostado em dezembro de 2018, a partir de Acordo de Leniência em que a empreiteira se comprometeu a fornecer detalhes sobre os fatos criminosos de seus funcionários, em relação à concorrência 41428212, Proposta Comercial de Linha 5-Lilás.

Além do ex-chefe do Metrô, são acusados executivos

ligados à Odebrecht, Celso da Fonseca Rodrigues, Carlos Armando Guedes Paschoal, o CAP, e Luiz Antonio Bueno Júnior - estes todos por corrupção ativa.

No início de agosto, a juíza Flávia Serizawa e Silva, da 3.^a **Vara Criminal** Federal de São Paulo, homologou acordo de delação premiada de Brasil com o **Ministério Público Federal**, por meio do qual ele confessou ter recebido R\$ 4 milhões em propinas das maiores empreiteiras do País - Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão - e delatou políticos e agentes públicos.

Os valores teriam chegado a contas de Sérgio Brasil Encostado entre 2004 e 2014, durante as gestões Geraldo Alckmin (PSDB), Claudio Lembo (PFL), José Serra (PSDB) e Alberto Goldman (PSDB) - nenhum ex-governador é citado no processo.

Após a homologação, o ex-diretor do Metrô apressou-se em pedir à **Justiça Federal** cumprimento antecipado da pena estipulada no acordo. Os primeiros três anos da pena em regime fechado diferenciado, ou seja, prisão domiciliar com tornozeleira e limitação de visitas. Dois anos em semiaberto e mais dois anos no regime aberto. A juíza Flávia ainda vai decidir, mas a ação poderá ficar emperrada se vingar a estratégia do promotor Mendroni.

Diante desta situação de delatado, Sérgio Correa Brasil arditosamente procurou o **Ministério Público Federal** em São Paulo buscando uma espécie de colaboração premiada sobre aquela colaboração premiada anterior, ataca Mendroni, no âmbito de exceção de incompetência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital suscitada pela defesa de Encostado.

Segundo ele, o **Ministério Público Federal** em São Paulo, por sua vez, ignorou o acordo anterior do **Ministério Público** do Estado com a empresa Camargo Correa, ignorou também a denúncia e as imputações oferecidas pelo **Ministério Público** do Estado/Gedec e, por fim, novamente ignorou a atuação deste Juízo da 12.^a **Vara Criminal** do Estado de São Paulo.

Passou por cima de tudo isso como se a situação jurídica estadual não existisse, e, meses após, através

de dez procuradores, decidiu firmar um sobreacordo de colaboração premiada com o mesmo acusado Sérgio Corrêa Brasil, concedendo-lhe benefícios legais e penais que não vieram em nenhum momento ao conhecimento do **Ministério Público** do Estado, sustenta Mendroni.

Na avaliação do promotor do Gedec, colocaram-se, ou pretenderam se situar como uma espécie de **Justiça Federal** acima da Justiça Estadual.

Criaram, assim, um inacreditável imbróglio processual penal de difícil equacionamento, relegando, agora, ao Superior Tribunal de Justiça a difícil missão de dirimi-lo, alerta. Importa enfatizar, desde logo, que, se aceita pelo **STJ** a justiça federal como a competente, se criará uma figura de Direito Processual, não de Direito Penal, supralegal de extinção de punibilidade, não prevista na legislação.

Mendroni chama o ex-diretor do Metrô de agente delatado-delator.

Ainda de acordo com seus argumentos, Encostado receberá uma hipótese de extinção de punibilidade na justiça estadual - o processo deixará de existir - em decorrência da elaboração sorrateira do acordo e de benefícios concedidos pelo **Ministério Público Federal** e homologados pela **Justiça Federal** por ter se valido de um Sobreacordo Frankenstein de colaboração premiada na **Justiça Federal** justamente para escapar da possível ou provável punição da Justiça Estadual.

O promotor paulista anota que a juíza da 3.^a Vara Federal aceitou a competência da **Justiça Federal** por considerar que as obras das Linhas 2, 5 e 6 do Metrô contaram com financiamentos obtidos perante o BID, o BIRD e o JBIC, cujas operações foram habilitadas com a garantia da União, conforme ofício e planilhas fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

O fato de uma licitação estadual envolver recursos repassados ao Estado-Membro pelo BNDES por meio de empréstimo bancário, chamado de mútuo feneratício, não atrai a competência da **Justiça Federal** para processar e julgar crimes relacionados a suposto superfaturamento na licitação, crava Mendroni.

Segundo ele, tampouco houve qualquer habilitação do **Ministério Público Federal** em relação ao caso Autos da Ação Penal nº 0096897- 91.2010.8.26.0050.

Não houve prejuízo por parte do BNDES nem a outros bancos financiadores dos quais a União foi mera garantidora, e, portanto, se tratou de financiamento por

parte do ente governo do Estado de São Paulo que, este sim, sofreu prejuízo em decorrência do cartel, da fraude, e consequentemente do superfaturamento, segue o promotor.

Foram o ente Estado de São Paulo e o Metrô/SP, não a União, que tiveram que pagar valores superfaturados ao BNDES, ao BID ou ao BIRD.

Em 2000, o governo do Estado de São Paulo adquiriu capacidade de financiamento para tocar as obras da Linha 2 - Verde. Mas somente no ano de 2003 o governo de São Paulo, de fato, reuniu condições financeiras plenas, viabilizando economicamente a execução desses contratos, a partir da obtenção de financiamentos federais e internacionais, como do BNDES, BIRD e BID, destaca o promotor estadual.

Restou evidente que o Estado de São Paulo assumiu o empréstimo do financiamento com os Bancos e depois sofreu o prejuízo decorrente do cartel, da fraude, da corrupção e consequentemente do superfaturamento, afirma o promotor. A 3.^a Vara Federal de São Paulo deveria ter recusado a homologação do Acordo de Colaboração Premiada (de Encostado), verificando, no caso concreto, a sua irregularidade.

Mendroni diz que se o acordo firmado entre Sérgio Corrêa Brasil e o **Ministério Público Federal** em São Paulo não é ilegal, é irregular porque ele claramente pretende se furtar da ação penal contra ele anteriormente proposta na jurisdição estadual.

Todavia, ninguém pode se beneficiar pela própria torpeza, e foi ele próprio que deu causa ao presente Imbróglio Processual.

O promotor pede que o Superior Tribunal de Justiça dirima o conflito de competência, julgando-o pela competência desta 12.^a **Vara Criminal** da Justiça do Estado para julgar ambas as ações interpostas.

Ele sugere que os autos da 3.^a Vara da **Justiça Federal** sejam deslocados para a competência da Vara estadual.

Sérgio Corrêa Brasil deve ser excluído do polo passivo da ação na **Justiça Federal**, prosseguindo aquela ação, todavia, em relação aos demais acusados e prosseguindo-se a ação penal contra ele e demais réus no âmbito da Justiça Estadual de São Paulo, para tanto, anulando-se os efeitos de quaisquer benefícios processuais e penais concedidos a Sérgio Corrêa Brasil firmados com o **Ministério Público Federal/SP** e homologados pela 3.^a Vara da **Justiça Federal**, mas mantendo todo o teor da colaboração e aproveitamento de eventuais provas de qualquer

espécie e documentos por ele entregues para que sejam admitidos como provas na Justiça estadual.

COM A PALAVRA, O ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

A defesa de Sérgio Brasil tem convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual. Tanto o MP como o **Poder Judiciário** são instituições unas, cuja divisão em Federal e Estadual existe, apenas, para organização dos trabalhos. Negar a aplicação de um acordo homologado judicialmente é desabonar um instituto que tem contribuído enormemente para passar o Brasil a limpo.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/08/28/mp-sp-diz-que-ex-diretor-do-metro-fechou-acordo-para-se-livrar-de-condenacao.htm>

MP-SP diz que ex-diretor do Metrô fechou acordo para se livrar de condenação

O **Ministério Público** de São Paulo quer assumir a competência total sobre ações penais contra o ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil, o 'Encostado', ou 'Brasileiro', como era rotulado nas planilhas de propinas da Odebrecht. Por meio de conflito positivo de competência, a Promotoria estadual afirma que Brasil fechou um 'sobrecordo Frankenstein' com a Procuradoria da República, homologado pela 3.^a **Vara Criminal da Justiça Federal**, para se livrar de uma eventual condenação na Justiça de São Paulo - perante a qual ele já é réu desde março, na 12.^a **Vara Criminal** da Capital, com base na delação de executivos ligados à Odebrecht por supostamente ter recebido R\$ 392,87 mil, entre 2012 e 2013, para 'ajustar' o edital de licitação das obras da Linha 5-lilás.

O conflito positivo de competência é subscrito pelo promotor de Justiça Marcelo Batlouni Mendroni, do Grupo de Atuação Especial de Repressão à formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos Financeiros, braço do **Ministério Público** do Estado.

O advogado Daniel Casagrande, que defende Sérgio Brasil, afirma ter 'convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**'. "O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual"

Mendroni pede que o Superior Tribunal de Justiça decida pela competência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital 'para julgar ambas as ações interpostas, remetendo-se aqueles outros autos, da **Justiça Federal** para esta Justiça Estadual'.

O promotor formalizou denúncia contra Brasil 'Encostado' em dezembro de 2018, a partir de Acordo de Leniência em que a empreiteira se comprometeu a fornecer detalhes 'sobre os fatos criminosos de seus funcionários', em relação à concorrência 41428212, Proposta Comercial de Linha 5-Lilás.

Além do ex-chefe do Metrô, são acusados executivos

ligados à Odebrecht, Celso da Fonseca Rodrigues, Carlos Armando Guedes Paschoal, o 'CAP', e Luiz Antonio Bueno Júnior - estes todos por corrupção ativa.

No início de agosto, a juíza Flávia Serizawa e Silva, da 3.^a **Vara Criminal** Federal de São Paulo, homologou acordo de delação premiada de Brasil com o **Ministério Público Federal**, por meio do qual ele confessou ter recebido R\$ 4 milhões em propinas das maiores empreiteiras do País - Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão - e delatou políticos e agentes públicos.

Os valores teriam chegado a contas de Sérgio Brasil 'Encostado' entre 2004 e 2014, durante as gestões Geraldo Alckmin (PSDB), Claudio Lembo (PFL), José Serra (PSDB) e Alberto Goldman (PSDB) - nenhum ex-governador é citado no processo.

Após a homologação, o ex-diretor do Metrô apressou-se em pedir à **Justiça Federal** cumprimento antecipado da pena estipulada no acordo. Os primeiros três anos da pena em 'regime fechado diferenciado', ou seja, prisão domiciliar com tornozeleira e limitação de visitas. Dois anos em semiaberto e mais dois anos no regime aberto. A juíza Flávia ainda vai decidir, mas a ação poderá ficar emperrada se vingar a estratégia do promotor Mendroni.

"Diante desta situação de delatado, Sérgio Correa Brasil arditosamente procurou o **Ministério Público Federal** em São Paulo buscando uma espécie de 'colaboração premiada sobre aquela colaboração premiada anterior', ataca Mendroni, no âmbito de exceção de incompetência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital suscitada pela defesa de 'Encostado'.

Segundo ele, 'o **Ministério Público Federal** em São Paulo, por sua vez, ignorou o acordo anterior do **Ministério Público** do Estado com a empresa Camargo Correa, ignorou também a denúncia e as imputações oferecidas pelo **Ministério Público** do Estado/Gedec e, por fim, novamente ignorou a atuação deste Juízo da 12.^a **Vara Criminal** do Estado de São Paulo'.

"Passou por cima de tudo isso como se a situação jurídica estadual não existisse, e, meses após, através

de dez procuradores, decidiu firmar um 'sobrecordo' de colaboração premiada com o mesmo acusado Sérgio Corrêa Brasil, concedendo-lhe benefícios legais e penais que não vieram em nenhum momento ao conhecimento do **Ministério Público** do Estado", sustenta Mendroni.

Na avaliação do promotor do Gedec, 'colocaram-se, ou pretenderam se situar como uma espécie de **Justiça Federal** acima da Justiça Estadual'.

"Criaram, assim, um inacreditável imbróglio processual penal de difícil equacionamento, relegando, agora, ao Superior Tribunal de Justiça a difícil missão de dirimi-lo", alerta. "Importa enfatizar, desde logo, que, se aceita pelo **STJ** a justiça federal como a competente, se criará uma figura 'de Direito Processual', não de 'Direito Penal', supralegal de extinção de punibilidade, não prevista na legislação."

Mendroni chama o ex-diretor do Metrô de 'agente delatado-delator'.

Ainda de acordo com seus argumentos, 'Encostado' receberá uma hipótese de extinção de punibilidade na justiça estadual - o processo deixará de existir - 'em decorrência da elaboração sorrateira do acordo e de benefícios concedidos pelo **Ministério Público Federal** e homologados pela **Justiça Federal** por ter se valido de um Sobrecordo Frankenstein' de colaboração premiada na **Justiça Federal** justamente para escapar da possível ou provável punição da Justiça Estadual'.

O promotor paulista anota que a juíza da 3.^a Vara Federal aceitou a competência da **Justiça Federal** por considerar que as obras das Linhas 2, 5 e 6 do Metrô contaram com financiamentos obtidos perante o BID, o BIRD e o JBIC, cujas operações foram habilitadas com a garantia da União, conforme ofício e planilhas fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

"O fato de uma licitação estadual envolver recursos repassados ao Estado-Membro pelo BNDES por meio de empréstimo bancário, chamado de mútuo feneratício, não atrai a competência da **Justiça Federal** para processar e julgar crimes relacionados a suposto superfaturamento na licitação", crava Mendroni.

Segundo ele, 'tampouco houve qualquer habilitação do **Ministério Público Federal** em relação ao caso Autos da Ação Penal nº 0096897- 91.2010.8.26.0050'.

"Não houve prejuízo por parte do BNDES nem a outros bancos financiadores dos quais a União foi mera garantidora, e, portanto, se tratou de

financiamento por parte do ente governo do Estado de São Paulo que, este sim, sofreu prejuízo em decorrência do cartel, da fraude, e consequentemente do superfaturamento", segue o promotor.

"Foram o ente Estado de São Paulo e o Metrô/SP, não a União, que tiveram que pagar valores superfaturados ao BNDES, ao BID ou ao BIRD."

"Em 2000, o governo do Estado de São Paulo adquiriu capacidade de financiamento para tocar as obras da Linha 2 - Verde. Mas somente no ano de 2003 o governo de São Paulo, de fato, reuniu condições financeiras plenas, viabilizando economicamente a execução desses contratos, a partir da obtenção de financiamentos federais e internacionais, como do BNDES, BIRD e BID", destaca o promotor estadual.

"Restou evidente que o Estado de São Paulo assumiu o empréstimo do financiamento com os Bancos e depois sofreu o prejuízo decorrente do cartel, da fraude, da corrupção e consequentemente do superfaturamento", afirma o promotor. "A 3.^a Vara Federal de São Paulo deveria ter recusado a homologação do Acordo de Colaboração Premiada (de 'Encostado'), verificando, no caso concreto, a sua 'irregularidade'."

Mendroni diz que 'se o acordo firmado entre Sérgio Corrêa Brasil e o **Ministério Público Federal** em São Paulo não é ilegal, é irregular porque ele claramente pretende se furtar da ação penal contra ele anteriormente proposta na jurisdição estadual'.

"Todavia, ninguém pode se beneficiar pela própria torpeza, e foi ele próprio que deu causa ao presente 'Imbróglio Processual'."

O promotor pede que o Superior Tribunal de Justiça 'dirima o conflito de competência, julgando-o pela competência desta 12.^a **Vara Criminal** da Justiça do Estado para julgar ambas as ações interpostas'.

Ele sugere que os autos da 3.^a Vara da **Justiça Federal** sejam deslocados para a competência da Vara estadual.

"Sérgio Corrêa Brasil deve ser excluído do polo passivo da ação na **Justiça Federal**, prosseguindo aquela ação, todavia, em relação aos demais acusados e prosseguindo-se a ação penal contra ele e demais réus no âmbito da Justiça Estadual de São Paulo, para tanto, anulando-se os efeitos de quaisquer benefícios processuais e penais concedidos a Sérgio Corrêa Brasil firmados com o **Ministério Público Federal/SP** e homologados pela 3.^a Vara da **Justiça Federal**, mas mantendo todo o teor da colaboração e aproveitamento de eventuais provas de qualquer

espécie e documentos por ele entregues para que sejam admitidos como provas na Justiça estadual."

COM A PALAVRA, O ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

A defesa de Sérgio Brasil tem convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual. Tanto o MP como o **Poder Judiciário** são instituições unas, cuja divisão em Federal e Estadual existe, apenas, para organização dos trabalhos. Negar a aplicação de um acordo homologado judicialmente é desabonar um instituto que tem contribuído enormemente para passar o Brasil a limpo.

Site: <https://istoe.com.br/mp-sp-diz-que-ex-diretor-do-metro-fechou-acordo-para-se-livrar-de-condenacao/>

MP-SP diz que ex-diretor do Metrô fechou acordo para se livrar de condenação

Estadão Conteúdo

O **Ministério Público** de São Paulo quer assumir a competência total sobre ações penais contra o ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil, o 'Encostado', ou 'Brasileiro', como era rotulado nas planilhas de propinas da Odebrecht. Por meio de conflito positivo de competência, a Promotoria estadual afirma que Brasil fechou um 'sobreacordo Frankenstein' com a Procuradoria da República, homologado pela 3.^a **Vara Criminal** da **Justiça Federal**, para se livrar de uma eventual condenação na Justiça de São Paulo - perante a qual ele já é réu desde março, na 12.^a **Vara Criminal** da Capital, com base na delação de executivos ligados à Odebrecht por supostamente ter recebido R\$ 392,87 mil, entre 2012 e 2013, para 'ajustar' o edital de licitação das obras da Linha 5-lilás.

O conflito positivo de competência é subscrito pelo promotor de Justiça Marcelo Batlouni Mendroni, do Grupo de Atuação Especial de Repressão à formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos Financeiros, braço do **Ministério Público** do Estado.

O advogado Daniel Casagrande, que defende Sérgio Brasil, afirma ter 'convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**'. "O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual"

Mendroni pede que o Superior Tribunal de Justiça decida pela competência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital 'para julgar ambas as ações interpostas, remetendo-se aqueles outros autos, da **Justiça Federal** para esta Justiça Estadual'.

O promotor formalizou denúncia contra Brasil 'Encostado' em dezembro de 2018, a partir de Acordo de Leniência em que a empreiteira se comprometeu a fornecer detalhes 'sobre os fatos criminosos de seus funcionários', em relação à concorrência 41428212, Proposta Comercial de Linha 5-Lilás.

Além do ex-chefe do Metrô, são acusados executivos ligados à Odebrecht, Celso da Fonseca Rodrigues, Carlos Armando Guedes Paschoal, o 'CAP', e Luiz Antonio Bueno Júnior - estes todos por corrupção ativa.

No início de agosto, a juíza Flávia Serizawa e Silva, da 3.^a **Vara Criminal** Federal de São Paulo, homologou acordo de delação premiada de Brasil com o **Ministério Público Federal**, por meio do qual ele confessou ter recebido R\$ 4 milhões em propinas das maiores empreiteiras do País - Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão - e delatou políticos e agentes públicos.

Os valores teriam chegado a contas de Sérgio Brasil 'Encostado' entre 2004 e 2014, durante as gestões Geraldo Alckmin (PSDB), Claudio Lembo (PFL), José Serra (PSDB) e Alberto Goldman (PSDB) - nenhum ex-governador é citado no processo.

Após a homologação, o ex-diretor do Metrô apressou-se em pedir à **Justiça Federal** cumprimento antecipado da pena estipulada no acordo. Os primeiros três anos da pena em 'regime fechado diferenciado', ou seja, prisão domiciliar com tornozeleira e limitação de visitas. Dois anos em semiaberto e mais dois anos no regime aberto. A juíza Flávia ainda vai decidir, mas a ação poderá ficar emperrada se vingar a estratégia do promotor Mendroni.

"Diante desta situação de delatado, Sérgio Correa Brasil arditosamente procurou o **Ministério Público Federal** em São Paulo buscando uma espécie de 'colaboração premiada sobre aquela colaboração premiada anterior', ataca Mendroni, no âmbito de exceção de incompetência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital suscitada pela defesa de 'Encostado'.

Segundo ele, 'o **Ministério Público Federal** em São Paulo, por sua vez, ignorou o acordo anterior do **Ministério Público** do Estado com a empresa Camargo Correa, ignorou também a denúncia e as imputações oferecidas pelo **Ministério Público** do Estado/Gedec e, por fim, novamente ignorou a atuação deste Juízo da 12.^a **Vara Criminal** do Estado de São Paulo'.

"Passou por cima de tudo isso como se a situação jurídica estadual não existisse, e, meses após, através de dez procuradores, decidiu firmar um 'sobrecordo' de colaboração premiada com o mesmo acusado Sérgio Corrêa Brasil, concedendo-lhe benefícios legais e penais que não vieram em nenhum momento ao conhecimento do **Ministério Público** do Estado", sustenta Mendroni.

Na avaliação do promotor do Gedec, 'colocaram-se, ou pretenderam se situar como uma espécie de **Justiça Federal** acima da Justiça Estadual'.

"Criaram, assim, um inacreditável imbróglio processual penal de difícil equacionamento, relegando, agora, ao Superior Tribunal de Justiça a difícil missão de dirimi-lo", alerta. "Importa enfatizar, desde logo, que, se aceita pelo **STJ** a justiça federal como a competente, se criará uma figura 'de Direito Processual', não de 'Direito Penal', supralegal de extinção de punibilidade, não prevista na legislação."

Mendroni chama o ex-diretor do Metrô de 'agente delatado-delator'.

Ainda de acordo com seus argumentos, 'Encostado' receberá uma hipótese de extinção de punibilidade na justiça estadual - o processo deixará de existir - 'em decorrência da elaboração sorrateira do acordo e de benefícios concedidos pelo **Ministério Público Federal** e homologados pela **Justiça Federal** por ter se valido de um Sobrecordo Frankenstein' de colaboração premiada na **Justiça Federal** justamente para escapar da possível ou provável punição da Justiça Estadual'.

O promotor paulista anota que a juíza da 3.^a Vara Federal aceitou a competência da **Justiça Federal** por considerar que as obras das Linhas 2, 5 e 6 do Metrô contaram com financiamentos obtidos perante o BID, o BIRD e o JBIC, cujas operações foram habilitadas com a garantia da União, conforme ofício e planilhas fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

"O fato de uma licitação estadual envolver recursos repassados ao Estado-Membro pelo BNDES por meio de empréstimo bancário, chamado de mútuo feneratício, não atrai a competência da **Justiça Federal** para processar e julgar crimes relacionados a suposto superfaturamento na licitação", crava Mendroni.

Segundo ele, 'tampouco houve qualquer habilitação do **Ministério Público Federal** em relação ao caso Autos da Ação Penal nº 0096897- 91.2010.8.26.0050'.

"Não houve prejuízo por parte do BNDES nem a

outros bancos financiadores dos quais a União foi mera garantidora, e, portanto, se tratou de financiamento por parte do ente governo do Estado de São Paulo que, este sim, sofreu prejuízo em decorrência do cartel, da fraude, e consequentemente do superfaturamento", segue o promotor.

"Foram o ente Estado de São Paulo e o Metrô/SP, não a União, que tiveram que pagar valores superfaturados ao BNDES, ao BID ou ao BIRD."

"Em 2000, o governo do Estado de São Paulo adquiriu capacidade de financiamento para tocar as obras da Linha 2 - Verde. Mas somente no ano de 2003 o governo de São Paulo, de fato, reuniu condições financeiras plenas, viabilizando economicamente a execução desses contratos, a partir da obtenção de financiamentos federais e internacionais, como do BNDES, BIRD e BID", destaca o promotor estadual.

"Restou evidente que o Estado de São Paulo assumiu o empréstimo do financiamento com os Bancos e depois sofreu o prejuízo decorrente do cartel, da fraude, da corrupção e consequentemente do superfaturamento", afirma o promotor. "A 3.^a Vara Federal de São Paulo deveria ter recusado a homologação do Acordo de Colaboração Premiada (de 'Encostado'), verificando, no caso concreto, a sua 'irregularidade'."

Mendroni diz que 'se o acordo firmado entre Sérgio Corrêa Brasil e o **Ministério Público Federal** em São Paulo não é ilegal, é irregular porque ele claramente pretende se furtar da ação penal contra ele anteriormente proposta na jurisdição estadual'.

"Todavia, ninguém pode se beneficiar pela própria torpeza, e foi ele próprio que deu causa ao presente 'Imbróglio Processual'."

O promotor pede que o Superior Tribunal de Justiça 'dirima o conflito de competência, julgando-o pela competência desta 12.^a **Vara Criminal** da Justiça do Estado para julgar ambas as ações interpostas'.

Ele sugere que os autos da 3.^a Vara da **Justiça Federal** sejam deslocados para a competência da Vara estadual.

"Sérgio Corrêa Brasil deve ser excluído do polo passivo da ação na **Justiça Federal**, prosseguindo aquela ação, todavia, em relação aos demais acusados e prosseguindo-se a ação penal contra ele e demais réus no âmbito da Justiça Estadual de São Paulo, para tanto, anulando-se os efeitos de quaisquer benefícios processuais e penais concedidos a Sérgio Corrêa Brasil firmados com o **Ministério Público Federal/SP** e homologados pela 3.^a Vara da **Justiça**

Federal, mas mantendo todo o teor da colaboração e aproveitamento de eventuais provas de qualquer espécie e documentos por ele entregues para que sejam admitidos como provas na Justiça estadual."

COM A PALAVRA, O ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

A defesa de Sérgio Brasil tem convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual. Tanto o MP como o **Poder Judiciário** são instituições unas, cuja divisão em Federal e Estadual existe, apenas, para organização dos trabalhos. Negar a aplicação de um acordo homologado judicialmente é desabonar um instituto que tem contribuído enormemente para passar o Brasil a limpo.

Site: <https://www.istoedinheiro.com.br/mp-sp-diz-que-ex-diretor-do-metro-fechou-acordo-para-se-livrar-de-condenacao/>

Capixaba será indenizado em mais de R\$ 10 mil por ter carro atingido por pedaço de árvore

Redação Folha Vitória

O 2º **Juizado Especial Criminal** e da Fazenda Pública de Vitória, decidiu na terça-feira (27), que a o município deve indenizar um morador em mais de R\$ 10 mil depois que o carro dele foi atingido por um pedaço de árvore.

Segundo informações publicadas pelo **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, uma testemunha afirmou que uma semana antes do acidente ligou duas vezes pedindo a poda da árvore.

De acordo com o relato do dono do carro atingido, o automóvel estava parado em frente à sua residência quando um pedaço de tronco de castanheira caiu no veículo. Após o ocorrido, a prefeitura constatou que a árvore estava morta e que havia a necessidade de remoção. A sentença foi decidida após depoimento de uma testemunha que, em juízo, confirmou ter presenciado o acidente.

Depois de uma análise do documento emitido pela prefeitura, foi comprovado que os danos no veículo do autor teriam sido ocasionados pela queda de galhos da árvore. Neste documento, ficou comprovado os riscos apresentados pela árvore. "Em atendimento a solicitação de poda, foi realizada a vistoria técnica e constatou-se que se trata de 01 exemplar arbóreo da especie cassia ferruginea, que se encontra instalada em calçada não pavimentada [...] informo que este exemplar apresenta declínio vegetativo intenso (morto), com risco de quebra de galhos", constava no documento.

A prefeitura foi condenada a pagar R\$ 9.726,53 mil em indenização por danos materiais e R\$ 2 mil a título de danos morais.

Site:

<https://novo.folhavitória.com.br/geral/noticia/08/2019/capixaba-sera-indenizado-em-mais-de-r-10-mil-por-ter-carro-atingido-por-pedaco-de-arvore>

Justiça nega recurso de ex-vereador condenado por morte de cunhado no interior do ES

Redação Folha Vitória

O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** negou, nesta quarta-feira (28), um recurso de José Jardel Astolpho, ex-vereador do município de Mimoso do Sul, condenado em 2018, por ter sido o mandante do crime de homicídio duplamente qualificado de seu cunhado e sócio, Carlos de Oliveira Filho, em 2008.

No julgamento do caso, no ano passado, o ex-parlamentar foi condenado a 18 anos e seis meses de prisão, após o Júri Popular constatar a culpabilidade. No recurso julgado esta semana, o advogado que representou o ex-parlamentar alegou irregularidades no andamento processual, que segundo ele, eram capazes de gerar a anulação da sentença.

Para o relator do caso, o desembargador **Pedro Valls Feu Rosa**, não teve irregularidades no julgamento. "Não entendo que o pleito mereça prosperar. Como se sabe, a declaração de nulidade depende de demonstração efetiva do prejuízo ao demandante, o que não ocorreu", observou o magistrado.

Com isso, a 1ª Câmara Criminal manteve a sentença de 1º grau, que condenou o ex-parlamentar. Além disso, foi determinada a prisão do réu, que aguardou o julgamento dos recursos em liberdade.

Relembre o caso

O crime, que teve ampla repercussão, teria sido supostamente motivado por uma dívida de, aproximadamente, R\$200 mil entre a Prefeitura e o posto de combustível no qual as partes do processo eram sócias. Segundo os autos, o cunhado do réu teria realizado cobranças a fim de receber parte de um pagamento, disponibilizado pelo Prefeitura em favor da empresa de sociedade das partes. O ex-vereador de Mimoso do Sul foi condenado no Júri em 2018 pelo crime de homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e sem chance de defesa por parte da vítima, Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

Site:

<https://novo.folhavitória.com.br/policia/noticia/08/2019/ju>

***stica-nega-recurso-de-ex-vereador-condenado-por-
morte-de-cunhado-no-interior-do-estado***

Com o objetivo de diminuir escoltas de detentos, Estado realiza audiência experimental por vídeo

Redação Folha Vitória

O governador Renato Casagrande acompanhou de seu gabinete, no Palácio Anchieta, uma teleaudiência experimental na tarde desta quarta-feira (28). Na audiência, enquanto a juíza Gisele Souza de Oliveira estava na 4ª **Vara Criminal de Vitória**, os réus estavam em uma sala montada no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

Acompanharam a transmissão da teleaudiência ao lado do Governador do Estado, o Secretário Geral da **OAB/ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira, o Presidente **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, Sergio Luiz Teixeira Gama, o Coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** do Estado do Espírito Santo, Marcelo Paiva de Melo, o Secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, o Subsecretário para Assuntos do Sistema Penal da Sejus, Alessandro Ferreira de Souza, e o Gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Modernização

O modelo de teleaudiência experimental está em fase de testes pelo governo do estado e objetiva o aprimoramento da gestão do sistema prisional capixaba. Com isso, o estado tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais do Estado salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). Além da instalação do mesmo modelo em 15 fóruns do Estado.

O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final de outubro deste ano.

Casagrande afirmou que a teleaudiência é um marco histórico para o Espírito Santo. A modernização do sistema prisional objetiva dar agilidade aos processos, diminuir as despesas com as escoltas e dar mais segurança para a população. Hoje estamos com 10 mil presos a mais em nosso sistema prisional. Além disso, só em 2018, o estado realizou mais de 39 mil escoltas.

Essa ferramenta ajuda no combate as injustiças, através de uma maior agilidade nos julgamentos, e desonera os cofres públicos .

O secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz, ressalta a importância do projeto, que trará mais segurança, agilidade e economia para o Estado. "Precisamos buscar a tecnologia como aliada para melhorar as condições do sistema prisional. As teleaudiências darão mais agilidade nos julgamentos e mais facilidade para que o juiz ouça as partes envolvidas no processo para decidir, até mesmo, por penas alternativas. São medidas que podem reduzir a superlotação do sistema e gerar economia para o Estado, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês. Além disso, tornamos o procedimento mais seguro e reduzimos o número de escoltas realizadas para condução dos detentos para audiências presenciais", afirma.

Atualmente, o sistema prisional capixaba enfrenta superlotação e abriga cerca de 23.800 presos, com um número de vagas equivalente a 13.863.

Site:

<https://novo.folhavitoria.com.br/geral/noticia/08/2019/com-o-objetivo-de-diminuir-escoltas-de-detentos-estado-realiza-audiencia-experimental-por-video>

TJ nega recurso de ex-vereador de Mimoso condenado por mandar matar o cunhado

A 1ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** negou, nesta quarta-feira (28), provimento à apelação ajuizada pelo ex-vereador de Mimoso do Sul, José Jardel Astolpho, condenado por ter mandado matar o seu cunhado, Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

O crime de homicídio duplamente qualificado aconteceu em julho de 2008. A condenação do ex-vereador aconteceu 10 anos depois, em 11 de maio de 2018.

O advogado que representou o ex-parlamentar alegou irregularidades no andamento processual, capazes de gerar a anulação da sentença proferida em 1º grau da Justiça. Foi suscitada uma preliminar de nulidade da condenação decidida no Júri.

Após sustentação, o relator do processo, desembargador **Pedro Valls Feu Rosa**, analisou a preliminar suscitada para a possibilidade de nulidade do Júri realizado, que foi rejeitada pela Câmara Criminal. "Não entendo que o pleito mereça prosperar. Como se sabe, a declaração de nulidade depende de demonstração efetiva do prejuízo ao demandante, o que não ocorreu", observou o magistrado, a partir das alegações apresentadas pelo apelante.

"Os advogados do réu foram ativos durante toda a realização do julgamento, questionando os atos que entendiam em desacordo com a lei processual pátria, o que foi prontamente observado pelo magistrado, mas não fizeram (advogados) qualquer menção à matéria aqui impugnada no momento adequado", acrescentou.

No mérito da apelação, o desembargador **Pedro Valls Feu Rosa** destacou que o Tribunal de Justiça não deve julgar o fato que levou a questão discutida ao Judiciário, visto que se trata de crime doloso contra a vida, cuja responsabilidade de examinação é do **Tribunal do Júri**. "Não me é possível aqui dizer se o julgamento foi justo ou injusto, certo ou errado. Apenas devo agora julgar se o veredito foi absurdo ou não", ressaltou o julgador.

A partir da análise das provas colhidas no processo, o relator decidiu por negar provimento ao recurso interposto por José Jardel Astolpho, sendo acompanhado pelos demais integrantes do Colegiado.

À unanimidade, a 1ª Câmara Criminal manteve a sentença de 1º grau, que condenou o ex-parlamentar, a 18 anos e 6 meses de prisão, após o Júri Popular constatar a culpabilidade do acusado. Além disso, foi determinada a prisão do réu, que aguardou o julgamento dos recursos em liberdade.

Relembre o crime

O crime, que teve ampla repercussão, teria sido supostamente motivado por uma dívida de aproximadamente R\$ 200 mil entre a Prefeitura e o posto de combustível no qual o ex-vereador e a vítima eram sócios.

Segundo o processo, o cunhado do ex-vereador teria realizado cobranças a fim de receber parte de um pagamento, disponibilizado pelo prefeitura em favor da empresa de sociedade das partes e não repassado por José Jardel.

O ex-vereador de Mimoso do Sul foi condenado no Júri em 2018 pelo crime de homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e sem chance de defesa por parte da vítima, Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

Site: <https://www.aquinoicias.com/2019/08/tj-nega-recurso-de-ex-vereador-de-mimoso-condenado-por-mandar-matar-o-cunhado/>

Casagrande acompanha teleaudiência experimental (Notícias)

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, divulgou,

em uma transmissão ao vivo, no seu Facebook oficial, a realização de uma teleaudiência

experimental com réus do Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II),

acompanhados de seus advogados e da juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª Vara

Criminal de Vitória.

Também estiveram presentes o

presidente do **TJES**, Dr. Sergio Luiz Teixeira Gama; o secretário de Estado da

Justiça, Luiz Carlos Cruz; o coordenador de Execução Penal da Defensoria

Pública Estadual, Marcelo Paiva de Melo; e o secretário geral da **OAB/ES**, Marcus

Felipe Botelho Pereira

A ideia, que se mostrou um sucesso em seu primeiro teste, é implantar, nas 35 unidades prisionais do Espírito Santo, salas para a realização das audiências à distância, sejam de instrução ou de julgamento dos réus.

Confira o vídeo abaixo:

Também serão instaladas salas em 15 fóruns do estado, visando

a agilidade do sistema e a diminuição de gastos, sendo que os internos não serão

mais deslocados para audiências.

"A estrutura que usamos até hoje é arcaica, precisa ser mudada. Nós queremos reduzir custos e aumentar a segurança da população. Queremos que a justiça seja feita de maneira efetiva, de acordo com a legislação", afirmou Casagrande.

Por: Redação Start News

Site: <https://www.startnews.com.br/casagrande-acompanha-teleaudiencia-experimental/>

Seger e Tribunal de Justiça celebram acordo para projetos inovadores (Notícias)

A secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), Lenise Loureiro, assinou nesta terça-feira (27), juntamente com o presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, um acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado e o **Poder Judiciário** para fomentar a adoção de práticas e projetos inovadores no Espírito Santo.

De acordo com o termo de cooperação técnica, o objetivo do convênio é promover mais eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e na prestação de serviços à sociedade. O documento foi assinado na sede do **TJES**, na Enseada do Suá, e teve a participação do Corregedor Geral da Justiça, desembargador **Samuel Meira Brasil Júnior**.

A cooperação entre os órgãos participantes consistirá em uma série de ações, como a promoção de estudos e ações de interesse comum que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras, o compartilhamento de práticas, conhecimentos e experiências referentes à inovação no setor público.

Além disso, de acordo com o gerente de inovação na gestão da Seger, Pedro Henrique Trindade, também presente na assinatura, serão realizados eventos e ações de divulgação da temática. "A ideia é ofertar aos servidores dos poderes executivo e judiciário a participação em eventos e ações de capacitação e desenvolvimento profissional. Essas ações serão planejadas e executadas de acordo com Plano de Trabalho, que deverá ser elaborado em até 30 dias após a assinatura", destacou.

Para a Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, o compartilhamento de informações é positivo para todos os envolvidos. "Nós queremos sempre fazer parceiros nas administrações, nos poderes, e compartilhar todas as soluções que tivermos. Recentemente, compartilhamos nosso sistema de Recursos Humanos com a presidência do Tribunal de Justiça. Penso que todas as possibilidades de avanço que tivermos, temos que compartilhar, seja de um lado ou de outro", ressaltou.

O Corregedor Geral da Justiça, desembargador **Samuel Meira Brasil Júnior**, destacou a importância do acordo. "Temos apenas que agradecer essa

oportunidade de celebrar esse acordo de cooperação. Ele vai permitir um trabalho conjunto entre as duas instituições. Vai permitir, inclusive, que possamos acompanhar parte dos projetos que a Seger está desenvolvendo e também o contrário, que nós possamos contribuir de alguma forma com o aprimoramento da atuação do **Poder Judiciário**, com reflexo no Poder Executivo e na população", declarou o Corregedor.

O presidente do **TJES**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, também agradeceu a parceria do governo do Estado.

Parcerias

O Tribunal de Justiça está participando do Pitch Gov.Es, iniciativa da Seger que prevê a participação de startups de todo o país na solução de desafios da administração pública, otimizando recursos e melhorando a vida do cidadão. De acordo com o projeto, as startups contribuirão com métodos, experiências e ferramentas tecnológicas.

Além disso, o governador Renato Casagrande, o presidente do **TJES**, desembargador Sérgio Gama, e a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, assinaram, no dia 01 de julho deste ano, o Termo de Cooperação Técnica, que estende a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes) ao Tribunal de Justiça.

O sistema é uma ferramenta consolidada na gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos do Poder Executivo do Estado, que integra os dois registros e facilita a obtenção de informações sobre o pessoal visando a tomada de decisões estratégicas.

Por: Governo ES

Site: <https://www.startnews.com.br/seger-e-tribunal-de-justica-celebram-acordo-para-projetos-inovadores/>

Justiça absolve Sueli Vidigal de acusação de rachid

"A minha história pessoal e política não me permitia esperar nada diferente por parte da justiça, eu tinha convicção desse resultado. Fiquei feliz porque a justiça foi feita". A afirmação da ex-deputada Sueli Vidigal (PDT) refere-se à decisão judicial proferida nesta terça-feira (27) sobre um processo que tramitava na Segunda **Vara Criminal** Federal do Espírito Santo onde era acusada de rachid.

A ação refere-se ao período em que Sueli era deputada federal, em 2007, e a prática de rachid, é quando o mandatário ou servidor público se apropria de parte dos salários dos seus subordinados.

O juiz que assina a sentença, Américo Bedê Freire Júnior, apontou para a "falta de utilidade do prosseguimento do processo". A ação foi extinta, sem apreciação do mérito, já que o **Ministério Público Federal** não deu prosseguimento à acusação e também evitar novos processos baseados na mesma acusação.

Em conversa com a reportagem na tarde desta quarta-feira (28), Sueli Vidigal acrescentou.

"Das certezas que tenho na vida uma delas era esta, até porque eu sequer conhecia o autor da denúncia. Ele nunca foi meu funcionário e fui arrastada para uma situação que desconhecia. Ou seja, ela nunca existiu e ficaram visíveis no processo. As investigações só constataram que todo o teor da denúncia estava fora do contexto, e a denúncia infundada. Em todas as averiguações, acareações e quebra de sigilo o MPF pode chegar ao veredito mais justo que comunga com as minhas ações e história. Desistiu da ação por não possuir elementos que me comprometessem. É isto", declarou.

Site: <https://www.portaltempnovo.com.br/justica-absolve-sueli-vidigal-de-acusacao-de-rachid/>

Ministros do STJ e velejador participam de congresso de magistrados

Kleber Amorim

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Os ministros Antonio Saldanha Palheiro e Marco Aurélio Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**), junto com o velejador Amyr Klink, serão alguns dos palestrantes do Congresso de Magistrados Capixabas, que acontece amanhã e na sexta, no Salão Pleno do **Tribunal de Justiça do Estado**.

Antônio Saldanha, que é da 6ª turma do **STJ**, participou de julgamentos como o do médium João de Deus e do ex-presidente Michel Temer. Já Buzzi preside a 4ª turma do tribunal. Klink ficou famoso por suas expedições marítimas.

A **Associação dos Magistrados do Espírito Santo** (Amages) e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Esmages) promovem o Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito .

O evento tem por objetivo fomentar a troca de experiências entre diversos juristas no campo de suas atuações, buscando o desenvolvimento cultural dos magistrados estaduais e o fortalecimento das decisões do **Poder Judiciário**.

O congresso terá uma programação com seis painéis e assuntos como Justiça Criminal, fake news, Direito Sucessório, Direito Ambiental, Direito de Família e Inteligência Artificial.

Realizado no Salão Pleno do **Tribunal de Justiça do Estado** Espírito Santo (TJ-ES), o evento é voltado para magistrados estaduais, membros do **Ministério Público**, defensores públicos e advogados. Como o evento será gratuito, a Amages e a Esmages sugerem aos participantes a doação de uma cesta básica que será revertida para a casa de repouso para idosos Avedalma e o Lar de Idosos José de Anchieta.

Para a diretora da Esmages, a desembargadora **Janete Vargas Simões**, o congresso tem como papel estratégico e institucional fomentar políticas de formação e capacitação dos magistrados, nos diversos temas hoje discutidos no âmbito dos tribunais superiores e tribunais de Justiça do País.

Nosso foco principal com o Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito é difundir o intercâmbio de experiências e ideias entre os operadores do Direito, apresentando conteúdos pautados na realidade prática da atividade judicial, considerando o contexto local, social, cultural e global , afirma.

PROGRAMAÇÃO

29/08/2019 - Quinta-feira

14h - Abertura Oficial do Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito

14h30 - 1º PAINEL - A JUSTIÇA CRIMINAL QUE QUEREMOS

Expositores: ministro do **STJ** Antonio Saldanha

Desembargador do TJ-RJ Joaquim Domingos de Almeida Neto

Debatedor: juiz de Direito do **TJES** Carlos Eduardo Ribeiro Lemos

Presidente de Mesa: desembargador do **TJES** Adalto Dias Tristão

16h às 16h20 - Coffee break

16h30 - 2º PAINEL - Fake news

Expositores: juiz de Direito do TJPB Antônio Silveira Neto

Senador Marcos Ribeiro do Val

Debatedor: desembargador do **TJES** Fernando Zardini Antônio

Presidente de Mesa: juíza do **TJES** Cláudia Vieira de Oliveira Araújo

18h - Coquetel de Abertura

30/08/2019 - Sexta-feira

9h - 3º PAINEL - A prova nas ações coletivas ambientais e os princípios da precaução e prevenção

Expositores: advogado **OAB/ES** Marcelo Abelha Rodrigues

Professor UFAL Valmir de Albuquerque Pedrosa

Debatedor: juiz de Direito do **TJES** Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer Elesbon

Presidente de Mesa: desembargador do **TJES** Fábio Clem de Oliveira

10h20 às 10h30 - Coffee break

10h40 - 4º PAINEL - Intersecção entre Direito Sucessório e Direito de Família

Famílias e Sucessão: patrimônio, planejamento e responsabilidade

Expositores: advogada **OAB/SP** Débora Vanessa Caús Brandão

Advogado **OAB/RS** Rolf Madaleno

Debatedores: advogado **OAB/ES** Thiago Felipe Vargas Simões

Advogado **OAB/ES** José Eduardo Coelho Dias

Presidente de Mesa: desembargadora do **TJES** **Eliana Junqueira Munhós Ferreira**

12h - Almoço livre

14h - 5º PAINEL - Inteligência artificial e a sua aplicação no mundo jurídico

Expositores: ministro do **STJ** Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Desembargador do TJES Samuel Meira Brasil Jr

Juiz de Direito do TJPE José Faustino Macedo de Souza Ferreira

Debatedor: juiz de Direito do **TJES** Gustavo Henrique Procópio Silva

Presidente de Mesa: juiz de Direito Felipe Monteiro Morgado Horta

15h20 às 15h30 - Coffee break

15h40 - 6º PAINEL - Direito processual civil à luz da Constituição e precedentes judiciais (in) segurança jurídica

Expositores: desembargador do TJSP Ricardo Cunha Chimenti

Desembargador Aposentado do TJSP, Professor e Advogado José Roberto dos Santos Bedaque

Debatedor: promotor de Justiça do MPES Hermes Zaneti Júnior

Presidente de Mesa: juiz de Direito do **TJES** Augusto Passamani Bufulin

17h - Palestra de encerramento Desconstruindo problemas, construindo soluções .

Expositor: Economista, administrador de empresas, navegador, escritor e palestrante Amyr Klink

18h20 - Encerramento

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/congresso-reune-ministros-do-superior-tribunal-de-justica-e-velejador-em-vitoria>

Seger e Tribunal de Justiça celebram acordo para projetos inovadores

A secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), Lenise Loureiro, assinou nesta terça-feira (27), juntamente com o presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, um acordo de cooperação técnica entre o Governo do Estado e o **Poder Judiciário** para fomentar a adoção de práticas e projetos inovadores no Espírito Santo.

De acordo com o termo de cooperação técnica, o objetivo do convênio é promover mais eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e na prestação de serviços à sociedade. O documento foi assinado na sede do **TJES**, na Enseada do Suá, e teve a participação do Corregedor Geral da Justiça, desembargador **Samuel Meira Brasil Júnior**.

A cooperação entre os órgãos participantes consistirá em uma série de ações, como a promoção de estudos e ações de interesse comum que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras, o compartilhamento de práticas, conhecimentos e experiências referentes à inovação no setor público.

Além disso, de acordo com o gerente de inovação na gestão da Seger, Pedro Henrique Trindade, também presente na assinatura, serão realizados eventos e ações de divulgação da temática. "A ideia é ofertar aos servidores dos poderes executivo e judiciário a participação em eventos e ações de capacitação e desenvolvimento profissional. Essas ações serão planejadas e executadas de acordo com Plano de Trabalho, que deverá ser elaborado em até 30 dias após a assinatura", destacou.

Para a Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, o compartilhamento de informações é positivo para todos os envolvidos. "Nós queremos sempre fazer parceiros nas administrações, nos poderes, e compartilhar todas as soluções que tivermos. Recentemente, compartilhamos nosso sistema de Recursos Humanos com a presidência do Tribunal de Justiça. Penso que todas as possibilidades de avanço que tivermos, temos que compartilhar, seja de um lado ou de outro", ressaltou.

O Corregedor Geral da Justiça, desembargador **Samuel Meira Brasil Júnior**, destacou a importância do acordo. "Temos apenas que agradecer essa

oportunidade de celebrar esse acordo de cooperação. Ele vai permitir um trabalho conjunto entre as duas instituições. Vai permitir, inclusive, que possamos acompanhar parte dos projetos que a Seger está desenvolvendo e também o contrário, que nós possamos contribuir de alguma forma com o aprimoramento da atuação do **Poder Judiciário**, com reflexo no Poder Executivo e na população", declarou o Corregedor.

O presidente do **TJES**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, também agradeceu a parceria do governo do Estado.

Parcerias

O Tribunal de Justiça está participando do Pitch Gov.Es, iniciativa da Seger que prevê a participação de startups de todo o país na solução de desafios da administração pública, otimizando recursos e melhorando a vida do cidadão. De acordo com o projeto, as startups contribuirão com métodos, experiências e ferramentas tecnológicas.

Além disso, o governador Renato Casagrande, o presidente do **TJES**, desembargador Sérgio Gama, e a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, assinaram, no dia 01 de julho deste ano, o Termo de Cooperação Técnica, que estende a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes) ao Tribunal de Justiça.

O sistema é uma ferramenta consolidada na gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos do Poder Executivo do Estado, que integra os dois registros e facilita a obtenção de informações sobre o pessoal visando a tomada de decisões estratégicas.

Texto: Pedro Sarkis, com informações da Asscom-**TJES**

Informações à imprensa:

Assessoria de Comunicação Seger

Vitor Possatti Rodrigues

vitor.rodrigues@seger.es.gov.br

Pedro Sarkis

pedro.sarkis@seger.es.gov.br

Site: <https://www.es.gov.br/Noticia/seger-e-tribunal-de-justica-celebram-acordo-para-projetos-inovadores>

TJES - Município de Vitória deve indenizar morador que teve seu veículo atingido por pedaço de árvore

Em depoimento, uma testemunha afirmou que, uma semana antes do acidente, ligou duas vezes pedindo a poda da árvore.

Um morador de Vitória que teve seu automóvel atingido por um pedaço de árvore deve receber mais de R\$10 mil em indenizações. O veículo estava estacionado em via pública quando o acidente ocorreu. A decisão é do 2º **Juizado Especial Criminal** e da Fazenda Pública de Vitória.

De acordo com o autor da ação, o automóvel dele estava parado em frente a sua residência quando um pedaço de tronco de castanheira caiu no veículo provocando uma série de estragos. Ele ainda informou que uma vizinha já havia solicitado a poda da árvore, mas nenhuma medida havia sido tomada.

Após o acidente, a prefeitura constatou que a árvore estava morta e que havia a necessidade da sua completa remoção. Em virtude do ocorrido, o requerente pediu pela condenação do Município ao pagamento de indenização pelos prejuízos materiais e reparação moral.

Em análise do caso, o juízo destacou que o § 6º do art. 37 da Constituição Federal prevê a responsabilidade objetiva da Administração Pública pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. O ente público se exonera do dever de indenizar caso comprove a ausência de nexo causal, ou seja, provar a culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, caso fortuito, ou força maior, explicou.

O juízo também ressaltou o depoimento de uma testemunha que, em juízo, confirmou ter presenciado o acidente. Após análise do documento emitido pela prefeitura, foi comprovado que os danos no veículo do autor realmente teriam sido ocasionados pela queda de galhos da árvore.

Em atendimento a solicitação de poda, foi realizada a vistoria técnica e constatou-se que se trata de 01 exemplar arbóreo da espécie cassia ferruginea, que se encontra instalada em calçada não pavimentada [?] informo que este exemplar apresenta declínio vegetativo intenso (morto), com risco de quebra de

galhos, dispõe o documento emitido pela prefeitura após análise da árvore.

Em apreciação aos pedidos de indenização, o juízo observou que o requerente demonstrou o prejuízo material sofrido, anexando aos autos os orçamentos para o conserto do veículo. Também foi julgado que o ocorrido motiva indenização por danos morais.

Entendo que deve o réu indenizar o autor nos danos materiais sofridos, conforme menor orçamento juntado [?] Restou incontroverso nos autos que o autor suportou constrangimentos que extrapolam os limites do mero aborrecimento [?] razão pela qual resta caracterizado o ato ilícito e o dever de indenizar, afirmou.

Desta forma, o juízo condenou o réu ao pagamento de R\$9.726,53 em indenização por danos materiais e R\$2 mil a título de danos morais. Valores sobre os quais devem recair juros e correção monetária.

Processo nº 0027585-63.2017.8.08.0024

Fonte: **Tribunal de Justiça do Estado** de Espírito Santo

Site:

http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=448659

Constituições garantem liberdade de expressão dos parlamentares

Por Redação

A pós receber a interpelação judicial feita pelo procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, o deputado Sergio Majeski (PSB) aproveitou a sessão na Assembleia Legislativa para fazer um paralelo entre o projeto de abuso de poder aprovado pela Câmara Federal e a sua situação e defendeu as prerrogativas constitucionais dos parlamentares.

O socialista se colocou contra a matéria votada pelos deputados federais e perguntou: "Que interpretação se dá à ação do procurador-geral (de Justiça) do Estado senão o abuso de poder?". Em seguida, citou os artigos 51 da Constituição Estadual e 53 da Constituição Federal para defender a inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões, palavras ou voto.

A interpelação pede explicações por parte do parlamentar ao Tribunal de Justiça (**TJES**) sobre críticas feitas ao recém-aprovado projeto na Casa para criação de mais de 300 cargos no **Ministério Público** Estadual (MPES). "Não temo absolutamente nada porque acredito ainda que as instituições deste País funcionem e que a lei deste País funcione", avaliou.

De acordo com o deputado, a situação abre precedente "perigoso" porque, segundo explicou, ao longo de sua trajetória na Assembleia Legislativa (Ales) já ouviu discursos com os quais não concordou, mas, sendo conhecedor da lei, ressaltou que o deputado tem prerrogativa para se manifestar conforme suas convicções.

A deputada Iriny Lopes (PT), pediu "delicadeza" no tratamento de denúncias que chegam contra parlamentares, já que eles representam o voto popular. Ela lembrou que enquanto parlamentar federal, participou do Conselho de Ética da Câmara, em Brasília, e chegou a ser relatora de pedido de cassação de mandato. Ela cobrou que a questão seja tratada internamente.

"Em que pese o respeito que tenho pelo Ministério Público, mas essa é uma questão que eu acho que temos que tratar intramuros, na Assembleia Legislativa, porque a questão que envolve o deputado Sergio Majeski está diretamente ligada a uma prerrogativa sagrada que temos, que é a da imunidade

parlamentar para expressão de opinião", avaliou.

Fonte: Folha do ES

Site: <https://www.folhadoes.com/noticia/politica-espirito-santo/54733/constituicoes-garantem-liberdade-expressao-dos-parlamentares>

TJES e Governo do ES firmam acordo de cooperação técnica

Por Redação

O presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, o Corregedor Geral da Justiça, desembargador **Samuel Meira Brasil Júnior** e a Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Menezes Loureiro, assinaram, na tarde desta terça-feira (27/8), um acordo de cooperação técnica entre o **Poder Judiciário** e o Governo do Estado, para fomentar a adoção de práticas e projetos inovadores no Espírito Santo.

De acordo com o termo de cooperação técnica, o objetivo do convênio é promover mais eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e na prestação de serviços à sociedade.

A cooperação entre os órgãos participantes consistirá em uma série de ações, tais como: promover estudos e ações de interesse comum que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras; compartilhar práticas, conhecimentos e experiências referentes à inovação no setor público; realizar eventos e ações de divulgação da temática da inovação e, por fim, estender aos servidores dos órgãos participantes a participação em eventos e ações de capacitação e desenvolvimento profissional promovidos por suas unidades competentes.

Essas ações serão planejadas e executadas de acordo com Plano de Trabalho, que deverá ser elaborado em até 30 dias após a assinatura.

Segundo o termo de cooperação técnica, as unidades coordenadoras da execução e do acompanhamento do acordo serão: No **TJES**, o Centro de Inteligência Artificial da Corregedoria Geral da Justiça e, na SEGER, a Subsecretaria de Inovação na Gestão (SUBGES).

Parceria para solucionar desafios da Administração Pública

A Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Menezes Loureiro, esteve em maio deste ano no Tribunal de Justiça, para convidar o **TJES** a participar do programa do governo que visa solucionar desafios da administração pública.

A secretária apresentou ao **Presidente do TJES**, o programa PitchGovEs, do governo do Estado, que prevê a participação de startups de todo o País, na solução de desafios da administração pública, otimizando recursos e melhorando a vida do cidadão. De acordo com o projeto, as startups contribuirão com métodos, experiências e ferramentas tecnológicas.

A secretária convidou o Tribunal de Justiça para também participar do programa. Na ocasião, o presidente do **TJES** se colocou à disposição e elogiou a iniciativa do governo estadual.

Sistema Integrado de Administração de RH

O governador Renato Casagrande, o presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, e a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, assinaram, no dia 01 de julho deste ano, o Termo de Cooperação Técnica, que estende a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes) ao Tribunal de Justiça.

O sistema é uma ferramenta consolidada na gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos do Poder Executivo do Estado, que integra os dois registros e facilita a obtenção de informações sobre o pessoal visando a tomada de decisões estratégicas.

Fonte: **TJES**

Site:

<https://www.folhadoes.com/noticia/judiciario/54730/tjes-governo-es-firmam-acordo-cooperacao-tecnica>

MP-SP diz que ex-diretor do Metrô fechou acordo para se livrar de condenação

O **Ministério Público** de São Paulo quer assumir a competência total sobre ações penais contra o ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil, o 'Encostado', ou 'Brasileiro', como era rotulado nas planilhas de propinas da Odebrecht. Por meio de conflito positivo de competência, a Promotoria estadual afirma que Brasil fechou um 'sobrecordo Frankenstein' com a Procuradoria da República, homologado pela 3.^a **Vara Criminal** da **Justiça Federal**, para se livrar de uma eventual condenação na Justiça de São Paulo - perante a qual ele já é réu desde março, na 12.^a **Vara Criminal** da Capital, com base na delação de executivos ligados à Odebrecht por supostamente ter recebido R\$ 392,87 mil, entre 2012 e 2013, para 'ajustar' o edital de licitação das obras da Linha 5-lilás.

O conflito positivo de competência é subscrito pelo promotor de Justiça Marcelo Batlouni Mendroni, do Grupo de Atuação Especial de Repressão à formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos Financeiros, braço do **Ministério Público** do Estado.

O advogado Daniel Casagrande, que defende Sérgio Brasil, afirma ter 'convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**'. "O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual"

Mendroni pede que o Superior Tribunal de Justiça decida pela competência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital 'para julgar ambas as ações interpostas, remetendo-se aqueles outros autos, da **Justiça Federal** para esta Justiça Estadual'.

O promotor formalizou denúncia contra Brasil 'Encostado' em dezembro de 2018, a partir de Acordo de Leniência em que a empreiteira se comprometeu a fornecer detalhes 'sobre os fatos criminosos de seus funcionários', em relação à concorrência 41428212, Proposta Comercial de Linha 5-Lilás.

Além do ex-chefe do Metrô, são acusados executivos

ligados à Odebrecht, Celso da Fonseca Rodrigues, Carlos Armando Guedes Paschoal, o 'CAP', e Luiz Antonio Bueno Júnior - estes todos por corrupção ativa.

No início de agosto, a juíza Flávia Serizawa e Silva, da 3.^a **Vara Criminal** Federal de São Paulo, homologou acordo de delação premiada de Brasil com o **Ministério Público Federal**, por meio do qual ele confessou ter recebido R\$ 4 milhões em propinas das maiores empreiteiras do País - Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão - e delatou políticos e agentes públicos.

Os valores teriam chegado a contas de Sérgio Brasil 'Encostado' entre 2004 e 2014, durante as gestões Geraldo Alckmin (PSDB), Claudio Lembo (PFL), José Serra (PSDB) e Alberto Goldman (PSDB) - nenhum ex-governador é citado no processo.

Após a homologação, o ex-diretor do Metrô apressou-se em pedir à **Justiça Federal** cumprimento antecipado da pena estipulada no acordo. Os primeiros três anos da pena em 'regime fechado diferenciado', ou seja, prisão domiciliar com tornozeleira e limitação de visitas. Dois anos em semiaberto e mais dois anos no regime aberto. A juíza Flávia ainda vai decidir, mas a ação poderá ficar emperrada se vingar a estratégia do promotor Mendroni.

"Diante desta situação de delatado, Sérgio Correa Brasil arditosamente procurou o **Ministério Público Federal** em São Paulo buscando uma espécie de 'colaboração premiada sobre aquela colaboração premiada anterior', ataca Mendroni, no âmbito de exceção de incompetência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital suscitada pela defesa de 'Encostado'.

Segundo ele, 'o **Ministério Público Federal** em São Paulo, por sua vez, ignorou o acordo anterior do **Ministério Público** do Estado com a empresa Camargo Correa, ignorou também a denúncia e as imputações oferecidas pelo **Ministério Público** do Estado/Gedec e, por fim, novamente ignorou a atuação deste Juízo da 12.^a **Vara Criminal** do Estado de São Paulo'.

"Passou por cima de tudo isso como se a situação jurídica estadual não existisse, e, meses após, através

de dez procuradores, decidiu firmar um 'sobrecordo' de colaboração premiada com o mesmo acusado Sérgio Corrêa Brasil, concedendo-lhe benefícios legais e penais que não vieram em nenhum momento ao conhecimento do **Ministério Público** do Estado", sustenta Mendroni.

Na avaliação do promotor do Gedec, 'colocaram-se, ou pretenderam se situar como uma espécie de **Justiça Federal** acima da Justiça Estadual'.

"Criaram, assim, um inacreditável imbróglio processual penal de difícil equacionamento, relegando, agora, ao Superior Tribunal de Justiça a difícil missão de dirimi-lo", alerta. "Importa enfatizar, desde logo, que, se aceita pelo **STJ** a justiça federal como a competente, se criará uma figura 'de Direito Processual', não de 'Direito Penal', supralegal de extinção de punibilidade, não prevista na legislação."

Mendroni chama o ex-diretor do Metrô de 'agente delatado-delator'.

Ainda de acordo com seus argumentos, 'Encostado' receberá uma hipótese de extinção de punibilidade na justiça estadual - o processo deixará de existir - 'em decorrência da elaboração sorrateira do acordo e de benefícios concedidos pelo **Ministério Público Federal** e homologados pela **Justiça Federal** por ter se valido de um Sobrecordo Frankenstein' de colaboração premiada na **Justiça Federal** justamente para escapar da possível ou provável punição da Justiça Estadual'.

O promotor paulista anota que a juíza da 3.^a Vara Federal aceitou a competência da **Justiça Federal** por considerar que as obras das Linhas 2, 5 e 6 do Metrô contaram com financiamentos obtidos perante o BID, o BIRD e o JBIC, cujas operações foram habilitadas com a garantia da União, conforme ofício e planilhas fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

"O fato de uma licitação estadual envolver recursos repassados ao Estado-Membro pelo BNDES por meio de empréstimo bancário, chamado de mútuo feneratício, não atrai a competência da **Justiça Federal** para processar e julgar crimes relacionados a suposto superfaturamento na licitação", crava Mendroni.

Segundo ele, 'tampouco houve qualquer habilitação do **Ministério Público Federal** em relação ao caso Autos da Ação Penal nº 0096897- 91.2010.8.26.0050'.

"Não houve prejuízo por parte do BNDES nem a outros bancos financiadores dos quais a União foi mera garantidora, e, portanto, se tratou de

financiamento por parte do ente governo do Estado de São Paulo que, este sim, sofreu prejuízo em decorrência do cartel, da fraude, e consequentemente do superfaturamento", segue o promotor.

"Foram o ente Estado de São Paulo e o Metrô/SP, não a União, que tiveram que pagar valores superfaturados ao BNDES, ao BID ou ao BIRD."

"Em 2000, o governo do Estado de São Paulo adquiriu capacidade de financiamento para tocar as obras da Linha 2 - Verde. Mas somente no ano de 2003 o governo de São Paulo, de fato, reuniu condições financeiras plenas, viabilizando economicamente a execução desses contratos, a partir da obtenção de financiamentos federais e internacionais, como do BNDES, BIRD e BID", destaca o promotor estadual.

"Restou evidente que o Estado de São Paulo assumiu o empréstimo do financiamento com os Bancos e depois sofreu o prejuízo decorrente do cartel, da fraude, da corrupção e consequentemente do superfaturamento", afirma o promotor. "A 3.^a Vara Federal de São Paulo deveria ter recusado a homologação do Acordo de Colaboração Premiada (de 'Encostado'), verificando, no caso concreto, a sua 'irregularidade'."

Mendroni diz que 'se o acordo firmado entre Sérgio Corrêa Brasil e o **Ministério Público Federal** em São Paulo não é ilegal, é irregular porque ele claramente pretende se furtar da ação penal contra ele anteriormente proposta na jurisdição estadual'.

"Todavia, ninguém pode se beneficiar pela própria torpeza, e foi ele próprio que deu causa ao presente 'Imbróglio Processual'."

O promotor pede que o Superior Tribunal de Justiça 'dirima o conflito de competência, julgando-o pela competência desta 12.^a **Vara Criminal** da Justiça do Estado para julgar ambas as ações interpostas'.

Ele sugere que os autos da 3.^a Vara da **Justiça Federal** sejam deslocados para a competência da Vara estadual.

"Sérgio Corrêa Brasil deve ser excluído do polo passivo da ação na **Justiça Federal**, prosseguindo aquela ação, todavia, em relação aos demais acusados e prosseguindo-se a ação penal contra ele e demais réus no âmbito da Justiça Estadual de São Paulo, para tanto, anulando-se os efeitos de quaisquer benefícios processuais e penais concedidos a Sérgio Corrêa Brasil firmados com o **Ministério Público Federal/SP** e homologados pela 3.^a Vara da **Justiça Federal**, mas mantendo todo o teor da colaboração e aproveitamento de eventuais provas de qualquer

espécie e documentos por ele entregues para que sejam admitidos como provas na Justiça estadual."

COM A PALAVRA, O ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

A defesa de Sérgio Brasil tem convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual. Tanto o MP como o **Poder Judiciário** são instituições unas, cuja divisão em Federal e Estadual existe, apenas, para organização dos trabalhos. Negar a aplicação de um acordo homologado judicialmente é desabonar um instituto que tem contribuído enormemente para passar o Brasil a limpo.

Estadao Conteudo

Copyright © 2019 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Site:

<https://www.aquinoicias.com/2019/08/20190828112803-mp-sp-diz-que-ex-diretor-do-metro-fechou-acordo-para-se-livrar-de-condenacao/>

MP-SP diz que ex-diretor do Metrô fechou acordo para se livrar de condenação

Estadão Conteúdo

O **Ministério Público** de São Paulo quer assumir a competência total sobre ações penais contra o ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil, o Encostado, ou Brasileiro, como era rotulado nas planilhas de propinas da Odebrecht. Por meio de conflito positivo de competência, a Promotoria estadual afirma que Brasil fechou um sobreacordo Frankenstein com a Procuradoria da República, homologado pela 3.^a **Vara Criminal** da **Justiça Federal**, para se livrar de uma eventual condenação na Justiça de São Paulo - perante a qual ele já é réu desde março, na 12.^a **Vara Criminal** da Capital, com base na delação de executivos ligados à Odebrecht por supostamente ter recebido R\$ 392,87 mil, entre 2012 e 2013, para ajustar o edital de licitação das obras da Linha 5-Lilás.

O conflito positivo de competência é subscrito pelo promotor de Justiça Marcelo Batlouni Mendroni, do Grupo de Atuação Especial de Repressão à formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos Financeiros, braço do **Ministério Público** do Estado.

O advogado Daniel Casagrande, que defende Sérgio Brasil, afirma ter convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual

Mendroni pede que o Superior Tribunal de Justiça decida pela competência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital para julgar ambas as ações interpostas, remetendo-se aqueles outros autos, da **Justiça Federal** para esta Justiça Estadual.

O promotor formalizou denúncia contra Brasil Encostado em dezembro de 2018, a partir de Acordo de Leniência em que a empreiteira se comprometeu a fornecer detalhes sobre os fatos criminosos de seus funcionários, em relação à concorrência 41428212, Proposta Comercial de Linha 5-Lilás.

Além do ex-chefe do Metrô, são acusados executivos ligados à Odebrecht, Celso da Fonseca Rodrigues, Carlos Armando Guedes Paschoal, o CAP, e Luiz Antonio Bueno Júnior - estes todos por corrupção ativa.

No início de agosto, a juíza Flávia Serizawa e Silva, da 3.^a **Vara Criminal** Federal de São Paulo, homologou acordo de delação premiada de Brasil com o **Ministério Público Federal**, por meio do qual ele confessou ter recebido R\$ 4 milhões em propinas das maiores empreiteiras do País - Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão - e delatou políticos e agentes públicos.

Os valores teriam chegado a contas de Sérgio Brasil Encostado entre 2004 e 2014, durante as gestões Geraldo Alckmin (PSDB), Claudio Lembo (PFL), José Serra (PSDB) e Alberto Goldman (PSDB) - nenhum ex-governador é citado no processo.

Após a homologação, o ex-diretor do Metrô apressou-se em pedir à **Justiça Federal** cumprimento antecipado da pena estipulada no acordo. Os primeiros três anos da pena em regime fechado diferenciado, ou seja, prisão domiciliar com tornozeleira e limitação de visitas. Dois anos em semiaberto e mais dois anos no regime aberto. A juíza Flávia ainda vai decidir, mas a ação poderá ficar emperrada se vingar a estratégia do promotor Mendroni.

Diante desta situação de delatado, Sérgio Correa Brasil arditosamente procurou o **Ministério Público Federal** em São Paulo buscando uma espécie de colaboração premiada sobre aquela colaboração premiada anterior, ataca Mendroni, no âmbito de exceção de incompetência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital suscitada pela defesa de Encostado.

Segundo ele, o **Ministério Público Federal** em São Paulo, por sua vez, ignorou o acordo anterior do **Ministério Público** do Estado com a empresa Camargo Correa, ignorou também a denúncia e as imputações oferecidas pelo **Ministério Público** do Estado/Gedec e, por fim, novamente ignorou a atuação deste Juízo da 12.^a **Vara Criminal** do Estado de São Paulo.

Passou por cima de tudo isso como se a situação jurídica estadual não existisse, e, meses após, através de dez procuradores, decidiu firmar um sobreacordo de colaboração premiada com o mesmo acusado Sérgio Corrêa Brasil, concedendo-lhe benefícios legais e penais que não vieram em nenhum momento ao conhecimento do **Ministério Público** do Estado, sustenta Mendroni.

Na avaliação do promotor do Gedec, colocaram-se, ou pretenderam se situar como uma espécie de **Justiça Federal** acima da Justiça Estadual.

Criaram, assim, um inacreditável imbróglio processual penal de difícil equacionamento, relegando, agora, ao Superior Tribunal de Justiça a difícil missão de dirimi-lo, alerta. Importa enfatizar, desde logo, que, se aceita pelo **STJ** a justiça federal como a competente, se criará uma figura de Direito Processual, não de Direito Penal, supralegal de extinção de punibilidade, não prevista na legislação.

Mendroni chama o ex-diretor do Metrô de agente delatado-delator.

Ainda de acordo com seus argumentos, Encostado receberá uma hipótese de extinção de punibilidade na justiça estadual - o processo deixará de existir - em decorrência da elaboração sorrateira do acordo e de benefícios concedidos pelo **Ministério Público Federal** e homologados pela **Justiça Federal** por ter se valido de um Sobreacordo Frankenstein de colaboração premiada na **Justiça Federal** justamente para escapar da possível ou provável punição da Justiça Estadual.

O promotor paulista anota que a juíza da 3.^a Vara Federal aceitou a competência da **Justiça Federal** por considerar que as obras das Linhas 2, 5 e 6 do Metrô contaram com financiamentos obtidos perante o BID, o BIRD e o JBIC, cujas operações foram habilitadas com a garantia da União, conforme ofício e planilhas fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

O fato de uma licitação estadual envolver recursos repassados ao Estado-Membro pelo BNDES por meio de empréstimo bancário, chamado de mútuo feneratício, não atrai a competência da **Justiça Federal** para processar e julgar crimes relacionados a suposto superfaturamento na licitação, crava Mendroni.

Segundo ele, tampouco houve qualquer habilitação do **Ministério Público Federal** em relação ao caso Autos da Ação Penal nº 0096897- 91.2010.8.26.0050.

Não houve prejuízo por parte do BNDES nem a outros

bancos financiadores dos quais a União foi mera garantidora, e, portanto, se tratou de financiamento por parte do ente governo do Estado de São Paulo que, este sim, sofreu prejuízo em decorrência do cartel, da fraude, e conseqüentemente do superfaturamento, segue o promotor.

Foram o ente Estado de São Paulo e o Metrô/SP, não a União, que tiveram que pagar valores superfaturados ao BNDES, ao BID ou ao BIRD.

Em 2000, o governo do Estado de São Paulo adquiriu capacidade de financiamento para tocar as obras da Linha 2 - Verde. Mas somente no ano de 2003 o governo de São Paulo, de fato, reuniu condições financeiras plenas, viabilizando economicamente a execução desses contratos, a partir da obtenção de financiamentos federais e internacionais, como do BNDES, BIRD e BID, destaca o promotor estadual.

Restou evidente que o Estado de São Paulo assumiu o empréstimo do financiamento com os Bancos e depois sofreu o prejuízo decorrente do cartel, da fraude, da corrupção e conseqüentemente do superfaturamento, afirma o promotor. A 3.^a Vara Federal de São Paulo deveria ter recusado a homologação do Acordo de Colaboração Premiada (de Encostado), verificando, no caso concreto, a sua irregularidade.

Mendroni diz que se o acordo firmado entre Sérgio Corrêa Brasil e o **Ministério Público Federal** em São Paulo não é ilegal, é irregular porque ele claramente pretende se furtar da ação penal contra ele anteriormente proposta na jurisdição estadual.

Todavia, ninguém pode se beneficiar pela própria torpeza, e foi ele próprio que deu causa ao presente Imbróglio Processual.

O promotor pede que o Superior Tribunal de Justiça dirima o conflito de competência, julgando-o pela competência desta 12.^a **Vara Criminal** da Justiça do Estado para julgar ambas as ações interpostas.

Ele sugere que os autos da 3.^a Vara da **Justiça Federal** sejam deslocados para a competência da Vara estadual.

Sérgio Corrêa Brasil deve ser excluído do polo passivo da ação na **Justiça Federal**, prosseguindo aquela ação, todavia, em relação aos demais acusados e prosseguindo-se a ação penal contra ele e demais réus no âmbito da Justiça Estadual de São Paulo, para tanto, anulando-se os efeitos de quaisquer benefícios processuais e penais concedidos a Sérgio Corrêa Brasil firmados com o **Ministério Público Federal/SP** e homologados pela 3.^a Vara da **Justiça Federal**, mas

mantendo todo o teor da colaboração e aproveitamento de eventuais provas de qualquer espécie e documentos por ele entregues para que sejam admitidos como provas na Justiça estadual.

COM A PALAVRA, O ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

A defesa de Sérgio Brasil tem convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual. Tanto o MP como o **Poder Judiciário** são instituições unas, cuja divisão em Federal e Estadual existe, apenas, para organização dos trabalhos. Negar a aplicação de um acordo homologado judicialmente é desabonar um instituto que tem contribuído enormemente para passar o Brasil a limpo.

Site:

<https://www.vitorianews.com.br/politica/noticia/2019/08/mp-sp-diz-que-ex-diretor-do-metro-fechou-acordo-para-se-livrar-de-condenacao-343384.html>

Governador do Estado acompanha teleaudiência experimental

O governador do Estado, Renato Casagrande, irá acompanhar de seu gabinete, no Palácio Anchieta, uma teleaudiência experimental, que será realizada nesta quarta-feira (28) pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª **Vara Criminal de Vitória**. Os réus estarão no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

Para aprimorar a gestão do sistema prisional capixaba, a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais do Estado salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). As salas de teleaudiências também serão instaladas em 15 fóruns do Estado.

Serviço: Acompanhamento de teleaudiência experimental Data: 28/08 (quarta-feira)

Hora: 14h

Local: Gabinete do Governador - Palácio Anchieta. (Praça João Clímaco, 142, Centro - Vitória)

Informações à Imprensa: Assessoria de Comunicação do Governo

Giovani Pagotto

(27) 98895-0843

Assessoria de Comunicação da Sejus

Sandra Dalton / Karla Secatto

(27) 3636-5732 / 99933-8195 / 98849-9664

imprensa@sejus.es.gov.br

Site: <https://www.es.gov.br/Noticia/governador-do-estado-acompanha-teleaudiencia-experimental>

Constituições garantem liberdade de expressão dos parlamentares (Notícias)

Artigos 51 da Constituição Estadual e 53 da Constituição Federal estabelecem que "Os Deputados são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos."

Após receber a interpelação judicial feita pelo procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, o deputado Sergio Majeski (PSB) aproveitou a sessão na Assembleia Legislativa para fazer um paralelo entre o projeto de abuso de poder aprovado pela Câmara Federal e a sua situação e defendeu as prerrogativas constitucionais dos parlamentares.

O socialista se colocou contra a matéria votada pelos deputados federais e perguntou: "Que interpretação se dá à ação do procurador-geral (de Justiça) do Estado senão o abuso de poder?". Em seguida, citou os artigos 51 da Constituição Estadual e 53 da Constituição Federal para defender a inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões, palavras ou voto.

A interpelação pede explicações por parte do parlamentar ao Tribunal de Justiça (**TJES**) sobre críticas feitas ao recém-aprovado projeto na Casa para criação de mais de 300 cargos no **Ministério Público** Estadual (MPES). "Não temo absolutamente nada porque acredito ainda que as instituições deste País funcionem e que a lei deste País funcione", avaliou.

De acordo com o deputado, a situação abre precedente "perigoso" porque, segundo explicou, ao longo de sua trajetória na Assembleia Legislativa (Ales) já ouviu discursos com os quais não concordou, mas, sendo conhecedor da lei, ressaltou que o deputado tem prerrogativa para se manifestar conforme suas convicções.

A deputada Iriny Lopes (PT), pediu "delicadeza" no tratamento de denúncias que chegam contra parlamentares, já que eles representam o voto popular. Ela lembrou que enquanto parlamentar federal, participou do Conselho de Ética da Câmara, em Brasília, e chegou a ser relatora de pedido de cassação de mandato. Ela cobrou que a questão seja tratada internamente.

"Em que pese o respeito que tenho pelo Ministério Público, mas essa é uma questão que eu acho que temos que tratar intramuros, na Assembleia

Legislativa, porque a questão que envolve o deputado Sergio Majeski está diretamente ligada a uma prerrogativa sagrada que temos, que é a da imunidade parlamentar para expressão de opinião", avaliou.

Site:

<https://www.espiritosantonoticias.com.br/constituicoes-garantem-liberdade-de-expressao-dos-parlamentares/>

1ª Mostra Décor de Vila Velha

Bianca Coutinho

Curta, comente e compartilhe!

O empresário Renan Carneiro abriu as portas do seu showroom de móveis em Vila Velha para o lançamento da Mostra Viver Bem. Muitos profissionais da área de arquitetura e design de interiores passaram por lá e aproveitaram para conferir as novidades e tendências de mobiliário, decoração e automação para o lar (Fotos Cloves Louzada)

Se por um lado o mundo exige que estejamos todos conectados, para os médicos as redes sociais exigem mais cuidados do que o normal

O paciente de hoje, batizado pelos estudiosos da modernidade como "Paciente 4.0", não é o mesmo que enxergava no médico uma autoridade máxima em saúde. Ele é uma pessoa que busca informações de alta qualidade, organiza consultas médicas por meio de plataformas online e participa de discussões sobre saúde na web. As mulheres determinam esse perfil no Brasil, representando mais de 75% dos usuários.

"O risco à reputação médica com a exposição na rede produziu efeitos similares em profissionais de todos os países. Podemos concluir que o primeiro desafio é ter opiniões a seu respeito, e depois conseguir que elas sejam favoráveis. Neste estudo, o paciente avalia a 'conveniência' do profissional", diz Cadu Lopes, CEO da Doctoralia.

Mas, lidar com esse mundo requer alguns cuidados por parte dos médicos. Antes de tudo, há a necessidade de estar disponível virtualmente, além de ocupar um espaço adequado nas redes sociais. Nesse aspecto, o profissional de saúde deve se preocupar em não misturar sua vida pessoal com a profissional, além de disponibilizar conteúdo que tenha relevância e não apenas propagandear o próprio consultório.

O maior risco de redes sociais na área da saúde é não usá-las. É preciso compreender que hoje, os médicos que optaram por se relacionar melhor com seus pacientes.

"Médicos, assim como qualquer profissional que dê o melhor de si mesmo, não devem temer as opiniões. Mas, como em qualquer atividade humana no século 21, devem promovê-las, aprender com o que os

pacientes descrevem no ambiente on-line, corrigir eventuais erros e entender que a interação é a semente da reputação médica nos tempos das mídias digitais. Sem medo. Pautado na verdade. Com um desejo legítimo de escutar para melhorar", afirma Cadu.

Di Fassarella recebe em sua loja de móveis, em Santa Lúcia, a designer de interiores Cirlene Reco no espaço que ela assina, para uma degustação de vinhos que será comandada pela sommelier Nádia Alcalde. O evento acontece nesta quarta, dia 28, logo mais.

Nesta quarta, dia 28, a tatuadora Kessy Borges participa da campanha "Sou doador de órgãos", promovida por uma operadora de saúde. Na ação Kessy vai mostrar três desenhos de tatuagens adesivas, desenvolvidos especialmente para o projeto.

Maurício Meirelles Meirelles, famoso nas redes sociais, considerado o melhor show de stand up do Brasil em 2016 e 2017, traz seu novo projeto para Vitória, dia 15, no Teatro da Ufes, sob batuta dos queridos Wesley Telles e Bruna Dornelas.

Liborio Mule Jr comemora a chegada de sua empresa a Recife. O grupo será o responsável pelo fornecimento de serviços de diagnóstico por imagem no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP, o maior hospital filantrópico do Brasil.

"Intersecção entre Direito Sucessório e Direito de Família - Famílias e Sucessão: patrimônio, planejamento e responsabilidade" será um dos temas do Congresso de Magistrados Capixabas sobre Temas Avançados de Direito, promovido pela Esmages e Amages, que acontece nos dias 29 e 30 de agosto, no **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**. Os participantes do painel serão a advogada **OAB/SP**,

Débora Vanessa Caús Brandão, o advogado OAB/RS Rolf Madaleno, os advogados OAB/ES Thiago Felipe Vargas Simões e José Eduardo Coelho Dias e a desembargadora do TJES , Eliana Junqueira Munhós Ferreira.

Essa semana acontece a II Party Nutrition, evento idealizado por Patrick e Edna Schilte. Na próxima quinta, dia 29, estandes para degustação de produtos e distribuição de kits especiais, acontecerá também a premiação dos profissionais da área, que tiveram destaque no ano de 2019.

Manuela Dias está em contagem regressiva para o pedalaço que ela planejou para o próximo domingo, dia 1º. O evento, esportivo e beneficente, deve reunir mais de 500 ciclistas, que passarão pela orla de Itapuã e Praia da Costa, e ainda participarão de sorteio de bicicletas.

Site: <http://eshoje.com.br/1a-mostra-decor-de-vila-velha/>

MP-SP diz que ex-diretor do Metrô fechou acordo para se livrar de condenação

Redação Multimídia ESHOJE

Curta, comente e compartilhe!

O **Ministério Público** de São Paulo quer assumir a competência total sobre ações penais contra o ex-diretor do Metrô paulista Sérgio Corrêa Brasil, o 'Encostado', ou 'Brasileiro', como era rotulado nas planilhas de propinas da Odebrecht. Por meio de conflito positivo de competência, a Promotoria estadual afirma que Brasil fechou um 'sobrecordo Frankenstein' com a Procuradoria da República, homologado pela 3.^a **Vara Criminal** da **Justiça Federal**, para se livrar de uma eventual condenação na Justiça de São Paulo - perante a qual ele já é réu desde março, na 12.^a **Vara Criminal** da Capital, com base na delação de executivos ligados à Odebrecht por supostamente ter recebido R\$ 392,87 mil, entre 2012 e 2013, para 'ajustar' o edital de licitação das obras da Linha 5-lilás.

O conflito positivo de competência é subscrito pelo promotor de Justiça Marcelo Batlouni Mendroni, do Grupo de Atuação Especial de Repressão à formação de Cartel e a Lavagem de Dinheiro e de Recuperação de Ativos Financeiros, braço do **Ministério Público** do Estado.

O advogado Daniel Casagrande, que defende Sérgio Brasil, afirma ter 'convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**'. "O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual"

Mendroni pede que o Superior Tribunal de Justiça decida pela competência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital 'para julgar ambas as ações interpostas, remetendo-se aqueles outros autos, da **Justiça Federal** para esta Justiça Estadual'.

O promotor formalizou denúncia contra Brasil 'Encostado' em dezembro de 2018, a partir de Acordo de Leniência em que a empreiteira se comprometeu a fornecer detalhes 'sobre os fatos criminosos de seus

funcionários', em relação à concorrência 41428212, Proposta Comercial de Linha 5-Lilás.

Além do ex-chefe do Metrô, são acusados executivos ligados à Odebrecht, Celso da Fonseca Rodrigues, Carlos Armando Guedes Paschoal, o 'CAP', e Luiz Antonio Bueno Júnior - estes todos por corrupção ativa.

No início de agosto, a juíza Flávia Serizawa e Silva, da 3.^a **Vara Criminal** Federal de São Paulo, homologou acordo de delação premiada de Brasil com o **Ministério Público Federal**, por meio do qual ele confessou ter recebido R\$ 4 milhões em propinas das maiores empreiteiras do País - Andrade Gutierrez, OAS, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão - e delatou políticos e agentes públicos.

Os valores teriam chegado a contas de Sérgio Brasil 'Encostado' entre 2004 e 2014, durante as gestões Geraldo Alckmin (PSDB), Claudio Lembo (PFL), José Serra (PSDB) e Alberto Goldman (PSDB) - nenhum ex-governador é citado no processo.

Após a homologação, o ex-diretor do Metrô apressou-se em pedir à **Justiça Federal** cumprimento antecipado da pena estipulada no acordo. Os primeiros três anos da pena em 'regime fechado diferenciado', ou seja, prisão domiciliar com tornozeleira e limitação de visitas. Dois anos em semiaberto e mais dois anos no regime aberto. A juíza Flávia ainda vai decidir, mas a ação poderá ficar emperrada se vingar a estratégia do promotor Mendroni.

"Diante desta situação de delatado, Sérgio Correa Brasil arditosamente procurou o **Ministério Público Federal** em São Paulo buscando uma espécie de 'colaboração premiada sobre aquela colaboração premiada anterior', ataca Mendroni, no âmbito de exceção de incompetência da 12.^a **Vara Criminal** da Capital suscitada pela defesa de 'Encostado'.

Segundo ele, 'o **Ministério Público Federal** em São Paulo, por sua vez, ignorou o acordo anterior do **Ministério Público** do Estado com a empresa Camargo Correa, ignorou também a denúncia e as imputações oferecidas pelo **Ministério Público** do Estado/Gedec e, por fim, novamente ignorou a atuação deste Juízo da 12.^a **Vara Criminal** do Estado

de São Paulo'.

"Passou por cima de tudo isso como se a situação jurídica estadual não existisse, e, meses após, através de dez procuradores, decidiu firmar um 'sobrecordo' de colaboração premiada com o mesmo acusado Sérgio Corrêa Brasil, concedendo-lhe benefícios legais e penais que não vieram em nenhum momento ao conhecimento do **Ministério Público** do Estado", sustenta Mendroni.

Na avaliação do promotor do Gedec, 'colocaram-se, ou pretenderam se situar como uma espécie de **Justiça Federal** acima da Justiça Estadual'.

"Criaram, assim, um inacreditável imbróglio processual penal de difícil equacionamento, relegando, agora, ao Superior Tribunal de Justiça a difícil missão de dirimi-lo", alerta. "Importa enfatizar, desde logo, que, se aceita pelo **STJ** a justiça federal como a competente, se criará uma figura 'de Direito Processual', não de 'Direito Penal', supralegal de extinção de punibilidade, não prevista na legislação."

Mendroni chama o ex-diretor do Metrô de 'agente delatado-delator'.

Ainda de acordo com seus argumentos, 'Encostado' receberá uma hipótese de extinção de punibilidade na justiça estadual - o processo deixará de existir - 'em decorrência da elaboração sorrateira do acordo e de benefícios concedidos pelo **Ministério Público Federal** e homologados pela **Justiça Federal** por ter se valido de um Sobrecordo Frankestein' de colaboração premiada na **Justiça Federal** justamente para escapar da possível ou provável punição da Justiça Estadual'.

O promotor paulista anota que a juíza da 3.^a Vara Federal aceitou a competência da **Justiça Federal** por considerar que as obras das Linhas 2, 5 e 6 do Metrô contaram com financiamentos obtidos perante o BID, o BIRD e o JBIC, cujas operações foram habilitadas com a garantia da União, conforme ofício e planilhas fornecidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.

"O fato de uma licitação estadual envolver recursos repassados ao Estado-Membro pelo BNDES por meio de empréstimo bancário, chamado de mútuo feneratício, não atrai a competência da **Justiça Federal** para processar e julgar crimes relacionados a suposto superfaturamento na licitação", crava Mendroni.

Segundo ele, 'tampouco houve qualquer habilitação do **Ministério Público Federal** em relação ao caso Autos da Ação Penal nº 0096897- 91.2010.8.26.0050'.

"Não houve prejuízo por parte do BNDES nem a outros bancos financiadores dos quais a União foi mera garantidora, e, portanto, se tratou de financiamento por parte do ente governo do Estado de São Paulo que, este sim, sofreu prejuízo em decorrência do cartel, da fraude, e consequentemente do superfaturamento", segue o promotor.

"Foram o ente Estado de São Paulo e o Metrô/SP, não a União, que tiveram que pagar valores superfaturados ao BNDES, ao BID ou ao BIRD."

"Em 2000, o governo do Estado de São Paulo adquiriu capacidade de financiamento para tocar as obras da Linha 2 - Verde. Mas somente no ano de 2003 o governo de São Paulo, de fato, reuniu condições financeiras plenas, viabilizando economicamente a execução desses contratos, a partir da obtenção de financiamentos federais e internacionais, como do BNDES, BIRD e BID", destaca o promotor estadual.

"Restou evidente que o Estado de São Paulo assumiu o empréstimo do financiamento com os Bancos e depois sofreu o prejuízo decorrente do cartel, da fraude, da corrupção e consequentemente do superfaturamento", afirma o promotor. "A 3.^a Vara Federal de São Paulo deveria ter recusado a homologação do Acordo de Colaboração Premiada (de 'Encostado'), verificando, no caso concreto, a sua 'irregularidade'."

Mendroni diz que 'se o acordo firmado entre Sérgio Corrêa Brasil e o **Ministério Público Federal** em São Paulo não é ilegal, é irregular porque ele claramente pretende se furtar da ação penal contra ele anteriormente proposta na jurisdição estadual'.

"Todavia, ninguém pode se beneficiar pela própria torpeza, e foi ele próprio que deu causa ao presente 'Imbróglio Processual'."

O promotor pede que o Superior Tribunal de Justiça 'dirima o conflito de competência, julgando-o pela competência desta 12.^a **Vara Criminal** da Justiça do Estado para julgar ambas as ações interpostas'.

Ele sugere que os autos da 3.^a Vara da **Justiça Federal** sejam deslocados para a competência da Vara estadual.

"Sérgio Corrêa Brasil deve ser excluído do polo passivo da ação na **Justiça Federal**, prosseguindo aquela ação, todavia, em relação aos demais acusados e prosseguindo-se a ação penal contra ele e demais réus no âmbito da Justiça Estadual de São Paulo, para tanto, anulando-se os efeitos de quaisquer benefícios processuais e penais concedidos a Sérgio

Corrêa Brasil firmados com o **Ministério Público Federal/SP** e homologados pela 3.^a Vara da **Justiça Federal**, mas mantendo todo o teor da colaboração e aproveitamento de eventuais provas de qualquer espécie e documentos por ele entregues para que sejam admitidos como provas na Justiça estadual."

COM A PALAVRA, O ADVOGADO DANIEL CASAGRANDE, QUE DEFENDE SÉRGIO BRASIL

A defesa de Sérgio Brasil tem convicção que os fatos são de competência da **Justiça Federal**. O **STF** já se manifestou nesse sentido, encaminhando a delação da Odebrecht, no que concerne ao METRO-SP, para apuração perante a **Justiça Federal** de São Paulo, que ratificou tal entendimento. De todo modo, uma vez homologado, qualquer acordo de colaboração premiada deve ser respeitado por todos os órgãos de acusação e Juízos, sejam da esfera Federal ou Estadual. Tanto o MP como o **Poder Judiciário** são instituições unas, cuja divisão em Federal e Estadual existe, apenas, para organização dos trabalhos. Negar a aplicação de um acordo homologado judicialmente é desabonar um instituto que tem contribuído enormemente para passar o Brasil a limpo.

Estadao Conteudo

Copyright © 2019 Estadão Conteúdo. Todos os direitos reservados.

Site: <http://eshoje.com.br/mp-sp-diz-que-ex-diretor-do-metro-fechou-acordo-para-se-livrar-de-condenacao/>

Constituições garantem liberdade de expressão dos parlamentares (Notícias)

Raul Marques

Após receber a interpelação judicial feita pelo procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, o deputado Sergio Majeski (PSB) aproveitou a sessão na Assembleia Legislativa para fazer um paralelo entre o projeto de abuso de poder aprovado pela Câmara Federal e a sua situação e defendeu as prerrogativas constitucionais dos parlamentares.

O socialista se colocou contra a matéria votada pelos deputados federais e perguntou: "Que interpretação se dá à ação do procurador-geral (de Justiça) do Estado senão o abuso de poder?". Em seguida, citou os artigos 51 da Constituição Estadual e 53 da Constituição Federal para defender a inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões, palavras ou voto.

A interpelação pede explicações por parte do parlamentar ao Tribunal de Justiça (**TJES**) sobre críticas feitas ao recém-aprovado projeto na Casa para criação de mais de 300 cargos no **Ministério Público** Estadual (MPES). "Não temo absolutamente nada porque acredito ainda que as instituições deste País funcionem e que a lei deste País funcione", avaliou.

De acordo com o deputado, a situação abre precedente "perigoso" porque, segundo explicou, ao longo de sua trajetória na Assembleia Legislativa (Ales) já ouviu discursos com os quais não concordou, mas, sendo conhecedor da lei, ressaltou que o deputado tem prerrogativa para se manifestar conforme suas convicções.

A deputada Iriny Lopes (PT), pediu "delicadeza" no tratamento de denúncias que chegam contra parlamentares, já que eles representam o voto popular. Ela lembrou que enquanto parlamentar federal, participou do Conselho de Ética da Câmara, em Brasília, e chegou a ser relatora de pedido de cassação de mandato. Ela cobrou que a questão seja tratada internamente.

"Em que pese o respeito que tenho pelo Ministério Público, mas essa é uma questão que eu acho que temos que tratar intramuros, na Assembleia Legislativa, porque a questão que envolve o deputado Sergio Majeski está diretamente ligada a uma prerrogativa sagrada que temos, que é a da imunidade

parlamentar para expressão de opinião", avaliou.

Site: <https://hojees.com.br/2019/08/28/constituicoes-garantem-liberdade-de-expressao-dos-parlamentares/>

TJES e Governo do ES firmam acordo de cooperação técnica (Notícias)

Raul Marques

O presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, o Corregedor Geral da Justiça, desembargador **Samuel Meira Brasil Júnior** e a Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Menezes Loureiro, assinaram, na tarde desta terça-feira (27/8), um acordo de cooperação técnica entre o **Poder Judiciário** e o Governo do Estado, para fomentar a adoção de práticas e projetos inovadores no Espírito Santo.

De acordo com o termo de cooperação técnica, o objetivo do convênio é promover mais eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e na prestação de serviços à sociedade.

A cooperação entre os órgãos participantes consistirá em uma série de ações, tais como: promover estudos e ações de interesse comum que envolvam a aplicação ou o desenvolvimento de práticas inovadoras; compartilhar práticas, conhecimentos e experiências referentes à inovação no setor público; realizar eventos e ações de divulgação da temática da inovação e, por fim, estender aos servidores dos órgãos participantes a participação em eventos e ações de capacitação e desenvolvimento profissional promovidos por suas unidades competentes.

Essas ações serão planejadas e executadas de acordo com Plano de Trabalho, que deverá ser elaborado em até 30 dias após a assinatura.

Segundo o termo de cooperação técnica, as unidades coordenadoras da execução e do acompanhamento do acordo serão: No **TJES**, o Centro de Inteligência Artificial da Corregedoria Geral da Justiça e, na SEGER, a Subsecretaria de Inovação na Gestão (SUBGES).

Parceria para solucionar desafios da Administração Pública

A Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Menezes Loureiro, esteve em maio deste ano no Tribunal de Justiça, para convidar o **TJES** a participar do programa do governo que visa solucionar desafios da administração pública.

A secretária apresentou ao **Presidente do TJES**, o programa PitchGovEs, do governo do Estado, que prevê a participação de startups de todo o País, na solução de desafios da administração pública, otimizando recursos e melhorando a vida do cidadão. De acordo com o projeto, as startups contribuirão com métodos, experiências e ferramentas tecnológicas.

A secretária convidou o Tribunal de Justiça para também participar do programa. Na ocasião, o presidente do **TJES** se colocou à disposição e elogiou a iniciativa do governo estadual.

Sistema Integrado de Administração de RH

O governador Renato Casagrande, o presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, e a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, assinaram, no dia 01 de julho deste ano, o Termo de Cooperação Técnica, que estende a utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes) ao Tribunal de Justiça.

O sistema é uma ferramenta consolidada na gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamentos do Poder Executivo do Estado, que integra os dois registros e facilita a obtenção de informações sobre o pessoal visando a tomada de decisões estratégicas.

Site: <https://hojees.com.br/2019/08/28/tjes-e-governo-do-es-firmam-acordo-de-cooperacao-tecnica/>

Morador chama político de "verme" e é condenado a pagar indenização (Notícias)

Da Redação Do Jornal A Ilha

Um morador da região Norte do Estado foi condenado a indenizar um político, após ter utilizado as redes sociais para ofendê-lo. A Justiça estabeleceu que o valor a ser pago pelo eleitor é de R\$ 1 mil. Em uma das publicações, o acusado chama os políticos de "vermes" e "endomaniados". O **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)** não informou em qual cidade o caso aconteceu.

Além do pagamento da indenização por danos morais, o eleitor foi condenado a cinco meses e dez dias de detenção, em regime inicial de cumprimento de pena aberto, e pagamento de dez dias-multa, cada um equivalente a 1/30 do salário-mínimo vigente à época do fato delituoso.

De acordo com o **TJES**, o político alegou ter sofrido com comentários injuriosos, difamatórios e até caluniosos em rede social feitos pelo morador, que estaria insatisfeito com o resultado das eleições municipais. Por essa razão, o autor da ação pediu a condenação do acusado pelos crimes de calúnia, difamação e injúria.

Ao analisar o caso, o magistrado explicou que, em relação ao delito de calúnia, a Lei penal exige que a acusação falsa realizada diga respeito a um fato definido como crime. E, que no caso, pelas provas apresentadas, não restou comprovado que o acusado tenha agido com a intenção de atribuir prática de crime ao requerente.

Quanto ao crime de difamação, a defesa do requerido sustentou que suas publicações em rede social foram de cunho político. Entretanto, ao analisar as provas apresentadas, o juiz entendeu que as manifestações excederam o direito de crítica, tendo se caracterizado o crime de difamação quando o requerido imputou fato ofensivo à reputação do requerente.

No tocante ao crime de injúria, o juiz entendeu que o acusado, ao desqualificar a vítima chamando-a de "vermes", "demoniado" e que "perderam a vergonha da cara até os cachorros agora empatou com eles em vergonha", feriu a honra subjetiva do autor, caracterizando, pois, o crime de injúria.

"Da análise da prova documental e testemunhal,

depreende-se que as postagens feitas pelo querelado em sua rede social (Facebook), em vez de se limitar a narrar fatos relacionados à opinião política, como sustentado, proferiu expressões difamatórias e injuriosas, restando pois demonstrada a intenção de atingir a imagem do querelante", diz a sentença.

Após a análise da denúncia, o magistrado julgou parcialmente procedente a queixa-crime, para condenar o eleitor pela prática dos crimes de difamação e injúria, e absolvê-lo da imputação do crime de calúnia.

Com Informações: Tribuna On Line

Site: <http://jornalailha.com.br/2019/08/28/morador-chama-politico-de-verme-e-e-condenado-pagar-indenizacao.html>

Governador do Estado acompanha teleaudiência experimental (Notícias)

Da Redação Do Jornal A Ilha

O governador do Estado, Renato Casagrande, acompanhou do seu gabinete, no Palácio Anchieta, em Vitória, uma teleaudiência experimental realizada nesta quarta-feira (28) pela juíza Gisele Souza de Oliveira, da 4ª **Vara Criminal de Vitória**. Os réus estavam no Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) com seus respectivos advogados.

A Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) tem investido em tecnologia para implantar nas 35 unidades prisionais salas específicas para a realização de teleaudiências (audiências de instrução e julgamento realizadas por vídeo). O projeto está em fase de teste e tem apresentado bons resultados. O projeto de modernização prevê o investimento de R\$ 7,5 milhões do Governo do Estado. A expectativa é que todas as unidades prisionais estejam com o sistema implantado até o final deste ano.

A ação é realizada em parceria com o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e interliga o sistema do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)** com as unidades prisionais. As salas de teleaudiências também serão instaladas em 15 fóruns do Estado.

O governador Renato Casagrande ressaltou que a audiência desta terça representa um dia histórico para o Estado do Espírito Santo. "Assumimos uma situação no sistema carcerário de uma realidade que precisava de enfrentamento. Com o esforço de todos, com o apoio do **Conselho Nacional de Justiça**, as teleaudiências mudam a realidade e a forma que nos relacionamos na prestação do serviço. Queremos oferecer mais serviço com menos gasto e não queremos que o cidadão fique um dia a mais sequer no sistema sem necessidade. Não queremos injustiça e, às vezes, a pessoa privada de liberdade fica mais tempo que o necessário por não conseguir realizar a audiência, que não acontece por vários motivos, seja por um problema no veículo ou o engarrafamento, por exemplo", afirmou.

Casagrande lembrou que as teleaudiências economizam tempo e dinheiro do Estado. "Queremos ser duros com quem comete o crime, mas precisamos ser justos com quem já cumpriu sua pena", ressaltou o governador.

Acompanhando a transmissão no gabinete do governador, também estiveram presentes o presidente do **TJES**, desembargador Sergio Luiz Teixeira Gama; o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz; o coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** Estadual, Marcelo Paiva de Melo; o secretário geral da **OAB/ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira; a representante do Prodest, Carla Letícia Alves do Nascimento; além do subsecretário de Estado para Assuntos do Sistema Penal, Alessandro Ferreira de Souza; e o gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra.

Durante o evento, o presidente do **TJES** observou que as audiências por vídeo representam a justiça do futuro. "A Justiça está utilizando da tecnologia para agilizar os julgamentos. Ninguém quer que ninguém cumpra mais tempo de prisão do que a lei determina. O projeto vai possibilitar uma economia enorme de combustível, mais segurança para quem transporta os presos e uma série de benefícios", enfatizou o desembargador.

A ação tem como objetivo aprimorar a gestão do sistema prisional capixaba, uma vez que o projeto trará mais segurança, agilidade e economia para o Estado. "Com as salas de teleaudiências, o Judiciário terá mais agilidade para ouvir os réus nos processos e decidir quais penalidades aplicar para cada caso, como as penas alternativas. Estimamos que as audiências por vídeo gerem uma redução expressiva do número de escoltas para condução de detentos em audiências presenciais, ação que promove um gasto médio anual de R\$ 15 milhões para o Estado. A medida pode reduzir também a superlotação do sistema e permitir mais economia, uma vez que o custo médio de um preso hoje é de R\$ 1.600,00 por mês", explicou o secretário de Estado da Justiça, Luiz Carlos Cruz.

A coordenadora das **Varas Criminais** e de Execuções Penais do **TJES**, a juíza Gisele Souza de Oliveira, que conduziu a teleaudiência, lembrou que a iniciativa faz parte de um esforço conjunto liderado pelo governador. "Todo esse esforço conseguiu harmonizar os interesses de todas as instituições que compõem o sistema de Justiça em torno das audiências por vídeo, que têm funcionado de forma eficiente em todos os testes realizados. A Sejus se envolveu integralmente

neste projeto, assim como o **Poder Judiciário**. Fico muito feliz de protagonizar esse momento que marca a modernização do nosso sistema de Justiça", ressalta.

A 2ª **Vara Criminal** de Colatina e a comarca de São Domingos do Norte também realizam audiências com a ferramenta de forma experimental. Mais de 300 teleaudiências já foram realizadas em formato de teste.

Sistema prisional

A Sejus é responsável pela gestão de 35 unidades prisionais, com capacidade para 13.863 presos. A população carcerária atual é de 23.869, sendo 22.542 do sexo masculino e 1.327 do sexo feminino. Desse total, 15.164 são presos condenados e 8.663 provisórios.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Governo

Giovani Pagotto

Assessoria de Comunicação da Sejus

Sandra Dalton / Karla Secatto

Site: <http://jornalilha.com.br/2019/08/28/governador-do-estado-acompanha-teleaudiencia-experimental.html>

Prefeito Dorlei Fontão visita o presidente do Tribunal de Justiça do ES

Redator Chefe

O prefeito em exercício de Presidente Kennedy, Dorlei Fontão da Cruz, visitou na tarde desta terça-feira (27) o presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**.

Dorlei esteve acompanhado do assessor Tércio Jordão e do deputado estadual Marcelo Santos.

A visita de cortesia ao presidente do **TJES** faz parte de uma série de visitas institucionais que o prefeito tem feito desde que assumiu a gestão interina.

As reuniões e visitas são marcadas com a apresentação do Planejamento Estratégico do município para os próximos anos e o trabalho até aqui desenvolvido pela sua gestão à frente da Prefeitura de Presidente Kennedy.

Gestão esta que em uma enquete realizada no Portal Kennedy em Dia, que questionava os leitores sobre o trabalho do prefeito interino nos primeiros 100 dias de governo, foi avaliada como ótima ou boa por cerca de 61% dos leitores.

Site: <https://portalmaratimba.com.br/prefeito-dorlei-fontao-visita-o-presidente-do-tribunal-de-justica-do-es/>

Sergio Majeski: Constituições garantem liberdade de expressão dos parlamentares

(Notícias)

Redação

Após receber a

interpelação judicial feita pelo procurador-geral de Justiça, Eder

Pontes, o deputado Sergio Majeski (PSB) aproveitou a sessão na Assembleia

Legislativa para fazer um paralelo entre o projeto de abuso de poder aprovado

pela Câmara Federal e a sua situação e defendeu as prerrogativas constitucionais

dos parlamentares.

O socialista se

colocou contra a matéria votada pelos deputados federais e perguntou:

"Que interpretação se dá à ação do procurador-geral (de Justiça) do

Estado senão o abuso de poder?".

Em seguida, citou

os artigos 51 da Constituição Estadual e 53 da Constituição Federal para

defender a inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões,

palavras ou voto.

A interpelação pede

explicações por parte do parlamentar ao Tribunal de Justiça (**TJES**) sobre

críticas feitas ao recém-aprovado projeto na Casa para criação de mais de 300

cargos no **Ministério Público** Estadual (MPES).

"Não temo

absolutamente nada porque acredito ainda que as instituições deste País

funcionem e que a lei deste País funcione", avaliou.

De acordo com o

deputado, a situação abre precedente "perigoso" porque, segundo explicou, ao

longo de sua trajetória na Assembleia Legislativa (Ales) já ouviu discursos com

os quais não concordou, mas, sendo conhecedor da lei, ressaltou que o deputado

tem prerrogativa para se manifestar conforme suas convicções.

A deputada Iriny

Lopes (PT), pediu "delicadeza" no tratamento de denúncias que chegam contra

parlamentares, já que eles representam o voto popular. Ela lembrou que enquanto

parlamentar federal, participou do Conselho de Ética da Câmara, em Brasília, e

chegou a ser relatora de pedido de cassação de mandato. Ela cobrou que a

questão seja tratada internamente.

"Em que pese o

respeito que tenho pelo Ministério Público, mas essa é uma questão que eu acho

que temos que tratar intramuros, na Assembleia Legislativa, porque a questão

que envolve o deputado Sergio Majeski está

diretamente ligada a uma

prerrogativa sagrada que temos, que é a da imunidade parlamentar para expressão

de opinião", avaliou.

Site:

http://www.radarcapixaba.com.br/noticia/5403/Sergio_Majeski_Constituies_garantem_liberdade_de_expresso_dos_parlamentares.html

Condenação contra ex-vereador de Mimoso do Sul é mantida pelo TJES

O ex-vereador José Jardel Astolpho, de Mimoso do Sul, no sul do Estado, condenado pela Justiça em primeira instância por ser o mandante do assassinato do próprio cunhado, Sebastião Carlos de Oliveira Filho, crime ocorrido em julho de 2008, teve condenação mantida pela 1ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)** em decisão desta quarta-feira (28). Além de mantida a condenação, houve determinação para expedição do mandado de prisão para cumprimento imediato.

De acordo com os advogados assistentes da acusação contratados pela família da vítima, Ludgero Liberato e Lucas Pagzheon, desde a prisão do ex-presidente Lula após condenação em segunda instância, a Justiça tem utilizado a jurisprudência para os casos semelhantes. Dessa forma, o réu condenado pode até continuar recorrendo aos tribunais superiores, como Supremo Tribunal Federal (**STF**) e Superior Tribunal de Justiça (**STJ**); todavia, aguarda as decisões preso. O **TJES** também manteve a pena de 18 anos e seis meses.

No dia 10 de maio de 2018, dez anos após o crime, o ex-vereador foi condenado pelo Júri Popular por unanimidade pelo crime de homicídio duplamente qualificado: motivo torpe e sem chance de defesa por parte da vítima. O ex-vereador estava em liberdade até o julgamento dos recursos de sua defesa em segunda instância, que tinham como objetivo obter um novo julgamento.

Astolpho é acusado de mandante do crime, que aconteceu no dia 16 de julho de 2008. Sebastião Carlos de Oliveira Filho foi morto no interior de seu veículo, quando saía de sua residência, no centro de Mimoso do Sul. O crime foi supostamente motivado por uma dívida de R\$ 260 mil envolvendo a prefeitura da cidade e um posto de gasolina em que dos dois eram sócios. Depois de desfazer a sociedade e abrir uma marmoraria, a vítima estaria fazendo constantes cobranças ao então vereador, que já teria recebido o pagamento e não havia repassado a parte ao cunhado.

Durante as investigações, os executores do crime, Jocimar Marques e Marcos Henrique Muniz Coutinho, que foram condenados e estão presos, confessaram que o mandante teria sido o ex-vereador.

Em novembro de 2017, a Justiça deferiu pedido do **Ministério Público** e transferiu o júri do vereador para Vila Velha. Para o órgão ministerial, a transferência foi necessária devido às denúncias de ameaças que teriam sido praticadas pelo vereador contra testemunhas e jurados.

A família da vítima acompanha com expectativa o desfecho do caso. Ludgero Liberato diz que a família da vítima tinha plena confiança que a pena seria mantida, devido a três motivos principais: houve graves consequências para as duas filhas que à época eram menores; houve grande dano à imagem do Poder Público, com a utilização de intermediários policiais, que, inclusive, estavam de serviço no dia do crime; e houve uma complexa trama para a execução do homicídio, demonstrando maior reprovação da conduta.

Site:

<https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/condenacao-contra-ex-vereador-de-mimoso-do-sul-e-mantida-pelo-tjes>

Morador da Grande Vitória deve indenizar prefeito em R\$ 2 mil por danos morais (Últimas Notícias)

O prefeito, autor da ação, alegou que foi convidado a participar de um programa de jornal televisivo, em que comentaria sobre uma obra que seria realizada em um bairro do município, quando, durante os preparativos para a transmissão, foi abordado pelo requerido, na época pré-candidato ao cargo de vereador, que lhe dirigiu ofensas e palavras ultrajantes, chamando-o de "mentiroso" em frente ao público, dizendo-lhe que deveria "parar de mentir", "parar de contar historinha e falar a verdade".

O requerente ainda sustentou que, com o intuito de agravar o prejuízo moral e de se autopromover, o réu publicou um vídeo do ocorrido em uma rede social e que a conduta ilícita praticada lhe atingiu a honra e a dignidade. Já o requerido apresentou contestação intempestiva, razão pela qual foi decretada a sua revelia.

Ao analisar o caso, o juiz observou que todos os indivíduos têm direito de liberdade de expressão, previsto nos art. 5º, IV, da Constituição Federal, entretanto, este não é absoluto, pois passível de restrição por outros direitos igualmente protegidos constitucionalmente, como os relacionados à intimidade, vida privada, honra e imagem.

O magistrado ainda levou em consideração que o ocorrido aconteceu entre o prefeito e um pré-candidato ao cargo de vereador do mesmo município, cerca de 04 meses antes das eleições municipais. "Dessa forma, evidente que a atitude do réu extrapola os limites da liberdade de manifestação do pensamento, configurando o abuso no exercício do direito à liberdade de expressão, e viola os direitos inerentes à personalidade da parte autora (honra e imagem)", enfatizou o magistrado na decisão.

Ao concluir que ficou caracterizada a conduta abusiva e excessiva por parte do demandado na publicação do arquivo audiovisual, o juiz condenou o requerido a indenizar o autor da ação em R\$ 2 mil pelos danos morais sofridos.

Vitória, 28 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do
TJES

Texto: Elza Silva | elcrsilva@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/morador-da-grande-vitoria-deve-indenizar-prefeito-em-r-2-mil-por-danos-morais/>

Empresa é condenada após caminhão não conseguir subir ladeira e bater em outro veículo (Últimas Notícias)

Uma empresa de material de construção foi condenada a pagar R\$8.833,00 a uma empresa de saneamento e instalações industriais, após um de seus caminhões bater em um veículo da autora da ação. O acidente ocorreu quando o motorista tentava subir uma ladeira em Cariacica. A decisão é da 9ª Vara Cível de Vitória.

De acordo com a parte requerente, ela teve sua caminhonete danificada quando o caminhão da requerida tentava subir uma ladeira do bairro Porto de Santana, em Cariacica. O automóvel não teria conseguido realizar a manobra e, por isso, acabou descendo de marcha ré e colidido com a caminhonete da autora, que estacionava o veículo no momento do acidente.

Em contestação, a ré não negou o ocorrido e admitiu ter tentado impedir que o acidente fosse ainda maior. "[.] Evitou que o caminhão colidisse com demais veículos que ali existiam e até pessoas e tentou frear a todo momento, a fim de evitar mal pior. Infelizmente ocorreu a colisão com o veículo", defendeu.

Desta forma, o magistrado considerou incontroversa a colisão entre os veículos e os consequentes danos ao automóvel da parte requerente. Em apreciação, o juiz destacou que o art. 34 do Código de Trânsito prevê que o condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele.

Segundo o juiz, as provas apresentadas nos autos comprovam que a ré foi negligente na condução do seu veículo. "A imprudência do réu em deixar o veículo conduzido por ele descer a ladeira, sem utilizar-se dos freios, ocasionou sim, a colisão com o veículo do autor, que estava estacionado na via. Deveria o requerido ter acionado o freio de mão, a fim de não deixar seu veículo descer em marcha ré, caso não obtivesse controle total do veículo em ladeira", afirmou.

Assim, o magistrado entendeu que houve culpa exclusiva por parte da requerida e a condenou a ressarcir a autora pelos prejuízos que lhe foram

causados, em R\$8.833,00 a título de danos materiais.

Processo nº 0015509-41.2016.8.08.0024

Vitória, 28 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Matheus Souza | mapsouza@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/empresa-e-condenada-apos-caminhao-nao-conseguir-subir-ladeira-e-bater-em-outro-veiculo/>

Presidente do TJES, Governador do Estado e Secretário de Justiça acompanham teleaudiência (Últimas Notícias)

Nesta quarta-feira (28/08), o Presidente do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**, o Governador do Estado, Renato Casagrande, e o Secretário de Estado da Justiça Luiz Carlos Cruz, acompanharam, direto do Palácio Anchieta, uma teleaudiência experimental realizada pela juíza da 4ª **Vara Criminal de Vitória**, Gisele Souza de Oliveira.

Graças ao novo formato de audiência de instrução e julgamento, os réus, acusados de estelionato, não precisaram se deslocar para o Fórum Criminal e permaneceram no Centro de Detenção Provisória de Viana II, a todo momento, acompanhados por seus respectivos advogados.

"Essa é a Justiça do Futuro. Já estamos utilizando essa tecnologia para agilizar os julgamentos de pessoas privadas de liberdade em outras Comarcas. É um avanço considerável, que gera economia aos cofres públicos, segurança para a sociedade e permite ao magistrado dar celeridade ao processo dos réus presos", destacou o presidente do **TJES**, desembargador **Sérgio Luiz Teixeira Gama**.

O governador Renato Casagrande enfatizou que, somente no ano passado, o estado realizou 39 mil escoltas de custodiados, gastando em torno de 11 milhões de reais para a apresentação dos réus nos Fóruns. "Hoje é um dia histórico. Aprovamos uma ferramenta que dispensa a escolta de presos. Espero que a gente utilize cada vez mais a teleaudiência para termos uma boa gestão do Sistema Prisional e maior controle da violência no estado".

De acordo com o Secretário de Estado da Justiça, o projeto de modernização das audiências prevê o investimento de 7,5 milhões de reais. "Já estamos investindo na implantação de salas especializadas para teleaudiências nas 35 unidades prisionais do estado e em 15 fóruns do **Poder Judiciário**. A expectativa é de que o sistema esteja totalmente implantado até o final deste ano.

O Gerente de Tecnologia da Informação da Sejus, Jocymar Lyra, destacou que a ação é realizada em parceria com o Prodest, Instituto de Tecnologia da

Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo. "Ele tem uma plataforma central que interliga os Fóruns do **TJES** às unidades prisionais. Então hoje temos um ambiente único capaz de fazer a comunicação de todos os envolvidos nas teleaudiências e armazenar os vídeos".

No Palácio Anchieta também estavam presentes o Secretário-Geral da **OAB-ES**, Marcus Felipe Botelho Pereira, o Subsecretário para Assuntos do Sistema Penal da Serjus, Alessandro Ferreira e o Coordenador de Execução Penal da **Defensoria Pública** Estadual, Marcelo Paiva de Melo.

Do Fórum Criminal, por meio da tela, a juíza registrou a satisfação de integrar o projeto-piloto das teleaudiências. "Fico feliz em protagonizar uma das mais importantes ações de modernização tanto do Sistema Prisional como da própria justiça criminal capixaba. Percebo que as instituições do Executivo e do Judiciário estão em harmonia de objetivos para consolidar essa iniciativa", ressaltou a juíza Gisele Souza de Oliveira.

E a Promotora de Justiça Juliana Pimenta, que também estava no Fórum, destacou um ponto considerado muito importante pelo **Ministério Público** Estadual: "Na teleaudiência o preso tem todas as garantias constitucionais preservadas. Ele tem a defesa dentro do presídio e tem a defesa dentro da sala de audiência, ou seja, o contato com os advogados é a todo momento. Então tenho certeza de que a ampla defesa e o contraditório são muito respeitados".

Vitória, 28 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Tais Valle | tsvalle@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/presidente-do-tjes-governador-do-estado-e-secretario-de-justica-acompanham-teleaudiencia-experimental/>

TJES nega recurso de ex-vereador condenado em Júri Popular por morte de cunhado em Mimoso (Últimas Notícias)

A 1ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** negou, nesta quarta-feira (28), provimento à apelação nº 0001691-08.2010.8.08.0032, ajuizada por José Jardel Astolpho, ex-vereador de Mimoso do Sul, condenado no **Tribunal do Júri** a 18 anos e 6 meses de prisão, em 11 de maio de 2018, sob a acusação de ter sido o mandante do crime de homicídio duplamente qualificado, cometido em face de seu cunhado e sócio, Sebastião Carlos de Oliveira Filho. O crime aconteceu em julho de 2008.

O advogado que representou o ex-parlamentar alegou irregularidades no andamento processual, capazes de gerar a anulação da sentença proferida em 1º grau da Justiça. Foi suscitada uma preliminar de nulidade da condenação decidida no Júri.

Após sustentação, o relator do processo, desembargador **Pedro Valls Feu Rosa**, analisou a preliminar suscitada para a possibilidade de nulidade do Júri realizado, que foi rejeitada pela Câmara Criminal. "Não entendo que o pleito mereça prosperar. Como se sabe, a declaração de nulidade depende de demonstração efetiva do prejuízo ao demandante, o que não ocorreu", observou o magistrado, a partir das alegações apresentadas pelo apelante.

"Os advogados do réu foram ativos durante toda a realização do julgamento, questionando os atos que entendiam em desacordo com a lei processual pátria, o que foi prontamente observado pelo magistrado, mas não fizeram (advogados) qualquer menção à matéria aqui impugnada no momento adequado", acrescentou.

No mérito da apelação, o desembargador **Pedro Valls Feu Rosa** destacou que o Tribunal de Justiça não deve julgar o fato que levou a questão discutida ao Judiciário, visto que se trata de crime doloso contra a vida, cuja responsabilidade de examinação é do **Tribunal do Júri**. "Não me é possível aqui dizer se o julgamento foi justo ou injusto, certo ou errado. Apenas devo agora julgar se o veredito foi absurdo ou não", ressaltou o julgador.

A partir da análise das provas colhidas no processo, o relator decidiu por negar provimento ao recurso

interposto por José Jardel Astolpho, sendo acompanhado pelos demais integrantes do Colegiado.

À unanimidade, a 1ª Câmara Criminal manteve a sentença de 1º grau, que condenou o ex-parlamentar, a 18 anos e 6 meses de prisão, após o Júri Popular constatar a culpabilidade do acusado. Além disso, foi determinada a prisão do réu, que aguardou o julgamento dos recursos em liberdade.

O crime, que teve ampla repercussão, teria sido supostamente motivado por uma dívida de, aproximadamente, R\$200 mil entre a Prefeitura e o posto de combustível no qual as partes do processo eram sócias. Segundo os autos, o cunhado do réu teria realizado cobranças a fim de receber parte de um pagamento, disponibilizado pelo Prefeitura em favor da empresa de sociedade das partes. O ex-vereador de Mimoso do Sul foi condenado no Júri em 2018 pelo crime de homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e sem chance de defesa por parte da vítima, Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

Processo nº 0001691-08.2010.8.08.0032

Vitória, 28 de agosto de 2019

Informações à Imprensa

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do **TJES**

Texto: Isabella de Paula | ihpaula@tjes.jus.br

Andréa Resende

Assessora de Comunicação do **TJES**

imprensa@tjes.jus.br

www.tjes.jus.br

Site: <http://www.tjes.jus.br/tjes-nega-recurso-de-ex-vereador-condenado-em-juri-popular-por-morte-de-cunhado-em-mimoso-do-sul/>

Homem é condenado a indenizar vice prefeito de Alto Rio Novo após insultos (Destques)

WEBER ANDRADE

Um homem foi condenado por injúria e difamação depois de postar insultos contra o vice-prefeito de Alto Rio Novo, Matheus Oliveira Silva, em uma rede social. Segundo o processo, o homem ficou insatisfeito com o resultado das eleições e publicou palavras como "vermes" e "demoniado" para se referir ao vice-prefeito. E também disse que "perderam a vergonha da cara até os cachorros agora empatou com eles em vergonha".

Para a Justiça, a manifestação excedeu o direito de crítica. O homem foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 1 mil e também a 5 meses e 10 dias de prisão. A pena será cumprida em regime aberto.

Inversão - Ex-vereador e atualmente vice-prefeito de Alto Rio Novo, Matheus Oliveira Silva, também já foi condenado pela Justiça a pagar R\$ 5 mil em indenização por danos morais a um advogado de Colatina. O fato aconteceu em 2014, durante sessão na Câmara Municipal, quando ele era vereador.

A sentença proferida pelo 1º **Juizado Especial Cível** de Colatina em outubro de 2011, afirma que o vice-prefeito emitiu ofensas de caráter pessoal contra o requerente Marlon Pereira durante um discurso na Câmara.

Para justificar o ato, o ex-vereador alegou a imunidade parlamentar como garantia de sua liberdade de discurso. No entanto, o juiz Bruno Silveira de Oliveira afirma que o parlamentar não pode se beneficiar do dispositivo para propagar ofensas com o intuito de desonrar terceiros.

Segundo o magistrado, o intuito da norma que assegura imunidade ao parlamentar é o de facilitar a vida do político, e não ocultar a intenção de corromper a moral alheia.

"Assim sendo, merece ressaltar que a conduta do Requerido, que assomou a tribuna da sua Casa Legislativa para anunciar injúrias à parte Demandante, não só constitui conduta atentatória ao seu decoro

parlamentar, como também viola a ordem jurídica, os foros de civilidade, a consciência do cidadão, e sobretudo, o princípio da dignidade humana", concluiu o magistrado, justificando assim sua decisão. (Fonte G1 Espírito Santo e Folha Vitória)

Site: <https://vozdabarra.com.br/homem-e-condenado-a-indenizar-vice-prefeito-de-alto-rio-novo-apos-insultos/>

Justiça condena ex-vereador de Mimoso do Sul por crime de mando em homicídio

JUSTIÇA, CONDENA, EX VEREADOR, MIMOSO DO SUL, CRIME, HOMICÍDIO, TJES,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVVITRIARECOR>

DES-19.40.14-19.41.07-1567032661.mp4

35 presídios capixabas podem ganhar teleaudiência

PRESÍDIO, CAPIXABA, TELEAUDIÊNCIA,
GOVERNADOR, RENATO CASAGRANDE,
PRESIDENTE, SÉRGIO LUIZ GAMA, TJES,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVTRIBUNASBT
ES-19.34.03-19.36.32-1567033118.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVTRIBUNASBT
ES-19.34.03-19.36.32-1567033118.mp4)**

Justiça do Espírito Santo começa a fazer teleaudiência

JUSTIÇA, ESPÍRITO SANTO, TELEAUDIÊNCIA,
PRESIDENTE, SÉRGIO LUIZ GAMA,
GOVERNADOR, RENATO CASAGRANDE, SEJUS,
TJES,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVVITRIARECOR>

[DES-19.10.21-19.13.49-1567031843.mp4](#)

Governador Renato Casagrande irá acompanhar teleaudiência experimental

GOVERNADOR, RENATO CASAGRANDE,
TELEAUDIÊNCIA, EXPERIMENTAL, TJES, SEJUS,

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/28/RDIOCBNVITRIA
925FMES-16.16.01-16.21.55-1567023368.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/28/RDIOCBNVITRIA925FMES-16.16.01-16.21.55-1567023368.mp3)**

Tribunal de Justiça mantém condenação e manda prender ex-vereador acusado de tramar assassinato de empresário em Mimoso do Sul

Por quatro votos a zero, a 1ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado** do Espírito Santo manteve, na tarde desta quarta-feira (28/08), a condenação de 18 anos e seis meses de prisão do empresário e ex-vereador de Mimoso do Sul, José Jardel Astolpho, acusado pelo **Ministério Público** do Estado do Espírito Santo (MPES) de ser um dos mandantes do assassinato do próprio cunhado, o também empresário Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

O Tribunal de Justiça também determinou a imediata prisão do ex-vereador - que não estava na sessão de julgamento -, que aguardou o julgamento do recurso em liberdade.

Jardel tinha sido julgado pelo **Tribunal do Júri** de Vila Velha em 11 de maio de 2018. Embora o crime tenha ocorrido em Mimoso do Sul, em 2008, o júri foi desafortado para Vila Velha a pedido do MPES, por conta de influência que o ex-vereador mantinha na cidade.

Na decisão desta quarta-feira, a 1ª Câmara Criminal negou provimento à apelação nº 0001691-08.2010.8.08.0032, ajuizada pela defesa de Jardel Astolpho. O crime ocorreu em 11 de maio de 2018.

O advogado que representou o ex-parlamentar alegou irregularidades no andamento processual, capazes de gerar a anulação da sentença proferida em 1º grau da Justiça. Foi suscitada uma preliminar de nulidade da condenação decidida no Júri.

Após sustentação, o relator da apelação, desembargador **Pedro Valls Feu Rosa**, analisou a preliminar suscitada para a possibilidade de nulidade do Júri realizado, que foi rejeitada pela Câmara Criminal.

"Não entendo que o pleito mereça prosperar. Como se sabe, a declaração de nulidade depende de demonstração efetiva do prejuízo ao demandante, o que não ocorreu", observou o magistrado, a partir das

alegações apresentadas pelo apelante.

"Os advogados do réu foram ativos durante toda a realização do julgamento, questionando os atos que entendiam em desacordo com a lei processual pátria, o que foi prontamente observado pelo magistrado, mas não fizeram (advogados) qualquer menção à matéria aqui impugnada no momento adequado", acrescentou.

No mérito da apelação, o desembargador **Pedro Valls Feu Rosa** destacou que o Tribunal de Justiça não deve julgar o fato que levou a questão discutida ao Judiciário, visto que se trata de crime doloso contra a vida, cuja responsabilidade de examinação é do **Tribunal do Júri**.

"Não me é possível aqui dizer se o julgamento foi justo ou injusto, certo ou errado. Apenas devo agora julgar se o veredito foi absurdo ou não", ressaltou Pedro Valls.

A partir da análise das provas colhidas no processo, o relator decidiu por negar provimento ao recurso interposto por Jardel Astolpho, sendo acompanhado pelos demais integrantes do Colegiado.

À unanimidade, a 1ª Câmara Criminal manteve a sentença de 1º grau, que condenou o ex-parlamentar a 18 anos e 6 meses de prisão, após o Júri Popular constatar a culpabilidade do acusado. O Colegiado foi formado pelos desembargadores Pedro Valls, **William Silva**, Elizabeth Lordes e Júlio César Costa (substituto).

O crime, que teve ampla repercussão, teria sido supostamente motivado por uma dívida de, aproximadamente, R\$ 200 mil entre a Prefeitura e o posto de combustível no qual as partes do processo eram sócias.

Segundo os autos, o cunhado do réu teria realizado cobranças a fim de receber parte de um pagamento, disponibilizado pela Prefeitura em favor da empresa de

sociedade das partes. O ex-vereador de Mimoso do Sul foi condenado no Júri em 2018 pelo crime de homicídio duplamente qualificado por motivo torpe e sem chance de defesa por parte da vítima, Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

Na mesma sentença, o relator Pedro Valls determinou a prisão do ex-vereador Jardel, tendo como jurisprudência entendimento do Supremo Tribunal Federal que permite a prisão de réu condenado em segunda instância. Em seguida, o desembargador **Willian Silva** pediu a expedição da Guia de Mandado de Prisão, tendo sido acompanhado por seus pares. Significa que Jardel pode ser preso a qualquer momento.

No dia 13 de junho de 2019, o **Tribunal do Júri** de Mimosos do Sul condenou o guarda municipal Carlos Henrique Horácio, conhecido como Kim, a 17 anos e nove meses de prisão pela acusação de ter intermediado o assassinato do empresário Sebastião Carlos de Oliveira Filho.

Saiba Mais

Ainda faltam ser julgados o empresário Roney Ferreira, que é sócio de Jardel em um posto de gasolina de Mimosos do Sul, e é um dos denunciados como mandante do crime; e o policial civil Sebastião Almeida do Rosário, conhecido como Tião PC e Tião Cinquentinha, e o ex-policial militar Edilson Silva Lopes, que teriam auxiliado a planejar todo o crime.

Os executores do assassinato, Jocimar Marques, o Mazinho, e Marcos Henrique Muniz Coutinho, já foram julgados e condenados a 19 anos de prisão.

Site: <http://www.elimarcortes.com.br/2019/08/28/tribunal-de-justica-mantem-condenacao-e-manda-prender-ex-vereador-acusado-de-mandar-matar-empresario-em-mimoso-do-sul/>

Calote federativo

Avança em Brasília uma agenda um tanto obscura chamada, imprecisamente, de "pacto federativo". Trata-se, na prática, de atender a interesses mais imediatos de governadores e prefeitos em troca de apoio político à reforma da Previdência e a outros projetos da pauta do governo federal.

Na tradição brasileira, negociações desse tipo costumam ser contaminadas por grande dose de paternalismo no tratamento de estados e municípios, geralmente às expensas dos contribuintes. Não é à toa, por exemplo, que o pagamento das dívidas das administrações regionais se arraste há décadas, entre sucessivas prorrogações.

Um caso particularmente vicioso é o dos chamados precatórios, termo que designa obrigações do poder público com pessoas ou empresas, definidas por decisões judiciais definitivas -como uma indenização trabalhista ou a desapropriação de um terreno.

Mais uma vez, o Congresso examina mudar o prazo para a regularização de tais compromissos, que passaria de 2024 para 2028. A avançar a ideia, será o sexto adiamento, começando a conta a partir do período de oito anos fixado pela Constituição de 1988.

Pela estimativa preliminar do **Conselho Nacional de Justiça**, há cerca de R\$ 140 bilhões em precatórios (equivalentes a 2% do Produto Interno Bruto) a cargo de estados e municípios. Haveria mais de 1 milhão de credores, em filas de espera que podem levar décadas.

Desnecessário apontar que a sucessão de prorrogações de prazos, generosamente aprovadas por meio de emendas à Constituição, representa desestímulo ao ajuste das contas e à quitação das dívidas.

Torna-se mais prático, para governadores e prefeitos, recorrer periodicamente aos favores do Congresso Nacional, não raro com o beneplácito do Executivo federal e a condescendência do Judiciário.

São reais -e, em alguns casos, dramáticos- os problemas financeiros das administrações estaduais e municipais. Justifica-se, pelo bem da prestação de serviços públicos, algum tipo de socorro aos entes federativos, como a repartição de recursos do pré-sal em debate.

De nada valerá a ajuda, entretanto, se não estiver

condicionada a metas rigorosas de reequilíbrio orçamentário -incluindo reformas previdenciárias, privatizações e revisão de benefícios tributários- e sanções imediatas nas hipóteses de descumprimento.

Estabelecida alguma normalidade, os entes federativos deveriam acostumar-se a caminhar com as próprias pernas e receitas. Esse, sim, seria um pacto digno do nome.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48864&_mather=67f5fc552128263d

Calote federativo

Avança em Brasília uma agenda um tanto obscura chamada, imprecisamente, de "pacto federativo" . Trata-se, na prática, de atender a interesses mais imediatos de governadores e prefeitos em troca de apoio político à reforma da Previdência e a outros projetos da pauta do governo federal.

Na tradição brasileira, negociações desse tipo costumam ser contaminadas por grande dose de paternalismo no tratamento de estados e municípios, geralmente às expensas dos contribuintes. Não é à toa, por exemplo, que o pagamento das dívidas das administrações regionais se arraste há décadas, entre sucessivas prorrogações.

Um caso particularmente vicioso é o dos chamados precatórios, termo que designa obrigações do poder público com pessoas ou empresas, definidas por decisões judiciais definitivas -como uma indenização trabalhista ou a desapropriação de um terreno.

Mais uma vez, o Congresso examina mudar o prazo para a regularização de tais compromissos , que passaria de 2024 para 2028. A avançar a ideia, será o sexto adiamento, começando a conta a partir do período de oito anos fixado pela Constituição de 1988.

Pela estimativa preliminar do **Conselho Nacional de Justiça**, há cerca de R\$ 140 bilhões em precatórios (equivalentes a 2% do Produto Interno Bruto) a cargo de estados e municípios. Haveria mais de 1 milhão de credores, em filas de espera que podem levar décadas.

Desnecessário apontar que a sucessão de prorrogações de prazos, generosamente aprovadas por meio de emendas à Constituição, representa desestímulo ao ajuste das contas e à quitação das dívidas.

Torna-se mais prático, para governadores e prefeitos, recorrer periodicamente aos favores do Congresso Nacional, não raro com o beneplácito do Executivo federal e a condescendência do Judiciário.

São reais -e, em alguns casos, dramáticos- os problemas financeiros das administrações estaduais e municipais. Justifica-se, pelo bem da prestação de serviços públicos, algum tipo de socorro aos entes federativos, como a repartição de recursos do pré-sal em debate.

De nada valerá a ajuda, entretanto, se não estiver

condicionada a metas rigorosas de reequilíbrio orçamentário -incluindo reformas previdenciárias, privatizações e revisão de benefícios tributários- e sanções imediatas nas hipóteses de descumprimento.

Estabelecida alguma normalidade, os entes federativos deveriam acostumar-se a caminhar com as próprias pernas e receitas. Esse, sim, seria um pacto digno do nome.

editoriais@grupofolha.com.br

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/08/calote-federativo.shtml>

Denúncia de Crivella contra juíza que interditou Niemeyer é arquivada

Gustavo Goulart

Avenida Niemeyer está interditada desde maio deste ano; prefeitura vem tentando insistentemente reabrir a via Foto: Marcelo Theobald / Agência O Globo

RIO - A Corregedoria-Geral de Justiça do Rio resolveu arquivar o procedimento de investigação contra a juíza Mirela Erbisti, da 3ª Vara de Fazenda Pública da Capital, que determinou em maio o fechamento da Avenida Niemeyer. A denúncia havia sido feita pela prefeitura este mês ao **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, alegando que a magistrada havia cometido abuso de autoridade, entre outras coisas, por estipular multa de R\$ 120 mil ao prefeito Marcelo Crivella em caso de descumprimento da decisão de fechar a via. O órgão decidiu que deveria ser feita pela Corregedoria-Geral uma apuração sobre a conduta de Erbisti. O desembargador Bernardo Moreira Garcez indeferiu o pedido.

LEIA: Associação de magistrados reage a Crivella, que pediu investigação de juíza no caso da Niemeyer

No documento, o desembargador concluiu que as alegações revelam uma insatisfação da prefeitura quanto à tutela de urgência definida pela juíza que aplicou multa coercitiva a Crivella. E acrescenta, afirmando que nenhuma conduta da juíza resultou de manifesto abuso de poder, da inversão da ordem legal do processo, inexistindo qualquer indício de atuação culposa ou dolosa.

VEJA: Crivella tem usado a Avenida Niemeyer, interditada judicialmente

A Corregedoria-Geral da Justiça atua na organização, fiscalização e disciplina das atividades judiciais e extrajudiciais, objetivando assegurar o desempenho regular do serviço prestado por este Tribunal de Justiça. Não pode, em razão disso, rever atos de natureza jurisdicional, quando não estiverem presentes elementos indicativos de dolo ou fraude, continua o texto, que define: (...) A juíza não praticou qualquer ilícito penal ou infração disciplinar.

Site: <https://oglobo.globo.com/rio/denuncia-de-crivella-contra-juiza-que-interditou-niemeyer-arquivada-23911317>

Preso é morto com tiro durante tumulto em penitenciária em Itamaracá

Por G1 PE

Morte de preso ocorreu na Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá, no Grande Recife - Foto: Reprodução/TV Globo

Um preso foi morto com tiro durante uma confusão, nesta quarta-feira (28), na Penitenciária Professor Barreto Campelo em Itamaracá, no Grande Recife. A Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres) disse que um procedimento administrativo foi aberto para apurar as circunstâncias da morte de Everty Liberato da Silva Barros, de 30 anos.

Segundo o secretário de Justiça de Pernambuco, Pedro Eurico, os detentos se negaram a comer e tentaram fazer uma rebelião. O gestor disse que uma investigação foi aberta para esclarecer de onde partiu o disparo de arma de fogo.

De acordo com ele, há informação de que o tiro pode ter partido do alto. Só a perícia da polícia poderá dizer o que aconteceu, afirmou.

Ainda de acordo com o governo, o princípio de tumulto ocorreu na tarde desta quarta. A Seres informou que a confusão foi contida por agentes penitenciários. A situação ficou tensa, mas está sob controle, comentou Pedro Eurico.

Por meio de nota, a secretaria informou também que a confusão aconteceu depois de uma "mobilização pacífica", realizada durante a manhã. A Seres explicou que os detentos pediam a agilização nos processos judiciais. O governo justificou que vem realizando ações com o Judiciário "para alcançar maior celeridade".

Na nota, a secretaria afirmou que, por determinação do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, as varas de execuções penais estão em fase de migração do sistema físico para o eletrônico, o que está dificultando o andamento dos processos.

Até o início de julho, segundo a Seres, sete presos tinham sido mortos em unidades prisionais de Pernambuco. Na Barreto Campelo, ocorreram três casos.

Outro caso

No dia 8 de julho, um detento foi morto a tiros, na Barreto Campelo. A morte ocorreu após um desentendimento com outro preso, que estava armado com um revólver calibre 38 e disparou contra a vítima.

Segundo a Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres), o detento tinha 31 anos e levou um tiro na barriga. O presidiário que atirou foi autuado em flagrante por homicídio. A arma do crime foi apreendida.

Site:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/08/28/preso-e-morto-com-tiro-durante-tumulto-em-penitenciaria-em-itamaraca.ghtml>

Número de processos sem solução na Justiça cai em 2018, diz CNJ

Por G1 - Brasília

Relatório do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** divulgado nesta quarta-feira (28) apontou que o número de processos que aguardavam uma solução na Justiça, chamados de pendentes, diminuiu em 2018 na comparação com 2017.

O processo considerado pendente é o que ainda não transitou em julgado, ou seja, ainda não completou toda a tramitação possível nas esferas do Judiciário.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/28/numero-de-processos-sem-solucao-na-justica-cai-em-2018-diz-cnj.ghtml>

CNJ divulga relatório Justiça em Números e destaca o Judiciário de MS

O **Conselho Nacional de Justiça** divulgou na tarde desta quarta-feira (28), em Brasília, o relatório Justiça em Números 2019 - ano base 2018. A 15ª edição do anuário estatístico do **Poder Judiciário** destacou mais uma vez a justiça sul-mato-grossense. O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Des. Paschoal Carmello Leandro, o juiz auxiliar da Presidência, Alexandre Branco Pucci, e o diretor de Planejamento, Newton Cesco Junior, representam o Judiciário de MS no evento.

Nesta edição do relatório Justiça em Números, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul apresentou números de destaque em diversos aspectos pesquisados. Confira:

- Taxa de Congestionamento: Com 66,8% de Taxa de Congestionamento Líquida e 72,2% Bruta, o TJMS alcançou índices inferiores à média Nacional (71,1% e 73,9% respectivamente). Com destaque para o 2º Grau, que obteve a 6º melhor Taxa de Congestionamento (38%) da Justiça Estadual.

- Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM): o TJMS apresentou o número de 1.692 processos baixados por Magistrado, 10º maior índice da Justiça Estadual.

- Índice de Produtividade dos Servidores da Área Judiciária (IPS-Jud): os servidores da área judiciária do 2º Grau tiveram a 4ª melhor produtividade de toda a Justiça Estadual. 178 processos baixados por servidor, sendo que a média nacional é de 142 processos.

- Índice de Conciliação: o **Poder Judiciário** de Mato Grosso do Sul alcançou o melhor resultado, com 22,5% dentre todos os tribunais de justiça do país.

Justiça em Números - Uma das principais publicações anuais sobre o funcionamento do Judiciário brasileiro, o relatório Justiça em Números inclui os principais indicadores da Justiça no que diz respeito à sua estrutura, orçamento e litigiosidade. Número de processos novos, baixados e julgados, gastos com recursos humanos, receita, quantidade de magistrados e servidores são apenas alguns dos dados que fazem parte da pesquisa, que contém ainda informações detalhadas por ramo de Justiça, por tribunal e por instância.

**Site: [https://tj-
ms.jusbrasil.com.br/noticias/749564136/cnj-divulga-
relatorio-justica-em-numeros-e-destaca-o-judiciario-de-
ms?ref=news_feed](https://tj-ms.jusbrasil.com.br/noticias/749564136/cnj-divulga-relatorio-justica-em-numeros-e-destaca-o-judiciario-de-ms?ref=news_feed)**

Maior parte dos brasileiros é atendida por juízos únicos

O Relatório Justiça em Números, principal anuário do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, traz em sua edição de 2019 um retrato das competências das varas e juizados no Brasil. O relatório mostra que predomina a existência de uma grande quantidade de juízos únicos, com atribuições para processar todos os tipos de assuntos. Esses estão presentes em 33,6% dos municípios brasileiros e em 69% das comarcas.

Nas varas da violência doméstica, 37% do total dos processos tramitam em varas exclusivas, sendo que o restante - aproximadamente 600 mil processos - está em varas cumulativas e não-exclusivas. Isso também é observado nas varas de execução penal, com 34% dos processos em unidades judiciárias especializadas; nas varas cíveis, com 23% do total dos processos em varas exclusivas; e nas varas criminais, com 22% dos processos em unidades judiciárias especializadas.

Na execução fiscal, no entanto, a especialização já concentra quase todos os processos em tramitação, pois 92% do acervo está em varas de execução fiscal ou em varas da fazenda pública, sendo que apenas 8% dos processos tramitam em varas cumulativas. Conforme o relatório, as unidades judiciárias especializadas com o menor acervo médio de processos são as varas do tribunal do júri (média de 989 processos), infância e juventude (média de 1.231 processos) e demais varas exclusivas criminais (média de 1.410 processos).

Acesso à justiça

Em termos de acesso aos serviços jurisdicionais, o Justiça em Números 2019 mostra que 90,3% da população brasileira reside em municípios-sede da Justiça Estadual. Isso indica que, apesar de corresponderem a 48,5% dos municípios, as comarcas estão em locais com grande abrangência populacional.

Em relação a essa cobertura do **Poder Judiciário**, o documento mostra que no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Amazonas e Sergipe, as comarcas estão localizadas de forma que quase a totalidade da população reside em cidades providas por varas. Em situação inversa estão os estados de Tocantins, Paraíba e Piauí, com menos de 80% da população residente em sede de comarca.

Em relação à demanda da população pelos serviços

da Justiça, a edição 2019 do Justiça em Números informa que, a cada grupo de 100 mil habitantes, 11.796 ingressaram com uma ação judicial no ano de 2018. Esse dado considera os processos de conhecimento e de execução de títulos extrajudiciais, excluindo da base de cálculo as execuções judiciais iniciadas.

Justiça gratuita

Em relação à justiça gratuita, os dados mostram cinco anos de aumento no percentual de casos solucionados por meio da Assistência Judiciária Gratuita (AJG). O direito é garantido à pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios.

Em 2018, 34% de casos solucionados nos tribunais tiveram encaminhamento pela justiça gratuita. Esse percentual foi de 33% em 2017, de 32% em 2016 e de 27% em 2015.

No ano passado, os gastos com assistência judiciária gratuita equivaleram a 1,09% do total das despesas do **Poder Judiciário**, com o custo de R\$ 4,91 por habitante. Os tribunais regionais federais apresentaram os maiores gastos com justiça gratuita proporcionalmente às suas despesas e os tribunais de justiça, os maiores gastos por habitante.

Luciana Otoni

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89463-maior-parte-dos-brasileiros-e-atendida-por-juizos-unicos>

Julgamento dos processos mais antigos reduz tempo médio do acervo

O tempo do acervo dos processos pendentes de conclusão manteve o ritmo de queda iniciado há três anos. Conforme o Relatório Justiça em Números 2019, produzido pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o tempo médio do acervo caiu de 5 anos e 6 meses em 2015 para 4 anos e 10 meses em 2018. A ação de priorizar o julgamento de processos antigos integra o rol das Metas Nacionais do **Poder Judiciário** e devem ser seguidas por todos os tribunais.

"Trata-se de resultado positivo, pois significa que estão sendo solucionados casos mais antigos, reduzindo o tempo do acervo", avalia o documento. De acordo com o relatório, os tempos de tramitação dos processos são apresentados a partir de três indicadores: o tempo médio da petição inicial até a sentença, o tempo médio da inicial até a baixa e a duração média dos processos que ainda estavam pendentes em 31/12/2018. Em geral, o tempo médio do acervo é maior que o tempo da baixa.

A fase de conhecimento, que é caracterizada quando as partes dão entrada no processo até a primeira sentença, é mais célere do que a fase de execução, que não envolve atividade de cognição e trata da concretização de um direito já reconhecido. Para receber uma sentença, o processo leva, em média, 1 ano e 6 meses, desde a data de ingresso. Esse tempo é o triplo de tempo na fase de execução (4 anos e 9 meses).

Já para receber uma baixa, o tempo é de 1 ano e 4 meses na fase de conhecimento, de 5 anos e 11 meses na fase de execução no 1º grau de jurisdição e de 9 meses no 2º grau. A baixa do conhecimento é caracterizada pelo arquivamento do processo, pela interposição de recurso às instâncias superiores ou pela entrada do processo na execução, que corresponde à data do início da execução.

A baixa na execução ocorre somente quando o jurisdicionado tem seu conflito totalmente solucionado perante a Justiça, por exemplo, quando os precatórios são pagos ou as dívidas liquidadas, ou quando há interposição de recurso às instâncias superiores.

As varas do Trabalho são as mais ágeis em dar uma resposta às demandas recebidas. Nelas, o julgamento na fase de conhecimento é realizado em apenas 9 meses, mesma média dos **Juizados Especiais**

Estaduais. Nos **Juizados Especiais** Federais (JEFs) a média é um pouco maior, 12 meses. No juízo comum, o tempo de julgamento nas varas supera o tempo dos Juizados. Leva-se, em média, 1 ano e 10 meses para julgar um processo em fase de conhecimento nas varas federais e 2 anos e 4 meses nas varas estaduais.

O Justiça em Números é um anuário elaborado pelo **CNJ** e que serve como principal fonte das estatísticas oficiais do **Poder Judiciário**. Publicado desde 2004, o Relatório Justiça em Números divulga a realidade dos tribunais brasileiros, com detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a Gestão Judiciária brasileira. A metodologia atual de apuração das estatísticas foi implementada em 2009 e, neste ano, completa uma década de série histórica consolidada.

Paula Andrade Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89464-julgamento-dos-processos-mais-antigos-reduce-tempo-medio-do-acervo>

Processos pendentes na Justiça apresentam queda inédita

Caiu a quantidade de processos pendentes na Justiça, revela o Relatório Justiça em Números 2019, retrato estatístico do **Poder Judiciário** divulgado anualmente pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**. É a primeira vez que uma queda nesse indicador é registrada desde que a série histórica começou, em 2009. O relatório publicado nesta quarta-feira (28/8) revelou que, ao final de 2018, ano-base do levantamento, foram contabilizados 78,7 milhões de processos pendentes de solução nos tribunais, 900 mil a menos que no ano anterior.

A queda inédita é atribuída ao recorde de processos baixados (resolvidos pela Justiça) e à diminuição de casos novos ingressados nos tribunais ao longo do ano passado. Foram 31,9 milhões de processos baixados no ano passado - 1,2 milhão a mais que em 2017. Um processo recebe baixa quando é enviado a um tribunal ou instância diferente, após transitar em julgado ou caso seja arquivado em definitivo.

Leia mais: Maior parte dos brasileiros é atendida por juízos únicos

Leia mais: Julgamento dos processos mais antigos reduz tempo médio do acervo

Leia mais: Processos Criminais: 9,1 milhões tramitaram na Justiça em 2018

Leia mais: IPC-Jus: 3 tribunais obtiveram 100% de eficiência tanto no 1º quanto no 2º grau

O desempenho do Judiciário relatado no Justiça em Números indica que, em 2018, o número de processos baixados foi superior à quantidade de ações judiciais apresentadas à Justiça naquele ano - 13% maior. Em 2017, embora o número de ações pendentes de solução tivesse sido cerca de 200 mil inferior ao resultado do ano anterior, o fato pode ser considerado uma estabilização do estoque.

Menos processos trabalhistas

Se o número de casos solucionados pelo Judiciário no ano passado aumentou 3,8%, houve queda de 1,9% na quantidade de casos novos ingressados de janeiro a dezembro de 2018. A procura pelos tribunais caiu ao patamar de 2013.

Boa parte desse resultado deve-se à Justiça do Trabalho, ramo do Judiciário que, em 2018, deixou de receber 861 mil processos em relação ao ano anterior. As varas do Trabalho, porta de entrada das queixas dos trabalhadores de todo o país, recebeu 2,5 milhões de processos no ano passado, 949 mil a menos que em 2017. A demanda da Justiça trabalhista foi afetada pela entrada em vigor da Reforma Trabalhista, em novembro de 2017.

Execução fiscal

O relatório traz ainda o primeiro registro, na história, de baixa do acervo de processos de execução fiscal no Brasil. Essas ações ainda representam 1/3 de todos os processos que tramitam no **Poder Judiciário** brasileiro, mas, pela primeira vez, foi possível reduzir o alarmante número de processos que ainda paira nos escaninhos (físicos e virtuais) das varas e tribunais pelo Brasil.

Embora as execuções fiscais tenham representado historicamente um impasse para o funcionamento do **Poder Judiciário**, o Justiça em Números 2019 registrou uma queda sutil (0,3%) no número processos pendentes de execução fiscal em relação aos números do ano anterior. O total de ações pendentes no final de 2018 era de 31,1 milhões.

Esse tipo de ação judicial, em que um juízo tenta recuperar montantes por meio de leilões de bens de quem deve, por exemplo, representa praticamente dois em cada cinco (39%) processos judiciais sem baixa na Justiça. O processo é lento e, se hipoteticamente a Justiça parasse de receber novas execuções fiscais, seriam necessários oito anos e oito meses para liquidar o acervo desses processos.

Leia mais: Relatório Justiça em Números: uma década de estatísticas do Judiciário

Leia mais: Diagnóstico do Judiciário é acessível pelo Justiça em Números Digital

O Relatório Justiça em Número 2019 também traz um panorama das despesas e da força de trabalho do Judiciário. Os gastos totais da Justiça somaram R\$ 93,7 bilhões em 2019, o que representou decréscimo de R\$ 400 milhões ou 0,4% em relação ao último ano, descontada a inflação no período. O principal motivo

foi a diminuição das despesas com capital (-8,8%). As despesas com pessoal seguiram o mesmo nível do ano anterior e totalizaram R\$ 85,1 bilhões.

Essas despesas com pessoal representaram 90,8% do que gasta o **Poder Judiciário**. Conforme a série histórica, que aferiu valores ao longo dos últimos 10 anos, o índice percentual tem se mantido praticamente o mesmo. A maior parte desses recursos (84,8%) assegura o pagamento de pessoal na ativa e dos inativos.

As despesas médias mensais da Justiça indicaram que as despesas com magistrados somaram R\$ 46,8 mil. No valor, estão incluídos, além de remunerações, indenizações, encargo sociais, previdenciários, imposto de renda até despesas com viagens a serviço (passagens aéreas e diárias). Com servidores, o gasto médio foi de R\$ 15,4 mil; R\$ 4,1 mil por terceirizado e de R\$ 909,8 por estagiário. Esses valores não correspondem ao salário dos funcionários, mas ao custo da Justiça. Registra-se que a soma do imposto de renda (até 27,5%) com a previdência social (11%), ambos incidentes sobre a remuneração total, podem gerar impactos de quase 40% na folha de pagamento.

O relatório explica ainda que, no cálculo, estão considerados os pagamentos com inativos e pensionistas, o que pode acarretar diferenças quando feita a comparação entre tribunais, uma vez que a modalidade de tais vencimentos pode ocorrer às expensas do órgão ou por meio de fundos de pensão e, neste caso, não são computados. Também, por se tratar de um valor médio, é importante esclarecer que eventuais indenizações recebidas em razão de decisão judicial destinadas a um pequeno grupo de indivíduos podem impactar as médias calculadas, especialmente em tribunas de pequeno ou médio porte, que possuem menor quantitativo de funcionários.

Acesse aqui a íntegra do Relatório Justiça em Números 2019.

Manuel Carlos Montenegro

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89461-processos-pendentes-na-justica-apresentam-queda-inedita>

Notícias Relacionadas

Referência de fonte das estatísticas oficiais do **Poder Judiciário**, o Relatório Justiça em Números divulga anualmente a realidade dos tribunais brasileiros. Em 2019, o mais completo balanço da Justiça completa 10 anos de uma série histórica com dados estatísticos de 90 tribunais, detalhamento da estrutura e litigiosidade, além de indicadores e análises essenciais para subsidiar a gestão judiciária. A edição mais recente será lançada nesta quarta-feira (28/8), durante a 2ª Reunião Preparatória do XIII Encontro Nacional do **Poder Judiciário**.

Editado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** desde 2004, foi somente em 2009 que, pela primeira vez, o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) passou a apresentar dados inéditos, em especial no que tange às fases processuais de conhecimento, execução, bem como do quantitativo de processos criminais e de execução fiscal. Dados sobre os processos ingressados eletronicamente também passaram a ser coletados naquele ano, assim como divulgadas, em mais detalhes, as despesas e o perfil da força de trabalho.

Em sua décima quinta edição, o Relatório Justiça em Números 2019 (ano-base 2018) traz como principais novidades a apresentação do índice de conciliação total e a inclusão de um capítulo destinado a análise das competências da Justiça Estadual. Outra importante mudança diz respeito à alteração da forma de cálculo do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).

A alteração da forma de cálculo decorreu de recomendação proposta pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do **CNJ**, na qual o IPC-Jus deixa de considerar em sua base de cálculo os processos de execução fiscal, de execução penal, além dos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório aguardando alguma situação jurídica futura.

O documento está estruturado nos seguintes capítulos: Panorama da atuação do **Poder Judiciário**; Informações sobre recursos financeiros e humanos; Gestão judiciária; Política de priorização do 1º grau; Índice de conciliação; Tempos de tramitação dos processos; Justiça criminal; Competências da Justiça Estadual; Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-JUS) e Demandas mais recorrentes segundo as classes e os assuntos Painel interativo

Desde 2016, o **CNJ** disponibiliza dados de todo o

Poder Judiciário consolidados no Relatório Justiça em Números por meio do painel Justiça em Números Digital. A ferramenta permite filtrar informações por segmento de Justiça e por tribunal e, ainda, em cada ano da série histórica desde 2009.

A primeira tela do painel apresenta um panorama de todo o **Poder Judiciário**. Esse panorama pode ser delimitado por tribunal e por ano de referência. Na aba "Resumo", estão informações de despesas e força de trabalho, de gestão judiciária (casos novos, pendentes, baixados e sentenças), indicadores e o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), que resume a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais. Na aba "Tempo", é possível filtrar por segmento, tribunal e ano, o tempo médio do processo baixado, tempo da sentença, da baixa e do pendente.

Em Demandas por classe e assunto, o painel permite filtrar por tribunal o ingresso de casos novos em cada ano de referência, desde 2016, por classe e assunto. O objetivo dessa área é dar conhecimento sobre a demanda na Justiça para cada classe e permitir análises sobre os assuntos que mais geram litígio na Justiça. Os números apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados, mas sim a quantidade de processos cadastrados em determinada classe ou assunto.

A ferramenta dispõe ainda de área que gera gráficos customizados e faz comparativos de cenários. O painel Justiça em Números Digital pode ser acessado aqui. O DPJ/**CNJ** também produziu um manual com passo a passo para utilização do painel, que pode ser acessado aqui.

Agência **CNJ** de Notícias

Site:

https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/749427284/noticias-relacionadas?ref=news_feed

Relatório Justiça em Números: uma década de estatísticas do Judiciário

Referência de fonte das estatísticas oficiais do **Poder Judiciário**, o Relatório Justiça em Números divulga anualmente a realidade dos tribunais brasileiros. Em 2019, o mais completo balanço da Justiça completa 10 anos de uma série histórica com dados estatísticos de 90 tribunais, detalhamento da estrutura e litigiosidade, além de indicadores e análises essenciais para subsidiar a gestão judiciária. A edição mais recente será lançada nesta quarta-feira (28/8), durante a 2ª Reunião Preparatória do XIII Encontro Nacional do **Poder Judiciário**.

Editado pelo **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** desde 2004, foi somente em 2009 que, pela primeira vez, o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) passou a apresentar dados inéditos, em especial no que tange às fases processuais de conhecimento, execução, bem como do quantitativo de processos criminais e de execução fiscal. Dados sobre os processos ingressados eletronicamente também passaram a ser coletados naquele ano, assim como divulgadas, em mais detalhes, as despesas e o perfil da força de trabalho.

Em sua décima quinta edição, o Relatório Justiça em Números 2019 (ano-base 2018) traz como principais novidades a apresentação do índice de conciliação total e a inclusão de um capítulo destinado à análise das competências da Justiça Estadual. Outra importante mudança diz respeito à alteração da forma de cálculo do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus).

A alteração da forma de cálculo decorreu de recomendação proposta pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do **CNJ**, na qual o IPC-Jus deixa de considerar em sua base de cálculo os processos de execução fiscal, de execução penal, além dos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório aguardando alguma situação jurídica futura.

O documento está estruturado nos seguintes capítulos: Panorama da atuação do **Poder Judiciário**; Informações sobre recursos financeiros e humanos; Gestão judiciária; Política de priorização do 1º grau; Índice de conciliação; Tempos de tramitação dos processos; Justiça criminal; Competências da Justiça Estadual; Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-JUS) e Demandas mais recorrentes

segundo as classes e os assuntos

Desde 2016, o **CNJ** disponibiliza dados de todo o **Poder Judiciário** consolidados no Relatório Justiça em Números por meio do painel Justiça em Números Digital. A ferramenta permite filtrar informações por segmento de Justiça e por tribunal e, ainda, em cada ano da série histórica desde 2009.

A primeira tela do painel apresenta um panorama de todo o **Poder Judiciário**. Esse panorama pode ser delimitado por tribunal e por ano de referência. Na aba "Resumo", estão informações de despesas e força de trabalho, de gestão judiciária (casos novos, pendentes, baixados e sentenças), indicadores e o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), que resume a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais. Na aba "Tempo", é possível filtrar por segmento, tribunal e ano, o tempo médio do processo baixado, tempo da sentença, da baixa e do pendente.

Em Demandas por classe e assunto, o painel permite filtrar por tribunal o ingresso de casos novos em cada ano de referência, desde 2016, por classe e assunto. O objetivo dessa área é dar conhecimento sobre a demanda na Justiça para cada classe e permitir análises sobre os assuntos que mais geram litígio na Justiça. Os números apresentados não refletem a quantidade de processos ingressados, mas sim a quantidade de processos cadastrados em determinada classe ou assunto.

A ferramenta dispõe ainda de área que gera gráficos customizados e faz comparativos de cenários. O painel Justiça em Números Digital pode ser acessado aqui. O DPJ/**CNJ** também produziu um manual com passo a passo para utilização do painel, que pode ser acessado aqui.

Agência **CNJ** de Notícias

Site: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89456-relatorio-justica-em-numeros-uma-decada-de-estatisticas-do-judiciario>

Dados do CNJ em 2018

Processos que aguardam solução diminuíram.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVBANDNEWSNACIONAL-23.04.37-23.05.28-1567045984.mp4>

CNJ: Brasil tem 78,7 milhões de processos pendentos

-

Ivar Hartmann - professor da FGV

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/GLOBONEWS-17.27.02-17.30.36-1567029985.mp4>

Pesquisadores corre risco de ficar sem bolsa

Tags: Marcos Pontes/ministro da ciência e tecnologia,
Paulo Guedes/ministro da economia, Onyx
Lorenzoni/ministro da casa civil, CNPq, Economia,
Saúde, Educação, CNJ

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/RECORDNEWSS>

P-09.18.41-09.20.19-1567004554.mp4

Processos na justiça do trabalho caem em 2018

-

TAG

Reforma trabalhista

Michel Temer

Conselho Nacional de Justiça(CNJ)

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/28/RDIOCBNSOPAU>

LOFM905SP-14.30.12-14.30.42-1567028657.mp3

De E.Geisel@edu para Bolsonaro

ELIO GASPARI

Capitão,

O senhor pode detestar o Emmanuel Macron, mas seus sentimentos em relação a ele são suaves se comparados à malquerença que eu tinha pelo presidente americano Jimmy Carter. Ele assumiu em 1977 e eu sabia que teríamos encrenca.

No telegrama de felicitações que o Itamaraty redigiu para sua posse, puseram que ele assumiria um "honroso encargo". Mandeí cortar o "honroso".

Quando ele se meteu nos nossos assuntos com um relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, denunciei o acordo militar que tínhamos com os Estados Unidos. Os diplomatas americanos papapicavam políticos opositoristas e ele chegou ao ponto de dar asilo ao Leonel Brizola, que havia sido expulso do Uruguai.

O que me envenenou foi o Carter mandar a mulher dele ao Brasil para uma espécie de viagem de inspeção. A dona Rosalynn tinha um caderno de notas e sentava-se comigo fazendo perguntas.

Num jantar do Alvorada ela foi impertinente e a conversa ia azedando, a ponto da mulher do embaixador ter feito um sinal para que as duas fossem ao banheiro. Que direito ele tinha de mandá-la tratar comigo? Ela não havia sido eleita coisa alguma.

Eu nunca disse uma palavra sobre Jimmy Carter, nem deixei que meus ministros falassem mal dele em público. Se nós não fazemos isso, os bajuladores radicalizam as posições para nos agradar.

O senhor deve saber que alguns ministros gostam de papaguear o que ouvem dos presidentes, mesmo quando dizemos bobagens. Papagueiam, são criticados e acreditam que ganham prestígio conosco. Às vezes ganham, mas bobagens continuam sendo bobagens. Eu, por exemplo, proibi um programa de televisão com um vídeo do balé Bolshoi. Os papagaios justificavam a decisão com argumentos malucos.

Quando Carter visitou o Brasil oficialmente, recebi-o com toda cordialidade. Fizemos um programa austero, mas ele acabou armando um encontro com o cardeal Paulo Evaristo Arns, que eu considerava um sacripanta. Imagine que ele gostaria de vê-lo eleito papa.

A Viúva de Caxias nos paga salários para aturar situações horríveis. Lidar com o Carter foi uma delas, andar de carruagem em Londres com uma cartola apertando-me a cabeça foi outra.

Sei que o Carter me achou um velho militar, franco, frio e direto. Mesmo assim, disse que gostou de mim. Pois eu nunca gostei dele.

Anos depois, quando ambos havíamos deixado os governos, ele visitou o Brasil e manifestou o desejo de me ver. Não aceitei o encontro. Ele achou que poderia falar comigo por telefone e ligou para Teresópolis. Não o atendi. Pode-se achar que fui grosseiro, mas eu não estava mais na folha de pagamento da Viúva e podia fazer o que achasse melhor.

Outro dia almocei com dois barões. O Rio Branco me disse que não se defende soberania com bate-boca. Ele expandiu as nossas fronteiras, inclusive na Amazônia, sem discussões públicas. Estava também o barão de Penedo, que enfrentou os ingleses ao tempo em que eles queriam acabar com o nosso tráfico de escravos. Penedo não batia boca com os abolicionistas.

Repito-lhe o conselho que o presidente Médici deu aos oficiais que queriam me depor quando tirei o general Sylvio Frota do Ministério do Exército: "Põe água na cabeça. Põe água para esfriar a cabeça".

Cordialmente,

Ernesto Geisel

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48864&_mather=67f5fc552128263d

Pastoras se unem para debater, nas igrejas, a violência contra mulher

Um grupo de pastoras se uniu para levar para o meio evangélico o debate e ações sobre o combate à violência contra as mulheres. O projeto, que vem sendo elaborado há quase seis meses, quer promover desde a sensibilização dos líderes das igrejas para o problema até a capacitação das vítimas, para que tenham independência financeira. Vão criar até um selo Viver em Paz para as igrejas que aderirem a proposta.

De acordo com Andreia Bolzan, líder da Igreja Batista Evangélica de Vitória do Espírito Santo (IBEV-ES), o grupo é composto por 20 mulheres pertencentes a mais de 15 denominações diferentes. Juntas elas vão enfrentar temas que ainda são considerados tabus dentro das igrejas. São mulheres corajosas que se levantaram para dizer que existe sim o problema da **violência contra a mulher** no meio cristão. Não deveria existir e queremos acabar com isso, destacou.

> Cinco Homens são presos por dia

Não há informações sobre pesquisas que quantifiquem, no Estado, as vítimas deste tipo de violência que são evangélicas. O levantamento sobre o assunto que ganhou maior repercussão no país foi realizado em São Paulo, em um espaço de atendimento para as mulheres alvos da violência, a Casa Sofia.

Os dados desta pesquisa revelaram que 40% das mulheres entrevistadas e que foram vítimas de violência, declararam ainda serem evangélicas. Material que foi apresentado para as pastoras na primeira reunião do grupo.

Autora da pesquisa, Valéria Cristina Vilhena, doutora em Educação, História e Cultura, mestre em Ciências da Religião e socióloga, destaca que trabalhos deste tipo representam o reconhecimento de que as mulheres evangélicas não estão isentas da violência. Ela relata que já obteve depoimentos em suas pesquisas de mulheres que buscam o aconselhamento espiritual e que são orientadas a permanecerem no casamento, mesmo sendo alvos das mais variadas formas de violência, inclusive a física.

Ela recorda que uma delas contou que o pastor lançou mão do versículo da Mulher sábia que edifica a casa para explicar que a responsabilidade era dela.

Orientou a mulher a ter mais paciência, a aprender a lidar com o marido. Aquela mulher decidiu que nunca mais buscaria ajuda do pastor. Terminou se separando, mas não abandonou a igreja. O exercício da fé a mantinha forte, mas preferia sentar no último banco da igreja, contou Valéria.

No Estado, até julho deste ano um total de 21 mulheres foram vítimas de feminicídio - que é o assassinato praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher ou em decorrência de violência doméstica. No ano passado foram 33 casos. Outro dado que chama a atenção é o número de boletins de ocorrência referentes a qualquer tipo de violência praticada contra a mulheres que foram registrados nos últimos sete meses: 42 por dia.

OBSTÁCULOS

As próprias lideranças femininas que fazem parte do grupo consideram o projeto desafiador. Vão tentar renovar uma estrutura de poder das igrejas baseada em alguns conceitos. Dentre eles está o casamento indissolúvel - quando não se aceita o divórcio -, o perdão e a resiliência em relação aos problemas do casamento, e que elas avaliam estarem sendo mal interpretados. "Existe uma falsa interpretação que bloqueia o entendimento das pessoas sobre o tema. É como se fosse pecado", destaca Andreia Bolzan, líder da Igreja Batista Evangélica de Vitória do Espírito Santo (IBEV-ES).

Ela pondera que professar a fé não impede uma mulher de denunciar o seu agressor.

Iara Rocha, coordenadora de base do Ministério Bálsamo Gileade, em Campo Grande, Cariacica, assinala que o projeto retoma um papel que é da própria igreja. A igreja tem o papel de olhar, de cuidar do indivíduo. Ela destaca que a proposta não se restringe a balançar uma bandeira de combate à **violência contra a mulher**. Não é apenas isso, queremos ajudar no resgate da verdadeira identidade da mulher, sensibilizando o homem de que eles não foram criados desconectados. São papéis conectados, e eles precisam atuar nestas identidades. É caminho de volta para estas identidades, assinala.

O primeiro passo, segundo Iara, será sensibilizar e conscientizar os pastores, líderes de cada uma das

igrejas evangélicas. Eles precisam ser ouvidos, precisam receber o projeto, e nos autorizar a estar em diferentes reuniões, fazendo ações específicas para homens, para os agressores, para as mulheres, para as vítimas, conta.

Ela ressalta ainda que em muitas situações será necessário até mesmo orientar não só os líderes, mas até a própria comunidade de cada igreja sobre as etapas da **violência contra a mulher**, e que ela não corresponde apenas as situações de agressões físicas. Há também a violência emocional, psicológica, moral, patrimonial. E será preciso sensibilizar, ensinar, orientar e ajudar estas pessoas na prevenção e na correção dos fatos, para mudarmos esta realidade. Há situações em que muitos desconhecem até os instrumentos que já existem, pondera-las.

A MOTIVAÇÃO

O projeto desenvolvido pelas pastoras e líderes de igrejas teve início no dia 8 de março deste ano, dia internacional da mulher, em uma reunião com a vice-governadora Jaqueline Moraes. Seis meses após esta reunião elas apresentaram o projeto, um trabalho pioneiro, sem placas, que surgiu da união de mulheres que tem se posicionado por não silenciar diante da **violência contra a mulher**, assinalou a vice-governadora, que também é evangélica há quase 30 anos.

Na avaliação de Jaqueline o projeto encontrará dificuldades, como enfrenta em outros segmentos sociais. As dificuldades existem em todas as camadas sociais. Mas a vantagem é que teremos no meio evangélico mulheres capacitadas a nos ajudar na reeducação social, que permitirá homens e mulheres a viverem com respeito e igualdade, pontua.

Até o final deste ano a proposta é desenvolver um projeto piloto, em uma igreja pequena. Lá as ações vão ser avaliadas e posteriormente implantadas nas demais unidades no Estado, não importando a denominação, já a partir do próximo ano.

Na prática o grupo quer promover, nas igrejas evangélicas, alguns tipos de ações, tais como:

- Sensibilizar os pastores, líderes das igrejas, a se comprometerem com o projeto
- Criar um selo Viver em Paz para as igrejas que adotarem o projeto
- Criar multiplicadores nas igrejas para o trabalho de orientação e conscientização
- Criar rodas de conversa sobre o tema

- Realizar palestras de prevenção para crianças, adolescentes, jovens, mulheres e homens

- Atuar na identificação da profissionalização das mulheres, ajudando-as na busca de independência financeira

- Oferecer ou orientar sobre como obter apoio para as questões emocionais

- Oferecer atendimento para as vítimas

- Capacitar as instituições e membros da comunidade para lidar com o tema

- Realizar, mais à frente, pesquisa no meio evangélico sobre o tema

- Criar uma campanha de incentivo à denúncia, por vizinhos e familiares, além das vítimas

PESQUISA

A pesquisa apresentada ao grupo é Valéria Cristina Vilhena. O trabalho, realizado em 2009, resultou na publicação de um livro, Uma igreja sem voz. Após o trabalho ela fundou um grupo, o Evangélicas pela igualdade de gênero. Trata-se de um coletivo de mulheres, de várias denominações, que discutem o tema. Valéria costuma denominar o grupo de feministas.

Ela destaca que a **violência contra a mulher** tem raízes históricas e que a legislação só começou a mudar com a constituição de 1988. E quando o tema é discutido nas igrejas, enfrenta outros obstáculos. Traz outras problemáticas para a discussão, como a questão teológica, o aconselhamento pastoral, a hermenêutica, que é a interpretação da bíblia, com uma leitura literalista, sem o contexto; o dia a dia da igreja em torno da sua fé, relata.

> O maior índice em quatro anos

Valéria pondera que projetos como este não são um ataque aos homens na sua individualidade, mas um problema social que precisa ser enfrentado com políticas públicas sociais. "Não queremos relações de mando, mas caminhar junto para uma sociedade melhor e pacífica", assinala.

O projeto desenvolvido pelas pastoras faz parte do Programa Agenda Mulher, que será lançado quinta-feira (29), no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, a partir das 14h.

O programa, criado pela vice-governadora Jaqueline

Moraes, tem o objetivo de dar visibilidade e fortalecer as mulheres, através do empreendedorismo, oferecendo e customizando cursos desde formações e qualificações diversificadas até o empreendedorismo emocional que se dá pelo processo de autoconhecimento. A proposta é impactar cerca de 15 mil mulheres em quatro anos.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2019/08/pastoras-se-unem-para-debater-nas-igrejas-a-violencia-contra-mulher-1014196210.html>

Nova Venécia sedia fórum de políticas públicas em defesa das mulheres

A Câmara Municipal de Nova Venécia e o Lions Clube promovem o II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres. O evento acontece nos dias 29 e 30 de agosto, a partir das 18h30, no Lions Clube da cidade.

Com duração de dois dias, o fórum terá uma programação variada com palestras, exposição fotográfica e teatro. O objetivo é discutir temas de interesse das mulheres, como direitos humanos e proteção contra a violência doméstica. O evento é aberto ao público.

Os dados da **violência contra a mulher** no município demonstram a importância da realização do fórum. De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), de janeiro a julho deste ano foram registradas 368 ocorrências de **violência contra a mulher** em Nova Venécia, seja aquela de origem doméstica ou aleatória.

Em ambas as situações a mulher sofre violência por ser mulher. O número de boletins de ocorrência registrados chega a 218 e o de medidas protetivas de urgência a 113 casos. Foram contabilizados também 29 autos de prisão em flagrante delito, seis mandados de prisão cumpridos e dois de busca e apreensão.

A primeira edição do fórum aconteceu ano passado no auditório da Câmara Municipal e reuniu estudantes e moradores da cidade com a participação de palestrantes locais.

A proposta do II Fórum é ampliar ainda mais os debates sobre os direitos das mulheres, com uma participação popular mais abrangente e a presença de especialistas de diversas áreas da cidade e de Vitória.

> Homem que agrediu ex com pé de cabra no ES já matou mulher em 2005

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

29 de agosto

18h30 - Recepção e credenciamento.

19h00 - Abertura oficial do evento.

19h10 - Esquete "No Limite": Grupo Teatral Trupe

Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeí de Oliveira.

19h20 - Tema: Direitos Humanos e a Proteção Integral às Mulheres.

Palestrante - Dr^a Cláudia R. Santos Albuquerque Garcia.

Mestra em Segurança Pública; Secretária Nacional da Comissão Permanente de **Violência Doméstica e Familiar** - COPEVID; Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo desde 2005.

20h00 - Tema: Em Defesa Delas - Defensoras e Defensores Públicos pela Garantia dos Direitos das Mulheres.

Palestrante: Mariana Andrade Sobral.

Defensora Pública do Estado do Espírito Santo; Presidenta da Associação de Defensores Públicos do Estado.

20h40: Tema - Constelação Familiar no Judiciário.

Palestrante: Laura Cavalcanti.

Formada em Constelação Sistêmica pelo Instituto Desenvolvimento Sistêmico para a Vida (IDESV); Formada em Neurociência do Comportamento pela Universidade Internacional de Ciência do Espírito - UNIESPIRITO (na UFF).

21h20 - Coffee Break

21h40 - Encerramento.

30 de agosto

18h30 - Recepção e Credenciamento.

19h00 - Abertura

19h10 - Esquete: "No Limite" - Grupo Teatral Trupe Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeí de Oliveira.

19h20 - Tema: Organização e Conquistas das Políticas Públicas para as Mulheres Trabalhadoras

Rurais.

Palestrante: Maria Augusto Buffolo.

Agricultura Familiar; diretora da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo - FETAES.

20h00: Tema - Políticas Públicas para as Mulheres e Controle Social.

Palestrante: Edna Calabrez Martins.

Assessora sindical; Conselheira do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CEDIMES, tendo sido presidenta de abril de 2017 a julho de 2019.

20h40: Tema - "Tem Mulher que Gosta de Apanhar": O Ciclo da Autossabotagem e como Romper a Violência.

Palestrante: Natache Fiel.

Coach, psicanalista e sexóloga; Psicanalista formada pela Sociedade Brasileira de Psicanálise.

21h20 - Coffee Break

21h40 - Encerramento.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/norte/2019/08/nova-venecia-sedia-forum-de-politicas-publicas-em-defesa-das-mulheres-1014196032.html>

Vídeo: Leo Chaves lança carreira solo e grava clipe com Ludmilla

Agência Folhapress

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e **OUÇA AGORA.**

Confira as melhores promoções do Tribuna Online

Após o fim da dupla que formava com o irmão, Victor, em 2018, o cantor e compositor Leo Chaves havia anunciado que sairia em carreira solo. Depois de um tempo em estúdio ele lança sua primeira música com videoclipe, a romântica Sol das Seis , em parceria com Ludmilla e diz que promete surpreender o público com outras 15 músicas já em ponto de bala para lançar .

Nessa faixa, ele também tira Ludmilla de seu gênero. A artista já mostrou a sua versatilidade no Show dos Famosos, quadro do Domingão do Faustão, que saiu vencedora em empate com o músico Di Ferrero.

Leo viu nela a possibilidade perfeita de parceria. Essa música estava no radar há alguns anos. Inclui um piano e demos a ela um ar meio r&b, como Alicia Keys, Beyoncé e Lady Gaga. Quando ouvi a Ludmilla cantando ao vivo, percebi essas curvas harmônicas na voz dela. Poucas cantoras conseguem imprimir esse estilo em uma música em português como ela faz , explicou.

O cantor afirma que cantar com Ludmilla é apenas uma das inovações que ele pretende fazer. Ações como essa, mais inusitadas, é uma forma de sair do ninho para voar. Essa música traduz bem essa cena que vivo agora. Gosto de inovação, de ousadia e de audácia e ninguém esperava jamais ver a Ludmilla ao meu lado, cantando uma música romântica , afirma o

cantor.

Chaves, que sempre compôs boa parte do repertório de quando formava dupla com o irmão, Victor, está agora aberto a ouvir compositores e mergulhar no diferente.

Vou me reinventar completamente como artistas, as pessoas vão se surpreender. Serei o intérprete das músicas que esse Brasil multicultural tem. Não vou cantar só Leo Chaves , diz o artista, que só não pretende se desvincular do gênero sertanejo, que vê como sua raiz definitiva.

Vou apenas passear pelo pop, pelo eletrônico, pelo brega autêntico e por esse sertanejo moderno. Vou aprontar, vou fazer bagunça , brinca o artista.

Ao longo de seu tempo de carreira e reflexão sobre música, Leo também diz ter aprendido que não há regras para manter a qualidade musical.

O que é bom para mim, pode não ser bom para você. O Brasil é um país de miscigenação, as influências são muitas e por isso, não vejo que exista um manual que descreva o que é uma música de qualidade. O importante é o artista estar conectado com aquilo que ele acredita .

Chaves, agora, fala com tranquilidade também sobre o fim da dupla com Victor. Já estávamos namorando essa possibilidade de sair solo há algum tempo. Temos 27 anos de carreira, foram 15 de boteco e outros de muito sucesso. Tivemos crises, obstáculos como qualquer outros profissionais enfrentam, mas acho que as vitórias foram maiores , comemora o artista.

Para o cantor, a necessidade de respirar novos ares partia dos dois. A gente precisava ser mais irmãos do que profissionais, mais irmãos do que sócios , diz o artista, que ainda troca ideias e canções com o irmãos.

A Separação da dupla

Em abril de 2017, Victor foi afastado do reality The Voice Brasil (Globo), depois de ser acusado de violência doméstica pela ex-mulher Poliana Bagatini. Logo, a emissora divulgou que a próxima edição do reality (a de 2018) teria Ivete

Sangalo no lugar da dupla Victor e Leo.

Na época, Victor criticou a forma como a Globo conduziu sua saída. Sou da paz, do amor e da arte. Com esta postagem, confirmo minha tristeza diante das pessoas que, diariamente, perguntam-me carinhosamente se eu voltaria ao programa. E por aqui afirmo: Não. O palco me fortalece, pois no teatro da vida, prefiro representar de forma genuína, escreveu o cantor, em sua conta no Instagram.

Em agosto de 2018, eles anunciaram formalmente o fim da dupla. Recentemente, o artista anunciou também estar em processo de separação com a ex-mulher Tatianna Sbrana. Ambos ficaram juntos por 14 anos e são pais de três filhos.

Em sua conta pessoal no Instagram, Léo fez questão de comunicar o fim da relação, de forma amigável, com seus seguidores. Nosso casamento foi de sucesso, sim, sorrisos e lágrimas, pódios e derrotas, tristeza e alegria, paz e crises, mas acima de tudo um aprendizado mútuo de vida, começou.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/video-leo-chaves-lanca-carreira-solo-e-grava-clipe-com-ludmilla>

Nova Venécia sedia fórum de políticas públicas em defesa das mulheres (Discussão)

A Câmara Municipal de Nova Venécia e o Lions Clube promovem o II Fórum Municipal de Políticas Públicas em Defesa dos Direitos das Mulheres. O evento acontece nos dias 29 e 30 de agosto, a partir das 18h30, no Lions Clube da cidade.

Com duração de dois dias, o fórum terá uma programação variada com palestras, exposição fotográfica e teatro. O objetivo é discutir temas de interesse das mulheres, como direitos humanos e proteção contra a violência doméstica. O evento é aberto ao público.

Os dados da **violência contra a mulher** no município demonstram a importância da realização do fórum. De acordo com os dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp), de janeiro a julho deste ano foram registradas 368 ocorrências de **violência contra a mulher** em Nova Venécia, seja aquela de origem doméstica ou aleatória.

Em ambas as situações a mulher sofre violência por ser mulher. O número de boletins de ocorrência registrados chega a 218 e o de medidas protetivas de urgência a 113 casos. Foram contabilizados também 29 autos de prisão em flagrante delito, seis mandados de prisão cumpridos e dois de busca e apreensão.

A primeira edição do fórum aconteceu ano passado no auditório da Câmara Municipal e reuniu estudantes e moradores da cidade com a participação de palestrantes locais.

A proposta do II Fórum é ampliar ainda mais os debates sobre os direitos das mulheres, com uma participação popular mais abrangente e a presença de especialistas de diversas áreas da cidade e de Vitória.

> Homem que agrediu ex com pé de cabra no ES já matou mulher em 2005

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

29 de agosto

18h30 - Recepção e credenciamento.

19h00 - Abertura oficial do evento.

19h10 - Esquete "No Limite": Grupo Teatral Trupe

Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeí de Oliveira.

19h20 - Tema: Direitos Humanos e a Proteção Integral às Mulheres.

Palestrante - Dr^a Cláudia R. Santos Albuquerque Garcia.

Mestra em Segurança Pública; Secretária Nacional da Comissão Permanente de **Violência Doméstica e Familiar** - COPEVID; Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo desde 2005.

20h00 - Tema: Em Defesa Delas - Defensoras e Defensores Públicos pela Garantia dos Direitos das Mulheres.

Palestrante: Mariana Andrade Sobral.

Defensora Pública do Estado do Espírito Santo; Presidenta da Associação de Defensores Públicos do Estado.

20h40: Tema - Constelação Familiar no Judiciário.

Palestrante: Laura Cavalcanti.

Formada em Constelação Sistêmica pelo Instituto Desenvolvimento Sistêmico para a Vida (IDESV); Formada em Neurociência do Comportamento pela Universidade Internacional de Ciência do Espírito - UNIESPIRITO (na UFF).

21h20 - Coffee Break

21h40 - Encerramento.

30 de agosto

18h30 - Recepção e Credenciamento.

19h00 - Abertura

19h10 - Esquete: "No Limite" - Grupo Teatral Trupe Paralela. Ficha Técnica: Viviane Coutinho, Maria Benevides, Charlane Adeodato e Valdeí de Oliveira.

19h20 - Tema: Organização e Conquistas das Políticas Públicas para as Mulheres Trabalhadoras

Rurais.

Palestrante: Maria Augusto Buffolo.

Agricultura Familiar; diretora da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo - FETAES.

20h00: Tema - Políticas Públicas para as Mulheres e Controle Social.

Palestrante: Edna Calabrez Martins.

Assessora sindical; Conselheira do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CEDIMES, tendo sido presidenta de abril de 2017 a julho de 2019.

20h40: Tema - "Tem Mulher que Gosta de Apanhar": O Ciclo da Autossabotagem e como Romper a Violência.

Palestrante: Natache Fiel.

Coach, psicanalista e sexóloga; Psicanalista formada pela Sociedade Brasileira de Psicanálise.

21h20 - Coffee Break

21h40 - Encerramento.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/norte/2019/08/nova-venecia-sedia-forum-de-politicas-publicas-em-defesa-das-mulheres-1014196032.html>

Lançamento do Programa Agenda Mulher e da revisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres

O Governo do Estado, por meio da Vice-Governadoria e da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), lança, nesta quinta-feira (29), o programa Agenda Mulher e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) - Revisão 2019. A cerimônia acontece no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, em Vitória. A programação tem início a partir das 14h. O programa tem meta de beneficiar cerca de 25 mil mulheres em quatro anos.

O Agenda Mulher é um programa para empoderar e dar visibilidade às mulheres, através do empreendedorismo, oferecendo e customizando cursos, desde formações e qualificações diversificadas até o empreendedorismo emocional. Englobando temas transversais, o programa reflete o compromisso do Governo em investir na inovação e em ações que proporcionem igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

O PEPMES, juntamente com o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, serão os dois principais documentos norteadores da promoção de políticas públicas para as mulheres no Espírito Santo.

Serviço:

Lançamento do Programa Agenda Mulher e da revisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES)

Data: 29/08/2019 (quinta-feira)

Hora: 14h

Local: Salão São Tiago - Palácio Anchieta (Praça João Clímaco, 142, Centro - Vitória)

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Vice-Governadoria

Íris Carolina Miguez

(27) 3636-1432/ 99971-2819

iris.carolina@vice.es.gov.br

Assessoria de Comunicação da Sedh

Letícia Passos

(27) 3636-1334 / 99289-9566

leticia.freire@sedh.es.gov.br

Site: <https://www.es.gov.br/Noticia/lançamento-do-programa-agenda-mulher-e-da-revisão-do-plano-estadual-de-políticas-para-as-mulheres>

Assistidos do Centro-Pop retomam os estudos na EJA para vencer na vida

Decidi retomar aos estudos porque preciso de qualificação para ter um serviço melhor. Primeiro vou fazer o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) este ano e tentar entrar no curso de Segurança do Trabalho para finalizar o meu Ensino Médio. Mas meu sonho é fazer uma faculdade de Medicina , disse Machael Antônio Vidal, de 25 anos.

Ele é um dos assistidos do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Centro-Pop) que integram a turma da modalidade Educação para Jovens e Adultos (EJA) implementada pela Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Professor Doutor Admarco Serafim de Oliveira no equipamento, em Mário Cypreste.

A ação é uma parceria entre as secretarias municipais de Assistência Social (Semas) e Educação (Seme). Além da oferta dos conteúdos das disciplinas formais, como Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes, as aulas para os assistidos são desenvolvidas de maneira interdisciplinar por meio de eixos temáticos do cotidiano, como questões de gênero e étnicorraciais, **violência contra a mulher**, entre outros.

Machael recebe o incentivo da namorada, Mikellem Pereira Alves, 26 anos, que concluiu seus estudos na EJA da Emef Aristóbulo Barbosa Leão junto ao sistema prisional. Frequento as aulas para incentivar o Machael. Acredito que a melhora dele também é minha. Acredito no crescimento profissional dele .

Há 19 anos sem pegar em um livro, Frankim Ricardo de Paula, 42, fala do desafio de superar todos os dias essa barreira. Às vezes, vem o desânimo, mas preciso de muita força de vontade para correr atrás do que eu quero. Há muitos cálculos que eu nunca tinha visto, como a aritmética. Espero conseguir um emprego na construção civil .

Encontrei aqui uma oportunidade de aprender a ler e escrever. Quando tinha 9 anos, tive que trabalhar na roça, em Mucurici, e não consegui concluir meus estudos. Estou hoje com 57 e não tem idade para aprender. Depende da nossa vontade , revelou Geraldo Neves Figueiredo, 57.

Ele (Geraldo) é surpreendente. Porque é dedicado e aprende muito rápido tudo que nós passamos a ele.

Quando realizamos as aulas de desenho, ele consegue também reproduzir muito o que ele vê no papel , comentou a professora Sandra Mara Rissari.

Temos uma turma bem diversificada e tentamos suprir as necessidades de todos os assistidos, desde os que estão iniciando a alfabetização até os que estão concluindo o Ensino Fundamental. Como eles têm muita vivência das ruas, a parte oratória deles é excelente. Só precisamos regularizar e formalizar os seus conhecimentos na escrita e leitura para darmos subsídio para conquistarem um emprego ou se desejarem ingressar em uma faculdade , explicou a professora Andressa Neves Batista.

Por meio da parceria entre Seme e Semas, a Emef EJA Prof. Dr. Admarco Serafim de Oliveira possui uma sala no Centro-Pop que atende pessoas em situação de rua que pretendem retomar os estudos. Isso aumenta a autoestima e possibilita consolidar projetos de mudança de vida. Essas pessoas passam a ter expectativas, seja no trabalho, um curso extra ou uma capacitação no mercado de trabalho. Isso acaba fortalecendo e impulsionando eles a buscar outras possibilidades para superar as ruas. A EJA no Centro-Pop oportuniza a conclusão dos 1º e 2º segmentos do Ensino Fundamental , explicou o coordenador do Centro-Pop, Mauro Motta.

Site: <http://vitoria.es.gov.br/noticia/assistidos-do-centro-pop-retomam-os-estudos-na-eja-para-vencer-na-vida-36903>

Reunião Pública apresenta estudos que buscam a verdadeira idade de Guarapari (Educação)

Sara de Oliveira

O encontro acontece nesta quarta-feira (28) na Câmara Municipal e foi proposta pelo vereador Thiago Paterlini (MDB).

Uma reunião pública será realizada nesta quarta-feira (28), em Guarapari, com o objetivo de divulgar o projeto "Conheça, Valorize e Apaixone-se", idealizado por educadores e alunos da Escola Estadual Doutor Silva Melo. A iniciativa busca documentos sobre a origem da cidade, com o objetivo de comprovar que o município contabiliza 434 anos, desde os primeiros vilarejos. O encontro, apoiado pelo vereador Thiago Paterlini (MDB), acontece às 18h na Câmara Municipal.

A reunião contará com a presença das professoras Fernanda Geraldo e Aline Brandão, responsáveis pelo projeto, que apresentarão todos os documentos que comprovam a idade da Cidade Saúde. Na reunião, trabalhos sobre os monumentos históricos da cidade, realizados pelos estudantes do ensino médio, também serão apresentados. Além disso, estarão presentes no encontro o historiador José Amaral Fernandes Filho, o turismólogo Emir Prates Conceição e a escritora Beatriz Bueno, autora do livro "Guarapari: muito mais que um sonho lindo".

Para o vereador Thiago Paterlini, essa será uma oportunidade de discutir a cultura local que, de acordo com ele, é um tema pouco abordado. "Além de enriquecedor, é uma grande chave para o turismo cultural, já que temos tantos monumentos esquecidos e que merecem atenção. O resultado dos estudos irão refletir diretamente em diversos quesitos de interesse de todos", declarou.

Violência Contra a Mulher

Amanhã (29), a Câmara de Guarapari recebe mais uma reunião pública. Dessa vez o objetivo é discutir sobre a **violência contra a mulher**. O seminário "Agosto Lilás" tem como proponente a vereadora Fernanda Mazzelli (PSD) e acontece a partir das 18h no Plenário Ewerson de Abreu Sodré.

Site: <https://www.folhaonline.es/reuniao-publica-apresenta-estudos-que-buscam-a-verdadeira-idade-de-guarapari/>

Homem bêbado é preso por agredir esposa com fio de carregador em Vargem Alta-ES

Por Redação

Um homem de 35 anos foi preso por agredir a esposa na noite desta terça-feira (27), no Centro de Vargem Alta. A mulher contou que o marido sempre chega em casa bêbado.

De acordo com o boletim de ocorrência, uma viatura da Polícia Militar (PM) patrulhava o local quando foi informada que um homem estava agredindo uma mulher de 36 anos.

Os militares foram até a casa indicada e encontraram a vítima com sinais de agressões.

A vítima: K.S.L.P., contou aos militares que o marido agrediu com um fio de carregador de celular, e para se defender, arremessou uma pedra nas pernas dele na tentativa de fugir das agressões.

A vítima contou ainda que as agressões acontecem sempre quando o suspeito ingere bebida alcoólica. O homem estava embriagado e recebeu voz de prisão.

O marido foi preso em flagrante e levado para a Delegacia de Polícia de Cachoeiro, onde foi enquadrado na Lei Maria da Penha.

Fonte: Notícia Capixaba

Site: <https://www.folhadoes.com/noticia/policia-espirito-santo/54745/homem-bebado-preso-agredir-esposa-com-fio-carregador-vargem-alta-es>

Homem é preso após agredir mulher com fio de carregador em Vargem Alta (Segurança)

Um homem, de 35 anos, foi preso após agredir a própria mulher, de 36, com um fio de carregador, em Vargem Alta.

O caso aconteceu na residência do casal, que fica no Centro, na noite desta terça (27). A vítima contou que o marido chegou em casa embriagado e muito agressivo. Ela passou a ser agredida com um fio de carregador e para se defender, arremessou uma pedra nas pernas do homem na tentativa de fugir das agressões.

Populares acionaram a PM, que esteve no local e encaminhou o homem para a Delegacia Regional de Cachoeiro de Itapemirim, onde foi autuado em flagrante pela Lei Maria da Penha.

Site: <https://www.aquinoicias.com/?p=234074>

Lançamento do Programa Agenda Mulher e da revisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (Últimas)

O programa tem meta de beneficiar cerca de 25 mil mulheres em quatro anos

O Governo do Estado, por meio da Vice-Governadoria e da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), lança, nesta quinta-feira (29), o programa Agenda Mulher e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) - Revisão 2019.

Leia também >> Governador Renato Casagrande participa da abertura da Cachoeiro Stone Fair

A cerimônia acontece no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, em Vitória. A programação tem início a partir das 14h. O programa tem meta de beneficiar cerca de 25 mil mulheres em quatro anos.

O Agenda Mulher é um programa para empoderar e dar visibilidade às mulheres, através do empreendedorismo, oferecendo e customizando cursos, desde formações e qualificações diversificadas até o empreendedorismo emocional. Englobando temas transversais, o programa reflete o compromisso do Governo em investir na inovação e em ações que proporcionem igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

O PEPMES, juntamente com o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, serão os dois principais documentos norteadores da promoção de políticas públicas para as mulheres no Espírito Santo.

Leia também >> Ministério da Saúde lista as principais fake news sobre saúde

Serviço:

Lançamento do Programa Agenda Mulher e da revisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES)

Data: 29/08/2019 (quinta-feira)

Hora: 14h

Local: Salão São Tiago - Palácio Anchieta (Praça João

Clímaco, 142, Centro - Vitória).

Redação Portal Linhares Em Dia

SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site.

Se achar algo que viole os TERMOS DE USO , denuncie. Leia as PERGUNTAS MAIS FREQUENTES para saber o que é impróprio ou ilegal.

Siga-nos no Facebook , Twitter e YouTube .

Convidamos você a fazer parte dos nossos canais nas redes sociais e navegar pelo nosso Portal de notícias Linhares Em Dia .

Site: <http://linharsemdia.com.br/noticias/politica/31895-governador-recebe-diretoria-de-empresa-de-cafe-que-sera-instalada-em-linhares.html>

11º BPM de Barra de São Francisco emite nota de esclarecimento sobre disparo de arma de fogo no bairro Colina (Últimas)

O Comando do 11º BPM vem a público esclarecer os fatos referentes ao disparo de arma de fogo que ocorreu no Bairro Colina no dia 21.08.2019 (quarta-feira). Os militares da 1ª Cia do 11º BPM foram acionados para atender uma ocorrência de **Violência Doméstica** com enquadramento legal na Lei Maria da Penha - nº 11.340/06.

Foram empenhadas 02 viaturas e 04 militares, visto que havia a informação que o agressor estava armado, até então sem a especificação exata do tipo de armamento. Durante o deslocamento que antecedeu a abordagem ocorreu um disparo de arma de fogo que veio a atingir uma transeunte que não tinha envolvimento com a ocorrência. Foi constatado que o disparo partiu da arma de um militar envolvido no atendimento da ocorrência.

É temerário e precipitado afirmar que o disparo tenha sido proposital. As condições que o disparo foi efetuado serão objeto de apuração e a responsabilidade objetiva da ação será submetida ao procedimento cabível.

Informo que a PMES recentemente vem substituindo o armamento por um mais moderno e testado internacionalmente.

Barra de São Francisco-ES, 27 de agosto de 2019.

Fonte: 11º BPM

Site: <https://www.gazetadonorte.com/11o-bpm-de-barra-de-sao-francisco-emite-nota-de-esclarecimento-sobre-disparo-de-arma-de-fogo-no-bairro-colina/>

Lançamento do Programa Agenda Mulher e da revisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres

O programa tem meta de beneficiar cerca de 25 mil mulheres em quatro anos

O Governo do Estado, por meio da Vice-Governadoria e da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), lança, nesta quinta-feira (29), o programa Agenda Mulher e o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES) - Revisão 2019.

Leia também >> Governador Renato Casagrande participa da abertura da Cachoeiro Stone Fair

A cerimônia acontece no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta, em Vitória. A programação tem início a partir das 14h. O programa tem meta de beneficiar cerca de 25 mil mulheres em quatro anos.

O Agenda Mulher é um programa para empoderar e dar visibilidade às mulheres, através do empreendedorismo, oferecendo e customizando cursos, desde formações e qualificações diversificadas até o empreendedorismo emocional. Englobando temas transversais, o programa reflete o compromisso do Governo em investir na inovação e em ações que proporcionem igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

O PEPMES, juntamente com o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, serão os dois principais documentos norteadores da promoção de políticas públicas para as mulheres no Espírito Santo.

Leia também >> Ministério da Saúde lista as principais fake news sobre saúde

Serviço:

Lançamento do Programa Agenda Mulher e da revisão do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Espírito Santo (PEPMES)

Data: 29/08/2019 (quinta-feira)

Hora: 14h

Local: Salão São Tiago - Palácio Anchieta (Praça João

Clímaco, 142, Centro - Vitória).

Redação Portal Linhares Em Dia

SEJA O PRIMEIRO A COMENTAR

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site.

Se achar algo que viole os TERMOS DE USO , denuncie. Leia as PERGUNTAS MAIS FREQUENTES para saber o que é impróprio ou ilegal.

Siga-nos no Facebook , Twitter e YouTube .

Convidamos você a fazer parte dos nossos canais nas redes sociais e navegar pelo nosso Portal de notícias Linhares Em Dia .

Site: <http://linharsemdia.com.br/noticias/geral/31895-lancamento-do-programa-agenda-mulher-e-da-revisao-do-plano-estadual-de-politicas-para-as-mulheres.html>

Polícia de Barra de São Francisco emite nota sobre disparo de arma de fogo no bairro Colina (Notícias)

Ricardo Madureira

A polícia militar de Barra de São Francisco emitiu nota de esclarecimento sobre um disparo de arma de fogo no bairro Colina. Uma mulher foi atingida na perna pelo disparo.

Veja abaixo a nota do 11º BPM

O Comando do 11º BPM vem a público esclarecer os fatos referentes ao disparo de arma de fogo que ocorreu no Bairro Colina no dia 21.08.2019 (quarta-feira). Os militares da 1ª Cia do 11º BPM foram acionados para atender uma ocorrência de **Violência Doméstica** com enquadramento legal na Lei Maria da Penha - nº 11.340/06.

Foram empenhadas 02 viaturas e 04 militares, visto que havia a informação que o agressor estava armado, até então sem a especificação exata do tipo de armamento. Durante o deslocamento que antecedeu a abordagem ocorreu um disparo de arma de fogo que veio a atingir uma transeunte que não tinha envolvimento com a ocorrência. Foi constatado que o disparo partiu da arma de um militar envolvido no atendimento da ocorrência.

É temerário e precipitado afirmar que o disparo tenha sido proposital. As condições que o disparo foi efetuado serão objeto de apuração e a responsabilidade objetiva da ação será submetida ao procedimento cabível.

Informo que a PMES recentemente vem substituindo o armamento por um mais moderno e testado internacionalmente.

Barra de São Francisco-ES, 27 de agosto de 2019.

Site: <http://sentinelacapixaba.com.br/policia-de-barra-de-sao-francisco-emite-nota-sobre-disparo-de-arma-de-fogo-no-bairro-colina/>

Polícia de Barra de São Francisco emite nota sobre disparo de arma de fogo no bairro Colina (Polícia)

A polícia militar de Barra de São Francisco emitiu nota de esclarecimento sobre um disparo de arma de fogo no bairro Colina. Uma mulher foi atingida na perna pelo disparo. Veja aqui

Dias após a publicação da matéria, uma outra mulher usou as redes sociais e afirmou que "A bala não foi perdida e sim disparada na direção da moça".

Veja abaixo a nota do 11º BPM

O Comando do 11º BPM vem a público esclarecer os fatos referentes ao disparo de arma de fogo que ocorreu no Bairro Colina no dia 21.08.2019 (quarta-feira). Os militares da 1ª Cia do 11º BPM foram acionados para atender uma ocorrência de **Violência Doméstica** com enquadramento legal na Lei Maria da Penha - nº 11.340/06.

Foram empenhadas 02 viaturas e 04 militares, visto que havia a informação que o agressor estava armado, até então sem a especificação exata do tipo de armamento. Durante o deslocamento que antecedeu a abordagem ocorreu um disparo de arma de fogo que veio a atingir uma transeunte que não tinha envolvimento com a ocorrência. Foi constatado que o disparo partiu da arma de um militar envolvido no atendimento da ocorrência.

É temerário e precipitado afirmar que o disparo tenha sido proposital. As condições que o disparo foi efetuado serão objeto de apuração e a responsabilidade objetiva da ação será submetida ao procedimento cabível.

Informo que a PMES recentemente vem substituindo o armamento por um mais moderno e testado internacionalmente.

Barra de São Francisco-ES, 27 de agosto de 2019.

Site: <https://sitebarra.com.br/novo/2019/08/policia-de-barra-de-sao-francisco-emite-nota-sobre-disparo-de-arma-de-fogo-no-bairro-colina.html>

Pai luta com agressor armado com faca para salvar a vida da filha

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA, TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVVITRIARECOR>

DES-14.09.21-14.11.59-1567014024.mp4

Que sufoco! pai luta com agressor armado com faca para salvar a vida da filha esfaqueada- Parte 02

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA,
TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVVITRIARECOR>
DES-14.00.18-14.01.15-1567013922.mp4**

Amor bandido! agressor viveu dez anos e tem dois filhos com mulher esfaqueada

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA, TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVVITRIARECOR>

DES-13.02.17-13.05.09-1567009929.mp4

Que sufoco! pai luta com agressor armado com faca para salvar a vida da filha esfaqueada- Parte 01

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA,
TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVVITRIARECOR>

DES-12.38.29-12.43.32-1567009582.mp4

Por pouco! vendedora é esfaqueada pelo ex e é salva pelo pai, que luta com agressor

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA,
TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVVITRIARECOR>

DES-12.02.00-12.05.39-1567008917.mp4

Mulher é esfaqueada pelo ex-marido em Cariacica- Parte 02

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA,
TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVGAZETAAGL>

OBOES-07.51.01-07.52.08-1566991965.mp4

Mulher é esfaqueada pelo ex-marido em Cariacica- Parte 01

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA,
TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/08/28/TVGAZETAAGL>

[OBOES-07.36.25-07.39.27-1566991773.mp4](#)

Pai luta com agressor armado com faca para salvar a vida da filha esfaqueada

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA, TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/28/RDIOCBNVITRIA925FMES-09.34.26-09.35.38-1567018142.mp3>

Pai luta com agressor armado com faca para salvar a vida da filha

TAG: AGRESSOR PRESO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CARIACICA, MULHER ESFAQUEADA, TENTATIVA DE FEMINICÍDIO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/28/RDIOCBNVITRIA925FMES-08.41.26-08.42.17-1567017707.mp3>

Pai vê filha sendo esfaqueada por ex-marido

TAG: TENTATIVA DE FEMINICÍDIO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, CARIACICA, AGRESSOR PRESO,

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2019/08/28/RDIOESPRITOSANTOAM1160ES-08.13.55-08.14.43-1567007202.mp3>